



# DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

**Aveiro | Coimbra | 2019**

**UA Editora – Universidade de Aveiro**

**Imprensa da Universidade de Coimbra**

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

UA Editora – Universidade de Aveiro  
Email: editora@ua.pt  
URL: <http://www.ua.pt/editora/>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**DESIGN DA CAPA**

Meiokilo Design Studio

**INFOGRAFIA**

Mickael Silva

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

Sersilito

**REVISÃO DE TEXTO**

Mara Almeida e Claudine Silva

**ISBN**

978-972-789-560-1 (UA)  
978-989-26-1710-7 (IUC)

**ISBN DIGITAL**

978-972-789-561-8 (UA)  
978-989-26-1711-4 (IUC)

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1711-4>

**DEPÓSITO LEGAL**

453343/19

**APOIOS**

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com a referência UID/ELT/04188/2016.

# DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

**Aveiro | Coimbra | 2019**

**UA Editora – Universidade de Aveiro**

**Imprensa da Universidade de Coimbra**

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

Artur Anselmo

Daniel Melo

Delfim Ferreira Leão

James Nelson Novoa

João Luís Lisboa

João Manuel Nunes Torrão

José Cardoso Bernardes

José Francisco Meirinhos

Maria Teresa Cortez

Maria Teresa Payan Martins

**OBRA PUBLICADA COM A COORDENAÇÃO DE:**

Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro



universidade de aveiro  
theoria poiesis praxis

dlc

departamento de línguas e culturas

cllc

centro de línguas, literaturas e culturas



## SUMÁRIO

O passado e o futuro do livro <i>José Augusto Cardoso Bernardes</i> .....	7
“Do manuscrito ao livro impresso”: um projeto que se tornou livro <i>António Manuel Lopes Andrade e Maria Cristina Carrington</i> .....	13
O advento da tipografia e a nova circulação da informação <i>Maria da Graça Pericão</i> .....	19
Venturas e desventuras de João Fernandes, livreiro de Lisboa, em meados de Quinhentos <i>António Manuel Lopes Andrade</i> .....	43
O primeiro livro impresso no Brasil: censo e validação dos exemplares conhecidos – <i>a case study</i> <i>Pedro de Azevedo</i> .....	91
Cem anos de livros para crianças em Portugal: olhares sobre o mar na literatura infantil <i>Ana Margarida Ramos</i> .....	137
Livro científico nas coleções da BPMP. Ciências Exatas, séculos XVI e XVII <i>Júlio Manuel Rodrigues Costa</i> .....	167

Oralidade, escrita e livro no Mundo Antigo	
<i>Alexandra Santos</i> .....	207
As problemáticas do livro médico em Portugal nos séculos XVI e XVII. Com a bibliografia das obras médicas impressas em Portugal (1496-1598)	
<i>Hervé Baudry</i> .....	249
Da <i>Pharmacopea Lusitana</i> à <i>Farmacopeia Portuguesa</i> : uma viagem pela história do livro farmacêutico (sécs. XVIII-XXI)	
<i>João Rui Pita e Victoria Bell</i> .....	279
Um modelo para a <i>Bibliotheca do Povo e das Escolas</i> : a <i>Biblioteca del Popolo</i>	
<i>Vitor Bonifácio</i> .....	313

## **O PASSADO E O FUTURO DO LIVRO**

O caso sucedeu em novembro de 2013, no decurso de um Congresso destinado a assinalar os 500 anos de existência contínua da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

O convidado de honra era o Professor Robert Darnton, autor de numerosos estudos sobre a história do livro e nome destacado na gestão de bibliotecas universitárias.

No Auditório da Reitoria, sentado a meu lado, Darnton tentava seguir o que dizia (em português) um congressista que, na altura, se ocupava do futuro do livro. Não dominando a língua, perguntou-me, no final, se o orador tinha realmente tratado do assunto que constava do Programa do Congresso. Perante pergunta tão imprevista, limitei-me a confirmar que o colega tinha dissertado sobre os desafios que se colocavam ao livro, sobretudo em ambiente universitário. Como se na sua fisionomia se confirmassem indícios de alguma estranheza, foi a minha vez de apurar o fundamento da questão que me colocara. Respondeu: “Nada de especial. Apenas me pareceu que ele falava com muita certeza. E quando se trata do futuro, isso nunca é prudente”.

Mesmo tendo sido breve e relativamente fortuito, este diálogo vem-me muitas vezes à memória sempre que penso na situação atual do livro e dos muitos prognósticos que circulam sobre o seu futuro imediato. Verifico nomeadamente que tal como o colega que falava do tema naquela tarde de há cinco anos, muitos outros

incorrem na mesma tentação: interpretam *o que está para acontecer* como se se tratasse de realidade consolidada.

A tentação é realmente muito forte uma vez que vimos assistindo a mudanças sem precedentes, envolvendo os novos suportes de preservação e divulgação dos documentos.

Nestas circunstâncias, o tempo só pode ser de vaticínios. Como se, perante o advento do *novo*, fosse necessário erradicar tudo aquilo que possa dificultar a sua plena implantação. Não se procura sequer avaliar os aspetos positivos ou negativos do que está em curso e daquilo que depende de decisões políticas.

A respeito do livro, concretamente, as antecipações não são de hoje. Logo na década de 90, com a chegada da *internet* não faltou quem proclamasse o fim iminente e total do formato impresso. O pressuposto era claro: os benefícios do digital eram de tal ordem que tudo o que até então prevalecera se tornaria rapidamente obsoleto. Os catálogos que tinham servido a pesquisa seriam convertidos em ficheiros eletrónicos, que ficariam ao alcance de todos, a partir de qualquer lugar; mas os progressos iriam bem mais longe: os próprios documentos caminhariam para uma rápida desmaterialização, ficando também eles prontos a chegar ao ecrã de qualquer interessado, sem ressalvas de integridade e eficácia.

Nos primórdios da revolução digital, o presságio que soava mais forte era o de uma superação radical do formato impresso. Poucos se atreviam a defender que a renovação tecnológica deveria ser vista, antes de tudo, como um alargamento das possibilidades de armazenamento e uma preciosa facilitação do acesso aos documentos, no quadro de uma coexistência entre tecnologias e não de um processo rutural.

E, no entanto, nunca faltaram bons argumentos para suspeitar que assim viria a ser. Apesar das muitas vantagens que desde logo ficaram comprovadas, houve a noção imediata de que o livro (e também as publicações periódicas) continuariam a beneficiar da

existência do suporte impresso que, vindo do final do século XV, se tinha mantido praticamente intocável e sem concorrência até quase aos finais do século XX.

As três décadas que entretanto decorreram parecem confirmar esse prognóstico: o objeto impresso continua a ter um lugar decisivo no universo da informação. Verificamos isso mesmo quando comparamos as percentagens de livros editados em formato digital e em formato analógico (oscilando de país para país mas sempre com o primeiro número abaixo dos 25% relativamente ao segundo). Só nas revistas científicas ligadas à investigação abstrata e factual (matemática, engenharia, ciências naturais, etc.) se vem acentuando a supremacia do digital. Dados deste tipo parecem apontar para uma gradual delimitação entre o digital e o analógico, fundada nos géneros e tipos de documentos, mas não para uma total substituição do suporte mais antigo.

Mas o livro não é apenas digno de admiração e estudo pela vitalidade impressionante que continua a demonstrar, resistindo a todas as mudanças e contrariando todas as profecias de extinção.

O livro é também detentor de um passado que justifica estudo. Ninguém pode manifestar-se insensível perante a dívida enorme e inigualável que a humanidade contraiu para com esse objeto que, tendo começado pelo formato do rolo se converteu depois em códice: primeiro em registo manuscrito e depois, a partir de finais do século XV, beneficiando da invenção dos prelos e da vulgarização do papel.

O interesse da história do livro enquanto domínio de investigação deveria poder dispensar justificações prolongadas nas universidades dos nossos dias.

Mas não é assim. Estamos, com efeito, perante uma área polifocal, que propicia enlances com vários domínios, que vão da codicologia e da filologia à história das instituições e das ideias.

Pode mesmo pensar-se que o relativo descaso em que este domínio de estudo vem caindo se deve justamente à complexidade



multidisciplinar e à cultura multifacetada que requer. De facto, a investigação universitária vive hoje uma tendência inversa. Como fica patente nos projetos de investigação que são submetidos às instâncias financiadoras e como se pode verificar no tipo de cursos que integram a oferta formativa, a regra é o acantonamento micro-disciplinar e ultraespecializado. A esta realidade acresce um outro fator de atração: o impacto público da pesquisa desenvolvida. Ora, como bem sabemos, nenhum destes estímulos encontra garantia no trabalho que se desenvolve na área da história do livro.

Em Portugal, o desaparecimento natural dos estudiosos que antes se consagravam ao conhecimento do livro antigo deveria ter já feito soar o alarme. Afinal, apesar de todas as catástrofes ocorridas, o nosso país detém ainda um conjunto de acervos comparativamente extenso e precioso, preservado em arquivos e em bibliotecas públicas e privadas. Era muito necessário, por isso, que, em nome do interesse nacional, o Estado encarasse como prioritária a necessidade de formar jovens nesta área concreta. E não é cedo para o fazer: trata-se de formações demoradas, a ponto de nunca se poderem dar por concluídas; e trata-se ainda de atrair investigadores para uma área do saber que, no contexto atual, perde com muitas outras em termos de reconhecimento social e académico.

Mas é exatamente por isso que se requer a intervenção do Estado e das Universidades. Entre todos os motivos que possam aduzir-se sobressai a necessidade de conhecer e preservar uma importante dimensão do nosso património.

O que vem sucedendo em Aveiro ao longo dos últimos doze anos constitui uma exceção a esta realidade genericamente sombria. Merece destaque, em primeiro lugar, o funcionamento, com notável procura de alunos, desde o ano letivo de 2005/2006, de uma Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais, à qual se seguiu, passados dois anos, a abertura de um Mestrado na mesma área. Cursos focados na preparação e na circulação do livro, porém, são

raros em Portugal e, no limite, podem funcionar sem que nele seja prestada atenção especial à história do livro.

É justamente nessa atenção que Aveiro se distingue: apesar de, nestes dois cursos se considerarem os grandes aspetos que hoje importam a quem se prepara para trabalhar no mundo da edição, os responsáveis pelo curso preocupam-se em fazer passar uma mensagem forte aos estudantes: a de que o livro tem uma história e que essa história possui não apenas um valor intrínseco (o que já seria bastante), mas possui também uma enorme importância relacional.

É esse mesmo desígnio que justifica as visitas de estudo a bibliotecas e arquivos patrimoniais para observar os documentos e ouvir falar sobre eles a quem os conhece com maior profundidade.

E é ainda esse mesmo desígnio que está na base do volume que agora se edita. Nele se reúnem nove estudos que resultaram de conferências proferidas por especialistas convidados. São bibliotecários e professores de diferentes domínios e provenientes de várias instituições, que ora se ocupam de assuntos matriciais (a invenção da imprensa e as transformações que daí resultaram, a convivência entre o oral e o escrito no mundo antigo) ora se centram em géneros específicos (o livro infantil, o acervo bibliográfico sobre ciências exatas existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, as farmacopeias e os tratados de medicina). Não faltam ainda dois interessantíssimos estudos de caso: um deles consiste na reconstituição do trajeto biográfico e profissional de um dos mais importantes livreiros e mercadores da Lisboa quinhentista. Falo de João Fernandes, um dos muitos *crístãos novos* ligados a profissões intelectuais que, acossados pela Inquisição, tiveram de abandonar o Reino. Retenha-se, por último, o testemunho de um livreiro e bibliófilo do nosso tempo que, relativamente aos livros antigos que lhe passam pelas mãos, acumulou uma singular experiência, feita de sólido conhecimento, de profundo afeto e de uma quase misteriosa intuição.

Por terem consciência certa da importância desta área para a formação dos seus estudantes, por apostarem em atividades de enriquecimento que vão para além do espaço letivo e sobretudo por se terem consagrado, com grande zelo, à coordenação de uma obra tão oportuna como aquela que agora se publica, os Doutores António Manuel Andrade e Maria Cristina Carrington são credores de grata admiração por parte de todos aqueles que reconhecem a importância da história do livro sem deixar de acreditar no seu futuro.

*José Augusto Cardoso Bernardes*

Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

**“DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO”:  
UM PROJETO QUE SE TORNOU LIVRO**

Este livro decorre das duas primeiras edições do Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”, cujos programas se apresentam no final desta nota de abertura, realizadas no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, no primeiro semestre dos anos letivos de 2015/16 e de 2016/17. Trata-se de uma iniciativa com o objetivo principal de promover a investigação e a divulgação científica na área da História do Livro e da Edição, no âmbito das atividades curriculares da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. As conferências proferidas versam sobre temas muito diversos da História do Livro e da Edição, entendida em sentido lato, desde a antiguidade até à atualidade. Pretendeu-se promover uma reflexão crítica alargada sobre o nascimento e a evolução da escrita e da edição de textos ao longo dos tempos, evidenciando-se os principais suportes e técnicas, desde o rolo de papiro ao códice de pergaminho, desde o livro de papel ao digital, em particular, como se compreende, no que concerne à arte tipográfica.

Procurou-se que os estudantes da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais participassem nas atividades promovidas em cada edição do Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”, não só assistindo às conferências, como integrando as visitas de estudo organizadas

em parceria com algumas destacadas instituições nacionais na área das bibliotecas e dos museus. Por outro lado, a própria feitura deste livro contou com a colaboração e o trabalho de alunos que fizeram estágio curricular no âmbito do Mestrado em Estudos Editoriais, na Imprensa da Universidade de Coimbra. Proporcionou-se, deste modo, aos estudantes do primeiro e do segundo ciclo de estudos um conjunto diversificado de atividades relacionadas com a História do Livro e da Edição, que conduziu à preparação e elaboração desta obra.

O presente volume é o resultado de um esforço conjunto de várias pessoas e entidades, e traz a público uma série de estudos importantes, que foram sujeitos a um rigoroso processo de arbitragem por parte dos distintos membros da Comissão Científica, a quem agradecemos, penhoradamente, o contributo na melhoria dos trabalhos ora publicados.

Impõe-se um agradecimento muito particular, não só aos autores dos estudos que integram este livro, mas também às instituições que, desde a primeira hora, aceitaram colaborar neste projeto abrangente em prol da formação integrada e complementar dos nossos estudantes, nomeadamente a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, a Biblioteca Pública Municipal do Porto – Câmara Municipal do Porto e o Museu de Aveiro – Câmara Municipal de Aveiro, colocando à nossa disposição os recursos humanos e materiais necessários à realização das atividades previstas e dando acesso a uma amostra significativa do precioso acervo bibliográfico conservado nas suas coleções. A este respeito, devem sublinhar-se as visitas de estudo que foram promovidas nas duas edições do Ciclo de Conferências: na primeira edição, ao Serviço de Coleções Especiais da Biblioteca Pública Municipal do Porto e ao Fundo de Manuscritos do Museu de Aveiro, na segunda, à Exposição “100 Tesouros da Biblioteca Pública do Porto” (Galeria Municipal do Porto) e à Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra. O sucesso



desta cooperação profícua entre várias e distintas entidades muito ficou a dever à disponibilidade sempre manifestada pelos seus responsáveis em relação às nossas solicitações, sendo de destacar a Biblioteca Pública Municipal do Porto, na pessoa dos Drs. Júlio Costa e Sílvio Costa, e muito especialmente a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu diretor, o Prof. Doutor José Cardoso Bernardes, autor do prefácio deste livro, a quem manifestamos a nossa gratidão por toda a colaboração prestada.

O nosso agradecimento estende-se, ainda, à Imprensa da Universidade de Coimbra, na pessoa do diretor, o Prof. Doutor Delfim Leão, e da diretora-adjunta, a Dr.<sup>a</sup> Maria João Padez de Castro, que aceitaram acolher e supervisionar os nossos estagiários do Mestrado em Estudos Editoriais (Claudine Silva e Mara Almeida), mormente realizando tarefas conducentes à edição do presente livro, que terá a chancela conjunta da UA Editora – Universidade de Aveiro e da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Por último, é devida uma palavra de reconhecimento ao Departamento de Línguas e Culturas, dirigido pelo Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão, e ao Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, coordenado pela Prof. Doutora Maria Teresa Cortez, por nos terem disponibilizado as condições materiais e financeiras indispensáveis à organização do Ciclo de Conferências e à publicação desta obra.

Aveiro, 24 de maio de 2018.

*António Manuel Lopes Andrade*

*Maria Cristina Carrington*

# CICLO DE CONFERÊNCIAS

## “DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO”

**13 OUT Do códice ao livro impresso**

**José Meirinhos**

IF/Faculdade de Letras da Univ. do Porto  
11h às 13h - sala 2.1.11 - Dep. de Línguas e  
Culturas da Universidade de Aveiro (DLC)

**27 OUT As formas e os espaços nos livros ao longo dos tempos**

**Maria da Graça Pericão**

Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra  
11h às 13h - sala 2.1.11 - DLC

**3 NOV Venturas e desventuras de um livreiro-mercador lisboeta em meados de Quinhentos**

**António M. L. Andrade**

CLLC, Universidade de Aveiro  
11h às 13h - sala 2.1.11 - DLC

**10 NOV Peritagem de livro antigo: a case study**

**Pedro de Azevedo**

Livreiro Antiquário  
11h às 13h - sala 2.1.11 - DLC

**13 NOV Para uma história do livro infanto-juvenil**

**Ana Margarida Ramos**

CIDTF, Universidade de Aveiro  
14h às 16h - sala 2.1.10 - DLC

**17 NOV Marcas no livro antigo científico-médico: posse e censura**

**Júlio Costa**

CITCEM, Biblioteca Pública Municipal do Porto  
11h às 13h - sala 2.1.11 - DLC

**19 NOV O fundo de manuscritos do Museu de Aveiro - da origem à disponibilização online**

**Ana Andrade**

Bolsista da FCT

**José António Christo**

CMA/Museu de Aveiro  
16:30h às 18h - Auditório do Museu de Aveiro

**25 NOV Visita ao Serviço de Coleções Especiais da Biblioteca Pública Municipal do Porto, orientada por Silvio Costa**

**Silvio Costa**

Biblioteca Pública Municipal do Porto  
15:30h às 17h - Auditório da BPMP

**4 DEZ O livro, o modo e o tempo**

**Paulo Teixeira Pinto**

Presidente do Grupo Editorial Babel  
11h às 13h - sala 2.1.11 - DLC

Coordenação:  
António M. L. Andrade (DLC, CLLC, Universidade de Aveiro)

Organização:  
Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro  
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro  
Câmara Municipal do Porto - Biblioteca Pública Municipal do Porto  
Câmara Municipal de Aveiro - Museu de Aveiro

Organização no âmbito da Licenciatura em Línguas e Estudos  
Educativos e do Mestrado em Estudos Educativos do Departamento  
de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

universidade de aveiro **dLC** departamento de línguas e culturas  
universidade de aveiro **CLC** centro de línguas, literaturas e culturas

**AVEIRO** MUSEU DE AVEIRO **Porto.**

# DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO II CICLO DE CONFERÊNCIAS

**6 OUT** Escrever no Antigo Egipto: edições para  
14h às 16h, esta vida e para o outro mundo

Aud.ª Mestre Helder Castanheira  
Luis Manuel de Araújo  
(Livraria da UA) CHUL, Fac. de Letras da Univ. de Lisboa

**13 OUT** Da oralidade à escrita: a revolução  
14h às 16h, editorial no mundo greco-romano

Aud.ª Mestre Helder Castanheira  
Alexandra Santos  
(Livraria da UA) CECH, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra

**19 OUT** A Bíblia Atlântica

15h30  
Biblioteca Geral, Univ. de Coimbra  
Saul António Gomes  
(Livraria da UA) CHSC, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra  
Sala de São Pedro

17h30  
Biblioteca Joana  
da Universidade de Coimbra

José Cardoso Bernardes  
Diretor da Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra

**27 OUT** Do livro impresso ao manuscrito (e vice-  
14h às 16h, -versa). A microensura nos impressos  
dos séc. XV a XVII (fundos portugueses)

Aud.ª Mestre Helder Castanheira  
Hervé Baudry  
(Livraria da UA) CHAM, FCSH/Universidade Nova de Lisboa

**3 NOV** O livro científico no séc. XVI:

14h às 15h30 produção, leitores, colecionadores

Aud.ª Mestre Helder Castanheira  
Henrique Leirão  
(Livraria da UA) CIUHCT, Faculdade de Ciências da Univ. de Lisboa

15h30 às 16h Pausa para café com livros

16h às 17h30 A edição das *Obras de Pedro Nunes*:  
problemas, decisões, resultados

**9 NOV** Visita à exposição "100 Tesouros  
16h às 17h30 da Biblioteca Pública do Porto"

Galeria Municipal do Porto  
Júlio Costa  
Jardins do Palácio de Cristal, CMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto

**10 NOV** Da Pharmacoepa Lusitana à Farmacoepa  
14h às 16h Portuguesa: uma viagem pela história do  
livro farmacêutico (séc. XVIII-XXI)

Aud.ª Mestre Helder Castanheira  
João Rui Pita; Victoria Bell  
(Livraria da UA) CEESD, Faculdade de Farmácia da Univ. de Coimbra

**17 NOV** A publicação de conteúdos científicos  
14h às 16h, na segunda metade do século XIX

Sala de Atos da Reitoria, Vítor Bonifácio  
da Universidade de Aveiro, CIDFF, Departamento de Física da Univ. de Aveiro

**24 NOV** Camões ressuscitado em 1898: uma  
14h às 16h, edição autográfica de *Os Lusíadas*

Aud.ª Mestre Helder Castanheira  
José Cardoso Bernardes  
(Livraria da UA) Director da Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra

Universidade de Aveiro  
div Departamento de Línguas e Culturas

Universidade de Aveiro  
cilo Centro de Línguas, Literaturas e Culturas

livrariaua  
Biblioteca da Universidade de Aveiro

Porto.  
Biblioteca Municipal do Porto

Biblioteca da Universidade de Coimbra  
Biblioteca Municipal do Porto

CT  
Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Coordenação:  
Aurora Manuel Lopes Antunes (DCE/CLC, Universidade de Aveiro)  
Marta Cristina Carrington (DCE/CLC, Universidade de Aveiro)

Organização:  
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro

Biblioteca da Universidade de Aveiro  
Biblioteca da Universidade de Coimbra

Biblioteca Municipal do Porto  
Biblioteca Pública Municipal do Porto

(organização no âmbito da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro)

(Página deixada propositadamente em branco)



**O ADVENTO DA TIPOGRAFIA  
E A NOVA CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

**THE ART OF PRINTING  
AND THE NEW CIRCULATION OF INFORMATION**

*Maria da Graça Pericão<sup>1</sup>*

**Resumo:** Procura dar-se uma ideia de como a descoberta da Arte tipográfica veio alterar a circulação da informação a partir do momento em que foi inventada. Salienta-se o papel que a Igreja até então desempenhara na preservação e transmissão da cultura da Antiguidade através dos *scriptoria*

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra: mgpericao@gmail.com.



monásticos. Aborda-se a crescente procura de textos por parte dos estudiosos, sobretudo devida ao aparecimento de novas universidades, exigindo uma tecnologia que permitisse uma mais rápida produção de textos. Essa tecnologia irá aparecer no momento certo, tímida de início, marcada por avanços e recuos, mas em meados do século XV é descoberto o processo que não mais cessará de aperfeiçoar-se, evidenciando-se o papel que Gutenberg desempenhou nessa pesquisa. As vantagens da nova tecnologia revelar-se-iam em breve, permitindo uma maior rapidez de produção, um custo bem menor e, sobretudo, a fixação do texto, evitando os frequentes erros da cópia manuscrita e a corrupção dos textos. Alude-se ainda ao papel desempenhado pelo veículo da cultura – a língua latina – que permitirá intensificar ainda mais a circulação da informação. Por fim, refere-se o caso do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, reputado centro de cópias manuscritas e que, nos anos 30 do século XVI, se vai “converter” à nova tecnologia.

**Palavras-chave:** História do Livro; Tipografia; Circulação da Informação; Invenção da Imprensa; Incunábulo

**Abstract:** Since the medieval times, one enhances the work of the monks in their monasteries providing the transmission and preservation of knowledge of Antiquity until the birth of the new technology – the Art of printing. The long and hard way from the wood-block printing towards the movable type and *incunabula* in which Gutenberg and his companions had a decisive role is referred, as well as the advantages of the new process of production of texts. The teaching of scientific subjects at the universities was crucial, bringing a new audience, the scholars, avid of multiple and original texts. Other advantages of printing are the reduction

of price as well as the rapidity of production and, above all, the fixation of the text itself, avoiding the errors that could be introduced at any stage of the manual copy. The circulation of information could, hereafter, and straight through the common language – the Latin language – cross borders and reach the cultural European world.

**Keywords:** History of Book; Typography; Circulation of Information; Art of Printing; Incunable

Muito antes do aparecimento da imprensa propriamente dita, há notícia de monogramas, letras ou números que permitiam marcar a posse de animais, objetos ou mesmo escravos, hábitos quase tão antigos quanto, afinal, o próprio Homem. E, como em muitas outras áreas do conhecimento e dos avanços tecnológicos, particularmente no que à escrita diz respeito, será no Extremo Oriente, mais precisamente na China que irão prosseguir os sucessivos aperfeiçoamentos da arte da escrita – fala-se, obviamente, do jogo da mão sobre o papel que irá preceder a posterior conquista tecnológica, motor da expansão do conhecimento que virá permitir uma difusão cada vez mais rápida e fidedigna da informação.

A Europa do século XIV assistiu ao grande êxito da técnica da impressão de imagens, quer sob a forma de cartas de jogar<sup>2</sup>, inicialmente feitas à mão, quer através do fabrico maciço de imagens piedosas, os denominados “registos de santos”<sup>3</sup> distribuídos nos lugares de peregrinação, ao longo das estradas e nas casas onde grande parte destes caminheiros pousavam. Por este ato de abrigo e acolhimento dado aos peregrinos, cumpria-se uma das obras de misericórdia, preceito tão caro aos nossos antepassados que as observavam piedosamente. Estas imagens eram ingênuas, sóbrias e lineares, isentas de enfeites, a técnica de fabrico era incipiente, alternando entre a xilogravura, processo que consiste no desenho delineado na madeira e escavado à volta, a ficar em relevo, tal como podemos observar num carimbo; surgiria mais tarde a gravura em talhe doce, sempre praticada sobre metal, que vai consistir justamente no processo inverso, ou seja, o desenho é gravado a buril numa chapa de metal, geralmente o cobre, que

---

<sup>2</sup> Douglas C. MCMURTRIE, *O livro: impressão e fabrico*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 126 e seg.

<sup>3</sup> Lucien FEBVRE, Henri-Jean MARTIN, *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971, pp. 62 e seg.

realiza a impressão através dos sulcos escavados posteriormente preenchidos com tinta.

É fácil deduzir que a inteligência do homem desde cedo descobriu que, assim como se desenhavam figuras na madeira que posteriormente eram comprimidas sobre o suporte, papel ou mesmo pergaminho, também se podiam desenhar letras. Daí as célebres “Bíblias dos pobres”<sup>4</sup>, pequenos livrinhos de devoção onde se completavam as imagens religiosas com uma jaculatória ou pequena oração que as subscrevia, imprimindo de uma só vez o conjunto da imagem e dessa invocação piedosa. Mas a imaginação desafiava os limites da “tecnologia” incipiente e, mais tarde, terá surgido a ideia de gravar páginas inteiras com texto inscrito em pequenas placas de madeira destinadas à impressão. O conjunto destas placas permitiria em seguida imprimir um livro inteiro. A cada página correspondia, pois, uma matriz em madeira com o texto da página gravado, que poderia ser reproduzido múltiplas vezes. Iniciava-se, assim, o projeto incipiente de uma técnica que viria revolucionar o mundo!

Pode hoje imaginar-se a tarefa fastidiosa que seria gravar letra a letra, página a página, tábua a tábua, uma obra; contudo, não pode esquecer-se que, para estes homens, acabados de sair da Idade Média e habituados a copiar, penosamente, os textos à mão, o facto de poder multiplicá-los quase sem limites, se afigurava um progresso extraordinário e fascinante! De facto, podia executar-se num dia aquilo que levava aos copistas um ano de trabalho contínuo. Um tal poder chegou mesmo a criar a ideia de que uma arte oculta, quiçá ligada à bruxaria, estaria por trás de uma tal invenção...

No entanto, apesar do avanço que tal técnica constituía em relação ao manuscrito, ela era demorada e não podia ser aplicada

---

<sup>4</sup> L. FEBVRE, H.- J. MARTIN, op. cit., pp. 66-67; D. C. MCMURTRIE, op. cit., p. 142.

a obras volumosas como a Bíblia, que interessava sobremaneira divulgar, assim como outros textos de grande tomo relativos à Sagrada Escritura, estudos de Teologia, legislação, etc. No que toca aos temas que mais interessavam aos letrados da época, sobretudo ligados à Igreja e ao ensino da catequese para uso dos fiéis, estes eram os assuntos que requeriam maior circulação e que mais importava difundir.

Daqui surgiu a ideia de suprimir a tarefa de gravar as letras formando palavras que, individualmente, pudessem ser reagrupadas de novo. O processo passaria, por conseguinte, pela separação e mobilidade das letras. Fala-se de um certo holandês, Laurens Janszoon Coster<sup>5</sup>, que terá conseguido esta individualização dos caracteres através da sua gravação em madeira, mas parece que tal invenção não terá dado grande resultado.

Tentou-se, finalmente, substituir os caracteres de madeira por caracteres de metal, gravando-se as letras numa placa de argila ou cobre com punções em relevo colocados, sucessivamente, para formar palavras. Assim, constituíam-se a pouco e pouco linhas e páginas “escavadas”. Nesta matriz da página seria colocada uma liga metálica que, ao desenformar, produziria um bloco de metal que, em princípio, devia ter as mesmas propriedades que o bloco xilográfico<sup>6</sup>. O ganho de tempo assim conseguido terá sido considerável, mas o resultado revelou-se medíocre: o bloco apresentava imperfeições, devidas em particular ao defeito do alinhamento das letras e às deformações que, sobretudo para as letras mais pequenas, trazia o bater de cada uma das letras à precedente<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> D. C. MCMURTRIE, op. cit., p. 187.

<sup>6</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, op. cit., p. 81.

<sup>7</sup> D. C. MCMURTRIE, op. cit., p. 251.





Figura 1 – Gravura de Theret (Paris, 1584), provavelmente o mais antigo pseudo-retrato de Gutenberg

Surge sempre o nome de Gutenberg quando se aborda a questão da invenção da imprensa, mas não é seguro que ele tenha inventado o processo tipográfico. Provavelmente, terá começado por tentar aperfeiçoar o sistema atrás descrito, ao mesmo tempo que inventava, talvez a partir da prensa dos encadernadores, o prelo de imprimir, que iria então permitir a impressão simultânea de várias páginas pela única pressão de um plano rígido.

Surge de novo a ideia de utilizar racionalmente o tipo, reproduzindo-o sempre igual a si mesmo, portanto em série, através de moldagem e é essa necessidade de regularização e uniformidade que vai ditar uma solução definitiva, sucessivamente aperfeiçoada.

A tipografia é, portanto, o modo de imprimir, por meio de tipos, pequenos paralelepípedos que têm, numa das extremidades, uma letra em relevo e que se reúne às outras para formar palavras, linhas e páginas que posteriormente são impressas.

Ora, processo semelhante já existia – como quase tudo o que diz respeito às artes gráficas – no Extremo Oriente, mais exatamente na China, por volta do ano 1040: os tipos eram gravados em placas de argila endurecidos ao fogo e, mais tarde, gravados em madeira<sup>8</sup>. Mas a solução racional do problema residiria no emprego de tipos independentes moldados em metal. Em 1340, o rei da Coreia mandou que se preparasse a primeira fundição deste género. Os primeiros livros assim impressos apareceram em 1403 e, por uma extraordinária coincidência, foi um pouco mais tarde, mais exatamente em 1440, que os primeiros tipos obtidos por moldagem nasceram no Ocidente, nas margens do Reno.



Figura 2 – Oficina tipográfica com o prelo bipaginal em primeiro plano

Importa referir que a cultura oriental tinha um peso enorme: a língua de carácter ideográfico era muito complexa, enquanto no

---

<sup>8</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, *op. cit.*, pp. 102 e seg.; D. C. MCMURTRIE, *op. cit.*, pp. 117 e seg.

Ocidente a vantagem maior era, exatamente, a de uma língua clara, precisa e que o sistema alfabético mais potencializava: o latim; daí poder dizer-se que a invenção tipográfica apareceu na altura própria, fruto desta coincidência feliz. De notar ainda que, em menos de 25 anos, quase todas as dificuldades seriam superadas e foi encontrado o material adequado que iria revolucionar o mundo da cultura e abrir perspectivas insuspeitadas até então.

O papel de Gutenberg na invenção da imprensa não está hoje ainda bem definido, não obstante o ter-se-lhe atribuído desde há muito esta descoberta, como foi referido. De facto, ele montou a sua primeira oficina em Strasbourg, em 1438, juntamente com outros três sócios: Riff, Heimann e Dritzhen. No entanto, a sociedade não resultou e ele parte para uma nova parceria, desta vez em Mainz, em 1449, primeiro com Johann Fust e mais tarde associando Peter Schöffer, metalúrgico hábil que muito deve ter contribuído para descobrir a composição metálica mais apropriada ao fabrico dos caracteres. Só em 1455, após a saída de Gutenberg da sociedade, é que é dada à estampa a edição da 1.<sup>a</sup> obra impressa pelo novo processo: a célebre Bíblia das 42 linhas<sup>9</sup>, em dois volumes.

É provável que, anteriormente, tenha havido diversos impressores usando ainda o processo xilográfico, e o homem que terá apresentado as primeiras obras impressas por este processo – Coster – na Feira das Relíquias em Aix, em 1440, é considerado por alguns como o grande pioneiro; aliás, Gutenberg terá observado essas obras e daí lhe terá vindo a ideia de gravar caracteres móveis. No entanto, a Gutenberg ninguém lhe pode retirar o mérito da invenção do prelo bipaginal que passou a ser utilizado, a partir de então, por todos os impressores.

Desde o aparecimento da tipografia até ao advento da era industrial, a técnica pouco mudou. Claro que os prelos, no princípio

---

<sup>9</sup> D. C. MCMURTRIE, op. cit., p. 172.

construídos em madeira, se foram tornando cada vez mais leves, sobretudo devido à introdução de peças de metal, mais resistentes mas finas. Não cabe aqui referir as diferentes partes do prelo e as sucessivas alterações ao prelo primitivo, mas é do conhecimento geral o processo que, como em muitos outros aspetos da arte de imprimir, deriva da realidade quotidiana e prosaica do dia a dia medieval. O recurso à prensa do lagar é sobejamente conhecido e mais uma vez se confirma a máxima, “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Houve também necessidade de prover um suporte – o papel<sup>10</sup> (já então bastante difundido na Europa), uma tinta que não escorresse (diversa da utilizada para a escrita manual), um modo de tintar e de bater a forma, um componedor para compor o texto letra a letra, um processo de não sujar a folha com os dedos ou, eventualmente, com qualquer outra peça menos limpa, daí a utilização da frasqueta, etc., etc.

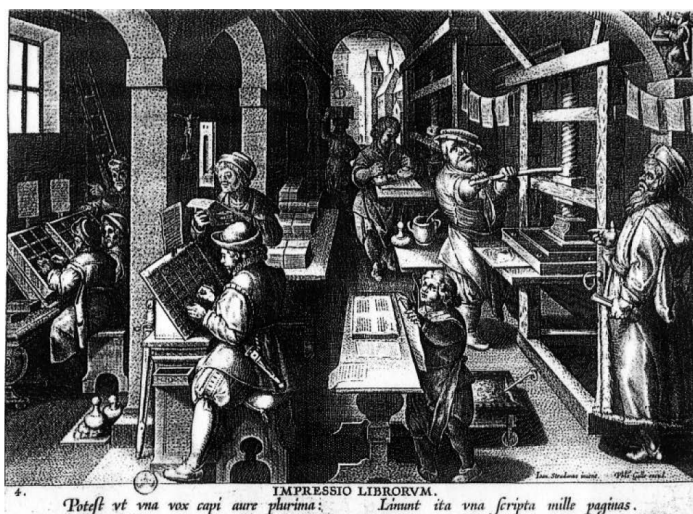


Figura 3 – Gravura subscrita por Joh. Stradanus (Antuérpia, c. 1600)

<sup>10</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, op. cit., pp. 42 e seg.; D. C. MCMURTRIE, op. cit., pp. 151 e seg.

As pequenas conquistas e vitórias foram-se sucedendo e podemos imaginar que cada oficina progredia nas suas técnicas e guardava ciosamente os seus segredos. Impunha-se igualmente uma coleção de tipos, todos da mesma altura e bem retangulares, para se poderem ligar e fixar. O processo de fundição deverá ter passado por várias fases, superando lentamente as dificuldades, mas uma vez descoberta a liga metálica considerada ideal e que tinha por base o chumbo, o estanho (que melhorava o fluxo do chumbo na fundição) e o antimónio (o agente de endurecimento), terá sido inventado o molde de metal a partir do qual se gravavam os punções<sup>11</sup>. Há quem coloque a hipótese de que estes moldes eram posteriormente retocados à mão, o que não seria difícil de levar a cabo, numa altura em que os ourives medievais já atingiam grandes níveis de perfeição no trabalho dos metais.

Claro que este trabalho de produção de tipos era próprio de cada oficina, o que explica a demora entre a chegada de um tipógrafo a uma cidade e a saída do seu primeiro trabalho; esta itinerância de tipógrafos que transportavam os seus próprios prelos e se instalavam num determinado lugar onde sabiam poder contar com a proteção e as encomendas de uma importante instituição, quase sempre ligada à Igreja ou à Universidade local, quando não a um alto personagem amante das belas-letas, era muito comum na época e este mecenato muito contribuiu para o progresso da “nova tecnologia”, como hoje diríamos.

Quanto aos instrumentos de compor o texto e de o reproduzir, é natural que se tivesse formado um comércio organizado de tipos fundidos ou matrizes<sup>12</sup>. E a pouco e pouco o intercâmbio de tipos, os ocasionais empréstimos, as vendas de material e a consequente mudança de mãos das oficinas irão provocar o

---

<sup>11</sup> D. C. MCMURTRIE, *op. cit.*, pp. 252 e seg.

<sup>12</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, *op. cit.*, pp. 80 e seg.

aparecimento em lugares distantes, de materiais reconhecíveis. É aquilo a que Pina Martins chama as “viagens de matrizes”<sup>13</sup>. Na verdade, ocorria com frequência que no início da sua atividade, os impressores, ainda com poucos meios, comesçassem muitas vezes por comprar material usado.

Grande fonte de informação sobre estas primitivas oficinas são as gravuras e, sobretudo, as próprias marcas tipográficas que frequentemente representam o interior destes espaços de trabalho e os instrumentos de que os tipógrafos dispunham para levar a cabo a impressão.

A invenção tipográfica aparece, pois, no momento próprio, como referido. As universidades, não apenas como entidade, mas também pelo numeroso grupo de novos clientes que geravam, os estudantes, que necessitavam continuamente de textos impressos pelos quais pudessem estudar, revelam-se um motor decisivo no incremento da nova profissão, substituindo os copistas e estacionários que figuram em algumas iluminuras e que até então eram os únicos agentes que permitiam essa difusão do saber.

Pode, com efeito, falar-se de uma feliz coincidência: a necessidade imperiosa e premente de uma produção de textos que os *scriptoria* monásticos e mesmo os copistas leigos já não conseguiam satisfazer, destinada a uma clientela cada vez maior e mais exigente<sup>14</sup>; e a invenção de um processo que vai trazer, essencialmente, três vantagens nunca antes imaginadas: um mais baixo custo, uma maior rapidez na produção e, sobretudo, a fixação de um texto. É evidente que até aí, os erros inocentes ou voluntários dos copistas multiplicavam-se e acumulavam-se, dando origem à corrupção de alguns textos, alteração esta que tinha muito peso em

---

<sup>13</sup> José V. de Pina MARTINS, *Para a história da cultura portuguesa do Renascimento*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 28.

<sup>14</sup> Svend DAHL, *Historia del libro*. 5.<sup>a</sup> ed. Madrid, Alianza Editorial, 1990, p. 73; D. C. MCMURTRIE, op. cit., p. 157.

matérias sensíveis como a da interpretação da Sagrada Escritura, da Teologia ou mesmo em obras de índole jurídica, tanto do direito civil como do canônico. Várias foram as medidas levadas a cabo para o exame da fidedignidade e ortodoxia desses textos, criando-se para o efeito juntas mistas de professores e estudiosos que avaliavam a autenticidade das afirmações neles contidas. Mas tal inconveniente via-se agora ultrapassado!

A nova técnica, com todas as vantagens referidas, aliada a um outro fator que não pode ser ignorado e que é o veículo de toda esta cultura – a língua latina – irá acelerar a difusão da informação e facilitar sobremaneira a sua rápida divulgação. Se a estes elementos acrescentarmos a não existência de fronteiras, a livre circulação de livros, a enorme produção saída dos prelos das principais cidades europeias em sucessivas edições – basta ver que um autor, desde que reconhecida a sua competência, podia ver as suas obras publicadas em qualquer cidade importante, como é o caso de muitos autores portugueses –, pode imaginar-se o imenso espólio publicado durante este período, saído em sucessivas edições com adições e revisões oportunas.

O mundo das universidades, tanto da parte dos docentes como dos estudantes, constituiria, pois, o maior beneficiário desta “nova tecnologia”.

Contudo, os modelos da escrita, ou seja, a apresentação gráfica dos textos, continuava a ser a dos manuscritos<sup>15</sup>: os tipos góticos nas suas diferentes versões, a implantação da página a duas colunas dispostas rigorosamente numa caixa de escrita que obedecia aos cânones estéticos tradicionais, o intercolúnio equilibrado, os espaços interlineares bem definidos, os brancos para as letras capitais a ornamentar posteriormente à mão, a ausência de título, iniciando-se o texto pelo *incipit*, os títulos dos capítulos inscritos

---

<sup>15</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, op. cit., pp. 129 e seg.



a vermelho, as letrinas, a alternância cromática obrigatória das iniciais nuas, variando entre o vermelho e o azul, os reclamos para auxiliar na leitura ininterrupta e na colação da encadernação, a foliação; enfim, em tudo o incunábulo vai assemelhar-se ao manuscrito e incunábulo quer dizer isso mesmo: livro no berço, livro no início, sendo neste momento que ele começa a adquirir a sua própria identidade.

Não admira que esta “colagem” ao manuscrito seja tão manifesta: é que, ao contrário dos nossos dias, em que a ânsia de novidade nos seduz e atrai, nos meados de Quatrocentos tudo o que fosse novidade trazia consigo uma certa desconfiança e, por outro lado, o despojamento do impresso em termos decorativos, a ausência das preciosas iluminuras, da riqueza cromática das imagens, ditava a necessidade de tentar, tanto quanto possível, assemelhar o novo produto ao produto já conhecido procurando escamotear, de certo modo, a ausência daqueles elementos que enriqueciam o manuscrito e que o livro impresso não conseguia apresentar. Mas as vantagens atrás citadas cedo se evidenciaram, e foram poucos os anos que mediarão até que o livro adquirisse a sua própria identidade e se produzissem novos tipos, redondos e herdeiros dos tipos romanos (de tal modo que ainda hoje assim são chamados)<sup>16</sup>, a grande novidade da criação de uma página de título, quase tímida de início, mas complementada a pouco e pouco com elementos variados como a marca tipográfica e enquadramentos de tarjas decorativas; os dados relativos à impressão ainda eram colhidos do cólofon, onde se mencionava o lugar, a oficina e a data, completando o ano com a menção do mês e dia e, frequentemente, o santo venerado nessa mesma data.

---

<sup>16</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, op. cit., pp. 116 e seg.



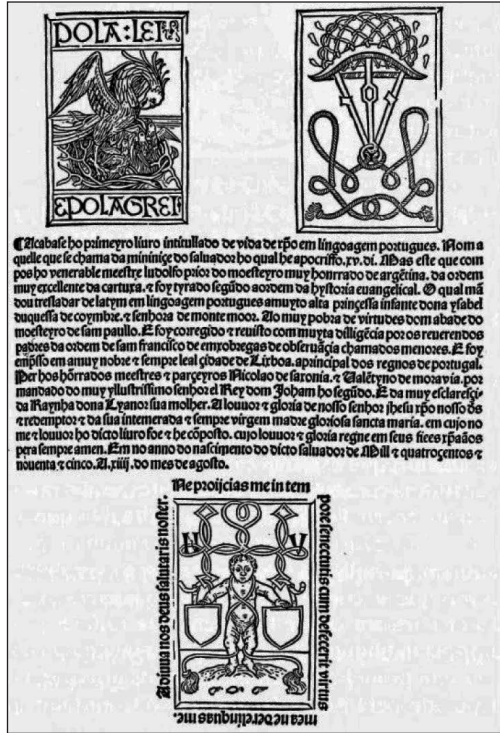


Figura 4 – Cólófon da *Vita Christi* impressa em Lisboa em 1495

A paginação, precedida pela foliação, foi também uma novidade introduzida pelo famoso Aldo Manuzio que veio facilitar sobremaneira o manuseio do livro, ao mesmo tempo que auxiliava a assinatura dos cadernos que, também, passam a ser ordenados segundo as letras do alfabeto. A complementar esta nova estrutura do livro, e numa fase um pouco mais tardia, o enquadramento copiado da arquitetura da época vem enriquecer de tal modo a página de rosto que ela passa a certa altura a chamar-se “portada”. Aqui vemos simbolizada, igualmente, a entrada no templo do Saber a que nem todos têm acesso, porque apenas reservada aos privilegiados! Voltando ainda ao mesmo impressor veneziano, será de toda a justiça referir que a ele se deve igualmente o formato

in-oitavo, o comumente designado livro de bolso que muitos pensam ser uma invenção do nosso tempo. E a criação de um tipo cursivo, o itálico ou aldino, que vai conferir novo ritmo à composição tipográfica, permitindo distinguir as citações dos clássicos também foi invenção sua<sup>17</sup>.



Figura 5 – Portada de estilo arquitetónico das *Obras* de São João Crisóstomo, impressas em Eton, em 1613

No entanto, ainda não estavam superadas todas as dificuldades... Que dizer da inserção de gravuras no texto<sup>18</sup>? Se ainda hoje é complicada a indentação de um texto para colocar a iconografia que o deva acompanhar, poderemos imaginar o que seria, num texto a duas colunas, composto em caracteres góticos, implantar

<sup>17</sup> D. C. MCMURTRIE, op. cit., pp. 226 e seg.

<sup>18</sup> José V. de Pina MARTINS, op. cit., pp. 20 e seg.

a meio um texto de Aristóteles ou de outro autor clássico que se comentava – o ensino medieval, como sabemos, era feito à base do comentário –, texto esse que servia de base à *lectio* e que era composto num corpo maior do que o da glosa que o rodeava e que procurava explicá-lo.

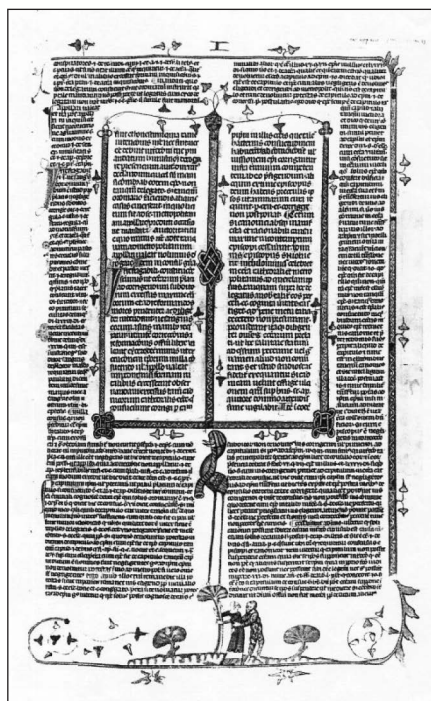


Figura 6 – Página das *Decretais* de Gregório IX com glosas de Bernardo di Parma, obra manuscrita em Itália e iluminada provavelmente em Londres nos inícios do século XIV

Mas as dificuldades não eram menores quando, numa obra de Galeno, de Dioscórides, de Avicena ou de Euclides, se pretendiam inserir desenhos de instrumentos cirúrgicos, de plantas ou de diagramas matemáticos que vinham explicitar o texto. Em 1482, em Veneza, Erhard Ratdolt publica justamente os *Elementos de Geometria* de Euclides em que emprega cerca de 420 xilogravuras

diferentes e ainda 200 diagramas que deverão ter sido compostos com réguas metálicas. Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra existe uma obra de Pedro Hispano que, impressa em Reutlingen em 1486, embora de aspeto mais modesto, apresenta diagramas deste tipo<sup>19</sup>.



Figura 7 – *Elementos de Geometria* de Euclides

Mas não só. Também a composição musical apresentava dificuldades técnicas de superação igualmente complicada e específica: era preciso imprimir as linhas da pauta e os símbolos das notas deveriam assentar rigorosamente sobre elas; de início preenchiam-se à mão os trechos musicais inseridos no texto, mas a pouco e pouco começou a gravar-se a notação musical numa chapa de madeira ou de metal que se inseria na forma e se imprimia com

<sup>19</sup> L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, op. cit., pp. 140 e seg.; D. C. MCMURTRIE, op. cit., pp. 261 e seg.

o tipo, o que aconteceu no *Musices opusculum* de Niccolò Burci, obra impressa em Bolonha em 1487. Outras vezes, gravavam-se as notas devidamente colocadas e espacejadas, deixando ao rubricador ou ao comprador da obra o trabalho de desenhar as linhas da pauta. Uma outra solução consistia em imprimir as linhas da pauta, de modo que a pessoa que adquiria o livro tivesse a liberdade de inserir as notas dos cantos adotados no centro eclesiástico para o qual se comprara o livro; isto permitia uma escolha local da música religiosa, mas por vezes essa solução não era a melhor, pela falta de habilidade do escriba amador...

Com o tempo foram sendo superadas as dificuldades, imprimindo as notas e as palavras do texto ao mesmo tempo e, numa segunda impressão, as linhas da pauta a vermelho. A primeira obra impressa deste modo foi um missal dado à estampa em 1476, cujo cólofon nos informa desta nova técnica.



Figura 8 – Livro de música onde já figura o pentagrama

No caso das hagiografias, textos em que as vidas dos santos eram acompanhadas pelas respetivas imagens, havia dificuldades semelhantes, mas aqui o assunto ficava relativamente simplificado

porque essas imagens repetiam-se muitas vezes<sup>20</sup>. Estes inconvenientes não obstaram, contudo, à impressão de muitas obras com descrições de cidades como o tão célebre *Liber chronicarum*, mais conhecido como *Crónica de Nuremberga*, datado de 1493 que apresenta 645 xilogravuras, algumas usadas também mais do que uma vez, pelo que são 1809 as estampas impressas com vistas das cidades, a maior parte das quais fantasiosas!

E, já que se fala de Nuremberga, não pode esquecer-se o grande mestre da gravura, Albrecht Dürer, que nesta cidade viu publicadas muitas das suas obras<sup>21</sup>.

Portugal assistiu, nos finais do século XV, à introdução desta nova “tecnologia”, mais precisamente em 1487, por mão da imprensa hebraica, em Faro, com a publicação do *Pentateuco*, saído dos prelos de Samuel Gacon. De resto, durante mais ou menos uma década, foi bastante numerosa a produção tipográfica saída dos prelos judaicos, mais precisamente treze textos. O *Tratado de Confissom* impresso em Chaves por impressor desconhecido, provavelmente ambulante e com data de 1489, é a única obra datada e redigida em “linguagem” mais antiga, embora durante muito tempo se considerasse o *Sacramental* (uma obra mais vasta, visto que abarca todos os sacramentos e cujo único exemplar existente está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), a primeira obra escrita em português impressa em Portugal<sup>22</sup>.

A *Vita Christi*, texto atribuído a Ludolfo de Saxónia, é publicada em Lisboa em 1495 sob os auspícios da Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, que patrocina a impressão pelos dois “parceiros” alemães Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes de Morávia; esta

---

<sup>20</sup> José V. de Pina MARTINS, op. cit., pp. 52 e seg.

<sup>21</sup> José V. de Pina MARTINS, op. cit., pp. 10 e seg.

<sup>22</sup> Artur ANSELMO, *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, pp. 95 e seg.



obra, contudo, apresenta características que poderíamos chamar “mistas”, pois a par de elementos iconográficos de recorte germânico, denota também, por força do próprio mecenato que a apadrinhou, algumas gravuras abertas propositadamente para a edição.

Muitas outras obras se lhe seguiriam, ainda no século XV, de entre as quais se contam oito redigidas em português e nove em latim.

O caminho estava iniciado! Não pode dizer-se que não houve conquistas posteriores, não só no domínio da técnica tipográfica, como na variedade dos textos, pois com o passar dos séculos os horizontes foram-se abrindo e novas áreas do conhecimento se expandiram, dando origem a uma proliferação de obras da mais variada índole, até porque novas terras se iam descobrindo, diferentes contextos históricos se apresentavam, novos interesses se despertavam, ao mesmo tempo que o universo dos leitores ou utilizadores, como hoje diríamos, se alargava também.

E depois nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX o livro vai rompendo com os esquemas do passado e vai procurando, ele também, conquistar novos espaços e novos leitores.

Regressando aos pioneiros, aqueles que desbravaram estes novos territórios de uma nova “conquista tecnológica”, com todas as dificuldades que tiveram de superar e que merecem a nossa homenagem, seria interessante, à guisa de remate, deixar uma nota final: é um dado certamente conhecido de muitos e que reputamos do maior interesse para a cidade de Coimbra. Como é sobejamente conhecido, o *scriptorium* do Mosteiro de Santa Cruz produziu códices maravilhosos que só por ignorância e descaso não enriquecem hoje as bibliotecas desta cidade. Salvaguardaram-se alguns, enormes, pesados, com música litúrgica do mesmo Mosteiro que presidiram certamente às cerimónias dos Cónegos Regrantes; provavelmente seriam difíceis de transportar ou quem “transferiu” os restantes (os tais magnificamente iluminados), nada entendia de música. Outros códices manuscritos em cadernos de

papel, bem mais modestos, albergam as produções musicais de D. Pedro de Cristo e de D. Pedro da Esperança, cónegos agostinhos músicos do mesmo Mosteiro, dos finais do século XVI, meados do XVII, cuja música tinha tanta qualidade como a de um Tomás Luis de Victoria. Esses códices repousam hoje, em paz, no espólio musical da Biblioteca Geral da Universidade.

Mas a nota mais curiosa com que quero rematar, é que são os Cónegos Crúzios que nos anos 30 do século XVI se irão converter à novidade tecnológica: convidam Germão Galharde, impressor de origem francesa radicado em Portugal havia já alguns anos, para vir ensinar-lhes a nova técnica de “imprimissão”. E publicaram várias obras, os tais cónegos, entre as quais o *Livro das Constituiçoens... da Congregaçam de Sancta Cruz de Coimbra...* publicado em 1558, até que provavelmente se cansaram e enviaram os prelos e demais material tipográfico para São Vicente de Fora, em Lisboa, um mosteiro da mesma Ordem, que continuou esse labor.



Figura 9 – *Livro das Constituiçoens... Sancta Cruz de Coimbra* impresso no Mosteiro em 1558



## Referências bibliográficas

- ADVERSI, Aldo, *Storia del libro*. Bologna, Sansoni, 1963.
- ANSELMO, Artur, *Estudos de história do livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997.
- ANSELMO, Artur, *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- AVRIN, Leila, *Scribes, script and books: the book arts from Antiquity to the Renaissance*. Chicago, American Library Association; London, The British Library, 1991.
- DAHL, Svend, *Historia del libro*. 5.<sup>a</sup> ed. Madrid, Alianza Editorial, 1990.
- DESLANDES, Venâncio, *Documentos para a historia da typografia portugueza nos seculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra, Almedina, 2008.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971.
- GROLIER, Éric de, *Histoire du livre*. Paris, Presses Universitaires de France, 1954.
- MARTIN, Henri-Jean, *La naissance du livre moderne: XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles*. Paris, Cercle de la Librairie, 2000.
- MARTÍN ABAD, Julián, *Post-incunables ibéricos*. Madrid, Ollero y Ramos, 2001.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José, *Pequena historia del libro*. 3.<sup>a</sup> ed. rev. y ampl. Gijon, Trea, 1999.
- MARTINS, José V. de Pina, *Para a história da cultura portuguesa do Renascimento: a iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- MCMURTRIE, Douglas C., *O livro: impressão e fabrico*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- PEIXOTO, Jorge, *História do livro impresso em Portugal*. Coimbra, Atlântida, 1967.
- SILVA, Inocêncio Francisco da [et al.], *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.
- SILVA, J. A. Telles da, *Manuscritos e livros valiosos: com um ensaio bio-bibliográfico "Como se organiza uma biblioteca privada" por Alberto Navarro (Visconde da Trindade)*. Lisboa, Ed. do A., 1971-1972.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral – *Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra, BGUC, 1970.
- VITERBO, Francisco de Sousa, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

(Página deixada propositadamente em branco)

**VENTURAS E DESVENTURAS  
DE JOÃO FERNANDES, LIVREIRO DE LISBOA,  
EM MEADOS DE QUINHENTOS**

**THE ADVENTURES AND MISADVENTURES  
OF JOÃO FERNANDES, A MID-SIXTEENTH CENTURY  
BOOKSELLER FROM LISBON**

*António Manuel Lopes Andrade*<sup>1</sup>

**Resumo:** Muitos foram os cristãos-novos que abandonaram a cidade de Lisboa, cuja imponente Rua Nova dos Mercadores, pela sua magnificência, requinte e ostentação, impunha o respeito e a admiração de toda a Europa de Quinhentos. Debaixo das suas amplas arcadas, albergavam-se as tendas dos maiores livreiros da capital, à porta das quais os mais letrados compulsavam, avidamente, as novidades editoriais. A partir de documentação portuguesa e italiana, perscrutar-se-á o quotidiano de João Fernandes, um proeminente livreiro e mercador de livros, em atividade desde a década

---

<sup>1</sup> Centro de Línguas, Literaturas e Culturas / Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro: aandrade@ua.pt. Manifestamos o nosso penhorado agradecimento aos colegas e amigos Annemarie Jordan Gschwend, Hugo Crespo, João Torrão, Júlio Costa, Maria da Graça Pericão, Pedro de Azevedo e Susana Mateus pelas valiosas indicações e sugestões que muito enriqueceram o presente estudo.

de vinte, a quem se ficou a dever o patrocínio de uma das edições do mais famoso tratado português de aritmética de Quinhentos. Procurar-se-á traçar o percurso atribulado deste livreiro cristão-novo, fugido de Lisboa rumo a Antuérpia e a Ferrara, depois de ter sido processado por judaísmo e preso, por ordem do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, em 1543. **Palavras-chave:** João Fernandes (Samuel Picho); História do Livro; Livreiros de Lisboa; Rua Nova dos Mercadores; Humanismo e Diáspora

**Abstract:** Many were the New Christians that left Lisbon, the capital of the reign in which the imposing Rua Nova dos Mercadores, by virtue of its magnificence, refinement and lavishness, instilled respect and admiration throughout the whole of Europe in the 16th century. Under its wide arcades had settled the most eminent booksellers whom men of letters eagerly resorted to in demand for fresh publications. Based on Portuguese and Italian documentation we will investigate the daily routine of João Fernandes, a prominent bookseller and book merchant, in business since the twenties, to whose patronage we owe one of the editions of the most famous 16th century Portuguese treatise on arithmetic. We will follow the troublesome route of this New Christian bookseller who fled from Lisbon headed for Antwerp and Ferrara, after having been arrested and convicted for Judaism in the Lisbon Court of the Holy Office, in 1543.

**Keywords:** João Fernandes (Samuel Picho); History of the Book; Lisbon Booksellers; Rua Nova dos Mercadores; Humanism and Diaspora

## TORDO

Que o tordo continue a devorar a azeitona madura de Alvito;  
Para, em minha opinião, se tornar a primeira entre as aves<sup>2</sup>.

Diogo Pires, *Cato Minor*, 1596

### 1. Introdução

Em meados de Quinhentos encontra-se em Ferrara um certo “*librarius portugalensis*”<sup>3</sup>, chamado João Fernandes, na companhia de vários elementos da sua família mais próxima. Quem é, de facto, este homem? Que segredos esconde o seu passado? Por que razão surge, amiúde, designado na documentação italiana como “livreiro português”? Na verdade, o percurso atribulado deste indivíduo representa um exemplo paradigmático do que foi a ação notável dos cristãos-novos, desde as primeiras décadas do século XVI, tanto em Portugal como na diáspora, no plano cultural, político, económico e religioso. O estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536, marcou o final de um ciclo alargado de relativa segurança e prosperidade para os cristãos-novos desde a Conversão Geral, em 1497. A intolerância religiosa e a perseguição movida aos cristãos-novos, tantas vezes acusados de judaizar, acentuaram-se bastante nos primeiros anos da década de quarenta com o apertar da malha

---

<sup>2</sup> Diogo PIRES, *Cato Minor*. Veneza, 1596, p. 60 (*TVRDVS / Deuoret Aluiti maturam turdus oliuam; / Iudice me primus fiat ut inter aues.*). Tradução de Carlos Ascenso ANDRÉ, *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – INIC, 1992, p. 75.

<sup>3</sup> Renata SEGRE, “Contribución documental a la historia de la imprenta Usque y de su edición de la Biblia”, in Iacob M. HASSÁN (ed.), *Introducción a la Biblia de Ferrara*. Actas del Simposio Internacional sobre la Biblia de Ferrara (Sevilla, noviembre de 1991). Madrid, Comisión Nacional Quinto Centenario-Universidad de Sevilla-CSIC, 1994, pp. 208-209.

inquisitorial e com o início da realização anual dos autos-da-fé – o primeiro realizado na cidade de Lisboa celebrou-se em finais de 1540. Nesta altura, tornou-se evidente para cada vez mais cristãos-novos que a única saída seria abandonar Portugal rumo à segurança, liberdade religiosa e oportunidades que poderiam desfrutar em Antuérpia ou em outros portos, ainda mais seguros, como as cidades italianas de Ferrara, Ancona ou Veneza. Mesmo os que foram adiando a sua decisão, como o livreiro João Fernandes, quiçá na esperança de melhores dias ou por não quererem abandonar os seus negócios ou, até, por se julgarem a salvo da crescente ameaça, com o decorrer dos dias viram as suas expectativas completamente frustradas, à medida que, pouco a pouco, o braço comprido do Tribunal do Santo Ofício se aproximava dos conhecidos, dos amigos, dos familiares, acabando mesmo, num ou noutro caso, por os alcançar. A insegurança crescente entre os cristãos-novos motivada pelo avolumar de delações, acusações, prisões e condenações, bem patente nos inúmeros processos inquisitoriais, teve como consequência, evidentemente, o desterro de milhares de pessoas que, de um dia para o outro, deixavam para trás uma parte significativa das suas vidas. Unir estes dois tempos no percurso dos que abandonaram o país, o da permanência em Portugal e o do desterro, é um exercício complexo, não isento de inúmeras dificuldades, mas tem o condão de nos revelar, em toda a sua plenitude, as venturas e as desventuras daqueles que trilharam este caminho difícil, expondo as consequências desta autêntica sangria a que o Reino se viu sujeito. Ora, é isso mesmo que se procura fazer neste trabalho a partir do caso exemplar de João Fernandes, alumando duas etapas bem diferenciadas da sua vida: num dia, um dos maiores livreiros da cidade de Lisboa; no outro, um cristão-novo português desterrado na cidade de Ferrara.

## 2. João Fernandes, Mercador de Livros e Livreiro de Lisboa

Houve, desde sempre, uma certa ambivalência no que concerne à significação exata dos termos “livreiro” e “mercador de livros”, não obstante se considerar que o livreiro, *stricto sensu*, é o oficial mecânico que encaderna e vende livros a retalho adquiridos ao impressor ou ao mercador, ao passo que o mercador de livros negocia por grosso, seja custeando total ou parcialmente uma edição ao impressor, seja importando do estrangeiro livros em grande quantidade. Veja-se a forma como Fernando Guedes traça, com clareza, esta distinção formal entre livreiro e mercador de livros:

A distinção principal, contudo, deveria centrar-se no próprio negócio de cada um. O livreiro (oficial mecânico) venderia, encadernados por si e a retalho (ou “por miúdo” como então se dizia), os livros que adquiria ao impressor (nacional ou estrangeiro) ou ao mercador. Este, ou porque encomendara (ou adquirira, total ou parcialmente) uma edição ao impressor, ou porque importava de países estrangeiros em larga quantidade, só deveria praticar o comércio por junto. Se tudo se processasse correctamente, teríamos assim que, independentemente da forma como adquiriam os livros, na venda o livreiro praticava fundamentalmente o comércio de retalho e o mercador só deveria negociar por grosso<sup>4</sup>.

Na prática, verifica-se que esta distinção, com frequência, não corresponde ao uso comum dos termos em análise, sendo que a palavra “livreiro” tanto é usada na sua aceção primitiva de oficial mecânico que cose, encaderna, encapa e vende livros, como

---

<sup>4</sup> Fernando GUEDES, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*. Braga, Verbo, 2005, pp. 26-27.

também se generaliza, abarcando, não raras vezes, as funções adstritas aos diversos ofícios da produção do livro, nomeadamente a de mercador de livros e, até, a do próprio impressor<sup>5</sup>. Por isso, colocam-se habitualmente algumas reservas ao número de “Livreiros cinquenta e quatro” apontado por Cristóvão Rodrigues de Oliveira na sua descrição de Lisboa de meados do século XVI<sup>6</sup>, porque este número considerável englobava, sob a designação de livreiro, diversas ocupações envolvidas na produção e comércio do livro, desde o aprendiz, passando genericamente pelo oficial de livraria (então designado por “obreiro”), algumas vezes especializado em determinadas tarefas (e. g. encadernador), até ao mercador de livros. O número de livrarias existentes na capital em meados de Quinhentos seria, decerto, bastante inferior, não ultrapassando as duas dezenas. De facto, segundo João Brandão, em 1552, havia 20 tendas de livreiros em Lisboa “e na maior parte delas três, quatro criados”, sendo que onze se localizavam na Rua Nova dos Mercadores<sup>7</sup>.

A primeira notícia que temos sobre João Fernandes, datada de 1530, representa também uma das primeiras ocorrências em Portugal a ilustrar a atividade de um mercador de livros. Com efeito, é sabido que João Fernandes custeou a segunda edição do mais famoso tratado português de aritmética de Quinhentos, da autoria de Gaspar

---

<sup>5</sup> Para uma análise pormenorizada da distinção entre livreiro, editor, mercador de livros e impressor ao longo dos séculos XVI e XVII, cf. Artur ANSELMO, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII”: *Revista Portuguesa de História do Livro* 2 (1997), pp. 47-68; F. GUEDES, op. cit., pp. 11-28; 41-51.

<sup>6</sup> Cristóvão Rodrigues de OLIVEIRA, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Horizonte, 1987, p. 94.

<sup>7</sup> João BRANDÃO, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 99 e 185. Trata-se da edição do manuscrito *Estatística de Lisboa, de 1552*, à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (Cod. 679).



Nicolás, impresso nos prelos de Germão Galharde<sup>8</sup>. Apesar de se não conhecer atualmente nenhum exemplar desta edição, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, no século XIX, teve nas suas mãos este raríssimo livro, descrevendo, em pormenor, tanto a folha de rosto, como o colofão, no *Diccionario Bibliographico Portuguez*<sup>9</sup>:

*Tractado da pratica Darismetica ordenada por Gaspar Nicolas e empremada com priuilegio del Rei nosso senhor. – É quanto se vê no frontispicio, adornado com o brasão das armas de que usa a casa do Cadaval, iluminado de encarnado nas quartelas e sem corôa, e tendo em roda uma cercadura de figura quadrada. No fim tem a seguinte declaração: Foy acabada dempremir a dita pratica darismetica em a muyto nobre e sempre leal cidade de Lixboa, per Germã Galharde frãces. A qual pratica foy ordenada per Gaspar Nicolas. E empremada a costa de Joã fernandez mercador de libros. Aos 6 dias do mez de dezêbro. Na era do Senhor de 1530. Com priuilegio de sua alteza. – Em 4.º*

O patrocínio deste tratado de Gaspar Nicolás é bem revelador da capacidade financeira e comercial de João Fernandes, que não enjeitou a oportunidade de patrocinar a segunda edição deste famoso tratado de aritmética comercial, um autêntico êxito editorial com mais de uma dezena de edições entre os séculos XVI e XVIII<sup>10</sup>. Tratava-se, de facto, de uma obra essencial nas mãos de quem necessitava de

---

<sup>8</sup> António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 169, n.º 590.

<sup>9</sup> Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Terceiro. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1859, pp. 131-132.

<sup>10</sup> Sobre os três tratados portugueses de aritmética comercial quincentistas (Gaspar Nicolás, Rui Mendes e Bento Fernandes), veja-se o estudo fundamental de A. A. Marques de ALMEIDA, *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. *Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, 2 vols.

aprender as práticas e transações do comércio nacional e internacional nas várias praças europeias, tantas vezes jovens agentes das famílias cristãs-novas envolvidas no comércio internacional, sobretudo no eixo Lisboa-Antuérpia. É esse o mercado privilegiado deste livro escrito em português e, por isso, destinado prioritariamente aos mercadores nacionais que operavam dentro e fora do país.



Figura 1 – Rosto da *editio princeps* do tratado de Gaspar Nicolás (Lisboa, 1519). Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

João Fernandes, como se verá, pertence a uma família de proeminentes mercadores portugueses, sendo o único, que se conheça, a enveredar pelo negócio dos livros. Não se sabe exatamente quando é que João Fernandes abriu a sua “tenda” de livreiro na Rua Nova

dos Mercadores, ou dos Ferros<sup>11</sup>, em Lisboa, mas é bem possível que estivesse já estabelecido como livreiro, quando se abalçou no negócio do tratado de Gaspar Nicolás, no final de 1530. De facto, nada impedia que acumulasse, com proveito, as atividades de livreiro e de mercador de livros, negociando simultaneamente por grosso e a retalho. Tudo leva a crer que João Fernandes, depois de aprender o ofício em Lisboa, tomou a decisão de se dedicar, desde muito cedo, a diferentes áreas do negócio do livro em simultâneo, aproveitando, naturalmente, as relações e contactos privilegiados que mantinha com os meios científicos, financeiros e mercantis.

Voltamos a ter duas notícias do livreiro João Fernandes apenas em 1539, quando a atuação do Tribunal do Santo Ofício se intensificou depois de o cardeal-infante D. Henrique ter assumido as funções de inquisidor-geral, em meados desse mesmo ano. Pouco tempo antes, nos primeiros dias de fevereiro, o humanista António Luís vê-se a braços com um processo inquisitorial, acusado de ter estado envolvido na criação de um panfleto apologético anticristão afixado em algumas igrejas de Lisboa, tendo ficado detido durante cerca de 11 dias<sup>12</sup>. Sublinhe-se que as testemunhas do processo afirmaram que na casa de António Luís, situada nas proximidades da livraria de

---

<sup>11</sup> A identificação por Annemarie Jordan de uma magnífica vista quincentista da Rua Nova dos Mercadores (c.1570-1619), duas telas com uma larga panorâmica desta artéria nevrálgica da Lisboa do século XVI, esteve na base da publicação de um livro [Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015] e da organização da notável exposição “A Cidade Global. Lisboa no Renascimento” (Museu Nacional de Arte Antiga, 23 de fevereiro a 9 de abril de 2017), da qual resultou a publicação do seguinte catálogo: Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.

<sup>12</sup> Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, processo n.º 7807 (“Auto que se fez sobre o licenciado António Luís...”). Processo transcrito por Mário Brandão, in Francisco Leitão FERREIRA, *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*. Volume III (Tomo I). Coimbra, Por ordem da Universidade, 1944, pp. 728-746.

João Fernandes, se reuniam com frequência muitos cristãos-novos, sendo o médico conhecido entre eles como “o grande philosopho”. No decurso das buscas à casa de António Luís, em São Julião, o inquisidor João de Melo perguntou-lhe onde comprava o papel em que escrevia as suas obras, ao que o médico olisiponense lhe respondeu que utilizava, há mais de um ano, “papel dalvarrada”<sup>13</sup> que lhe vendia o livreiro João Fernandes a 30 reais a mão<sup>14</sup>:

[...] e perguntado que em que papel espreja suas obras / dise que quando espreja que avera mais de hum ano era em papel dalvarrada que lhe vendia yoam fernandez liureiro a xxx reais a mão<sup>15</sup>.

A palavra “albarrada” serve aqui para caracterizar o tipo de papel através do motivo usado na marca de água. De facto, o jarro surge representado, através de diversas variantes, no papel de produção francesa utilizado por vários impressores em Portugal, nas décadas de trinta e quarenta do século XVI (entre 1535 e 1543), como Germão Galharde, Luís Rodrigues ou João Álvares e João de Barreira<sup>16</sup>.

É muito provável que o papel de escrever vendido por João Fernandes a António Luís tenha a mesma proveniência, por exemplo, daquele que, no mesmo ano de 1539, foi utilizado pelo impressor

---

<sup>13</sup> “Albarrada” é uma palavra de origem árabe que designa um jarro, com ou sem asas, para guardar água fresca ou colocar flores. Rafael BLUTEAU, *sub verbo* “albarrada”, diz que é “um vaso com asas, em que se costumava por flores”. Cf. *Vocabulario portuguez e latino...* [primeiro volume]. Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 212.

<sup>14</sup> Segundo Rafael BLUTEAU, *sub verbo* “maõ”, uma “mão de papel” corresponde a “vinte & cinco folhas de papel dobradas”. Cf. *Vocabulario portuguez e latino...* [quinto volume]. Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 310.

<sup>15</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Oficio*, Inquirição de Lisboa, Processo n.º 7807, fl. 9v.

<sup>16</sup> Arnaldo Faria de Ataíde e MELO, *O papel como elemento de identificação*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926, pp. 38-40 (n.º 29-41), 71. Na figura 2, reproduz-se a marca de água que se encontra no final deste livro. Sobre a importância das marcas de água como fonte de conhecimento da arte de fazer papel, veja-se Maria José Ferreira dos SANTOS, “Marcas de água e história do papel”: *Cultura* 33 (2014), pp. 11-29.

Luís Rodrigues na impressão da *Panagyrica oratio*<sup>17</sup> da autoria do próprio António Luís. É curioso, ainda, acrescentar que um dos denunciadores de António Luís, um iluminador que era seu senhorio, declara que o médico lhe entregava todas as semanas grande quantidade de penas de escrever para afiar e de papel para regrar, o mesmo que o médico adquiria ao livreiro.

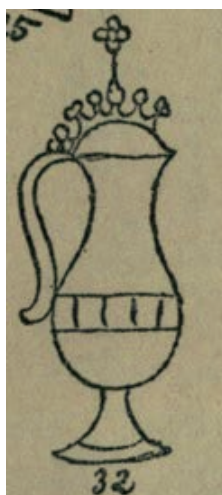


Figura 2 – Marca de água da *Panagyrica oratio* (Lisboa, 1539)

Por outra parte, existe também um mandado do cardeal-infante D. Afonso ao tesoureiro de sua casa, datado de 23 de setembro de 1539, em que ordena fossem dados quatro cruzados ao livreiro João Fernandes por um livro não identificado que lhe havia sido comprado para a Sé de Évora, quantia que o próprio recebeu a 11 de janeiro de 1540, conforme comprova a aposição da sua assinatura no documento<sup>18</sup>:

---

<sup>17</sup> António Joaquim ANSELMO, op. cit., p. 204, n.º 1006.

<sup>18</sup> DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 65, Documento 82. Veja-se a transcrição do documento em Sousa VITERBO, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 341.

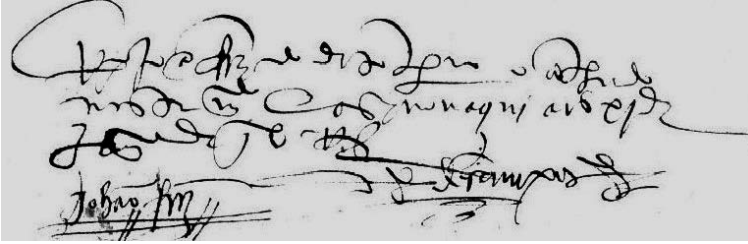


Figura 3 – Recibo com a assinatura do livreiro João Fernandes.  
ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 65, doc. 82

Volvidos dois anos e meio, em junho de 1542, temos notícia de que João Fernandes volta a estar envolvido na edição de um livro, em Lisboa, desta feita saído dos prelos de Luís Rodrigues<sup>19</sup>. Trata-se de um livro de orações para cada dia do ano, com os ofícios e leituras dos santos para os dias respetivos, de acordo com o novo calendário romano mandado publicar, pouco antes, por D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, arcebispo de Lisboa, que deviam ser recitadas e observadas pelos eclesiásticos e sacerdotes na diocese de Lisboa. Ora, no final do colofão deste raríssimo livro (não se encontra registado no catálogo de António J. Anselmo) assinala-se que o mesmo se encontra à venda, em casa de João Fernandes<sup>20</sup>, somente pelo preço de 70 reais, em folha (“Venundatur in aedibus Ioannis Fernandi. Precio duntaxat Reaes.70.in albis.”)<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> *ORDO ORANDI singulis diebus per annum secundum ordinem noui kalendarij romani nuper editi ab Illustrissimo ac Reuerendissimo domino D. Ferdinando Archipresul huius ciuitatis Olisiponne [...].* Olisipone, apud Ludouicum Rodoricum, 1542. Temos conhecimento apenas do exemplar à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (cota RES. 3123 P.), cuja cópia digital se encontra disponível em <http://purl.pt/23218>. Devemos a indicação deste livro ao Dr. Júlio Costa, a quem manifestamos o nosso penhorado agradecimento pelo apoio prestado.

<sup>20</sup> No catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal surgem identificados sob o mesmo registo (Fernandes, João, fl. 1578-1579) o livreiro João Fernandes e um homónimo, que imprimiu duas obras em 1579, sendo naturalmente indivíduos diferentes.

<sup>21</sup> Nesta época, os livreiros recebiam, por regra, os livros dos impressores *em folha* (“in albis”), podendo ser depois decorados e encadernados na livraria segundo a vontade do cliente, mediante o pagamento de um custo adicional. Veja-se Simon



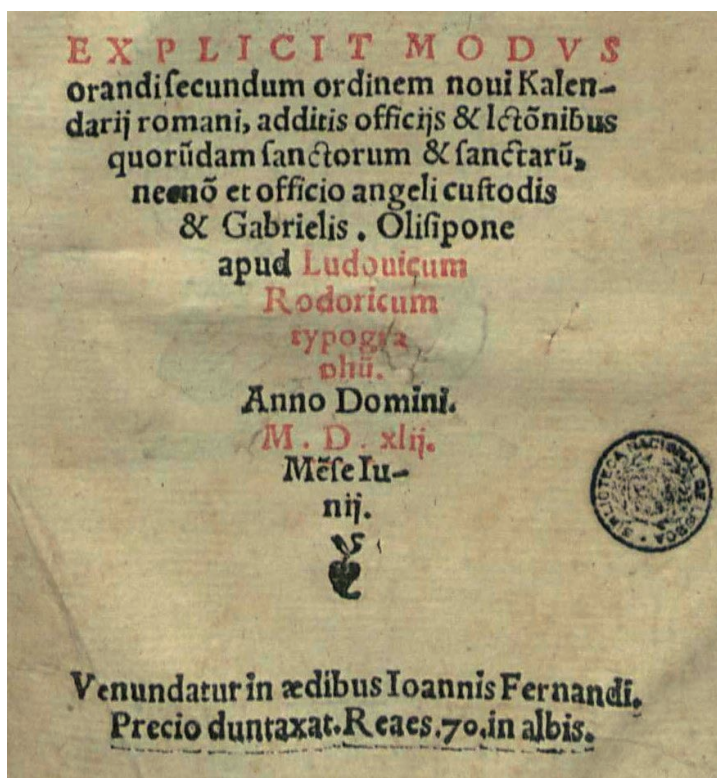


Figura 4 – Colofão de *Ordo orandi...* (Lisboa, 1542).  
Biblioteca Nacional de Portugal (RES. 3123 P.)

Note-se o carácter publicitário desta anotação, acentuando o preço apelativo e indicando aos potenciais compradores que o livro era vendido *em folha* ou *em papel* (“in albis”), uma sugestão, evidentemente, para que não só comprassem o livro na casa de João Fernandes, mas também lá o mandassem encadernar, o que implicava um custo adicional. Esta indicação explícita sobre o local de venda e o preço do livro, impresso a vermelho e negro, deixa supor que o livreiro terá custeado, total ou parcialmente, esta edição, à seme-

---

ELIOT, Jonathan ROSE (eds.), *A Companion to the History of the Book*. Oxford and Malden, Blackwell, 2007, p. 217.

lhança do que fizera antes com o tratado de Gaspar Nicolás, saído dos prelos de Germão Galharde. Convém sublinhar as relações que João Fernandes estabelece com estes dois importantes impressores, nomeadamente com Luís Rodrigues, que, como bem assinalou Artur Anselmo, é um primoroso impressor de textos humanísticos<sup>22</sup>.



Figura 5 – Rosto de *Ordo orandi...* (Lisboa, 1542).  
Biblioteca Nacional de Portugal (RES. 3123 P.)

<sup>22</sup> Artur ANSELMO, “O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos”: *Humanitas* 43-44 (1991-1992), pp. 369-376.



### 3. À porta da livraria de João Fernandes, na Rua Nova dos Mercadores

As poucas referências ao livreiro João Fernandes, no âmbito da História do Livro em Portugal, têm-se circunscrito às notícias atrás referidas do patrocínio da segunda edição do *Tratado da Prática d'Arismética* de Gaspar Nicolás (1530) e da venda do livro à casa do cardeal-infante D. Afonso (1539). A estes dois registos, porém, acresce um episódio muito curioso passado em 1547, à porta da livraria de João Fernandes, o qual esteve na origem do processo inquisitorial movido ao humanista Fernando Oliveira<sup>23</sup>. Foi precisamente na livraria então a cargo de Francisco Fernandes, situada na Rua Nova dos Mercadores, que se deu a alteração entre Fernando Oliveira e o livreiro João de Borgonha, no momento em que aquele estava à porta da livraria a folhear “huũ liuro que se chama ha esfera” (*Tratado da Sphera*) de Pedro Nunes, o que lhe haveria de valer um processo inquisitorial (1547-1551), na sequência do qual foi sentenciado em auto-da-fé, em setembro de 1548, tendo estado preso mais de dois anos<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 12099. Veja-se a transcrição integral do feito-crime de Fernando Oliveira publicada por Henrique Lopes de MENDONÇA, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898, pp. 99-128. Consulte-se também a súmula dos acontecimentos feita por Venâncio DESLANDES, *Documentos para a Historia da Typografia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 59-62, nota 1.

<sup>24</sup> Sobre a presença e a circulação do livro científico nas livrarias de Lisboa, cf. Rui Manuel LOUREIRO, “Ciência e conhecimento nas livrarias quinhentistas da Rua Nova dos Mercadores”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*, op. cit., pp. 88-95.

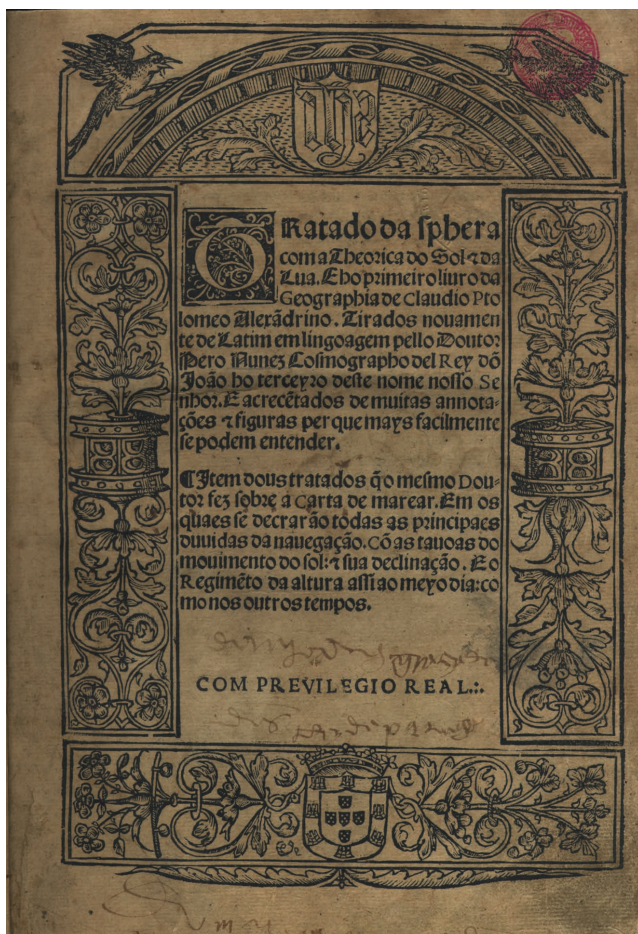


Figura 6 – Rosto do *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes (Lisboa, 1537). Biblioteca Pública Municipal do Porto (Y1-3-10)

Eis um resumo dos acontecimentos à luz dos interrogatórios do réu e dos depoimentos das testemunhas no processo. No dia 18 de novembro de 1547, Fernando Oliveira, acabado de regressar a Lisboa, vindo de Inglaterra, onde estivera ao serviço de Henrique VIII, dirigiu-se à livraria de Francisco Fernandes, a quem havia deixado um livro para encadernar e encomendado o referido tratado de Pedro Nunes. Assim que recebeu o livro, encaminhou-se para

a porta da livraria, sob as arcadas, talvez para assim o poder folhear com mais luz<sup>25</sup>. Nesta ocasião, foi reconhecido por André de Resende, de quem havia sido discípulo de gramática em Évora, o qual se encontrava nas proximidades, à porta da livraria de João de Borgonha. André de Resende logo comunica a sua descoberta a João de Borgonha, mostrando-se escandalizado pela forma indecorosa como o antigo frade de São Domingos trajava em hábito secular, segundo a descrição do livreiro, “com huña barba gramde e com huñ vestido curto e com huñ chapeo de feltro de seda na cabeça”. De imediato, João de Borgonha vai ao encontro de Fernando Oliveira, com quem entabula conversa e a quem interpela sobre o carácter e as ações do monarca inglês, na presença de várias testemunhas, entre as quais se contavam Francisco Fernandes, “que tem carrego da casa de Joham fernandez”, Luís Lasso “castelhano que trabalha na tenda de Jº Fernandez lyureyro” e o livreiro Pero Álvares, morador na Mouraria, atraído pelo alarido da discussão. Fernando Oliveira reage impetuosamente à provocação do livreiro, defendendo, com demasiado entusiasmo, o monarca inglês que havia renunciado à autoridade papal, uma questão bastante sensível à ortodoxia católica e que constituiria o cerne da acusação.

Decorridos poucos dias, Fernando Oliveira é detido e interrogado, sendo apresentadas como testemunhas da acusação João de Borgonha, Francisco Fernandes, Luís Lasso e Pero Álvares, cujos depoimentos relatam pormenorizadamente a altercação à porta da livraria e confluem para a incriminação do réu. É de notar que

---

<sup>25</sup> Para uma reconstituição e mapeamento da Rua Nova dos Mercadores, ou dos Ferros, vejam-se os diversos estudos publicados nos dois livros atrás referidos, editados por Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, em particular os dois capítulos seguintes: Annemarie JORDAN GSCHWEND, “Reconstruction the Rua Nova: The Life of a Global Street in Renaissance Lisbon”, in *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*, op. cit., pp. 100-119; Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE, “A representação da Lisboa global”, in *A cidade global: Lisboa no Renascimento*, op. cit., pp. 14-31.

Fernando Oliveira, assim que foi informado sobre a nomeação das testemunhas, apresentou várias suspeições sobre as mesmas, alegando que no passado se havia desentendido seriamente com João de Borgonha, devido a um livro que lhe dera para encadernar; que Luís Lasso lhe era assaz suspeito por ter sido uns tempos “obreiro” de João de Borgonha, mudando depois para a tenda a cargo de Francisco Fernandes; que ele nem sequer conhecia o livreiro Pero Álvares, presumindo que teria vindo espiar a mando de João de Borgonha, de quem seria amigo. Contudo, é de salientar a forte suspeição que é lançada, em particular, sobre o livreiro Francisco Fernandes, não só por ser grande amigo de João de Borgonha, mas sobretudo “por ser christam nouo & saber que elle reo deu aviso a elrey nosso sôr de certas cartas q̃ o nuncio dom luis lipomano escreueo ao papa em fauor dos christãos nouos contra os inquisidores deste reyno & sobre isso pubricamente teue hũa differença com hũ dos ditos christãos nouos” (pp. 105-106). De facto, Fernando Oliveira havia estado em Roma, de onde regressara a Portugal, em 1543, na companhia do núncio apostólico. As suspeições interpostas pelo réu levam a crer que os livreiros Francisco Fernandes (e também João Fernandes) tinham um conhecimento privilegiado das prolongadas e disputadas negociações sobre a Inquisição, que prosseguiram depois de 1536 e culminaram com o seu estabelecimento definitivo em Portugal através da bula *Meditatio cordis* de Paulo III, em 16 de julho de 1547.

Este feito-crime de Fernando Oliveira constitui uma fonte valiosa sobre a identificação e a atividade dos livreiros de Lisboa em meados de Quinhentos, permitindo identificar alguns dos principais atores deste negócio estabelecidos quase sempre na Rua Nova dos Mercadores<sup>26</sup>. De alguns, como Pero Álvares ou o mais modesto

---

<sup>26</sup> Sobre os livreiros da cidade de Lisboa no século XVI, vejam-se os estudos clássicos de Gomes de BRITO, *Notícias de livreiros e impressores em Lisbôa na 2.<sup>a</sup>*

Luís Lasso, pouco se sabe; de outros, como João de Borgonha ou Francisco Fernandes, mais dados têm sido carreados a partir de documentação e publicações dos anos subsequentes<sup>27</sup>.

No entanto, os diversos testemunhos prestados no feito-crime de Fernando Oliveira causam uma certa estranheza, porque se fala, a todo o momento, da livraria de João Fernandes, que nunca foi chamado a depor nem testemunhou o sucedido, quando, de facto, quem estava, à época, à frente da “tenda” era o também livreiro Francisco Fernandes, provavelmente um seu familiar. Na verdade, a ausência do livreiro João Fernandes não seria nenhum mistério para qualquer dos intervenientes no processo de Fernando Oliveira, porquanto todos conheceriam bem as razões de força maior que obstavam à presença do dono da livraria no local de trabalho. São precisamente essas razões que se procurará aclarar no capítulo seguinte, através de uma breve incursão no quotidiano de João Fernandes, no interior da sua livraria e no mundo fervilhante dos livreiros de Lisboa.

#### **4. Na livraria de João Fernandes, um livreiro entre livreiros**

O processo de António Luís, no início de 1539, adensava, de alguma forma, as sombras negras que pairavam sobre os cristãos-novos em Portugal, deixando antever que mesmo os que detinham relações estreitas com os círculos do poder e do saber não estariam a salvo da saga persecutória do Santo Ofício. O número crescente de processos movidos a cristãos-novos por judaísmo e a

---

*metade do século XVI*. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1911; Durval Pires de LIMA, *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942; Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, “Os livreiros da Lisboa quinhentista”: *Revista Municipal* (Lisboa) 54 (1952), pp. 5-25.

<sup>27</sup> Sobre o livreiro João de Borgonha, veja-se António BAIÃO, “O livreiro quinhentista João de Borgonha”: *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, 30 (1958), pp. 174-176.

celebração anual dos primeiros autos-da-fé em Lisboa, a partir de 1540, puseram a nu esta realidade e, conseqüentemente, fizeram aumentar o número de pessoas que saíam do país através de circuitos de fuga ilegais. Os cristãos-novos prosseguiram, em geral, o mesmo percurso das mercadorias no eixo Lisboa-Antuérpia<sup>28</sup>, tanto mais que na praça do Escalda encontravam uma estrutura de apoio logístico e financeiro, liderada pelos mais proeminentes mercadores cristãos-novos portugueses aí estabelecidos desde há décadas, o que se revelava essencial para os auxiliar à chegada e na permanência em Antuérpia ou, sobretudo a partir da década de quarenta, na continuação da difícil viagem para a Península Itálica, rumo a Ferrara, Veneza, Ancona, ou mesmo aos domínios do Império Otomano<sup>29</sup>. Esta via marítima por onde fluíam mercadorias e pessoas para a Flandres era, convém recordá-lo, a mesma por onde, em sentido inverso, chegavam a Portugal muitos dos livros de produção estrangeira à venda nas livrarias de Lisboa, veículo privilegiado, em diversos casos, das heresias que o Santo Ofício procurava combater. João Brandão, em 1552, ao tratar “Da livraria que vem a esta cidade”, estima o volume de negócios anual dos livreiros de Lisboa em 20.000 cruzados:

E, se se pudera tomar cópia no certo da livraria que entra nesta cidade, o que se não pode fazer por não pagar direitos, nem terem com os livreiros receita. E porém, vistas as lojas que tem na Rua Nova e a grossura delas, e valia, e os alugueres que

---

<sup>28</sup> Sobre a importância do eixo Lisboa-Antuérpia na distribuição da especiaria, veja-se o estudo de A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*. Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

<sup>29</sup> Sobre a ação decisiva da Nação Portuguesa de Antuérpia, através dos líderes da comunidade, no apoio aos cristãos-novos em trânsito de Portugal para Antuérpia e daí para a Península Itálica, cf. Aron DI LEONE LEONI, *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII: New Documents and Interpretations*. Jersey City, Ktav, 2005.

pagam, e como a maior parte dos livreiros todos são ricos, eu ousaria afirmar, vistos os respeitos que tenho dito, valerem as livrarias que na cidade se gastam, em cada um ano, vinte mil cruzados<sup>30</sup>.

O processo de Fernando Oliveira não foi a segunda ocasião – a primeira, que se saiba, foi o referido depoimento de António Luís – em que o nome do livreiro João Fernandes veio à baila nas sessões do Tribunal do Santo Ofício. Alguns anos antes, poucos dias depois da celebração do terceiro auto-da-fé em Lisboa, em outubro de 1542, foi movido um processo ao humanista Duarte Gomes<sup>31</sup>, bacharel em Medicina no Estudo de Salamanca (condiscípulo de António Luís, Amato Lusitano ou Tomás Rodrigues da Veiga) e depois licenciado e professor na Universidade de Lisboa, onde ocupou a vaga da cadeira de Artes deixada em aberto com a partida de Garcia de Orta para o Oriente, em março de 1534<sup>32</sup>. Ora, acontece que Clara Nunes, uma das filhas do livreiro João Fernandes, estava casada com Duarte Gomes, com quem vivia também na Rua Nova dos Mercadores com os filhos ainda pequenos e uma tia. Duarte Gomes e Clara Nunes foram denunciados por uma escrava negra que afirmou ter recebido ordens dos seus

---

<sup>30</sup> João BRANDÃO, op. cit., p. 64.

<sup>31</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo 12784. A transcrição integral do processo deve-se a Hugo Miguel CRESPO, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes *alias* Salomão Usque: móveis, têxteis e livros na reconstituição da casa de um humanista (1542-1544). *Em torno da guarda-roupa, livraria e mantearia do rei*”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 644-688.

<sup>32</sup> Entre os estudos que dedicámos à figura fascinante de Duarte Gomes, destacam-se: a) A. M. L. ANDRADE, “A figura de Salomão Usque: a face oculta do humanismo judaico-português”: M. GONÇALVES *et alii* (orgs.), *Gramática e Humanismo*. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2005, vol. II, pp. 15-25; b) “Os Senhores do Desterro de Portugal: Judeus Portugueses em Veneza e Ferrara em meados do século XVI”: *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 6 (2006), pp. 65-108; c) “A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 87-130.



senhores para levar uma selha com água suja à Ribeira, ao local em que havia sido montado o cadafalso do auto-da-fé e onde ainda permaneciam os restos dos relaxados em carne, por forma a que, no regresso, “trouxese na dita selha da Çimza das fugeiras omde queymarão Aquela gente” (fl. 16v).

Após prestar as primeiras declarações perante o inquisidor João de Melo, Duarte Gomes abandona apressadamente o país, na companhia da esposa e dos filhos, rumo a Antuérpia, nomeando mais tarde o irmão Tomás Gomes como seu procurador no processo, em Lisboa. Alguns dias depois, a 10 de novembro de 1542, na ausência do licenciado Duarte Gomes, os bens da sua casa, entre os quais havia 58 livros novos e velhos, foram arrolados e inventariados, sendo entregues pelo meirinho à guarda de Gonçalo Fernandes, “pay do dito Licenciado / porque Joam Fernandes seu sogro sendo buscado per vezes se nam achou” (fl. 21r)<sup>33</sup>. Duarte Gomes não mais voltou a Portugal, tendo entrado pouco depois, em Antuérpia, ao serviço da família Mendes-Benveniste, que liderava o Consórcio da Pimenta, chefiado pelo mercador-banqueiro Diogo Mendes<sup>34</sup>.

Estes acontecimentos dramáticos constituíram, decerto, um aviso muito sério para o livreiro João Fernandes dos enormes riscos a que ele próprio e os seus mais próximos, dada a sua condição de cristãos-novos, estavam sujeitos em Portugal. Ainda assim, como se verá a seguir, não foi suficiente para que conseguisse abandonar o país a tempo, sem que antes fosse também, ele mesmo, proces-

---

<sup>33</sup> Para uma análise da reconstituição da casa de Duarte Gomes na Rua Nova dos Mercadores, feita a partir do inventário dos seus bens ordenado pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, com particular destaque para a relevância dos 58 livros apreendidos ao humanista português, veja-se o estudo da autoria de Hugo Miguel CRESPO, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes...”, op. cit., pp. 587-644.

<sup>34</sup> Aron DI LEONE LEONI, *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII: New Documents and Interpretations*. Jersey City, Ktav, 2005, p. 93.



sado e preso por ordem do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, em meados de 1543<sup>35</sup>.

De facto, pouco depois da chegada de Duarte Gomes a Antuérpia, João Fernandes acabou por ser processado pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Num dos primeiros interrogatórios, feito por António de Leão e pelo padre frei Jorge de Santiago, a 26 de junho de 1543, João Fernandes é chamado a prestar declarações. Disse que era natural de Castela, e nascera em Valença (decerto, Valência de Alcântara, de onde era também natural o pai de Garcia de Orta), e saíra de Castela na altura da expulsão geral dos judeus e daí foi para Arzila, onde se tornou voluntariamente cristão. E que, nesse tempo, teria cerca de sete ou oito anos, tendo vivido em Arzila quatro ou cinco anos. E que depois foi com um seu irmão para a Vidigueira, ficou um ano e a seguir fugiu para Lisboa: “e aquy aprendeo seu officio de liureiro e que aquy resydio ate gora saluo que fez alguãs viages pera fora per causa de sua mercadorya” (fl. 4r).

Através destas declarações de João Fernandes temos acesso a uma página do seu passado até agora desconhecido, enquanto judeu castelhano, sujeito pela primeira vez às agruras do desterro, ainda muito jovem, ao tempo da expulsão dos judeus de Castela e Aragão, em 1492. De acordo com o depoimento, terá nascido por volta de 1484 ou 1485, em Valência de Alcântara, tendo vindo com um irmão para a Vidigueira, depois de ter estado na praça portuguesa de Arzila uns quatro ou cinco anos. Após a passagem pelo Alentejo, que a documentação italiana de alguma forma confirma (toda a família se apresenta como originária de Alvito), João Fernandes terá chegado a Lisboa, onde aprendeu o ofício de livreiro, por volta de

---

<sup>35</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 17659. Estamos gratos à Dr.ª Susana Bastos Mateus, da Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” (CESAB-FLUL), pelo precioso auxílio que nos prestou, mormente na leitura e transcrição dos excertos do processo de João Fernandes publicados neste estudo.

1496/1497 (data da expulsão geral dos judeus de Portugal), com uma idade aproximada de 12 anos, tendo ali permanecido sempre, desde então, salvo algumas viagens de negócios que fizera “pera fora per causa de sua mercadorya”. Convém sublinhar a mobilidade do livreiro que se desloca para fora de Lisboa em razão dos livros, a sua mercadoria por excelência, talvez mesmo para fora do país, sendo a Espanha ou a Flandres os destinos mais prováveis.

Entretanto, Elvira Nunes, esposa de João Fernandes, apressa-se a fugir para Antuérpia na companhia de uma jovem criada, que os inquisidores pretendiam interrogar a todo o custo por ser testemunha privilegiada da casa do livreiro e que facilmente o poderia incriminar. Por isso, João Fernandes é acusado pelos inquisidores de ter enviado para a Flandres, junto com a sua mulher, uma moça chamada Branca e uma escrava negra, chamada Inês, para que não pudessem testemunhar contra ele (fl. 11v). No interrogatório de 11 de junho de 1543, que decorreu na própria livraria, “em Lisboa em as casas de Joam Fernandez liureiro que he na Rua noua dos mercadores” (fl. 24r), são inquiridos dois oficiais da livraria sobre as razões da fuga da mulher de João Fernandes para a Flandres. Em resposta aos inquisidores, Francisco Rodrigues, “obreiro” de João Fernandes, começa por dizer que não sabia, mas que depois da fuga ouviu dizer que o motivo era “porque ella la tinha huma filha molher do Licenciado duarte gomez la em frandes e que tinha saudades della” (fl. 24r); por sua parte, outro “obreiro”, chamado Francisco de Medina, também dá o seu testemunho, dizendo que se apercebera de alguns preparativos que a mulher de João Fernandes fazia para a viagem (isto dentro da casa de João Fernandes), “vindo elle testemunha A casa do meyo onde estão os Liuros encadernados a buscar huma tauoa de papel pera encadernar hum Liuro” (fl. 25r).

João Fernandes seguiu uma estratégia semelhante à que Duarte Gomes adotara um ano antes, quando o antigo lente do Estudo Geral de Lisboa se deu por citado a partir de Antuérpia, fazendo chegar

aos inquisidores uma certidão notarial comprovativa da sua ausência no estrangeiro, com a data de 23 de agosto de 1543, anexada ao seu processo. De igual modo, Elvira Nunes manda passar uma certidão no mesmo notário, apenas ao processo do marido, dando fé de que ordenara à jovem criada que regressasse a Portugal para ser ouvida, mas que esta lhe não obedecera. Não surpreende, pois, que Duarte Gomes seja uma das testemunhas deste ato requerido pela sogra, lavrado em Antuérpia, no dia 16 de julho de 1544<sup>36</sup>.

Tal como havia acontecido com o genro, as denúncias que desencadearam o processo de João Fernandes provieram de uma escrava negra, chamada Inês, da sua própria casa (fls. 28v-30r). Entretanto, João Fernandes, depois de oito meses de cárcere, sai em liberdade sob fiança, na quantia avultada de 1000 cruzados, a qual foi paga por Bernardo Francês, mercador (fl. 36r). O libelo acusatório é apresentado ao doutor João de Melo, inquisidor de Lisboa, no dia 23 de fevereiro de 1545. O réu é acusado de, depois do perdão geral de 1535, fazer cerimónias judaicas, tais como guardar os sábados, tirar a gordura da carne, degolar galinhas ao modo judaico, não comer carne de porco nem peixe sem escamas, entre outras (fl. 2r). O promotor da justiça diz também que o réu andava a tentar fugir de Portugal e que, mesmo depois de preso, tentou fugir do cárcere (fl. 2v).

O acórdão final do processo é de 14 de setembro de 1546, nele se ordenando que João Fernandes apresente às autoridades, em Lisboa, a moça de nome Branca que a sua mulher levava para Antuérpia, no prazo de quatro meses (depois alargados a seis), sob pena de pagar 100 cruzados. Apesar de a moça nunca haver comparecido em Lisboa, os inquisidores consideram que João Fernandes está a fazer as diligências necessárias para que ela se apresente e, no dia 2 de agosto de 1547, levantam a fiança (fl. 61).

---

<sup>36</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 17659 (a certidão encontra-se nos fls. 41r-42v).

O processo do livreiro João Fernandes é um documento a todos os títulos excepcional, porquanto nos apresenta um autêntico desfile dos mais importantes livreiros lisboetas, todos eles da Rua Nova dos Mercadores, ou dos Ferros, que foram prestando solidariamente o seu testemunho a favor do colega, amigo e, por vezes, antigo ou atual patrão. João Fernandes foi acusado pelo promotor da justiça de judaizar e apostatar da Santa Fé Católica, por realizar várias cerimónias e práticas judaicas, referências assaz comuns, aliás, nos processos por judaísmo. A primeira dessas práticas consistia em guardar o sábadó, o que neste processo adquire um valor muito particular, já que a defesa de João Fernandes se vai encarregar de contraditar esta acusação, provando que o livreiro trabalhava aos sábados e explicando exatamente o que é que ele fazia, tanto nos sábados, como nos restantes dias da semana. Assim, pretende-se provar que, João Fernandes, mal amanhecia, se dirigia à sua “tenda” para trabalhar, tanto nos sábados como nos outros dias da semana. E que, por ser mercador de livros, há mais de dez anos, todos os dias da semana vendia, comprava, encadernava ou mandava encadernar livros pelos seus “obreiros”:

Entende provar que todos os sábados do Reino que não a cidade de 02 dias Santos dos que a igreja manda guardar / de Beo jam / Mas por em mlt cadet de livros / e os vender / e em cadernar / e mandar em quadernar / por 02 obreiros de dez annos / mais / e a esta parte / e costumou a levantar logo em amanhecendo / e 02 livros a sua tenda / de 02 em os sábados / como em outros dias da semana / e trabalhava com os madares / e mandando comprando livros em sábado / e em quadernando / e mandando em quadernar / e em os sábados como em todos os dias da semana / em nenhuma de ppenencia //

Figura 7 – Artigo primeiro de defesa do réu.  
ANTT, TSO, IL, Proc.º n.º 17659, fl. 5r

Emtemde prouar que todos os sabados do Anno que não açertão de ser dias samtos dos que a ygreya mamda guardar ele Reo yoam ffernandez por ser mercador de lyuros e os uender e emcadernar e mandar emquadernar por seus obreyros de dez annos e mays tempo a esta parte se costumou aleuantar loguo em amanheçemdo e se yr loguo a sua temda asy em os sabados como em outros dias da somana e trabalhaua contynuadamente vendemdo e comprando liuros em sabados e emquadernamdo e mamdamdo emqadernar asy em os sabados como todos os dias da somana sem nenhuma defferemçia.<sup>37</sup>

No fundo, comprar, vender e encadernar livros constituíam as atividades principais de um livreiro da Rua Nova dos Mercadores, a que acrescia a venda de papel avulso para diversos fins, conforme atrás se verificou no processo de António Luís. Importa sublinhar a importância que, então, assumia o processo de encadernação, porque “as oficinas tipográficas entregavam boa parte das encomendas *em folha*, ficando a cargo do cliente as operações de dobragem, alceamento, costura dos cadernos e outros acabamentos”<sup>38</sup>. A este propósito, por exemplo, recorde-se que um dos motivos que levou Fernando Oliveira à livraria de João Fernandes foi precisamente ir buscar um livro que mandara encadernar.

A principal fonte de informação sobre os livreiros de Lisboa presente no processo de João Fernandes, além dos interrogatórios do réu, reside, sobretudo, nas inquirições feitas às testemunhas de defesa, na sua maioria livreiros da Rua Nova dos Mercadores. Desta forma, a partir do depoimento das testemunhas, no dia 17 de março de 1545, mormente sobre o primeiro artigo da defesa,

---

<sup>37</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, Processo n.º 17659, fl. 5r.

<sup>38</sup> Artur ANSELMO, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal...”, op. cit., p. 55.

quanto se pronunciam sobre a questão da guarda dos sábados, temos acesso a um manancial de preciosas informações sobre a identificação dos livreiros (nome, morada, ofício, localização da “tenda”) e sobre as relações que mantiveram no passado e/ou mantêm no presente com o réu (amigos, vizinhos, colegas, antigos ou atuais empregados da loja).

Eis a relação das oito testemunhas arroladas pela defesa para se pronunciarem sobre o primeiro artigo: João Brás, livreiro à Porta do Ferro; Francisco de Carda, livreiro na Rua Nova; Luís Lasso, livreiro que trabalha em casa de João Fernandes; Rodrigo da Silveira, livreiro na Rua Nova; Pero Álvares, luveiro, vizinho de João Fernandes; Francisco de Lepe, mercador na Rua Nova; Salvador Martel, livreiro na Rua Nova; António de Santa Clara, livreiro na Rua Nova.

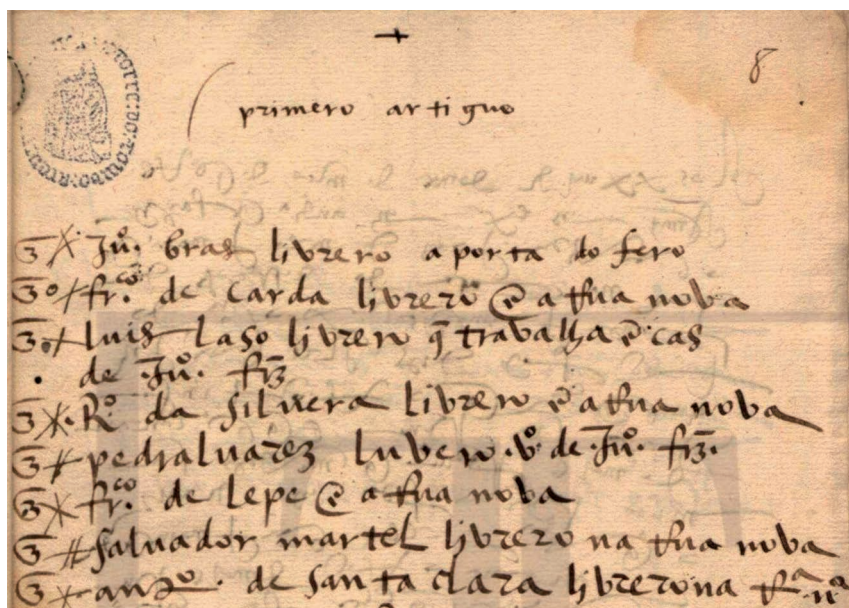


Figura 8 – Relação das testemunhas de defesa.  
 ANTT, TSO, IL, Proc.º n.º 17659, fl. 8r

**Francisco de Carda**, livreiro na Rua Nova, afirma ser amigo e vizinho de João Fernandes, dizendo que há cerca de oito anos que conhece o réu, a quem sempre viu a trabalhar na sua tenda, “trabalhando e mandando trabalhar e encadernar”, tanto no sábado como nos restantes dias da semana (fl. 43):

francisco de carda lyureiro morador em esta Çidade na Rua noua testemunha perguntado por Juramento dos avamgelhos por o costume dise que he Amigo e vesinho do Reo e que dira a verdade perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que avera oyto Annos que Conhece o Reo e que todos os dias da somana Asy Ao sabado como pello pellos [sic] dias de trabalho vio A elle Joam fernandez em sua tenda trabalhando e mandando trabalhar e encadernar sen lhe ver fazer deferença de huuns dias A outros E al nom disse

**Luís Lasso**, livreiro que trabalhava em casa do réu há quatro anos, diz que o patrão todos os dias da semana se levantava pela manhã, de igual modo, descendo para a sua tenda para orientar o negócio (fl. 43v). Recorde-se que Luís Lasso, castelhano, continuava a trabalhar na livraria de João Fernandes, em 1547, na altura a cargo de Francisco Fernandes, tendo sido uma das testemunhas do processo de Fernando Oliveira.

luis laso liureiro que trabalha em Casa do Reo testemunha perguntado por o Juramento dos avamgelhos por o costume dise que ha quatro Annos que trabalha em Casa do Reo e selle tem Recebjdo boas obras e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que ese tempo que ha que trabalha em Casa do Reo todos os dias de trabalho



elle Reo se hergia pella minhaã e se vinha abaixo a sua temda E Acon<c>ertaua e daua ordem A tudo sem lhe ver fazer nehuua deferença dos sabados Aos outros dias da somana e al nom dise do dito Artigo

**Antônio de Santa Clara**, livreiro na Rua Nova, morador na Rua da Jubitaria, declara ser amigo do réu, em casa de quem trabalhou até há cerca de dois anos e meio, durante seis ou sete meses, testemunhando que João Fernandes todos os dias, sem qualquer diferença, descia à sua tenda pela manhã para dar ordens aos que para ele trabalhavam (fl. 44-44v):

Antonio de santa Clara lyureiro morador em esta Cidade na Rua da Jubitarya e tem sua temda na Rua noua testemunha perguntado por o Juramento dos // [fl. 44v] avangelhos por o costume dise que trabalhou em Caa do Reo seys ou sete meses e que avera dous Annos e meyo pouco mais ou menos que deixou de trabalhar em Casa do Reo e que he seu Amigo e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que le foy lydo dise elle testemunha que ese tempo que trabalhou em Casa do Reo que Asy Aos sabados ccomo pellos dias da somana o vya herger pella minhaã e vyr a sua tenda dar hordem. Aos que avyão de trabalhar sen lhe Ver fazer deferença de huuns dias Aos outros e al nom dise do dito Artigo

**Pero Álvares**, lueiro, morador na Mouraria, “que tem sua tenda e trabalha pegado com o taboleiro de Joam fernandez”, afirma que há cerca de dez anos que é vizinho do réu, a quem sempre encontra quando se desloca para a sua tenda, todas as manhãs, tanto faz que seja nos sábados, como nos restantes dias da semana (fl. 45). Curiosamente, Pero Álvares também surge como testemunha no processo de Fernando Oliveira, embora nessa ocasião lhe seja



atribuído o ofício de livreiro e não de luveiro, o que poderá ficar a dever-se a uma mudança de ofício ou a um erro do escrivão.

pero alurez luveiro morador em esta Cidade na mourarya e que tem sua tenda e trabalha pegado com o taboleiro de Joam fernandez Reo e que ho conhece e dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que ha dez Annos que trabalha asy pegado com a tenda de Joam fernandez / e que continuamente quãodo vay pella minhaã Acha Ao Reo estar em sua temda e que Jsto lhe vee Asy Aos sabados Como pellos dias da somana e al nom dise do dito Artigo a que somente foy dado por testemunha [...]

**Rodrigo da Silveira**, livreiro na Rua Nova, declara ser amigo do réu, dizendo que todos os dias, incluindo os sábados, via o réu ir para a sua tenda, de manhã cedo, coser os livros e trabalhar:

Rodrigo da sylueira lyureiro morador na Rua noua testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume // [fl. 46] dise que he Amigo do Reo e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que elle vya Ao Reo sempre todos os dias se aleuantar pella minhaã Cedo e vyr a sua temda e pregar hos lyuros e trabalhar sem lhe ver fazer deferença dos sabados Aos outros dias de trabalho e al nom dise do dito Artigo A que somente foy dado por testemunha [...]

**Salvador Martel**, livreiro na Rua Nova, abaixo do réu, testemunha que havia trabalhado na livraria de João Fernandes durante cerca de ano e meio, tendo saído há uns oito anos, confirmando também que o via ir trabalhar de manhã cedo para a sua tenda, todos os dias, sem qualquer diferença (fl. 45-45v):

saluador martel liureiro morador em esta Cidade na Rua noua abaixo do Reo Joam fernandez testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise que trabalhou Jaa em Casa do Reo huum Ano e meyo pouco majs ou menos e que avera oyto Annos que sayo de sua Casa e que he seu Amigo e dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo // [fl. 45v] que lhe foy lydo dise elle testemunha que ho tempo que trabalhou em Casa do Reo elle o vya trabalhar e alevantar Cedo e se hyr a sua temda Asy Aos sabados como pellos dias da somana sem lhe Ver fazer deferença de huuns dias A outros al nom dise do dito Artigo

**João Brás**, livreiro, morador à Porta do Ferro, defronte de Santo António, declara ser amigo de João Fernandes, a quem conhece há mais de 30 anos e para quem costuma trabalhar ocasionalmente na encadernação de livros. Sobre o primeiro artigo diz apenas que nunca viu o réu proceder como mau cristão (fl. 46-46v):

Joam bras liureiro morador a porta do fero defromte de são Antonio testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise que conhece Ao Reo e he seu Amigo e lhe faz e encaderna obra sua alguuas vezes que lhe da e al noom dise do costume // [fl. 46v]

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe fy lydo dise elle testemunha que ha trinta Annos e majs que conhece o Reo e que nunca lhe vyo fazer cousa que lhe podese Reprender de mão Christão e al nom dise do dito Artigo/.

**Francisco de Lepe**, mercador, morador na Rua Nova, diz conhecer o réu há muitos anos e ter sido seu vizinho durante cinco anos, confirmando que durante esse tempo sempre o viu trabalhar no

seu ofício de livreiro, administrando a sua “tenda”, durante todos os dias da semana por igual (fls. 46v-47):

ffrancisco de lepe mercador morador em esta Cidade na Rua noua testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise elle testemunha que ouuio dizer a seu sogro que era parente do Reo e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que ha muitos Annos que conhece Ao Reo e que Çinco Annos foy seu vizinho E que todos os dias da somana Asy Ao sabado Como pellos dias de toda A somana // [fl. 47] o vya trabalhar em seu offiço de liureyro e dar ordem a sua tenda sem lhe ver fazer deferenca do sabado Aos dias da somana e al nom dise do dito Artigo

**Jácome Dias**, apesar de não se pronunciar, como as testemunhas anteriores, sobre o primeiro artigo, apresenta-se como “lyureiro” e declara que trabalha em casa de João Fernandes há quatro meses, mas que já havia estado antes ao seu serviço por dois anos, dormindo em sua casa (fl. 44):

Jacome dias lyureiro testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise que trabalha em Casa do Reo e que avera quatro meses que trabalha em sua Casa e que dantes destes quatro meses trabalhou em Casa do Reo dous Annos e asy dormya em sua Casa e que dira a verdade

É notável o espírito de solidariedade dos livreiros de Lisboa para com João Fernandes, que deveria ser uma referência para muitos pela sua antiguidade e distinção no exercício do ofício de livreiro na capital do Reino, tanto mais que vários deles começaram por aprender ou exercer o ofício, sob a sua supervisão, na livraria

da Rua Nova dos Mercadores. A este respeito, destaca-se a figura de Salvador Martel, que trabalhou na “tenda” de João Fernandes durante cerca de ano e meio, entre 1535 e 1536. Caber-lhe-ia, durante a década de cinquenta, o distinto mérito de, sob a égide real, ter conseguido reorganizar, em conjunto com frei Miguel de Valença, confessor de D. Catarina, a Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros<sup>39</sup>.

A livraria de João Fernandes está em atividade pelo menos desde meados da década de trinta, funcionando como uma verdadeira escola de formação para vários livreiros de Lisboa, que aí deram início ou continuidade à sua atividade, antes de se estabelecerem por conta própria. A grandeza do negócio está bem patente no facto de o livreiro possuir vários oficiais ao seu serviço, encarregados sobretudo da encadernação de livros, e mesmo na entrega ocasional de trabalhos de encadernação a outros livreiros vizinhos. A partir de algumas referências dispersas no processo, é possível identificar três divisões (“casas”) da livraria de João Fernandes, estando uma delas dedicada, seguramente, ao atendimento dos clientes (aquela em que Fernando Oliveira foi atendido em 1547); uma outra, ao meio, que funcionaria como armazém para os livros encadernados, papel, etc. (o “obreiro” Francisco de Medina afirmou ter ido “A casa do meyo onde estão os Liuros encadernados a buscar huma tauoa de papel<sup>40</sup> pera encadernar hum Liuro”); e uma

---

<sup>39</sup> Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, “A Real Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros e os seus juizes nobres”: *O Instituto* 110 (1947), pp. 138-164; Fernando GUEDES, op. cit., pp. 25-74.

<sup>40</sup> A expressão “tauoa de papel” designa uma pasta de encadernação constituída por um conjunto de folhas de papel coladas umas às outras, que depois eram forradas com pele ou tecido. De início, as pastas eram feitas de madeira, que foi sendo substituída por folhas de papel e, mais tarde, por pastas de cartão. A este respeito, veja-se, *sub verbo* “Pasta de Encadernação”, Maria Isabel FARIA, Maria da Graça PERICÃO, *Dicionário do Livro*. Coimbra, Almedina, 2008, p. 942; *MANUAL de Encadernação. Manual do Formador*, pp. 50-55, disponível em [https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod\\_resource/content/0/encadernacao\\_manual-formador.pdf](https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod_resource/content/0/encadernacao_manual-formador.pdf)

terceira divisão que seria propriamente a oficina de encadernação (Pero Álvares, luveiro, diz “que tem sua tenda e trabalha pegado com o taboleiro<sup>41</sup> de Joam fernandez”). Sabe-se, igualmente, que o livreiro vivia no sobrado, por cima da loja, tendo também outros criados e escravos ao serviço de sua casa, conforme se deduz do processo, mormente do artigo terceiro da defesa, quando se pretende provar que o réu estava continuamente na sua “tenda”, “sem yr nunca asyda sennão ao tempo do comer ou a alguma cousa de neçecydade” (fl. 5r)<sup>42</sup>.

A livraria de João Fernandes era, segundo tudo leva a crer, uma das maiores e mais importantes de Lisboa, a par com a de João de Borgonha, que foi, aliás, fiador de João Fernandes no processo e que é o único livreiro referenciado entre os homens de cabedal maior de Lisboa (“os acontidos de conto”), segundo o levantamento fiscal de 1565<sup>43</sup>. Francisco Fernandes, também cristão-novo, dá continuidade ao negócio a partir de 1547, como vimos no feito-crime de Fernando Oliveira, continuando a destacar-se nas décadas seguintes entre os livreiros de Lisboa. A este propósito, diga-se, a título de exemplo, que Francisco Fernandes tinha

---

<sup>41</sup> Não estamos certos sobre o sentido exacto do vocábulo “taboleiro” nesta frase. Colocam-se três hipóteses: 1. trata-se de uma alusão ao espaço em redor da livraria de João Fernandes, neste caso contíguo à “tenda” do luveiro; 2. refere-se a um expositor de livros e folhetos colocado do lado de fora da livraria, sob as arcadas; 3. “taboleiro” designa a divisão da livraria em que se encontravam as prensas de encadernar, que ficaria pegada, como declarou Pero Álvares, à sua “tenda”. Rafael BLUTEAU, *sub verbo* “taboleiros de lyveiro”, diz que “São huas taboas, entre as quaes se apertam os livros”. Cf. *Vocabulario portuguez e latino...* [oitavo volume]. Lisboa Occidental, na Officina de Pascoal da Sylva, 1721, p. 12.

<sup>42</sup> Para uma reconstituição dos interiores das casas da Rua Nova feita a partir de vários inventários, veja-se Hugo Miguel CRESPO, “Global Interiors on the Rua Nova in Renaissance Lisbon”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE, *The Global City...*, op. cit., pp. 121-139.

<sup>43</sup> A partir do *Livro do Lançamento e Serviço que a cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, António Borges COELHO [*Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*]. Lisboa, Caminho, 1986, p. 98], apresenta um quadro dos “homens de conto e mais” da capital, no qual está referenciado o livreiro João de Borgonha.

à venda na sua “tenda”, na Rua Nova, a *COPILACAM DE TODALAS OBRAS DE GIL VICENTE* (Lixboa, em casa de Ioam Alvarez, 1562), cujo rosto ostenta no final: “Vendemse a cruzado em papel em casa de Francisco fernandez na rua noua”) (Anselmo, n.º 85); ou que custeou a quarta edição das *Ordenações Manuelinas* (Lixboa, por Manoel Ioam, 1565), que se vendiam exclusivamente na sua livraria por 500 reais (Anselmo, n.º 712); e que terá patrocinado a edição veneziana, saída dos prelos de Lucantonio Giunta, do *Officium Beatae Elisabeth Portugallie*, cujo colofão assinala expressamente que se vende em casa de Francisco Fernandes, na Rua Nova dos Mercadores: “Venetiis: impressum apud Iunctas: venale apud Franciscum Ferdinandum in Vico nouo Mercatorum, 1567” (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 4320//4 P.)<sup>44</sup>.

O processo de João Fernandes demonstrou a todos os livreiros os riscos que corriam os “ministros do saber”, conforme foram sugestivamente designados, na década seguinte, no *Compromisso* da Confraria dos Livreiros. A vigilância sobre os livreiros e impressores lisboetas intensificou-se a partir de finais da década de trinta<sup>45</sup>. A primeira provisão dos bispos para exercer vigilância sobre os livreiros de Lisboa coube ao cardeal-infante D. Afonso, a quem João Fernandes vendeu um livro para a Sé de Évora<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Francisco Fernandes era tesoureiro da Irmandade de Santa Catarina de Monte Sinai em 21 de junho de 1562 (Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, “Os livreiros da Lisboa...”, op. cit., p. 11). No início da década de sessenta, vendia-se também “em casa de Francisco Fernandez” a *Ley sobre os vestidos de seda & feytios delles e das pessoas que os podem trazer* (António J. ANSELMO, p. 323, n.º 1156).

<sup>45</sup> Sobre processos inquisitoriais envolvendo livreiros e impressores a partir da segunda metade de Quinhentos, veja-se Pedro de AZEVEDO, “O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio”: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 7, n.º 1 (1913), pp. 71-88; Isaías da Rosa PEREIRA, “Livros, livreiros e impressores na Inquisição de Lisboa nos séculos XVI e XVII”, in *Miscelânea de Estudos dedicados a Fernando de Mello Moser*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 215-232.

<sup>46</sup> Sobre a relação do episcopado português com a imprensa, o livro e a censura no século XVI, veja-se José Pedro PAIVA, “Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos”: *Revista de História das Ideias* 28 (2007), pp. 687-737.

Em carta de junho de 1539, o doutor Álvaro Gomes afirma que D. Afonso, arcebispo de Lisboa, dera ordem a todos os livreiros de Lisboa que lhe “apresentassem um catálogo dos seus livros para eu [ele] selecionar e condenar com a minha [sua] censura um por um todos os volumes suspeitos, principalmente entre os que vieram da Alemanha”<sup>47</sup>. O estabelecimento dos índices de livros defesos e as severas limitações à importação e venda de livros tornaram-se um penoso entrave ao negócio livreiro, agravado pelas frequentes visitas dos inquisidores às livrarias em busca dos livros considerados heréticos pela ortodoxia católica. No dia 21 de outubro de 1550, são dadas instruções muito claras aos livreiros de Lisboa sobre a forma como se deveria processar o levantamento de livros da alfândega, sujeito a uma licença prévia do inquisidor Jerónimo de Azambuja, antes de poderem ser colocados à venda. É ordenado a todos os livreiros da cidade que, “sob pena de excomunhão e de cinquenta cruzados, que daqui em diante não tirem dessa Alfândega, *nem os recebam de outra nenhuma parte* [escrito à margem] sem licença do dito Padre Mestre e estar presente um oficial da Santa Inquisição”<sup>48</sup>. Nesse mesmo dia, todos os livreiros de Lisboa (a listagem conta com

---

<sup>47</sup> A transcrição e tradução da carta foi publicada por A. Moreira de Sá, *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, pp. 59-60. Sobre a censura inquisitorial e os índices de livros proibidos em Portugal, vejam-se, por exemplo, António BAIÃO, “A censura literária inquisitorial”, *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 12 (1918), pp. 473-560; I. S. RÉVAH, *La censure inquisitoriale portugaise au XVIIe siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-similé des Index*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960; A. Moreira de Sá, op. cit., 1983; Raul RÊGO, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação e das Universidades, 1982; J. M. BUJANDA, *Index de l’Inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke, Éditions de l’Université de Sherbrooke; Genève, Librairie Droz, 1995.

<sup>48</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Liv. 330, doc. 70, fl. 16. Transcrição de Isaías da Rosa PEREIRA, *Documentos para a história da Inquisição em Portugal (século XVI)*. Lisboa, s. n., 1987, vol. I, p. 73.

16 nomes) foram chamados para tomar conhecimento do referido mandado, que lhes foi lido e publicado “de maneira que eles o entenderam muito bem”:

E logo no dito dia foram chamados todos os livreiros desta cidade, scilicet João de Borgonha e Francisco Fernandes, Salvador Martel, Francisco de Carda, Diogo Moniz, Luís Rodrigues, Fernão de Aguiar, Diogo da Silveira, Bartolomeu Lopes, Domingos Fernandes, António de Santa Clara, António Fernandes, Jorge de Aguiar, Álvaro Henriques, Pero Gonçalves, e a todos juntamente foi lido e publicado o mandado atrás de maneira que eles o entenderam muito bem e assinaram aqui. E Graviel de Araújo outrossim Livreiro. Paulo da Costa o escrevi.<sup>49</sup>

Entre os livreiros de Lisboa, a quem foi mandado assinar o documento, encontram-se cinco dos livreiros que testemunharam a favor de João Fernandes, em 1545: João de Borgonha, Salvador Martel, Francisco de Carda, Diogo da Silveira e António de Santa Clara. O nome de Francisco Fernandes, que havia tomado a seu cargo a livraria de João Fernandes, surge também em segundo lugar, depois de João de Borgonha, que encabeça a lista, e antes de Salvador Martel.

O nome de João Fernandes, todavia, não tornaria a figurar no rol dos livreiros de Lisboa. Foi obrigado a deixar para trás a livraria e a própria casa em que morava na Rua Nova dos Mercadores. Uma vez mais, desta feita na parte final da vida, voltou a experimentar a dura sorte do desterro. Abria-se, assim, um último capítulo na existência atribulada do nosso “*librarius portugalensis*”.

---

<sup>49</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Liv. 330, doc. 71, fl. 17. Transcrição de Isaías da Rosa PEREIRA, op. cit., p. 74.



## 5. João Fernandes em Ferrara, “no mais seguro porto da Itália”

No mais seguro porto da Itália que a piedade divina me aparelhou pera descansar da trabalhosa viagem que de Portugal e Espanha faço me vi do inimigo espiritual envejado, e derom-lhe meus dilitos as forças.

Samuel Usque, *Consolação às Tribulações de Israel*.  
Ferrara, 1553, fl. Ddviiiir

João Fernandes abandonou definitivamente Lisboa rumo a Antuérpia ao encontro da mulher e do genro nos últimos anos da década de quarenta. Em novembro de 1547, quando Fernando Oliveira visita a livraria de João Fernandes, já não é atendido pelo livreiro do costume. Tomás Gomes, irmão de Duarte Gomes, abandona também Portugal em 1547, sob proteção de um salvo-conduto papal, na companhia de outros cristãos-novos, passando a estar ao serviço de Beatriz de Luna, aliás D. Grácia Naci, a quem acompanharia na viagem de Veneza para Istambul no verão de 1552. Duarte Gomes manteve-se em Antuérpia até ao final da década de quarenta, como feitor dos Mendes-Benveniste, depois de as irmãs Beatriz de Luna e Brianda de Luna terem viajado, em meados de 1545, para Veneza. Após a partida de D. Grácia para o Império Otomano, Duarte Gomes ficaria para trás, entre Veneza e Ferrara, como agente da maior confiança da família Mendes-Benveniste<sup>50</sup>. Voltaria a ser processado no Santo Ofício de Veneza por mais duas vezes, tendo publicado em 1567, em Veneza, a primeira tradução castelhana do *Canzoniere* de Petrarca sob os nomes de Salomon Usque Hebreo e Salusque Lusitano.

---

<sup>50</sup> Sobre a atividade mecenática da família Mendes-Benveniste, veja-se A. M. L. ANDRADE, ““Nosso desejo tão inclinado ao seu serviço” – A geração de ouro do humanismo português e a actividade mecenática dos Mendes Benveniste”: in Susana Bastos MATEUS, Carla VIEIRA (coord.), *Mendes Benveniste. Uma família sefardita nos alvares da Modernidade*. Lisboa, CESAB – FLUL, 2016, pp. 115-154.

No final de 1551, João Fernandes encontra-se estabelecido em Ferrara, no mais seguro porto de Itália, como lhe chamou Samuel Usque na *Consolação às Tribulações de Israel*, saída dos prelos de Abraão Usque. Em Lisboa, antes de ter abandonado o país, este famoso impressor de Ferrara dava pelo nome de Duarte Pinel (Eduardus Pinellus Lusitanus) e era mestre de latinidade, dando lições particulares a jovens, tendo sido também ele processado, em Lisboa, pelo Santo Ofício, no final de 1541, por dar guarida na sua casa a uma prima que se apressava a sair de Portugal<sup>51</sup>. Antes de deixar Lisboa, como João Fernandes e tantos outros, o bacharel Duarte Pinel publicou, em finais de 1543, nos prelos de Luís Rodrigues uma gramática de latim, acompanhada de um pequeno tratado sobre as calendas (Anselmo, n.º 1041)<sup>52</sup>. Em Ferrara, no começo da década de cinquenta, instala a sua oficina tipográfica, promovendo a edição de vários livros, entre os quais se contam alguns livros de orações em castelhano e hebraico, comparáveis de alguma forma ao referido *ORDO ORANDI* que João Fernandes vendia por 70 reais, em 1542, na sua livraria da Rua Nova, mas desta feita com orações, preces e cânticos judaicos dirigidos aos cristãos-novos desterrados<sup>53</sup>. Dos seus prelos, não é por demais sublinhá-lo, além da magnífica Bíblia de Ferrara (1553), saíram duas pérolas da literatura portuguesa de Quinhentos: a *História da Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro (1554), e a *Consolação às Tribulações de Israel*, de Samuel Usque (1553). “Os Senhores do

---

<sup>51</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 716.

<sup>52</sup> Sobre as publicações de Duarte Pinel/Abraão Usque, veja-se Herman Prins SALOMON, “O que tem de judaico a *Menina e Moça*?”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), pp. 185-223.

<sup>53</sup> O último livro em castelhano impresso por Abraão Usque, em 1555, é precisamente um livro de orações para as festas e datas do ano litúrgico judaico, intitulado *ORDEN DE ORACIONES DE / Mes arreo .s. sin boltar de / una a otra parte / Y LA ORDEN DE HANVCAH / Purim. y pascuas de Pesah, / Sebuoth, y Sucot. Com / mucha diligencia en- / mendada / Estampado por yndustria y des- / pesa de Abraham Usque. / En Ferrara 12. de Setembro.*

Desterro de Portugal”, a quem Samuel Usque dedicou a *Consolação*, nunca deixaram de promover a cultura do livro, antes e depois de saírem do país, seja como autores, editores, livreiros ou impressores.

De acordo com várias testemunhas, João Fernandes vive publicamente como judeu e reassume o seu antigo nome judaico, ou seja, Samuel Picho. Em Ferrara, estão também estabelecidos vários dos seus irmãos e filhos. Segundo a documentação notarial de Ferrara, trazida a público por Aron di Leone Leoni, os dois irmãos do antigo livreiro, Álvaro de Castro e Pedro Fernandes, operam nesta cidade como mercadores de grosso trato, sendo que o último é médico e mercador, uma união bastante comum entre os cristãos-novos<sup>54</sup>. Os três irmãos apresentam-se como originários de Alvito. Duas das filhas de João Fernandes encontram-se igualmente por terras italianas: uma, Clara Nunes, a mulher do licenciado Duarte Gomes, vive em Ferrara com os filhos, enquanto o marido vive entre Veneza e Ferrara, como “mercador principal” dos Mendes-Benveniste; a outra, Graça Fernandes, vive em Florença, tendo casado em Ferrara, com Cristóvão Mendes, filho do doutor Fernando Mendes, o famoso juiz do Tribunal da Rota. No dia 19 de outubro de 1553, a pedido de João Fernandes, Cristóvão Mendes declara ter recebido como dote da sua esposa, Graça Fernandes, um valor total de 2.250 escudos<sup>55</sup>.

Curiosamente, haveria de ser de novo em Lisboa, muitos anos depois da partida de João Fernandes, que dois judeus portugueses, retornados de terras italianas, dariam mais notícias sobre o livreiro e a sua família nas declarações prestadas no Tribunal do Santo

---

<sup>54</sup> Sobre a presença de João Fernandes em Ferrara, veja-se o estudo monumental de Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese di Ferrara (1492-1559): I suoi rapporti col governo ducale e la popolazione locale ed i suoi legami con le Nazioni Portoghese di Ancona, Pesaro e Venezia*. Tomo I [-II]. A cura di Laura Graziani Secchieri. Firenze, Leo S. Olschki, 2011, p. 283, documentos 733, 747, 834, 928, 1088, 1098, 1340, 1348, 1393, 1527, 1614, 1635.

<sup>55</sup> Archivio di Stato di Ferrara, notaio Giacomo Conti, matr. 584, pacco 5S (19.10.1553): *Dos Dnae Graciae Fernandes uxor d. Xphori Mendes*. Cf. Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese...*, op. cit., pp. 953-954, doc. 928.

Ofício. Assim, no dia 10 de setembro de 1574, Luís Franco, um cristão-novo de Aveiro, regressado há pouco de Ferrara, denuncia “o Licenciado Duarte Gomez fisico natural de Lixboa ja branco gentil homem que era he casado com hũa filha de João Fernandez de Lixboa livreiro”, declarando também que o bacharel Cristóvão Mendes, o outro genro do livreiro, estudara leis na Universidade de Coimbra<sup>56</sup>. Alguns anos depois, Henrique Nunes, aliás Abraham Benveniste, em depoimento prestado no dia 8 de março de 1583, traça um retrato pormenorizado do livreiro João Fernandes, que vivia publicamente em Ferrara como judeu:

Perguntado do ditto tempo de cinquenta e dous anos a esta parte se conheceo algũs Judeus portugueses que se fossem deste reino e laa se fizessem Judeus públicos. Disse que no ditto tempo conheceo em Ferrara hum christão novo morador nesta cidade que qua se chamava Joam Fernandez o livreiro o qual se foy deste reino a muito tempo mas // depois do anno de cinquenta e dous segundo seu parecer e laa se publicou por judeu e como tal vivia e se pos nome Samuel Picho o qual sera de idade agora se for vivo de oitenta anos e levou consigo sua molher a que não sabe o nome e dous filhos hum delles he falecido e outro se chama laa Jacob Picho e qua não sabe como se chamava e levou também quatro ou cinco filhas as quais não sabe os nomes nem de Judias nem de Christãs mas hũa dellas he casada com Duarte Gomez que laa se chama David Zaboca mercador principal o qual foy desta cidade jaa casado com ella e outra filha he casada com Christovão Mendez que laa se chama Joseph Serralvo Mendez filho

---

<sup>56</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Liv. 56, fls. 304v-305r. (“denúnciação contra çertos judeus de ferrara”): “Christovom Mendez filho do doutor Fernão Mendez que he natural desta cidade e en Frandes them cargo de justiça, digo em Florença, e he casado em Ferrara o dito Christovom Mendez en Ferrara omem meio preto e branco digo meo branco o qual estudou leis em Coimbra.”

do douctor Fernão Mendez de Florença e laa casarão em Ferrara e outra filha he casada com hum judeu português que de ca foy que laa se chama David Coem [...]57.

Não há notícia de que João Fernandes, com cerca de 65 anos à chegada a Ferrara, tenha voltado ao negócio dos livros, mas surge envolvido em várias operações financeiras de grande monta, não só para transferir capitais próprios, de Portugal e da Flandres para Ferrara, mas também de outros cristãos-novos desterrados em Itália. Em 7 de dezembro de 1552, por exemplo, João Fernandes concede uma procuração ao seu genro Duarte Gomes para recuperar, em Veneza, um crédito de 1.200 ducados, uma forma comum entre os cristãos-novos portugueses para transferir capitais de Antuérpia para Itália58.

## 6. Epílogo

João Fernandes não mais regressou nem à sua livraria nem à sua casa na Rua Nova dos Mercadores, não mais viu as planuras alentejanas da sua infância, onde o tordo debicava a azeitona madura de Alvito, para evocar a imagem gravada na memória do poeta eborense Diogo Pires (Didacus Pyrrhus Lusitanus)59.

---

<sup>57</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 2931, fl. 79r-v. Transcrição publicada por P. C. IOLY ZORATTINI (a cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*. Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1984, vol. III, pp. 270-271.

<sup>58</sup> Archivio di Stato di Ferrara, notaio Giacomo Conti, matr. 584, pacco 58 (07/12/1552). Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese...*, op. cit., p. 918, doc. 834.

<sup>59</sup> Sobre a obra poética de Diogo Pires, que foi coeditor da Bíblia de Ferrara, e a ação determinante da sua família na Nação Portuguesa de Antuérpia, Ferrara e Ancona, veja-se António M. L. ANDRADE, *O Cato Minor de Diogo Pires e a Poesia Didáctica do séc. XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

Continuaria, porém, até ao fim dos seus dias, no ducado estense, a ser conhecido como “o livreiro português”. Ferrara era, por assim dizer, a maior cidade portuguesa fora de Portugal. A última notícia que temos de João Fernandes data de 15 de março de 1559, num documento notarial de Ferrara<sup>60</sup>. Trata-se de uma procuração passada pelo seu irmão Pedro Fernandes, de Alvito, ao mercador Diogo Pires, de Lisboa, para exigir a cobrança de uma partida de açúcar de São Tomé a uma certa Isabel Lopes, de Lisboa. O documento está subscrito por João Fernandes “librarius lusitanus”.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. A. Marques de, *Aritmética como descrição do real (1519-1679). Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, 2 vols.
- ALMEIDA, A. Marques de, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança. Lisboa, Edições Cosmos, 1993.
- ANDRADE, António M. L., *O Cato Minor de Diogo Pires e a Poesia Didáctica do séc. XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.
- ANDRADE, António M. L., “A figura de Salomão Usque: a face oculta do humanismo judaico-português”: in M. GONÇALVES *et alii* (orgs.), *Gramática e Humanismo*. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2005, vol. II, pp. 15-25.
- ANDRADE, António M. L., “Os Senhores do Desterro de Portugal: Judeus Portugueses em Veneza e Ferrara em meados do século XVI”: *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 6 (2006), pp. 65-108.
- ANDRADE, António M. L., “A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 87-130.
- ANDRADE, António M. L., “Nosso desejo tão inclinado ao seu serviço” – A geração de ouro do humanismo português e a actividade mecenática dos Mendes

---

<sup>60</sup> Archivio di Stato di Ferrara, notaio Giacomo Conti, matr. 584, pacco 8S (15/03/1559). Cf. Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese...*, op. cit., p. 1193, doc. 1635.

- Benveniste”: in Susana Bastos MATEUS, Carla VIEIRA (coord.), *Mendes Benveniste. Uma família sefardita nos alvares da Modernidade*. Lisboa, CESAB – FLUL, 2016, pp. 115-154.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – INIC, 1992.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- ANSELMO, Artur, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII”: *Revista Portuguesa de História do Livro* 2 (1997), pp. 47-68.
- ANSELMO, Artur, “O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos”: *Humanitas* 43-44 (1991-1992), pp. 369-376.
- AZEVEDO, Pedro de, “O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio”: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 7, n.º 1 (1913), pp. 71-88.
- BAIÃO, António, “A censura literária inquisitorial”, *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 12 (1918), pp. 473-560.
- BAIÃO, António, “O livreiro quinhentista João de Borgonha”: *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, 30 (1958), pp. 174-176.
- BRANDÃO, João, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- BRITO, Gomes de, *Notícias de livreiros e impressores em Lisbôa na 2.ª metade do século XVI*. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1911.
- BUJANDA, J. M., *Index de l’Inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke, Éditions de l’Université de Sherbrooke; Genève, Librairie Droz, 1995.
- COELHO, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*. Lisboa, Caminho, 1986.
- CRESPO, Hugo Miguel, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes *alias* Salomão Usque: móveis, têxteis e livros na reconstituição da casa de um humanista (1542-1544). *Em torno da guarda-roupa, livraria e mantearia do rei*”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 587-688.
- CRESPO Hugo Miguel, “Global Interiors on the Rua Nova in Renaissance Lisbon”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE, *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015, pp. 121-139.
- DESLANDES, Venâncio, *Documentos para a Historia da Typografia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- DI LEONE LEONI, Aron, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese di Ferrara (1492-1559): I suoi rapporti col governo ducale e la popolazione locale ed i suoi legami con le Nazioni Portoghese di Ancona, Pesaro e Venezia*. Tomo I [-II]. A cura di Laura Graziani Secchieri. Firenze, Leo S. Olschki, 2011.
- DI LEONE LEONI, Aron, *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII: New Documents and Interpretations*. Jersey City, Ktav, 2005.
- ELIOT Simon; ROSE, Jonathan (eds.), *A Companion to the History of the Book*. Oxford and Malden, Blackwell, 2007.

- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra, Almedina, 2008.
- FERREIRA, Francisco Leitão, *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*. Volume III (Tomo I). Coimbra, Por ordem da Universidade, 1944.
- FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de, “A Real Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros e os seus juizes nobres”: *O Instituto* 110 (1947), pp. 138-164.
- FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de, “Os livreiros da Lisboa quinhentista”: *Revista Municipal. Lisboa* 54 (1952), pp. 5-25.
- GUEDES, Fernando, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*. Braga, Verbo, 2005.
- IOLY ZORATTINI, P. C. (a cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*. Firenze, Leo S. Olschki, 1984.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie, “Reconstruction the Rua Nova: The Life of a Global Street in Renaissance Lisbon”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015, pp. 100-119.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate J. P. (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate J. P. (eds.), *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate J. P., “A representação da Lisboa global”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017., pp. 14-31.
- LIMA, Durval Pires de, *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Ciência e conhecimento nas livrarias quinhentistas da Rua Nova dos Mercadores”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017, pp. 88-95.
- MANUAL de Encadernação. Manual do Formador*, disponível em [https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod\\_resource/content/0/encadernacao\\_manual-formador.pdf](https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod_resource/content/0/encadernacao_manual-formador.pdf) (consultado em 20/08/2018).
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O papel como elemento de identificação*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- PAIVA, José Pedro, “Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos”: *Revista de História das Ideias* 28 (2007), pp. 687-737.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, “Livros, livreiros e impressores na Inquisição de Lisboa nos séculos XVI e XVII”, in *Miscelânea de Estudos dedicados a Fernando de*



- Mello Moser*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 215-232.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa, *Documentos para a história da Inquisição em Portugal (século XVI)*. Lisboa, s. n., 1987.
- RÊGO, Raul, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação e das Universidades, 1982.
- RÉVAH, I. S., *La censure inquisitoriale portugaise au XVI<sup>e</sup> siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-similé des Index*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.
- SÁ, A. Moreira de, *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.
- SALOMON, Herman Prins, “O que tem de judaico a *Menina e Moça?*”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), pp. 185-223.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos, “Marcas de água e história do papel”: *Cultura* 33 (2014), pp. 11-29.
- SEGRE, Renata, “Contribución documental a la historia de la imprenta Usque y de su edición de la Biblia”, in Iacob M. HASSÁN (ed.), *Introducción a la Biblia de Ferrara*. Actas del Simposio Internacional sobre la Biblia de Ferrara (Sevilla, noviembre de 1991). Madrid, Comisión Nacional Quinto Centenario-Universidad de Sevilla-CSIC, 1994, pp. 205-226.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Terceiro. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1859.
- VITERBO, Sousa, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O PRIMEIRO LIVRO IMPRESSO NO BRASIL:  
CENSO E VALIDAÇÃO DOS EXEMPLARES CONHECIDOS  
*A CASE STUDY*<sup>1</sup>**

**THE FIRST BOOK PRINTED IN BRAZIL:  
CENSUS AND VALIDATION OF EXTANT COPIES  
*A CASE STUDY***

*Pedro de Azevedo*<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho baseia-se num episódio recente da vida profissional do autor, livreiro-antiquário, na sequência do qual foi desenvolvido um estudo comparativo aprofundado sobre os exemplares conhecidos do folheto *Relação da entrada que fez [...] D. Fr. Antonio do Desterro Malbeyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747... / composta pelo Doutor Luiz Antonio Rozado da Cunha... Rio de Janeiro, Na Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonceca [sic] Anno de MDCC. XLVII. [1747].* O opúsculo em questão é hoje consensualmente considerado o primeiro livro impresso, de que há registo, no Brasil. O

---

<sup>1</sup> Por razões que têm a ver com a defesa da privacidade dos intervenientes portugueses, os seus nomes e outros dados de identificação foram alterados.

<sup>2</sup> Livreiro-Antiquário, Association Internationale de Bibliophilie (membre d'honneur): pedrofaz@sapo.pt

estudo inclui um censo de todos os exemplares conhecidos e uma peritagem especialmente centrada num determinado exemplar em análise (*a case study*), cujas características tipográficas e de proveniência se revelaram suspeitas.

**Palavras-chave:** Livro Antigo; Peritagem; História da Tipografia; Brasil Colonial

**Abstract:** This paper is based on a recent episode in the professional life of the author, a rare book dealer, which led him to develop a comparative study on the known copies of the famous pamphlet *Relação da entrada que fez [...] D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747... / composta pelo Doutor Luiz Antonio Rozado da Cunha... Rio de Janeiro, Na Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonceca [sic] Anno de MDCC. XLVII. [1747]*. This pamphlet is currently considered the first book printed in Brazil. A complete census of all the extant copies is included in this study, together with an expert appraisal of a particular copy (a case study), whose specific provenance and typographic features have raised suspicions about its authenticity.

**Keywords:** Rare Books; Expertise; History of Typography; Colonial Brazil

## 1. Contexto

António Isidoro da Fonseca [A.I.F.] (†1760?), natural do arcebispado de Braga, foi um dos mais importantes impressores e editores portugueses da primeira metade do século XVIII, tendo exercido atividade tipográfica em Lisboa, pelo menos entre 1728 e 1745<sup>3</sup>. Nos seus prelos foram produzidas obras culturalmente relevantes, tais como o primeiro tomo da *Bibliotheca Lusitana* (figura 1), do abade Diogo Barbosa Machado<sup>4</sup>, escritos de alguns autores consagrados, como Pietro Metastasio<sup>5</sup> ou o padre Manuel Severim de Faria<sup>6</sup>, e

---

<sup>3</sup> Segundo Artur Anselmo, António Isidoro da Fonseca terá sido “um dos impressores com maior número de obras acabadas [em Lisboa], neste período” (reinado de D. João V, 1706-1750), figurando em oitavo lugar na lista de impressores, apresentada, por ordem decrescente, por este historiador do livro português (“O livro português na época de D. João V”, in *Estudos de história do livro*. Lisboa, Guimarães, 1997, p. 92). O investigador Jair Rattner regista 113 produções saídas dos prelos lisboenses de A. I. F. (ver Jair Norberto RATTNER, *Levantamento das obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa [trabalho realizado para o seminário de História do Livro na Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]*. Lisboa, s.n., [UNL], 1990).

<sup>4</sup> Diogo Barbosa Machado (1682-1772), presbítero secular católico, escritor e bibliógrafo, natural de Lisboa; autor da *Bibliotheca Lusitana*, sua obra magna, publicada em Lisboa, em 4 vols., entre 1741 e 1759, a primeira bibliografia geral de Portugal; reuniu importante biblioteca que ofereceu ao rei D. José I, após o incêndio que, na sequência do terremoto de 1755, destruiu a biblioteca real; a coleção Barbosa Machado acompanhou a família real na sua viagem para o Brasil, em 1807-1808 e constitui hoje um dos mais importantes fundos antigos da Biblioteca Nacional do Brasil, do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Pietro Metastasio (1698-1782), escritor italiano, natural de Roma, ocupou o cargo de poeta na Corte Imperial de Viena e celebrizou-se, sobretudo, como talentoso e prolífico libretista. Entre 1736 e 1738 A.I.F. imprimiu em Lisboa pelo menos seis dos seus dramas: *Alexandre na Índia* (1736), *Semiramis* (ca.1737), *A Olimpiade* (1737), *Demofonte* (1737), *L'Artaserse* (1737) e *L'Emira* (1738); uma adaptação do seu drama musical *Siroe*, com o título *Filinto exaltado*, foi representada, com excelente música, a 11 de dezembro de 1746, no Rio de Janeiro, durante os festejos que celebraram a entrada na diocese do bispo D. António do Desterro Malheiro, como nos relata o juiz de fora Luís António Rosado da Cunha, autor da *Relação da entrada que fez...* Rio de Janeiro, António Isidoro da Fonseca, 1747, p. 7.

<sup>6</sup> Manuel Severim de Faria (1584-1655), erudito historiador e genealogista, chantre da Sé de Lisboa, de onde era natural; autor das *Notícias de Portugal* (Lisboa, 1655), obra publicada em segunda edição por A. I. F. (Lisboa, 1740), é considerado um dos pioneiros do jornalismo português.

outros de personagens polémicas, como o dramaturgo António José da Silva<sup>7</sup>, conhecido como “o Judeu”.

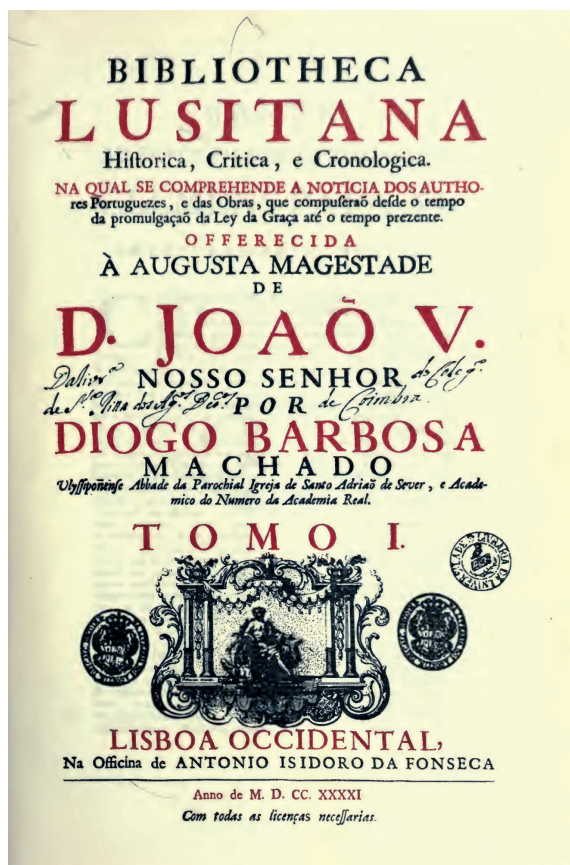


Figura 1 – Rosto do tomo primeiro da *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (Lisboa, 1741), impresso por António Isidoro da Fonseca (exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

<sup>7</sup> António José da Silva (1705-1739), escritor, natural do Rio de Janeiro, conhecido como “O Judeu”, foi o maior dramaturgo de língua portuguesa da sua época; em 1737 foi preso e torturado pela Inquisição, juntamente com sua mãe e sua mulher, mais tarde libertadas; condenado por judaísmo, foi executado (garrotado) e o seu corpo queimado num auto da fé, em 19 de outubro de 1739. Na oficina de A.I.F. viria a publicar três peças: *O Labirinto de Creta* (1736), *As variedades de Proteo* (1737) e *Guerras do Alecrim e Mangerona* (1737).

Não é certo que A.I.F. tenha tido problemas com a Inquisição causados pela publicação das obras deste último autor, que, perseguido pelo Santo Ofício, viria a ser condenado por judaísmo e executado num auto da fé em 1739.

Mas, por esta razão, ou por qualquer outra, em data incerta, provavelmente no final do ano de 1746, o tipógrafo, decidido a dar novo rumo à sua vida, resolveu partir para o Brasil, levando na bagagem o essencial da sua oficina tipográfica de Lisboa.

Chegado ao Rio de Janeiro, logo A.I.F. se estabeleceu com o firme propósito de iniciar uma nova fase da sua atividade profissional, procurando clientela que lhe pudesse alimentar o negócio, instalando a que denominou *Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca* [sic]<sup>8</sup>.

Importa aqui lembrar que até então o Brasil não tinha ainda conhecido qualquer experiência tipográfica no seu território. Na realidade, fruto de uma política centralizadora que atingiu o auge no período pombalino, a Coroa portuguesa, embora sem o declarar expressa ou formalmente, nunca viu com bons olhos o estabelecimento da atividade impressória em Terras de Santa Cruz. Igualmente, segundo esta orientação, as instituições que tutelavam os mecanismos de licenciamento a que os impressores e livreiros tinham que obedecer antes de publicar as suas edições, situavam-se todas em Lisboa<sup>9</sup>. E, assim, durante mais de dois séculos, todos os livros portugueses referentes ou destinados ao Brasil, bem como todas as obras de autores brasileiros, foram impressos em Lisboa.

---

<sup>8</sup> Sobre a atividade tipográfica de A.I.F. no Brasil, a principal referência consultada foi: Jerônimo Duque Estrada de BARROS, *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)* [dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense]. Niterói, s.n. [UFF], 2012.

<sup>9</sup> No final do reinado de D. João V (1706-1750), as instituições de censura do livro em Portugal eram o Ordinário (governo da diocese correspondente ao local de publicação), a Inquisição e o Desembargo do Paço (ver Maria Teresa Esteves Payan MARTINS, “1. Quem proibia”, in *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, pp. 9-57.

E teria sido assim até à chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1808, a que se seguiu o estabelecimento da Imprensa Régia, a 13 de maio do mesmo ano, não fosse a tentativa de António Isidoro da Fonseca que, embora efémera, lhe valeu o honroso título de introdutor da imprensa no Brasil.

De facto, embora se conheçam mais três impressos<sup>10</sup> produzidos na *Segunda Officina* de A.I.F. e resultantes, sobretudo, da sua colaboração com o Real Colégio das Artes e Ofícios da Companhia de Jesus, em 1747, o nosso tipógrafo viria a dar à luz, no Rio de Janeiro, um folheto da autoria do juiz de fora António Rosado da Cunha, intitulado *Relação da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malbeyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747*<sup>11</sup>... Como é do conhecimento geral, este folheto é hoje consensualmente considerado o primeiro livro impresso no Brasil (figura 2).

---

<sup>10</sup> Para além da *Relação da entrada...*, são conhecidos mais três impressos saídos da *Segunda Officina* de A.I.F., todos de 1747: 1 – *Conclusiones metaphysicas de ente reale, praeside R.P.M. Francisco [sic] de Faria Societatis Jesu. Lectore defendas offert Francisco Fraga...*, S.l., s.n., s.d. [1] f. (impressa em seda de um só lado; 80x73 cm), (Rubens Borba de MORAES, *Bibliographia Brasiliana: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*. Los Angeles, University of California; Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1983, p. 303). 2 – *Em aplauso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor, D. Antonio do Desterro Malbeyro Dignissimo Bispo desta cidade*, S.l., s.n., s.d. [5,12] ff. (impressas de um só lado) (R. B. de MORAES, op. cit., p. 42). 3 – *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Capella de S. Gonçalo das Catas Altas Final da Freguesia de Santo Antonio de Ita Bava. Rio de Janeiro, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonceca [sic], 1747. 39 p.* (J. D. E. de BARROS, op. cit., pp. 105-110, 180). No início do século XX, o único exemplar conhecido do primeiro impresso fazia parte da Biblioteca do Colégio Anchieta de Nova Friburgo (Rio de Janeiro), mas hoje encontra-se na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte (Minas Gerais), onde foi localizado pelo investigador Jerônimo Duque Estrada de Barros (J. D. E. de BARROS, op. cit., p. 102). Do segundo, conhece-se igualmente apenas um exemplar na Biblioteca Nacional do Brasil (Coleção Barbosa Machado, BNB, Seção de Obras Raras, cota 24, 1, 9, n. 2). Do terceiro, recentemente descoberto por Jerônimo de Barros, conhece-se um exemplar depositado no Museu e Arquivo da Cidade de Catas Altas da Noruega, Minas Gerais (J. D. E. de BARROS, op. cit., pp. 73-75, 76-77 e 105-110, 180).

<sup>11</sup> R. B. de MORAES, op. cit., pp. 239-240.



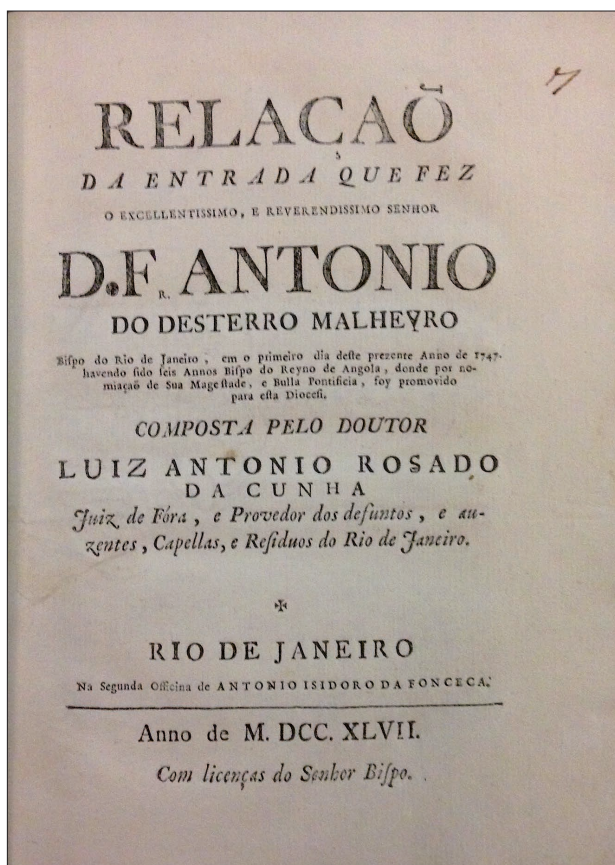


Figura 2 – Rosto da *Relação da entrada...*  
(exemplar da New York Public Library)

Não se pretende aqui aprofundar as razões que levaram ao licenciamento incompleto da edição, nem ainda a todo o processo subsequente à sua publicação, e muito menos especular sobre as razões histórico-culturais que conduziram ao atraso da introdução da tipografia no Brasil.

Acrescentaremos apenas que A.I.F., consciente, ou talvez não, das graves consequências em que incorria, na ausência de representantes de, pelo menos, duas das instituições indispensáveis a um completo licenciamento do impresso, a Inquisição

e o Desembargo do Paço, apelou unicamente ao próprio bispo D. António<sup>12</sup> para que o autorizasse a publicar o texto, autorização que lhe foi concedida a 7 de fevereiro de 1747 e consta das duas últimas páginas impressas do folheto (pp. [21, 22])<sup>13</sup> (figuras 3.1 e 3.2).

A reação da Coroa não se fez esperar: uma resolução do Conselho Ultramarino, datada de 10 de maio de 1747 e chegada ao Rio de Janeiro em julho do mesmo ano, ordenava aos governadores do Estado do Brasil que mandassem “sequestrar e remeter ao Reino por conta e risco dos seus donos”, quaisquer “letras de imprensa” existentes nos limites da sua jurisdição, determinando expressamente a todos os intervenientes “que não imprimam, nem consintam que se imprimam, livros, obras, ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças, que tenham para a dita impressão”<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> D. Fr. António do Desterro Malheiro Reimão (1694-1773), religioso beneditino, natural de Ponte de Lima, foi o sexto bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro (1745-1771); originário de uma abastada família minhota, com a ajuda do irmão, o Pe. Baltazar Malheiro, mandou construir a Capela das Malheiras, em Viana do Castelo, adjacente à Casa das Malheiras, um dos mais notáveis edifícios de arquitetura barroca da região (Francisco José Carneiro FERNANDES, “Capelas de Viana: capela e palacete dos Malheiros Reymão”: *Cadernos vianenses*. Tomo VI, 1981, p. 181). Agradecemos esta e outras informações relativas à família Malheiro Reimão a Alfredo Faria Araújo, de Ponte de Lima.

<sup>13</sup> Os termos do requerimento que A.I.F. dirigiu ao bispo são particularmente interessantes: “Diz A.I.F., que elle pertende imprimir a Relação incluza, mas como não esteja inda revista por Vossa Excellencia tanto como Inquizidor Delegado, como Ordinario, para se ver se tem cousa, que offenda a nossa Santa Fé...”, ou seja, A.I.F. considera o bispo representante de duas das três entidades que regulam a censura do livro, a Inquisição e o Ordinário, faltando-lhe, contudo, a terceira, o Desembargo do Paço.

<sup>14</sup> Ordem régia conservada na Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, cota II-34, 23, 001 n.º 050.

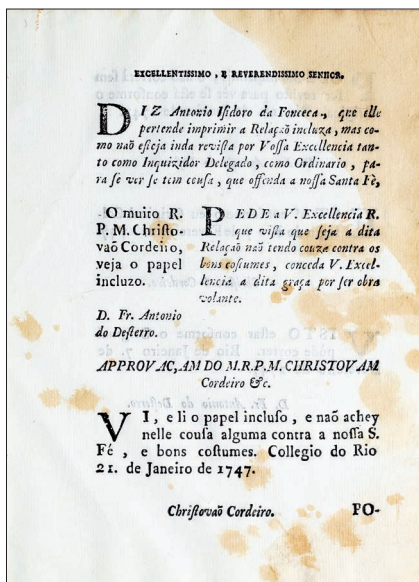


Figura 3.1 – Licenças, pp. [21] (exemplar de Lisboa)

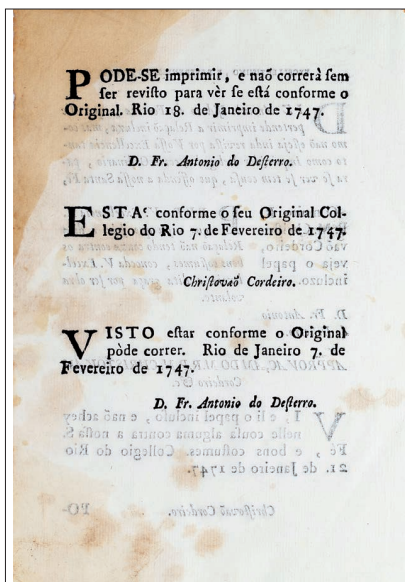


Figura 3.2 – Licenças, pp. [22] (exemplar de Lisboa)

Resistindo a esta contrariedade, António Isidoro da Fonseca terá permanecido ainda algum tempo no Brasil e talvez mesmo ensaiado outras iniciativas editoriais, mas em 1749 estava de volta ao Reino. A.I.F. terá ainda tentado voltar ao Brasil a fim de reatar a sua atividade impressória<sup>15</sup>, não se conhecendo, porém, nenhuma outra produção da sua oficina com data posterior ao seu regresso a Portugal.

<sup>15</sup> Requerimento de A.I.F., datado de 19 de novembro de 1749 que viria a merecer do Conselho Ultramarino, a 29 de maio de 1750, o lacónico despacho de “escusado” (Eduardo de Castro e ALMEIDA, “Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro”: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1936 (vol. 50, 1928), p. 121).

## 2. Primeiro contacto

A primeira vez que deparei com um exemplar da *Relação da entrada...* de A.I.F. terá sido no verão de 1984 quando, acompanhado do meu colega e amigo Luís Burnay, visitei um conhecido livreiro-antiquário de Lisboa. O nosso anfitrião estava de partida dentro de dias para a Feira do Livro Antigo de Londres e, entusiasmado, mostrou-nos algumas das suas últimas aquisições que ali pretendia apresentar.

De entre algumas preciosidades, chamou-nos a atenção um exemplar da famosa *Relação*, não só pela sua raridade e importância cultural, mas também por exibir certas características que nos levaram a levantar algumas dúvidas sobre a sua genuinidade. O estado de conservação era quase perfeito; a tinta, muito abundante, era negra e brilhante; na página de rosto, um pelo estava grudado a uma das letras do título; e, não menos importante, a nossa intuição dizia-nos que alguma coisa estava errada. A convicção que demonstrámos foi determinante para que o nosso colega me tivesse confiado o exemplar para uma análise mais minuciosa, antes de partir para Londres.

Nessa época era bibliotecária da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Maria da Graça Pericão, com quem contactei imediatamente solicitando-lhe todas as informações que ela pudesse recolher sobre o único exemplar da *Relação* existente em Portugal<sup>16</sup>, precisamente na BGUC.

---

<sup>16</sup> O exemplar em causa (cota: Miscelâneas, vol. 311, folheto n.º 5129) pertenceu ao bibliófilo e prelado mitrado da Sé de Lisboa, Mons. José Pedro Hasse de Belém (1747-1805), membro do Conselho de Estado, censor régio e sócio da Academia das Ciências de Lisboa. A sua vasta biblioteca, especialmente rica em miscelâneas, foi incorporada na Biblioteca da Universidade de Coimbra em 1806, por aquisição direta aos seus herdeiros, tendo o valor da transação ascendido a seis contos de réis (E. A. Maia do AMARAL (coord.), *Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, pp. 78-79).

Poucos dias depois, chegava-me pelo correio um pequeno pacote dentro do qual vinha um exemplar da edição fac-similada da *Relação*, publicada pela referida instituição em 1973<sup>17</sup>, uma fotocópia da página de rosto, um decalque em papel vegetal das marcas de água da folha de rosto, da folha correspondente às páginas 19/20 (com a contramarca do fabricante) e da última folha branca. Os documentos eram acompanhados de uma pequena nota manuscrita. Estas preciosas informações foram ainda complementadas, posteriormente, em duas longas conversas telefónicas.

Em pouco tempo pude verificar algumas diferenças substanciais, nomeadamente duas que apontavam para a confirmação das nossas suspeitas: o papel não apresentava as mesmas marcas de água e a estrutura dos cadernos era diferente. De facto, enquanto o exemplar de Coimbra era composto por um caderno de doze folhas dobradas ao meio<sup>18</sup>, com costura central, o exemplar em estudo era constituído por um caderno de dez folhas (20 páginas) dobradas ao meio, seguindo-se um caderno de duas folhas (4 páginas), igualmente dobradas ao meio.

Assim, tendo em conta, sobretudo, esta última constatação, juntamente com as outras características então observadas, cheguei à conclusão de que o exemplar em causa aparentava ter sido estampado modernamente, embora em papel da época, através de um processo fotomecânico, quase seguramente a zincogravura<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> “Relação da entrada que fez o Bispo do Rio de Janeiro D. Fr. António do Desterro Malheiro nesta Cidade em 1747”: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXX (1973).

<sup>18</sup> Duodécimo ou in-12º (ou ainda in-doze): imposição que dá 24 páginas de impressão por folha (Maria Isabel FARIA; Maria da Graça PERICÃO, *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra, Almedina, 2008, pp. 419 e 569).

<sup>19</sup> Processo de reprodução de originais com recurso à fotografia e incluindo, de forma muito simplista, as seguintes etapas: 1 – Fotografa-se o original a re-

Estas conclusões foram comunicadas ao colega proprietário do folheto, no seu regresso da Feira de Londres. Uns dias mais tarde, o mesmo livreiro confidenciou-me que a pessoa que lhe vendera o folheto, confrontada com as dúvidas quanto à sua autenticidade, tinha procurado reavê-lo e o exemplar terá, eventualmente, sido devolvido à procedência. O episódio ficou por aqui e durante largos anos não tive mais informações sobre este assunto.

### **3. Segundo contacto**

Passaram-se, entretanto, mais de 20 anos, quando, no início do ano de 2008, no decurso da avaliação de uma biblioteca particular situada nos arredores de Lisboa, me surgiu um outro exemplar do mesmo impresso, cuidadosamente acondicionado numa bolsa de cartolina (figura 4).

O opúsculo era propriedade de Alfredo de Castro, artista plástico de reconhecido prestígio nacional e internacional, único filho de Alberto de Castro, discreto, mas culto e bem informado, livreiro-antiquário de Lisboa, desaparecido em 1990, que lhe deixou uma importante biblioteca de livros antigos e outros documentos.

Chamei de imediato a atenção do proprietário para a descoberta do impresso, informando-o de que era uma peça culturalmente importante, rara e com valor venal significativo. Simultaneamente disponibilizei-me para lhe encontrar um comprador se, algum dia, ele a pretendesse alienar.

---

produzir; 2 – Reveste-se uma chapa de zinco (matriz) com verniz fotossensível; 3 – Impressiona-se a matriz com uma luz forte (ultravioleta) através do negativo; 4 – As zonas expostas endurecem, as protegidas ficam moles; 5 – A matriz é sujeita a um banho de ácido nítrico (ou água-forte) que vai corroer as zonas moles; 6 – O verniz é removido, obtendo-se uma gravura em relevo.



E, efetivamente, Alfredo de Castro reteve a minha informação, já que, cerca de seis anos depois, nos primeiros dias do mês de julho de 2014, voltou a contactar-me para me propor que promovesse a venda do folheto.

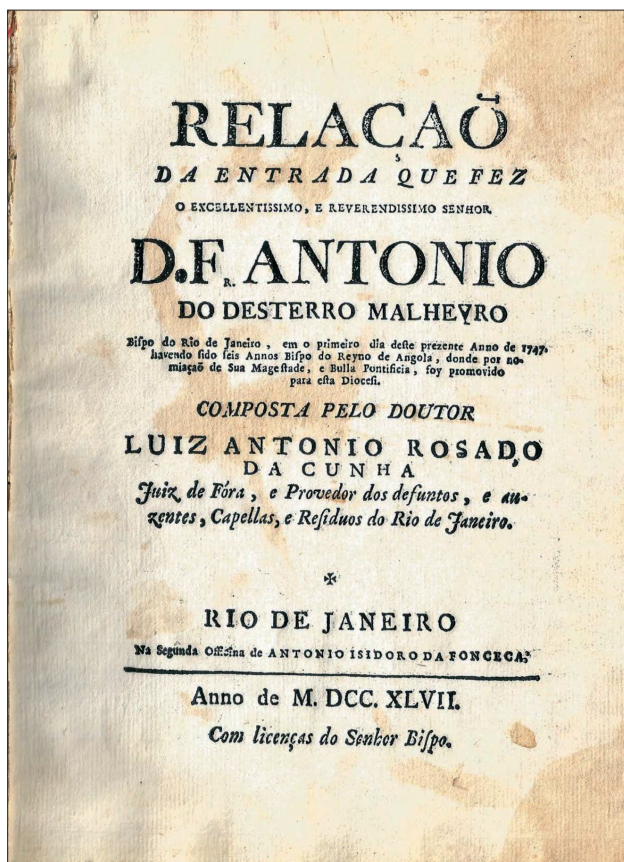


Figura 4 – Rosto do exemplar de Lisboa

Como é natural, fiquei satisfeitiíssimo com a oportunidade. Não é todos os dias que um livreiro-antiquário tem em seu poder um exemplar do primeiro livro publicado no Brasil e, sobretudo, com a mais que provável perspectiva de o vir a vender.

Alguns dias depois, o proprietário entregava-me o exemplar que logo foi sumariamente analisado. Nesse mesmo dia, estabeleci contacto com um dos meus clientes, seguramente um dos maiores bibliófilos e colecionadores do Brasil.

Importa aqui adiantar que os poucos exemplares conhecidos da *Relação* de A.I.F. (já iremos ver quantos), se encontram todos integrados em bibliotecas de prestigiadas instituições, disseminadas por diversos pontos do globo.

O cliente ficou imediatamente interessado e mesmo entusiasmado, com a perspectiva de vir a ser o único colecionador privado a ter na sua biblioteca o primeiro livro impresso no Brasil.

E ficou combinado que nos encontraríamos duas semanas depois, pelas 19 horas, no átrio de um hotel em Londres, junto a Hyde Park, onde ele ia ficar alojado numa curta escala entre a Itália e o Brasil.

Durante aqueles 15 dias tive a possibilidade de acalmar um pouco, de voltar a assentar os pés na terra e, sobretudo, de recordar o episódio vivido em 1984 em casa do nosso colega livreiro-antiquário.

Iniciei então alguns contactos em Portugal e no estrangeiro, tendo conseguido recolher várias informações, embora em geral incompletas e, por vezes, mesmo um pouco confusas. Ainda assim, uma delas apontava para a existência de um exemplar que, apenas dois anos antes, tinha sido retirado de um leilão em Nova Iorque sob a suspeita de não ser original<sup>20</sup>.

Sem perder tempo, um pouco alarmado, liguei para Alfredo de Castro e perguntei-lhe se alguma vez tinha levado o seu exemplar

---

<sup>20</sup> O exemplar consta do catálogo do leilão n.º 2287 (lote n.º 500), organizado pela leiloeira Swann Galleries, de Nova Iorque, em 2 de outubro de 2012, mas não chegou a ser posto à venda, tendo sido retirado antes do leilão ter início. Da respetiva descrição, destacamos: *This Relação da Entrada and two lesser works by Fonseca are the only extant printed works from 18th-century Brazil. See Smith [Carleton S.], "Two Copies of the First Book Published in Brazil," in Homage to a Bookman (Berlin, 1967), pages 187-195. Only seven copies have been traced, three of them in Brazil and the others in the United States. We have found no copies previously at auction.*



aos Estado Unidos da América. O meu interlocutor sossegou-me: o folheto estava na sua biblioteca desde que o pai tinha falecido em 1990 e nunca, desde então, viajara, nem sequer para a sala contígua.

Respirei fundo. Era outro exemplar. Até porque o papel era antigo, com certeza, e até tinha algumas manchas do tempo.

No dia e na hora apazada, lá estava eu em Londres, no *lobby* do hotel, com o folheto na minha pasta. O cliente chegou meia hora depois, vindo diretamente do aeroporto. Após as saudações protocolares, instalámo-nos numa discreta mesa do bar, onde ele examinou o exemplar com toda a tranquilidade, não sem que os seus olhos ficassem iluminados com um brilho que denunciava o seu estado de espírito. Observou o folheto ainda durante alguns momentos, até que me dirigiu a pergunta sacramental: quanto é que teria de despende para possuir aquela preciosidade?

Informei-o do valor pretendido pela transação, mas acrescentei que desejava ter ainda mais algum tempo para examinar o exemplar com calma e redobrada atenção e só então o poderia entregar. Notei algum desapontamento no seu olhar. Estava certo de que, se o tivesse deixado, o teria levado logo com ele.

Mas, por fim, lá concordou, admitindo que também ele tinha tido conhecimento da história do exemplar retirado do leilão de Nova Iorque e, pelo sim, pelo não, seria melhor procurar dissipar qualquer dúvida, remota que fosse, que ainda subsistisse.

E assim nos separámos. Regressei a Lisboa com a firme convicção de que, se o folheto fosse autêntico, como parecia quase certo, podia desde logo considerá-lo vendido pela importância proposta.

#### **4. De volta a Lisboa**

Regressado a Lisboa, iniciei o trabalho de investigação com grande determinação.

Estávamos no princípio de agosto de 2014.

A primeira coisa que fiz foi ler tudo o que pude reunir sobre o assunto, após o que me decidi pela elaboração de um censo dos exemplares conhecidos do impresso. Este caminho viria a provar-se de grande utilidade.

Ao fim de alguns dias de muita pesquisa (a *internet* não nos diz tudo) cheguei à conclusão de que eram conhecidos ao todo 11 exemplares do folheto, com a seguinte distribuição geográfica:

- 5 exemplares no Brasil: 3 no Rio de Janeiro e 2 em São Paulo;
- 4 exemplares nos EUA: 2 em Nova Iorque, 1 em Washington<sup>21</sup> e 1 em Providence (RI);
- 1 exemplar na Alemanha, em Estugarda<sup>22</sup>;
- 1 exemplar em Portugal, na Universidade de Coimbra.

A estes, havia a acrescentar o que tinha comigo (exemplar de Lisboa) e um outro, em parte incerta, a que chamaremos Swann, o mesmo que fora retirado de um leilão em Nova Iorque, como entretanto conseguira confirmar (quadro 1).

Deste último, foi possível ter acesso, embora reservado, a uma reprodução integral e de qualidade em formato digital, tendo desde logo constatado que se tratava de um exemplar distinto do de Lisboa, o que, na verdade, me tranquilizou bastante.

---

<sup>21</sup> Os nossos agradecimentos a Maria Angela Leal, *Assistant Curator of the Oliveira Lima Library* (The Catholic University of America, Washington, EUA), pelas pormenorizadas informações que nos enviou sobre o exemplar existente naquela instituição.

<sup>22</sup> Agradecemos igualmente, e pelas mesmas razões, à Dra. Sabine Lutz, diretora da *Brasilien Bibliothek, Robert Bosch GmbH* (Gerlingen, Estugarda, Alemanha).

## QUADRO 1

Censo dos exemplares conhecidos: entidades proprietárias,  
localização e datas das incorporações

	<b>Instituições / proprietários e localização</b>	<b>data</b>
1	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	1806
2	Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro - ex. 1	1808
3	Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro - ex. 2	1889
4	Biblioteca do Itamaraty, Rio de Janeiro	1912
5	Catholic University Library, Washington (DC, EUA)	1920
6	Universidade de São Paulo (SP, Brasil)	< 1962
7	New York Public Library (NY, EUA) - ex. 1	1965
8	New York Public Library (NY, EUA) - ex. 2	1965
9	John Carter Brown Library, Providence (RI, EUA)	1974
10	Fundação Robert Bosch GmbH, Estugarda (A)	1978
11	Banco Itaú, São Paulo (SP, Brasil)	2010
12	Exemplar de Lisboa (Lisboa)	1990
13	Swann copy (localização desconhecida)	< 2012

Apercebi-me, entretanto, de que existiam, pelo menos, duas variantes da edição: uma com um erro na data do pé de imprensa: MCCXLVII (variante CC) – 5 exemplares (figura 5); e outra com a data já corrigida: MDCCXLVII (variante DCC) – 8 exemplares (figura 4), obviamente em data posterior à descoberta da gralha tipográfica<sup>23</sup>.

Procurei então averiguar a proveniência e a data da entrada, de cada um dos exemplares, na respetiva instituição. Graças a esta estratégia, consegui chegar a conclusões muito interessantes, algumas mesmo surpreendentes (quadro 2).

---

<sup>23</sup> Na realidade, são conhecidas ainda outras diferenças nas grafias de algumas palavras da composição tipográfica. Mas, uma vez que esses aspetos não se mostraram determinantes no decurso da nossa investigação, optámos por considerar apenas a característica mais conspícua nas duas variantes principais, ou seja, a data no pé de imprensa.

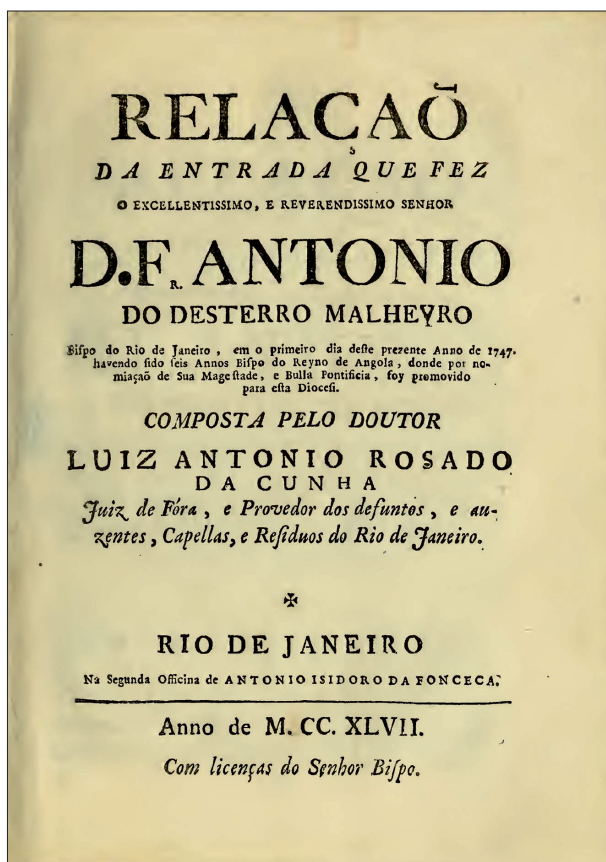


Figura 5 – Rosto do exemplar da John Carter Brown Library  
(Providence, RI, EUA)

QUADRO 2

Censo dos exemplares conhecidos: entidades proprietárias, proveniências, datas, grupos e variantes

	<b>Instituição / / proprietário</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Data</b>	<b>Grupo</b>	<b>Variante</b>
1	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	Mons. Hasse de Belém	1806	A	DCC
2	Biblioteca Nacional do Brasil 1	Coleção Barbosa Machado	1808	A	DCC
3	Biblioteca Nacional do Brasil 2	Coleção J. A. Marques	1889	A	DCC
4	Biblioteca do Itamaraty	Coleção Rio Branco	1912	A	CC
5	Catholic University Library	Biblioteca Oliveira Lima	1920	A	CC
6	Universidade de São Paulo	Borba de Moraes / / Mindlin	< 1962	B	CC
7	New York Public Library 1	Alberto de Castro	1965	B	CC
8	New York Public Library 2	Alberto de Castro	1965	B	DCC
9	John Carter Brown Library	Alberto de Castro	1974	B	CC
10	Fundação Robert Bosch	(proveniência não confirmada)	1978	B	DCC
11	Brasiliana Itaú	(proveniência não confirmada)	2010	B	DCC
12	Exemplar de Lisboa	Alberto de Castro	1990	B	DCC
13	Exemplar Swann	(proveniência não confirmada)	< 2012	B	DCC

Três exemplares tinham dado entrada nas instituições ainda durante o século XIX e dois outros até 1920. Estes cinco exemplares (grupo A), que pertencem às duas variantes, foram selecionados como “exemplares de referência”, ou seja, exemplares que, tendo em consideração não só as datas das suas incorporações, mas também as suas proveniências, ofereciam sólidas garantias de autenticidade.

Dos oito exemplares remanescentes (grupo B), a proveniência de, seguramente três, mas talvez mesmo mais, apontava direta ou

indiretamente para a intervenção do já referido livreiro de Lisboa, Alberto de Castro, quer através da venda direta, quer através de um intermediário, à data não identificado<sup>24</sup>.

A adicionar a estes, havia ainda a acrescentar o exemplar de Lisboa, que pertencia a seu único filho.

Só quanto ao exemplar da Universidade de São Paulo (Borba de Moraes/Mindlin), da variante CC, não me tinha ainda sido possível apurar a sua proveniência remota, bem como a data de aquisição pelo seu penúltimo proprietário Rubens Borba de Moraes<sup>25</sup>. No entanto, analisando a etiqueta do encadernador parisiense George Gauché visível na guarda volante do exemplar, podemos apontar confortavelmente a sua aquisição para data anterior a outubro de 1963<sup>26</sup>.

A confusão era grande: seriam os exemplares todos verdadeiros? Haveria exemplares falsos? Se sim, como fora feita a falsificação?

---

<sup>24</sup> Este intermediário foi inequivocamente identificado por Alfredo de Castro, atual proprietário do exemplar de Lisboa, como um antigo colaborador de seu pai, apropriadamente um ex-tipógrafo, que, segundo diversas fontes, poderá ter participado em, pelo menos, duas ou mesmo três transações de outros exemplares. E foi comprovadamente este mesmo colaborador que protagonizou a gorada transação ocorrida em 1984, que descrevo no segundo capítulo do presente trabalho (*Primeiro contacto*), conforme me afirmou, à data, o próprio livreiro-antiquário interveniente no referido episódio.

<sup>25</sup> Rubens Borba de Moraes (1899-1986), bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo e historiador do livro brasileiro, foi diretor da Biblioteca Nacional do Brasil e da Biblioteca da ONU (Paris e Nova Iorque). De entre a sua vasta bibliografia ativa, salienta-se a *Bibliographia Brasiliana: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*. Revised and enlarged edition. Los Angeles, University of California; Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1983 (2 vols.). Reuniu extensa e valiosa biblioteca de obras raras que viria a legar ao seu amigo e bibliófilo José Mindlin, proprietário da que é considerada a maior e mais importante coleção privada do Brasil. Em 2006, Mindlin doou todos os seus livros e documentos de temática brasileira à Universidade de São Paulo, em cujo *campus* se encontram instalados, desde 2013, num edifício próprio denominado “Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin”.

<sup>26</sup> George Gauché, encadernador parisiense em atividade entre 1924 e 1983 (ver Julien FLETY, *Dictionnaire des relieurs français ayant exercé de 1800 à nos jours*. Paris, Ed. Technorama, 1988, p. 78). No entanto, podemos reduzir a janela temporal para data anterior a outubro de 1962, através de um dado constante da etiqueta do encadernador: o telefone (DANTON 90-56), cujo sistema de letras foi nessa data substituído por algarismos.

E, ainda em caso afirmativo, como é que até agora ninguém tinha dado conta do logro?

Seriam uns verdadeiros e outros falsos? Quais?

E, neste caso, teriam sido os falsos feitos a partir de um verdadeiro?

Impunha-se uma investigação mais aprofundada, que considerasse duas aproximações distintas e simultâneas: por um lado, a análise minuciosa das características físicas de cada exemplar, por outro, a verificação e validação da existência de eventuais conexões entre exemplares dos dois grupos – A e B – com vista à autenticação (ou não) dos exemplares do grupo B.

Iniciei então diversos contactos via telefone, *e-mail* e *Skype* com as várias instituições detentoras de exemplares, alguns dos quais com resultados muito positivos, outros, contudo, não tão satisfatórios.

Em consequência da colaboração desenvolvida com o Rare Book Department da New York Public Library e da inestimável pesquisa levada a cabo pela bibliotecária Valeria Gauz<sup>27</sup>, do Rio de Janeiro, foi então possível determinar a autenticidade dos dois exemplares da NYPL.

De facto, o exemplar NYPL1 (CC) partilha a mesma marca de água (figura 6) com o exemplar de Coimbra, pese embora pertencerem a variantes distintas, e a contramarca<sup>28</sup> com o exemplar

---

<sup>27</sup> Gostaria de deixar aqui expresso um agradecimento muito especial à minha prezada amiga Valeria Gauz, do Rio de Janeiro, pela sua empenhada colaboração, sem a qual a presente investigação não teria chegado a bom termo. A sua contribuição consistiu, nomeadamente, no exame direto dos três exemplares existentes no Rio de Janeiro, sobre os quais me fez chegar valiosas informações. Valeria Gauz é mestre e doutora em Ciência da Informação pelo IBICT, investigadora e bibliotecária de livros raros. Foi chefe de diversas divisões da Biblioteca Nacional do Brasil, entre as quais a de Livros Raros; entre 1998 e 2005 trabalhou na John Carter Brown Library, Providence, (RI, EUA), onde elaborou o catálogo intitulado *Portuguese and Brazilian books in the John Carter Brown Library: 1537 to 1839* (Providence, JCBL, 2009); atualmente exerce funções de bibliotecária de “Livros Raros” no Museu da República, no Rio de Janeiro. <http://www.valeriagauz.net> (consultado a 5 de fevereiro de 2017).

<sup>28</sup> As duas contramarcas, idênticas, em forma de uma pequena balança com dois pratos, localizam-se ambas no canto inferior direito das mesmas páginas (p. 13).



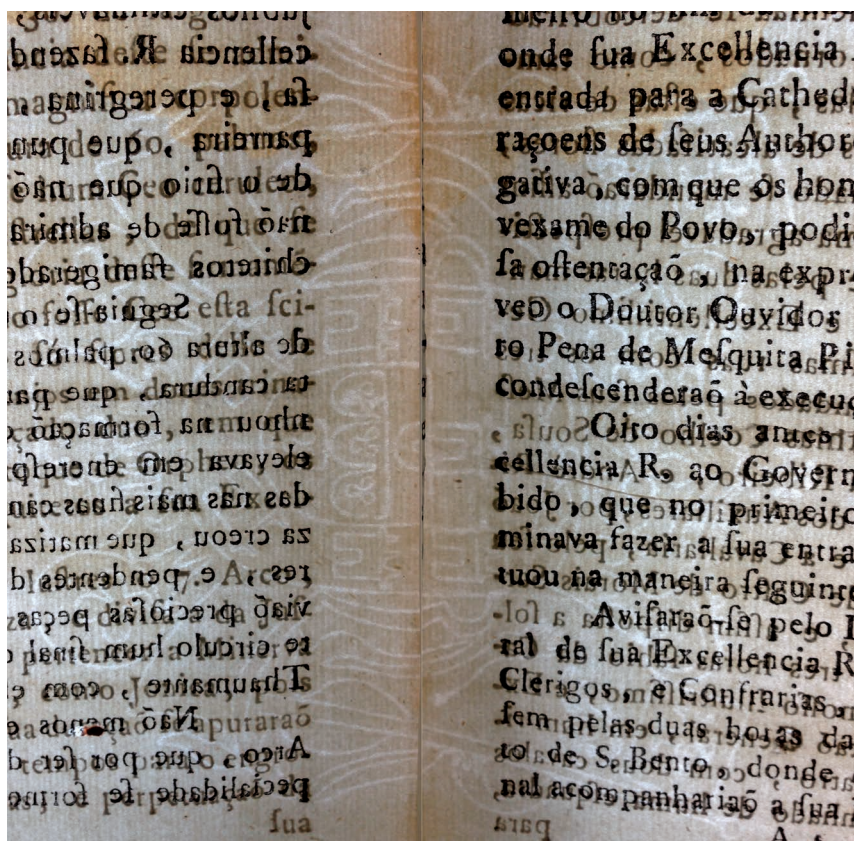


Figura 6 – Marca de água do exemplar NYPL1

do Itamaraty (CC). Quanto ao exemplar NYPL2 (DCC) apresenta a mesma marca de água (figura 7) do exemplar da Coleção Barbosa Machado da BNB, pertencendo ambos à mesma variante.

No que diz respeito ao exemplar da JCB (CC), a sua autenticidade foi reforçada, para além de qualquer dúvida razoável, pelo facto de apresentar na última página em branco, um ligeiro *offset* (impressão de contacto) onde se pode ler a palavra *SERMÃO* invertida (figura 8), certamente proveniente do contacto com um folheto contíguo existente numa miscelânea na qual o exemplar terá estado encadernado durante longos



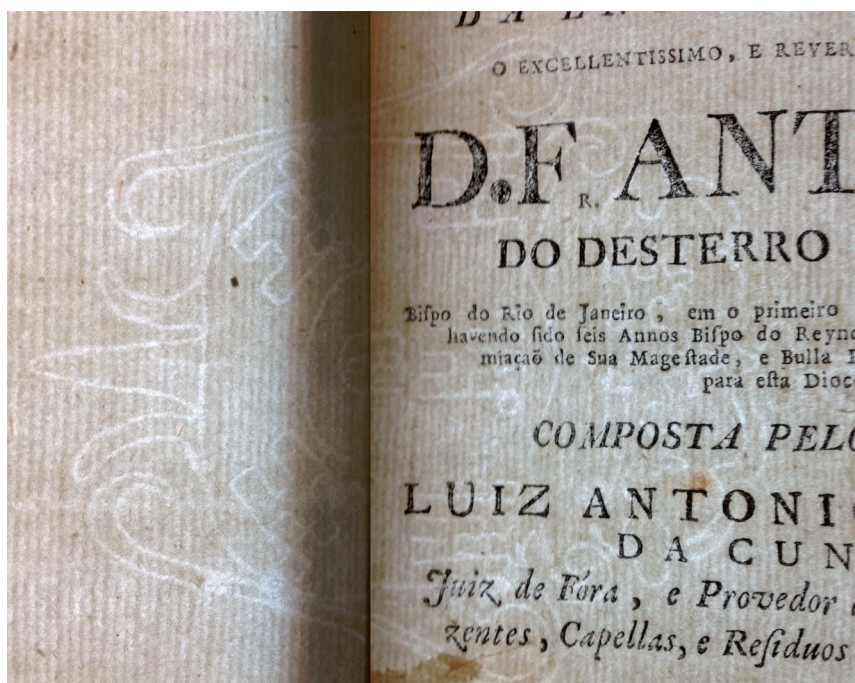


Figura 7 – Marca de água do exemplar NYPL2

anos<sup>29</sup>. Veremos mais adiante um outro argumento a favor da sua autenticidade.

Nesta fase, foram, portanto, autenticados mais três exemplares do grupo B, todos eles transacionados comprovada e diretamente pelo livreiro Alberto de Castro entre 1965 e 1978 (quadro 3).

Era extraordinário como um livreiro de Lisboa podia ter tido acesso a, pelo menos, três exemplares de uma obra tão rara. Para esta questão, tão pertinente como enigmática, tentaremos mais à frente adiantar uma explicação.

---

<sup>29</sup> Cumpre-me agradecer a Kenneth Ward, *curator of Latin American Books*, na John Carter Brown Library (Providence, RI, EUA), a pormenorizada informação que me disponibilizou sobre as características do exemplar existente nesta instituição, bem como o envio do respetivo ficheiro digital integral.

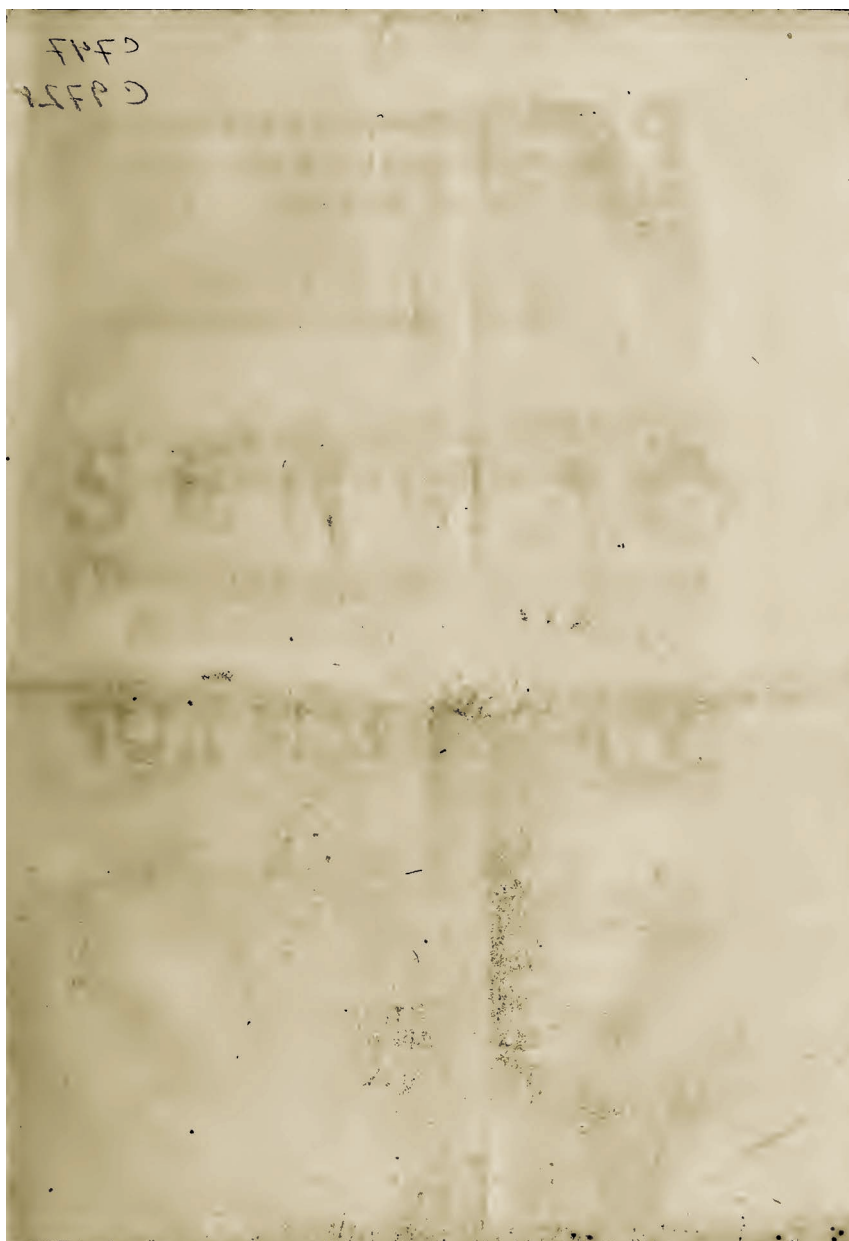


Figura 8 – *Offset* (impressão de contacto) da palavra SERMÃO na p. [24] do exemplar da JCBL (imagem propositadamente invertida na horizontal)

QUADRO 3

Censo dos exemplares conhecidos: proveniência, datas, variantes (observações), grupo e validação

	<b>Instituição / / proprietário</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Data</b>	<b>Obs. / / variante</b>	<b>Grupo</b>	<b>Validação</b>
1	Biblioteca Geral Univ. de Coimbra	Mons. Hasse de Belém	1806	DCC	A	referência
2	Biblioteca Nacional do Brasil 1	Coleção Barbosa Machado	1808	DCC	A	referência
3	Biblioteca Nacional do Brasil 2	Coleção J. A. Marques	1889	DCC	A	referência
4	Biblioteca do Itamaraty	Coleção Rio Branco	1912	CC	A	referência
5	Catholic University Library	Biblioteca Oliveira Lima	1920	CC	A	referência
6	Universidade de São Paulo	Borba de Moraes / / Mindlin	< 1962	CC	B	
7	New York Public Library 1	Alberto de Castro	1965	(MA = BGUC) CC	B	original
8	New York Public Library 2	Alberto de Castro	1965	(MA = BNB2) DCC	B	original
9	John Carter Brown Library	Alberto de Castro	1974	(offset SERMÃO) CC	B	original
10	Fundação Robert Bosch	(não confirmada)	1978	DCC	B	
11	Brasiliiana Itaú	(não confirmada)	2010	DCC	B	
12	Exemplar de Lisboa	Alberto de Castro	1990	DCC	B	
13	Exemplar Swann	(não confirmada)	< 2012	DCC	B	

Depois de ter obtido e analisado imagens de alguma qualidade destes três exemplares, a simples observação a olho nu das características da impressão do exemplar de Lisboa, começou a

levantar-me algumas dúvidas, embora inicialmente não soubesse explicar bem porquê.

A impressão era poderosa, com forte relevo no verso, a tinta muito negra, compacta e abundante (figuras 9 e 4). A observação com grande aumento revelou mesmo excesso de tinta, com salpicos microscópicos em volta das letras.

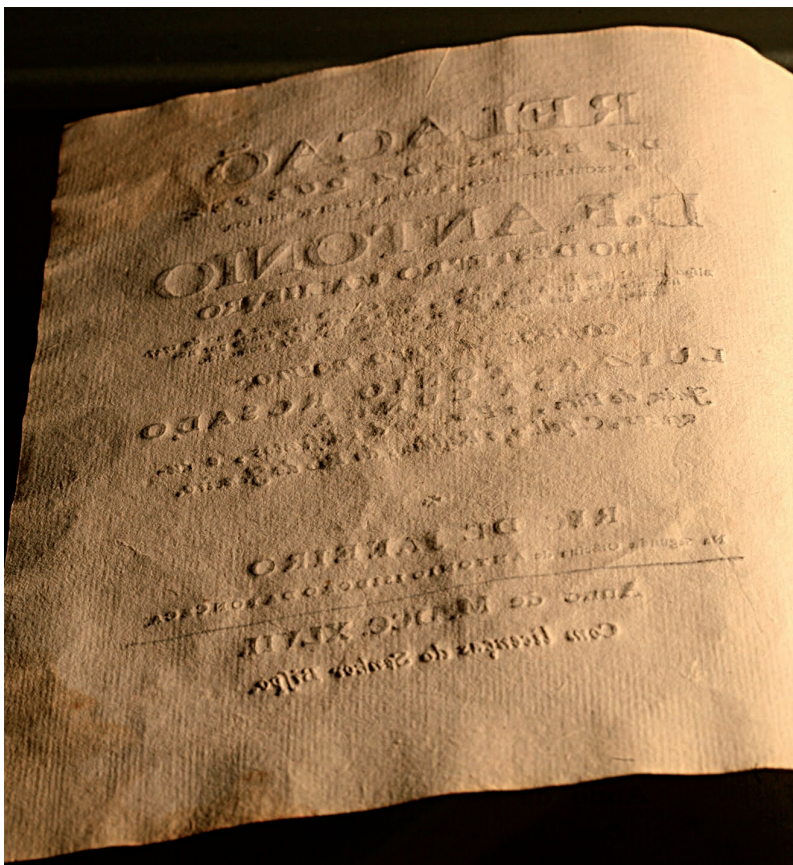


Figura 9 – Verso do rosto do exemplar de Lisboa (com luz rasante)

Tudo isto contrastava com a impressão mais fraca e superficial dos exemplares já autenticados ou de referência, onde a tinta era menos densa, com distribuição desigual e sem salpicos.



Foi então que a minha atenção se voltou para uma característica gráfica atípica e conspícua existente na página de rosto do exemplar de Lisboa (figura 10).

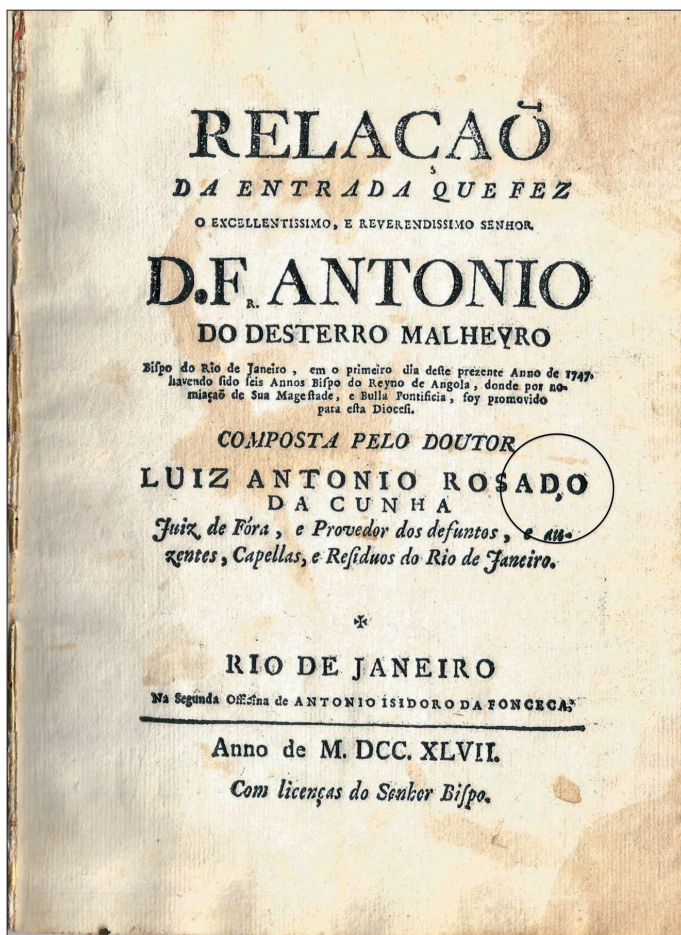


Figura 10 – Mancha do rosto no exemplar de Lisboa

De facto, por baixo da letra D da palavra ROSADO do nome do autor, é aparente uma mancha de tinta (figura 11) com cerca de 2 mm de comprimento, levemente inclinada para a direita e de formato semelhante a uma vírgula (figura 12).

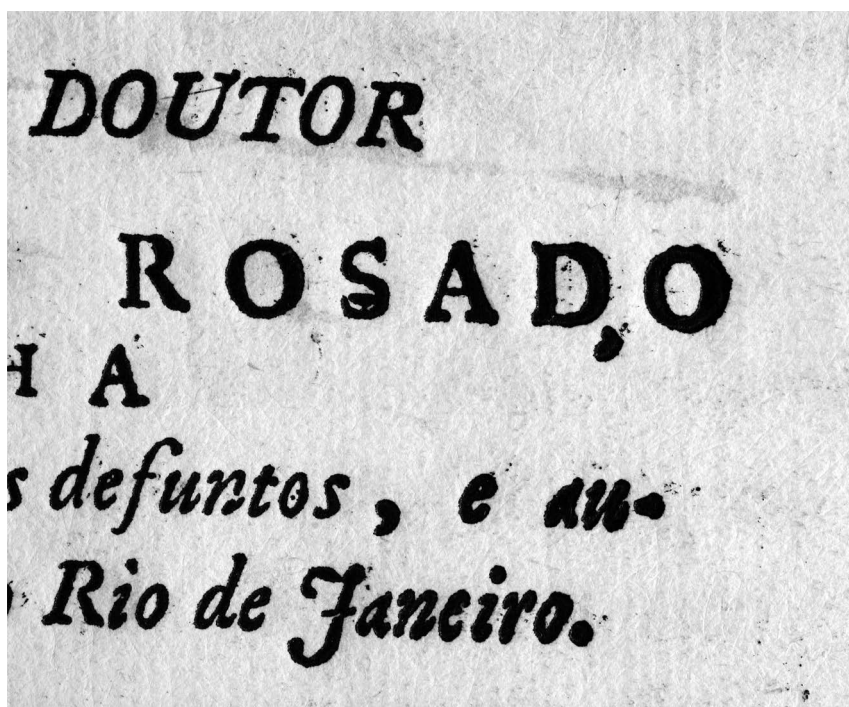


Figura 11 – Mancha do rosto no exemplar de Lisboa (aumentada)

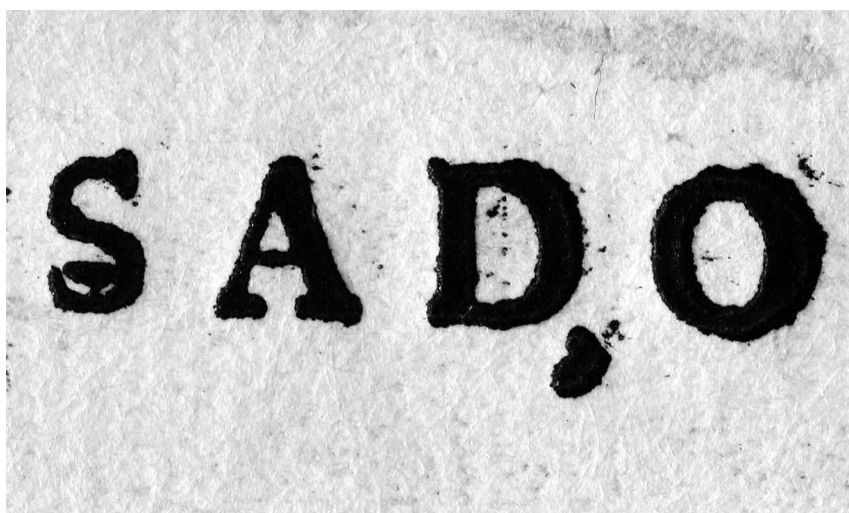


Figura 12 – Mancha do rosto no exemplar de Lisboa (muito aumentada)

Esta mancha, a ajuizar pela sua tintagem, terá sido impressa juntamente com o restante texto e provocou, no verso, um efeito de relevo semelhante ao das letras (figura 13).

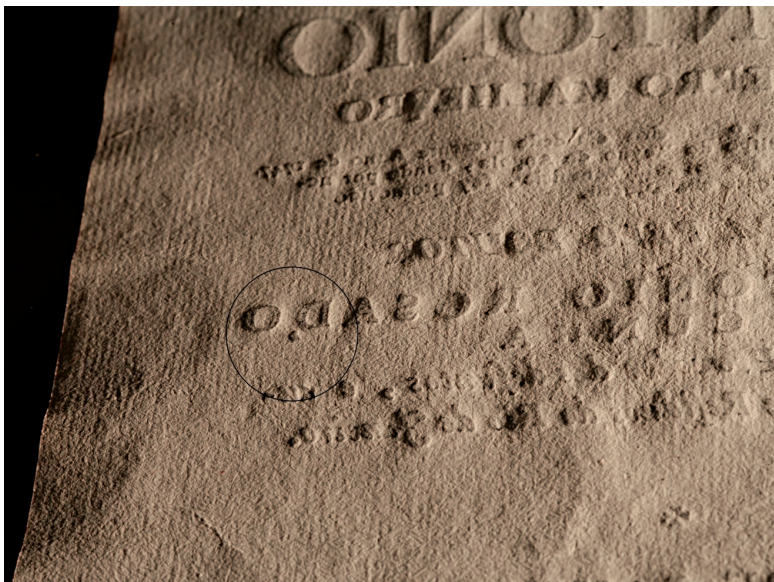


Figura 13 – Relevo da mancha do rosto no exemplar de Lisboa (aumentada e com luz rasante)

Confrontado com este novo dado, resolvi consultar um reconhecido especialista em tipografia, Benjamim Godinho<sup>30</sup>, a quem já tinha recorrido noutras ocasiões, sempre com manifesto proveito. Depois de observar longamente o exemplar, Benjamim Godinho informou-me que, em sua opinião, a referida

---

<sup>30</sup> Agradecemos ao nosso estimado amigo Benjamim Godinho, tipógrafo reformado e ex-diretor da Escola de Composição Tipográfica da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de Lisboa (instituição onde trabalhou durante toda a sua vida ativa), as suas pertinentes e utilíssimas observações que se revelaram decisivas na orientação da estratégia seguida na presente investigação.

mancha só podia ter sido originada por um de dois processos de produção:

- a) por um defeito no material tipográfico da composição (saliência, rebarba, etc.) que inadvertidamente tenha retido alguma tinta no momento da sua tintagem (processo de impressão tipográfica);
- b) ou ainda por um processo de impressão tipográfica, mas com recurso a uma matriz metálica (muito provavelmente uma zincogravura), que, na fase fotográfica, tenha fixado uma imperfeição original e única do exemplar a reproduzir (defeito do papel, sujidade, mancha superficial ou semelhante), que veio a impressionar a referida matriz que, posteriormente (na fase de estampagem ou impressão), a transmitiu ao papel, deixando visível uma marca de tinta.

De acordo com esta linha de investigação, decidi voltar a analisar as páginas de rosto dos 10 exemplares dos quais já tinha obtido imagens digitais de boa qualidade<sup>31</sup>. Foi então possível confirmar a existência de manchas idênticas, quanto à aparência e exata localização, em dois outros exemplares: NYPL2 e Swann (quadro 4).

---

<sup>31</sup> No decurso da presente investigação não nos foi possível aceder, por razões que nos são alheias, a imagens diretamente digitalizadas (ou de qualidade) dos exemplares Robert Bosch e Brasiliana Itaú. No entanto, através das reproduções que constam dos catálogos das referidas coleções, a mesma marca, com a mesma localização, parece ser visível em qualquer dos dois exemplares (conf. Susanne KOPPEL, *Biblioteca brasileira da Robert Bosch GmbH*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1992, p. 191, e Pedro Corrêa do LAGO, *Brasiliana Itaú*. São Paulo, Capivara, 2009, p. 292).



QUADRO 4

Censo dos exemplares conhecidos: proveniência, variantes (mancha [spot]), grupo e validação

	Instituição / / proprietário	Proveniência	Data	Obs. / / variante	Grupo	Validação
1	Biblioteca Geral Univ. de Coimbra	Mons. Hasse de Belém	1806	no spot - DCC	A	referência
2	Biblioteca Nacional do Brasil 1	Coleção Barbosa Machado	1808	no spot - DCC	A	referência
3	Biblioteca Nacional do Brasil 2	Coleção J. A. Marques	1889	no spot - DCC	A	referência
4	Biblioteca do Itamaraty	Coleção Rio Branco	1912	no spot - CC	A	referência
5	Catholic University Library	Biblioteca Oliveira Lima	1920	no spot - CC	A	referência
6	Universidade de São Paulo	Borba de Moraes / José Mindlin	< 1962	no spot - CC	B	original
7	New York Public Library 1	Alberto de Castro	1965	no spot - CC	B	original
8	New York Public Library 2	Alberto de Castro	1965	spot - DCC	B	original
9	John Carter Brown Library	Alberto de Castro	1974	no spot - CC	B	original
10	Fundação Robert Bosch	(não confirmada)	1978	spot(?) - DCC	B	(inconclusiva)
11	Brasiliana Itaú	(não confirmada)	2010	spot(?) - DCC	B	(inconclusiva)
12	Exemplar de Lisboa	Alberto de Castro	1990	spot - DCC	B	contrafação
13	Exemplar Swann	(não confirmada)	< 2012	spot - DCC	B	contrafação

Estes três exemplares partilhavam ainda duas características comuns: a proveniência de Alberto de Castro e a mesma variante MDCC (a proveniência do exemplar Swann não foi definitivamente comprovada, mas todas as informações até então recolhidas apontavam invariavelmente nesse mesmo sentido). Uma vez que o exemplar NYPL2 já havia sido considerado autêntico, ocorreu-me

passar a utilizá-lo como novo exemplar de referência, especialmente no que dizia respeito a esta particularidade.

E, neste caso, só se apresentavam duas hipóteses: ou a mancha do exemplar NYPL2 apresentava características semelhantes às do exemplar de Lisboa (tinta de impressão negra e forte impressão com relevo no verso) e o exemplar de Lisboa seria igualmente autêntico; ou a mancha do exemplar NYPL2 era substancialmente diferente da do exemplar de Lisboa e tudo se conjugaria para que o exemplar de Lisboa não fosse original.

Dada a complexidade e delicadeza do problema, foi possível agendar uma conversa telefónica no dia 9 de setembro de 2014, pelas 15.30 horas de Lisboa, com a bibliotecária da NYPL Miss Meredith Mann<sup>32</sup>, que tinha já preparados à sua frente os dois exemplares do folheto pertencentes à instituição.

A referida senhora, auxiliada por um superior hierárquico, foi perentória: embora localizada no mesmo local, a mancha era substancialmente diferente da do exemplar de Lisboa (figura 14). Em primeiro lugar era de coloração castanha; em segundo lugar, não apresentava qualquer relevo no verso, ou seja, era superficial. E logo Miss Meredith se dispôs a enviar-me imagens de grande qualidade e sobejamente elucidativas da misteriosa mancha.

As imagens chegaram ao fim da tarde, nesse mesmo dia.

Confesso que quando abri o *e-mail* o meu estado de ansiedade era grande.

Ao abrir o primeiro anexo não pude evitar uma instantânea e desagradável sensação de choque. Era uma imagem muito

---

<sup>32</sup> Miss Meredith Mann era, à data, bibliotecária na Rare Book Division and Collection Department, da New York Public Library. A sua preciosa colaboração foi determinante para o desfecho da presente investigação, nomeadamente no que se refere às suas conclusões mais relevantes. Aqui fica a expressão do nosso reconhecimento.

aumentada, de elevada definição, da dita mancha (figura 15). A imagem do segundo anexo, que mostrava o verso do rosto, com luz rasante, sem qualquer vestígio de relevo, era igualmente conclusiva. O conjunto das duas imagens não deixavam margem para dúvidas: era óbvio e bem visível que se tratava de um defeito do papel (figura 16).

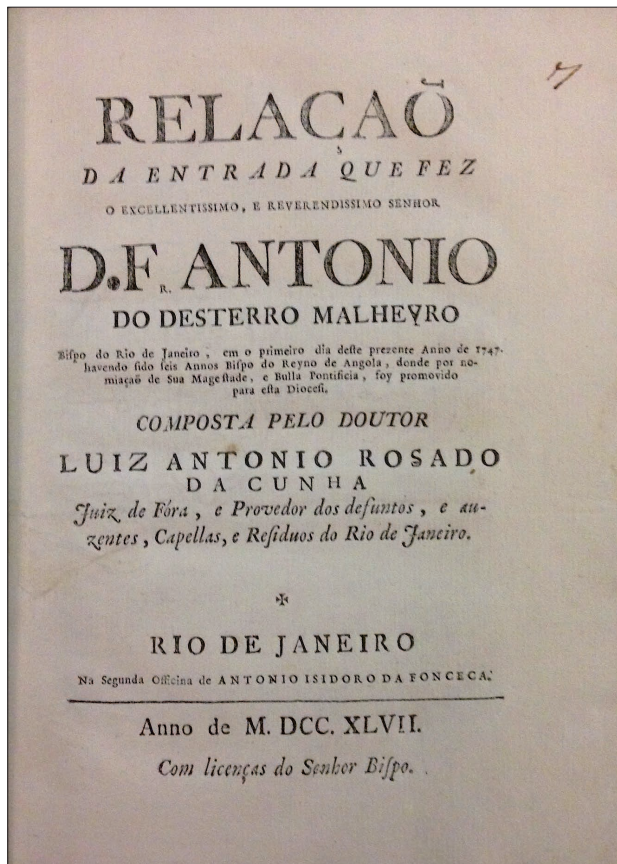


Figura 14 – Mancha no rosto do exemplar NYPL2



Figura 15 – Mancha no rosto do exemplar NYPL2 (muito aumentada)



Figura 16 – Verso do rosto do exemplar NYPL2 (com luz rasante)

As consequências eram lógicas e, até certo ponto, mesmo dramáticas: o exemplar NYPL2 era, não só autêntico, como tudo apontava para que tivesse servido de original para a reprodução fotomecânica de outros exemplares com a mancha a tinta negra, que eram, portanto, muito provavelmente falsos, ou, no mínimo, contrafeitos (quadro 4).

## 5. Síntese dos argumentos

Façamos um último esforço para referir de forma resumida os argumentos já apresentados, bem como outros que, por questões de ordem prática, não foram ainda abordados:

### a) *Proveniência*

Seguramente quatro, mas muito provavelmente cinco, e eventualmente mesmo seis ou sete, dos oito exemplares que integram o grupo B, provêm da mesma fonte, o livreiro-antiquário Alberto de Castro. Já anteriormente tinha referido a circunstância de difícil explicação que consiste no facto de uma única pessoa ter tido acesso a, pelo menos, três exemplares genuínos de uma obra tão excessivamente rara. Embora correndo o risco de especular sobre dados que não possuo, será plausível acreditar que Alberto de Castro tenha adquirido os três exemplares do folheto na primeira metade da década de 1960<sup>33</sup>, diretamente ao cónego António Baltasar Pires, testamenteiro de D. Maria Máxima Malheiro Reimão Teles de Meneses Leite Cardoso Pereira de Melo (1869-1940), viscondessa de Montedor e, à data, proprietária de grande parte do

---

<sup>33</sup> Recordo que a incorporação dos dois exemplares da New York Public Library data de 1965.

património da família Malheiro Reimão, que incluía o espólio de D. Fr. António do Desterro<sup>34</sup>.

b) *Exemplares com mancha*

Recapitulemos um pouco. Já tínhamos constatado o paralelismo (ou a falta dele) entre a mancha do exemplar de Lisboa e a do exemplar de Nova Iorque. Terá sido este folheto (NYPL2) que foi fotografado pelo referido livreiro (ou uma terceira pessoa) e a partir do qual foram produzidas matrizes zincogravadas, com vista à reprodução de exemplares idênticos, a que poderemos chamar fac-similados, contrafeitos ou mesmo falsos, mas certamente não originais<sup>35</sup>.

c) *Origem das matrizes*

A produção das matrizes em zincogravura foi, muito provavelmente, iniciativa de Alberto de Castro<sup>36</sup>, a quem não podemos, por princípio, atribuir qualquer intuito menos correto. Na realidade, nenhuma das informações recolhidas permite envolver o livreiro de Lisboa em qualquer das transações relacionadas com exemplares duvidosos. Pelo contrário, os únicos três exemplares do grupo B que garantidamente foram transacionados por

---

<sup>34</sup> D. Fr. António do Desterro terá enviado, pelo menos, em cinco ocasiões (nas frotas de 1754, 1755, 1756, 1761 e 1763) diversos bens do seu património, do Rio de Janeiro para Viana do Castelo (F. J. C. FERNANDES, op. cit., p. 183). Não será difícil imaginar que possa igualmente ter enviado livros, entre os quais alguns exemplares do famoso folheto, a que certamente teve acesso, a fim de os fazer chegar à família e amigos.

<sup>35</sup> O exemplar NYPL2, que serviu de original para a reprodução em fotogravura dos restantes (com mancha), foi adquirido pela instituição ao livreiro Alberto de Castro em 1965, pelo que, logicamente, deverá ter sido fotografado em data anterior à sua transação.

<sup>36</sup> No decurso da nossa investigação, recolhemos um testemunho indireto, mas fidedigno, que nos assegurou que as matrizes existem ou, pelo menos, existiram e chegaram mesmo a ser observadas nas instalações do livreiro Alberto de Castro, já na década de 1980.

Alberto de Castro (NYPL 1, NYPL2 e JCBL) são todos genuínos. A estes há a acrescentar, evidentemente, o exemplar de Lisboa, mas o mesmo continua ainda em poder do único descendente de Alberto de Castro e, segundo este, nunca terá sequer chegado a abandonar a sua biblioteca.

d) *Marcas de água*

As marcas de água do exemplar de Lisboa<sup>37</sup>, embora eventualmente da época, não encontram paralelo em nenhum dos “exemplares de referência” (figuras 17.1 e 17.2), enquanto que as marcas de água de ambos os exemplares da NYPL têm correspondência com os “exemplares de referência” (ver n.ºs 7 e 8, do quadro 3), o que constitui forte argumento, embora não decisivo, em favor da sua autenticidade.

---

<sup>37</sup> A descrição das marcas de água do exemplar de Lisboa é a seguinte: a) vergaturas verticais; pontusais transversais com afastamento de 24 mm. b) motivo vegetalista central elaborado, semelhante a uma flor-de-lis (sobre a dobra) com 95x71 mm; mais abaixo a palavra FABRICA (115 mm) e um pouco abaixo, D. PASQVALE (111 mm); esta marca de água ocorre nos primeiros 3 bifólios (A1, A2 e A3) e no último (bifólio com as licenças e folha branca final); não foi possível localizar o nome deste fabricante em nenhuma das obras de referência consultadas, incluindo Edward HEAWOOD, *Watermarks, mainly of the 17th and 18th centuries*. Reprint, Hilversum, The Paper Publication Society, 1959; W.A. CHURCHILL, *Watermarks in paper in Holland England, France, etc. in the XVII and XVIII centuries...* Amsterdam, Menno Hertzberger, 1967; c) os bifólios A4 e A5 apresentam uma grande marca de água diferente, que ocupa quase toda a folha (± 220x140 mm) representando as armas de Portugal (ao centro, sobre a dobra) envoltas de motivos vegetalistas; no canto superior direito, a contramarca P.; as únicas marcas de água com armas de Portugal semelhantes, mas não idênticas, a estas foram encontradas em João AMARAL, “Marcas de água (filigranas) de papéis do século XVIII / descobertas e desenhadas por João Amaral”, in *Beira Alta*, Viseu, Junta de Província, 1950-1954, vol. XI, fasc. I-II (1952), pp. 113-154 e correspondem aos anos de 1776 (p. 131) e 1781 (p. 153); quanto à contramarca P. foi encontrada apenas uma ocorrência, na mesma obra, com data de 1777 (p. 135).





Figura 17.1 – Marca de água do exemplar de Lisboa (decalque do autor)

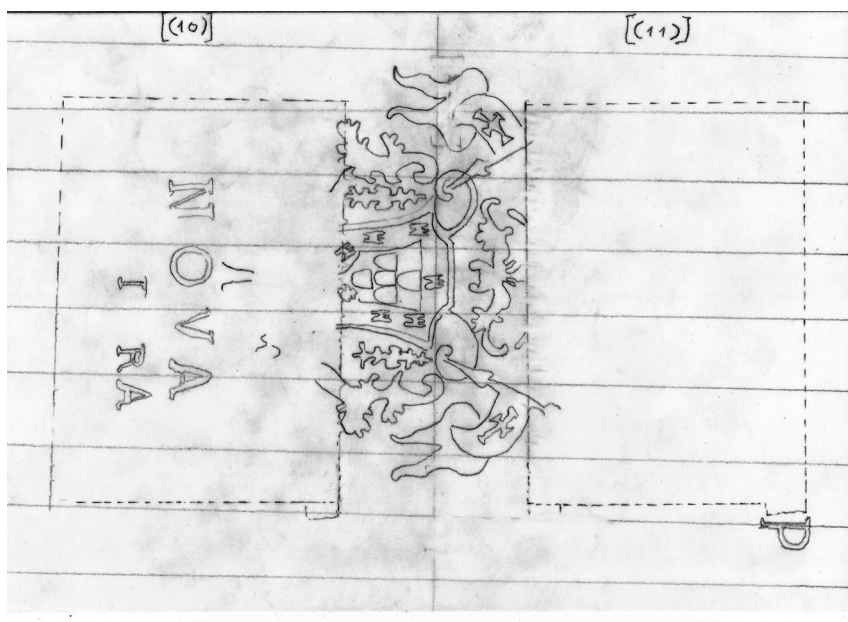


Figura 17.2 – Marca de água do exemplar de Lisboa (decalque do autor)



e) *Qualidade da impressão*

O exemplar de Lisboa partilha com o exemplar Swann as mesmas características: forte impressão não uniforme, provocando relevo acentuado no verso, tinta negra e homogênea, por vezes em excesso, com salpicos microscópicos e contornos das letras mal definidos (figura 11).

f) *Estrutura*

A questão das estruturas dos exemplares conhecidos é mais facilmente explicada através da elaboração de um simples quadro sinóptico (quadro 5). Torna-se assim aparente e significativo constatar que todos os “exemplares de referência” (5), bem como os exemplares validados como originais (4), apresentam a mesma estrutura que é documentada pela imagem em anexo (figura 18), pertencente ao exemplar NYPL2: uma única costura entre as páginas 12 e 13, ou seja, a meio do exemplar, o que configura a tipologia do formato duodécimo<sup>38</sup>. Em contrapartida, a estrutura do exemplar de Lisboa apresenta duas costuras (figura 19), uma entre as páginas 10 e 11, e a segunda, no bifólio final, entre as páginas [22] e [23] (figura 20)<sup>39</sup>. Esta estrutura, que pressupõe a existência de um caderno com 10 folhas (5 bifólios encasados) e 20 páginas, é obviamente atípica e irracional, impossibilitando, na prática, a dobragem num plano único com duas faces e duas seqüências ordenadas de 10 páginas cada. Em resultado desta nossa linha de raciocínio, é nossa opinião que o exemplar de

---

<sup>38</sup> A impressão de um trabalho tipográfico no formato duodécimo implica a utilização de uma folha única (plano de máquina) na qual são impressas 12 páginas no recto (20, 5, 8, 17, 13, 12, 9, 16, 24, 1, 4, 21) e outras 12 no verso (18, 7, 6, 19, 15, 10, 11, 14, 22, 3, 2, 23), algumas das quais com texto invertido para que o documento, depois de dobrado quatro vezes, formando um caderno, apresente o sentido de leitura convencional.

<sup>39</sup> Infelizmente não nos foi possível obter qualquer informação sobre a estrutura dos cadernos do exemplar Swann, que pressentimos possa ser idêntica à do exemplar de Lisboa.

QUADRO 5

censo dos exemplares conhecidos: entidades proprietárias, datas, proveniências, estruturas e validação

	<b>Proprietário / / localização</b>	<b>Data</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Estrutura</b>	<b>Validação</b>
1	Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra	1806	Mons. Hasse de Belém	12º	referência
2	Biblioteca Nacional do Brasil 1*	1808	Coleção Barbosa Machado	12º	referência
3	Biblioteca Nacional do Brasil 2	1889	Coleção J. A. Marques	12º	referência
4	Biblioteca do Itamaraty, Brasil*	1912	Coleção Rio Branco	12º	referência
5	Catholic University Library	1920	Biblioteca Oliveira Lima	12º	referência
6	Universidade de São Paulo	< 1962	Borba de Moraes / / José Mindlin	12º	original
7	New York Public Library 1	1965	Alberto de Castro	12º	original
8	New York Public Library 2	1965	Alberto de Castro	12º	original
9	John Carter Brown Library	1974	Alberto de Castro	12º	original
10	Fundação Robert Bosch	1978	(não confirmada)	???	(inconclusiva)
11	Brasiliana Itaú	2010	(não confirmada)	???	(inconclusiva)
12	Exemplar de Lisboa	1990	Alberto de Castro	10 + 2 ff.	contrafação
13	Exemplar Swann	< 2012	(não confirmada)	???	contrafação

\*A identificação da estrutura dos exemplares 2 e 4 foi presumida a partir da localização das marcas de água e baseou-se no princípio, consensualmente aceite, de que duas folhas (planos de impressão) com as mesmas características (vergaturas, pontuais, marcas de água e respetiva localização), sendo da mesma dimensão, depois de dobradas, produzem estruturas idênticas.

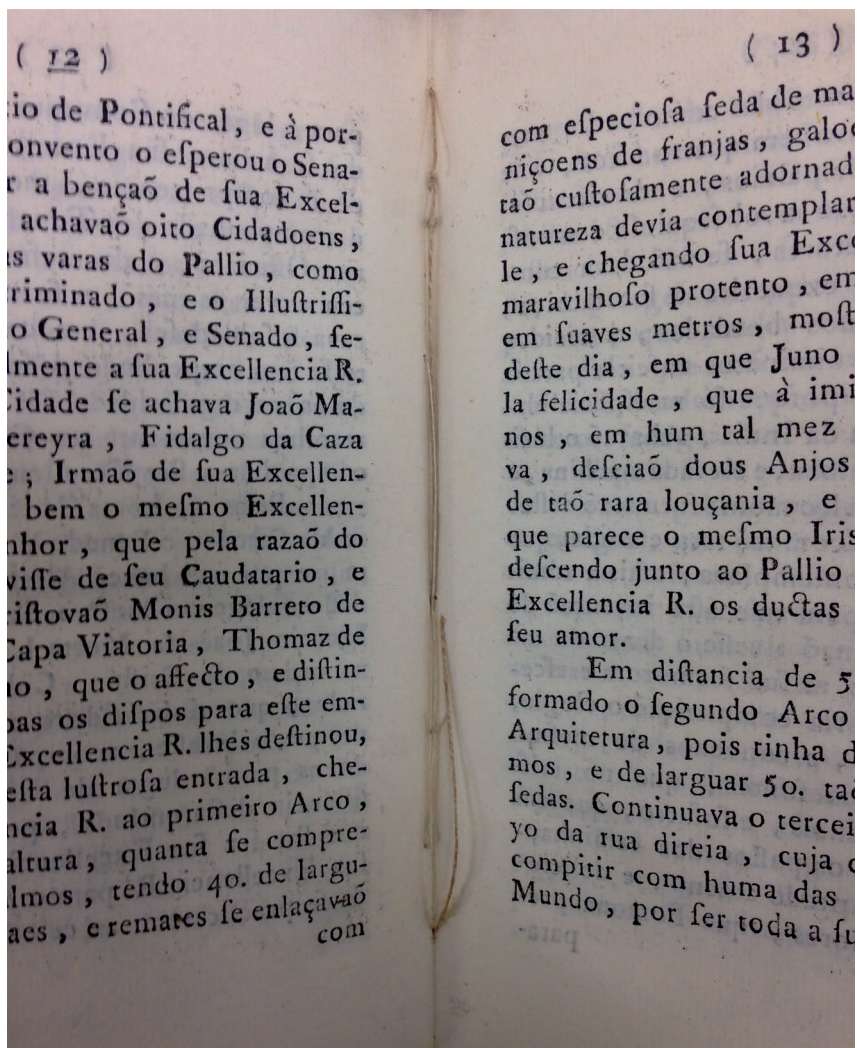


Figura 18 – Costura do exemplar NYPL2 (pp. 12/13)

Lisboa (e possivelmente o exemplar Swann) terá sido estampado por um processo de impressão sucessiva de duas a duas páginas.

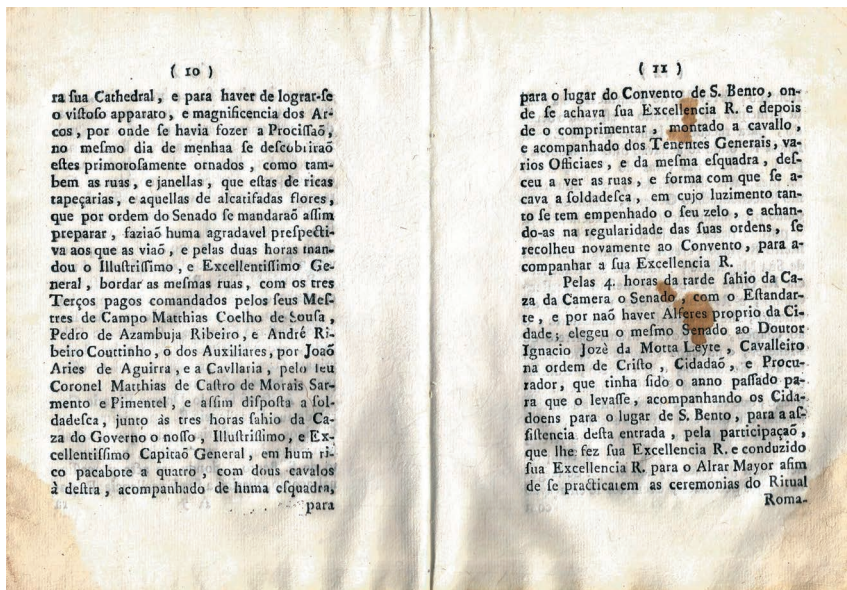


Figura 19 – Costura A do exemplar de Lisboa (pp. 10/11)

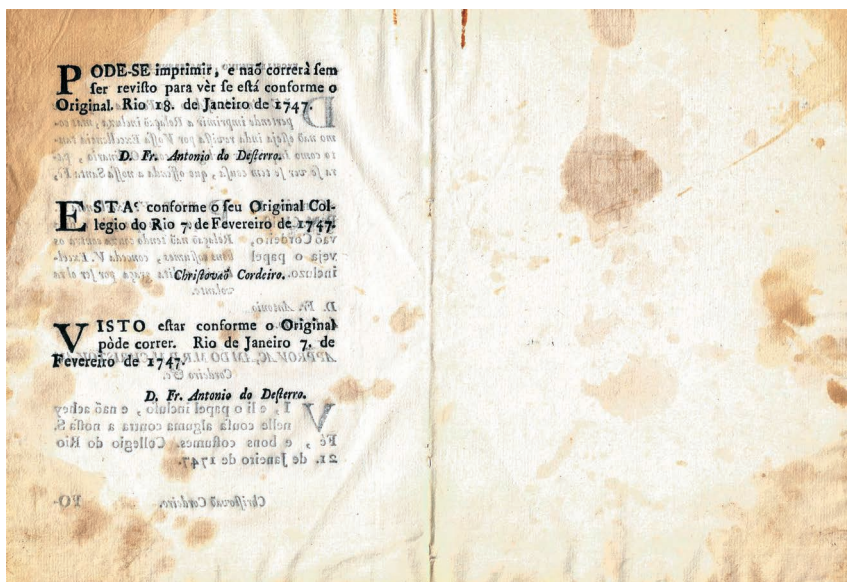


Figura 20 – Costura A do exemplar de Lisboa (pp. 10/11)



### g) *Outras diferenças nas variantes*

Como já foi referido, no decurso da presente investigação, por razões de ordem prática, reduzimos o número de variantes do folheto a duas, tendo apenas em conta as datas dos pés de imprensa, respetivamente MCCXLVII e MDCCXLVII. Contudo, também mencionámos a existência de outras diferenças de exemplar para exemplar, nomeadamente quanto à grafia e composição de diversas palavras. A este respeito, Jerónimo de Barros, embora não as analisando a todas, refere concretamente: “Há, na verdade, muitas diferenças entre os folhetos consultados. Dependendo dos exemplares comparados, nas 22 páginas do opúsculo, incluindo o processo de licença impresso no próprio documento, encontramos diferenças em até dezesseis páginas”<sup>40</sup>. Embora também não nos tenhamos dado ao trabalho exaustivo de comparar todas as diferenças, podemos adiantar que, no que toca às diferenças mais significativas, o exemplar de Lisboa confere exatamente com as características do exemplar NYPL2<sup>41</sup>.

## 6. Conclusão

Em consequência dos argumentos que acabámos de expor, pensamos não ser possível chegar a outra conclusão senão a de que o exemplar de Lisboa é contrafeito ou mesmo falso, mas certamente não original, tendo sido reproduzido através de um processo tipográfico e fotomecânico, envolvendo quase seguramente a zinco-

---

<sup>40</sup> J. D. E. de BARROS, op. cit., p. 92 e pp. 167-169 (anexo IV).

<sup>41</sup> As diferenças analisadas e comparadas nos exemplares de Lisboa e NYPL2, foram as seguintes: palavra *au-* | *zentes*, na página de rosto; palavra *Residuos*, na página de rosto; expressão *Está conforme o seu Original...*, na aprovação de Fr. Cristóvão Cordeiro constante da última página impressa (p. [22]); palavra *habita-* | *ção*, na 5.ª linha da p. 20.

gravura, e impresso em papel do século XVIII, muito provavelmente na primeira metade dos anos 60 do século XX<sup>42</sup>.

Lisboa, março de 2017

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Eduardo de Castro e, “Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro”, in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1936 (vol. 50, 1928), p. 121.
- AMARAL, E. A. Maia do (coord.), “1800-1834: da normalidade possível à Guerra Civil”, in *Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, pp. 78-79.
- AMARAL, João, “Marcas de água (filigranas) de papéis do século XVIII / descobertas e desenhadas por João Amaral”, in *Beira Alta*. Viseu, Junta de Província, 1950-1954, vol. IX, fasc. I-II (1950), pp. 117-136, vol. IX, fasc. III (1950), pp. 253-278, vol. XI, fasc. I-II (1952), pp. 113-154, vol. XIII, fasc. I-II (1954), pp. 185-216.
- ANSELMO, Artur, “O livro português na época de D. João V”, in *Estudos de história do livro*. Lisboa, Guimarães, 1997, pp. 87-92.
- BARROS, Jerônimo Duque Estrada de, *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750): dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de mestre em História Social*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.
- BRAGANÇA, Aníbal, *Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira: [trabalho apresentado ao XXX Congresso Brasileiro de Ciências*

---

<sup>42</sup> Desde que iniciámos a presente investigação que o nosso objetivo se centrou única e exclusivamente na procura de argumentos que comprovassem (ou não) a autenticidade do exemplar de Lisboa. No decurso deste processo, fomos, contudo, levados a deduzir diversas razões em favor ou desfavor da originalidade também de outros exemplares. Incluem-se no primeiro caso os exemplares considerados de referência (1 a 5), bem como os definidos como originais (6 a 9), e, no segundo caso, o exemplar Swann. Ficam, portanto, de fora das conclusões os exemplares Robert Bosch e Brasiliana Itaú, dos quais não pudemos dispor de imagens suficientemente elucidativas, nem tão-pouco de informações conclusivas sobre as respetivas estruturas. No entanto, não podemos deixar de recomendar a futuros investigadores e às duas instituições em questão uma revisão mais aprofundada dos exemplares em causa que incluía, nomeadamente, os principais critérios utilizados no presente trabalho: proveniência, estrutura e ocorrência da mancha na página de rosto.

- da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007*]. São Paulo, Intercom, 2007. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0782-1.pdf> (acesso em 16/01/2017).
- CHURCHILL, W. A., *Watermarks in paper in Holland England, France, etc. in the XVII and XVIII centuries...* Amsterdam, Menno Hertzberger, 1967.
- CUNHA, Luís António Rosado da, “Relação da entrada que fez o Bispo do Rio de Janeiro D. Fr. António do Desterro Malheiro nesta Cidade em 1747”, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXX (1973), pp. 117-141.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra, Almedina, 2008.
- FERNANDES, Francisco José Carneiro, “Capelas de Viana: capela e palacete dos Malheiros Reymão”, in *Cadernos vianenses*, tomo VI, 1981, pp. 179-184.
- GAUZ, Valeria, *Portuguese and Brazilian books in the John Carter Brown Library: 1537 to 1839*. Providence, John Carter Brown Library, 2009.
- HEAWOOD, Edward, *Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries*. Reprint, Hilversum, The Paper Publication Society, 1959.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, “1. Quem proíbe”, in *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, pp. 9-57.
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O papel como elemento de identificação*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.
- MORAES, Rubens Borba de, “O primeiro livro impresso no Brasil e os primeiros impressos brasileiros”, in *O bibliófilo aprendiz ou prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros...* São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1965, pp. 145-168.
- MORAES, Rubens Borba de, *Bibliographia Brasiliana: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*. Revised and enlarged edition. Los Angeles, University of California; Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1983.
- RATTNER, Jair Norberto, *Levantamento das obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa [trabalho realizado para o seminário de História do Livro na Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]*. Lisboa, s.n., [UNL], 1990.
- SMITH, Carleton Sprague, “Two Copies of the First Book Published in Brazil”, in *Homage to a bookman: essays on manuscripts, books and printing written for Hans P. Kraus on his 60th birthday Oct. 12, 1967*. Berlin, Gebr. Mann Verlag, 1967, pp. 187-195.



(Página deixada propositadamente em branco)

**CEM ANOS DE LIVROS PARA CRIANÇAS  
EM PORTUGAL: OLHARES SOBRE O MAR  
NA LITERATURA INFANTIL**

*Ana Margarida Ramos*<sup>1</sup>

**Resumo:** Pretende-se, neste estudo, proceder a uma caracterização da evolução do livro infantil português nos últimos 100 anos, tomando como critério para a seleção de um *corpus* coeso as representações do mar. De elemento de forte conotação simbólica e ressonância identitária, a espaço privilegiado de lazer, sem esquecer a dimensão ecológica, o mar constituiu um *topos* recorrente na literatura infantil (LI) ao longo do tempo e a variação nas suas representações ilustra a evolução das tendências desta literatura, onde a dimensão mais formativa e educativa foi perdendo peso em favor das vertentes estética e lúdica.

**Palavras-chave:** Literatura Infantil; História; Mar; Edição

**Abstract:** This study aims to characterise the evolution of the Portuguese children's literature in the last 100 years, using as a criterion for the selection of a coherent *corpus* the

---

<sup>1</sup> Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro: anamargarida@ua.pt.

representations of the sea. The sea is a recurring topic in children's literature through time, and the variation in the representation of the sea illustrates the evolution of children's books. From a symbolic element with strong connotation with national identity, the sea became also a privileged space of leisure, and concern, regarding the ecological point of view. Thus, in the last years, the educational and formative dimension of Portuguese children's literature, very present in the beginning of the XX<sup>th</sup> century, has been losing importance in favour of the aesthetic and playful aspects of children's books, namely those concerned with illustration and graphic design.

**Keywords:** Children's Literature; History; Sea; Publishing

## 1. Introdução: Histórias da Literatura Infantil Portuguesa

Os estudos sobre a literatura para a infância (LI) portuguesa dos últimos anos têm privilegiado outras dimensões que não a histórica e ainda que tenham aumentado de forma visível desde a década de 80 do século XX, nos últimos anos não têm sido produzidas atualizações das Histórias da Literatura<sup>2</sup> disponíveis.

Estas, circunscritas no tempo e no espaço, não contemplam a produção posterior à década de 90, cujo levantamento e estudo exaustivo continua por realizar, apesar dos trabalhos relevantes que a publicação literária para crianças tem conhecido recentemente. Acresce à ausência de estudos de cariz historiográfico, a inacessibilidade dos existentes, esgotados e não reeditados, não permitindo aos leitores contemporâneos o conhecimento profundo da produção neste segmento. Este desconhecimento tem impacto na perceção da evolução, tendências e influências da literatura infantil ao longo dos tempos, invalidando, por exemplo, a valorização de figuras e obras pioneiras, desconhecidas de muitos leitores e, até, investigadores. Esta ausência não impede a existência de outros estudos e investigações de fôlego, sobretudo as realizadas para a obtenção de graus académicos, como doutoramentos<sup>3</sup>, centradas

---

<sup>2</sup> Confrontar com Esther LEMOS, *A Literatura Infantil em Portugal*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional – Direcção Geral da Educação Permanente, 1972; Alice GOMES, *A literatura para a infância*. Lisboa, Torres & Abreu, 1979; Maria Laura Bettencourt PIRES, *História da Literatura Infantil Portuguesa*. Lisboa, Vega, 1983; Natércia ROCHA, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa, ICALP, 1984; Natércia ROCHA, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1992; Natércia ROCHA, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal* (nova edição actualizada até ao ano 2000). Lisboa, Caminho, 2001. José António GOMES, *Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*. Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1998.

<sup>3</sup> Confrontar com: Sara Reis da SILVA, *Presença e Significado de Manuel António Pina na Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*. Lisboa, Fundação

em outros aspetos da literatura para a infância e juventude, nomeadamente privilegiando abordagens temáticas ou genológicas, por exemplo, ou centradas no trabalho de autores em particular. De uma forma geral, estes estudos integram quase sempre reflexões enquadradoras de tipo panorâmico, traçando, para períodos limitados de tempo, caracterizações relevantes. Vejam-se, igualmente os trabalhos publicados ao longo dos anos no âmbito da Rede de Investigação “Las Literaturas Infantiles y Juveniles del Marco Ibérico e Iberoamericano” coordenada por Blanca-Ana Roig Rechou, quer sob a forma de estudos panorâmicos, quer sob a forma de seleções bibliográficas e comentários dedicados ao teatro<sup>4</sup>, à poesia<sup>5</sup> e ao conto tradicional<sup>6</sup>, por exemplo, contributos relevantes para o conhecimento dos desenvolvimentos atuais da LI.

Ainda que este estudo não tenha, pelas limitações de espaço e contexto, pretensões de exaustividade na abordagem histórico-literária da LI portuguesa, pretende traçar, a partir de um *corpus* selecionado temática e genologicamente, as principais linhas de evolução da produção literária de destinatário infantil, dando conta da forma como vertentes mais valorizadas no início do século XX, associadas, por exemplo, à educação e formação das crianças e dos jovens, foram perdendo relevo em favor das dimensões estético-

---

Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013; Cláudia MOTA, *Viagem Exploratória pela atual literatura infantil*. Porto, Tropelias & Companhia, 2016.

<sup>4</sup> Ver José António GOMES, Ana Margarida RAMOS, Sara Reis da SILVA, “Panorama Histórico do Teatro para Crianças em Português (século XX)”, in Blanca-Ana ROIG RECHOU, Pedro LUCAS DOMÍNGUEZ, Isabel SOTO LÓPEZ (coord.), *Teatro Infantil. Do Texto á Representación*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2007, pp. 123-169.

<sup>5</sup> Ver José António GOMES, Ana Margarida RAMOS, Sara Reis da SILVA, “Tendências da nova poesia portuguesa para a infância (2000-2008)”, in Blanca-Ana ROIG RECHOU, Isabel SOTO LÓPEZ, Marta NEIRA RODRÍGUEZ (coord.), *A Poesía Infantil no Século XXI (2000-2008)*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2009, pp. 111-137.

<sup>6</sup> Ver José António GOMES, Ana Margarida RAMOS, Sara Reis da SILVA, “Reescritas do conto tradicional na literatura portuguesa para a infância e juventude (2000-2009)”, in Blanca-Ana ROIG RECHOU, Isabel SOTO LÓPEZ, Marta NEIRA RODRÍGUEZ (coord.), *Reescrituras do Conto Popular (2000-2009)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2010, pp. 109-124.

-lúdicas dos livros infantis, respondendo, no século XXI, a novos desafios e exigências do ponto de vista da leitura. Na história do livro infantil repercutem-se com particular incidência as mudanças políticas, sociais, educativas e técnicas (mesmo do ponto de vista da impressão, e reprodução do livro) que Portugal conheceu no último século, merecendo, também por isso, leitura atenta.

## **2. O mar e as suas representações: da construção identitária à fruição lúdica**

De claras ressonâncias mítico-simbólicas, algumas delas especialmente exploradas em momentos particulares da História portuguesa, a temática ligada ao mar permite-nos recortar um *corpus* relevante de obras para crianças publicadas nos últimos 100 anos, evidenciando a evolução das publicações, sobretudo ao nível do relevo da componente lúdica.

Sobre as representações do mar na LI portuguesa, em particular na poesia, veja-se o texto “A nova poesia portuguesa para a infância (2000-2008): tendências e presença do mar”<sup>7</sup>, cuja segunda parte se centra na análise do elemento marítimo enquanto *topos* poético, rastreando um conjunto de autores e obras revelantes neste domínio, com especial destaque para *O Mar na Cultura Popular Portuguesa* (1998), de Maria Isabel Mendonça Soares, coletânea de textos de cariz poético-lírico oriundos da tradição oral, *O Planeta Azul* (2008), coletânea de poemas de Luísa Ducla Soares onde o mar surge tematizado na sua dimensão ecológica, para além de alguns poemas mais ou menos isolados de um número significativo de autores.

---

<sup>7</sup> Confrontar com: José António GOMES, Ana Margarida RAMOS, Sara Reis da SILVA, “A nova poesia portuguesa para a infância (2000-2008): tendências e presença do mar”, in José António GOMES, Isabel MOCIÑO, Ana Margarida RAMOS, Blanca-Ana ROIG RECHOU (coord.), *Maré de Livros*. Porto, Deriva Editores, 2010, pp. 15-32.

O tratamento do tema, muitas vezes em sintonia com o contexto da literatura de viagens, pode surgir associado a diferentes gêneros e contextos de produção literária, desde as memórias, o diário ou as cartas, no universo das escritas do “eu”, por exemplo, ao romance de aventuras, passando pelo conto. Com tradição muito antiga, nomeadamente nas narrativas de teor maravilhoso ou fantástico, comuns na época medieval, associadas a viagens fantásticas ou a peregrinações, o *corpus* clássico da literatura portuguesa de viagens inclui, entre outros, textos como *Os Lusíadas*, a *Peregrinação* ou a *História Trágico-Marítima*, todos alvo de várias reescritas e adaptações no contexto da literatura infantojuvenil. Por razões de espaço, essas adaptações não serão objeto de análise neste estudo. O tema das viagens marítimas pode igualmente apresentar afinidades com outros subtemas, como acontece com as histórias de piratas, já analisadas em outro contexto<sup>8</sup>, ou as descobertas.

O mar e a viagem têm ressonâncias simbólicas especialmente fortes no contexto da História portuguesa, surgindo umbilicalmente ligados ao processo de Expansão Ultramarina. Determinante do ponto de vista identitário, o mar confunde-se muitas vezes com a condição portuguesa, sendo simultaneamente desígnio e missão, uma espécie de elo partilhado no código genético português. E ainda que, quer histórica, quer literariamente, essa relação de Portugal e dos portugueses com o mar esteja repleta de contradições e generalizações, a verdade é que ela continua a funcionar como uma perspectiva a partir da qual a evolução da literatura pode ser percecionada, tal é a inscrição que nela o mar ocupa. Relembremos, a título meramente exemplificativo, a configuração de um subgénero da lírica galaico-portuguesa a partir desta relação umbilical com o mar, com a criação das marinhas ou

---

<sup>8</sup> Confrontar com: Sara Reis da SILVA, Ana Margarida RAMOS, “Dos piratas e da sua representação na literatura portuguesa para a infância: alguns contributos”: *Boletín Galego de Literatura* 36-37 (2007), pp. 149-167.



barcarolas, composições nas quais o sujeito poético, perante a observação das águas do mar ou do rio, se questiona sobre a ausência e as (im)possibilidades de retorno do amigo.

As variações mais modernas do tema permitem incluir o tratamento de questões ecológicas, apelando à necessidade de proteger o mar que, de elemento imenso e ilimitado, passa a vítima das ações humanas, vendo o seu equilíbrio perturbado. Mas o mar, em particular a praia, constituem hoje, passados séculos sobre as descobertas ultramarinas, espaços de recreio e lazer, possibilitando a prática de desporto, o gozo dos tempos livres e a fruição livre do tempo e do espaço. Esta evolução resultará da transformação social e cultural do país, mas também da alteração do conceito de portugalidade ou mesmo de nação, construído atualmente em torno de valores diferentes.

Por razões que se prendem com os limites deste estudo, apenas serão alvo de referência e de estudo mais aprofundado os textos narrativos breves, contos e álbuns ilustrados, publicados nos últimos 100 anos em Portugal onde o mar tenha relevo central do ponto de vista do tema, deixando de lado livros situados no domínio da não ficção. Dada a vastidão da oferta, foram selecionadas as obras mais emblemáticas/representativas do tratamento do tema na LI, em termos da sua qualidade literária e plástica, ficando necessariamente de fora algumas publicações que, enquadráveis tematicamente neste estudo, não acrescentam particular novidade à teorização apresentada.

### **3. Análise de uma seleção de obras exemplificativas (1914-2015)**

Apesar de o recorte temporal estabelecido não incluir a obra de Afonso Lopes Vieira, *Bartolomeu Marinheiro*, publicada em 1912, não é possível passar ao lado desta publicação, tendo em conta

não só as sugestões intertextuais que apresenta com *Os Lusíadas* e com o romance tradicional português *A Nau Catrineta*, mas sobretudo pela forma como explicita um conjunto de valores que marcam a produção literária subsequente destinada a crianças, nomeadamente no que respeita à exaltação patriótica e à valorização das viagens ultramarinas como uma espécie de desígnio nacional. Aliás, a dimensão historiográfica e biografista do texto, ainda que atenuada, será recuperada posteriormente ao longo do século XX, com a publicação das biografias dos heróis da nação, alguns com atividade marítima reconhecida. Curiosamente, em 1996, a mesma viagem de Bartolomeu Dias, é o ponto de partida para uma narrativa versificada de Manuel Alegre, *As Naus de Verde Pinho*, vencedora do Prémio Literário António Botto em 1998, onde a sedução marítima volta a ser eixo estruturante de uma recriação para crianças de um feito histórico. A identidade portuguesa parece resultar da conjugação de apelos diferentes (até contraditórios), da terra e do mar, que este título também espelha, associado à ação do Rei D. Dinis, o “plantador de naus a haver”, nas palavras de Pessoa.

### 3.1. Primeira República e Estado Novo (1914 - 1974)

Figura relevante do pensamento português da primeira metade do século XX, com ação reconhecida em múltiplas áreas, especialmente na filosofia e na educação, **António Sérgio** (1883-1969) integra o grupo de autores associados ao movimento da Renascença Portuguesa, sendo o seu pensamento conotado com a reforma social, política e educativa da sociedade portuguesa do início do século XX. Na sua obra literária, surgem várias publicações destinadas à infância, das quais se destacam, pelo relevo do tema em análise, volumes como *O Navio dos Brinquedos* (1914) (figura 1), *Na Terra e no Mar* (1924) e *Contos Gregos* (1925).

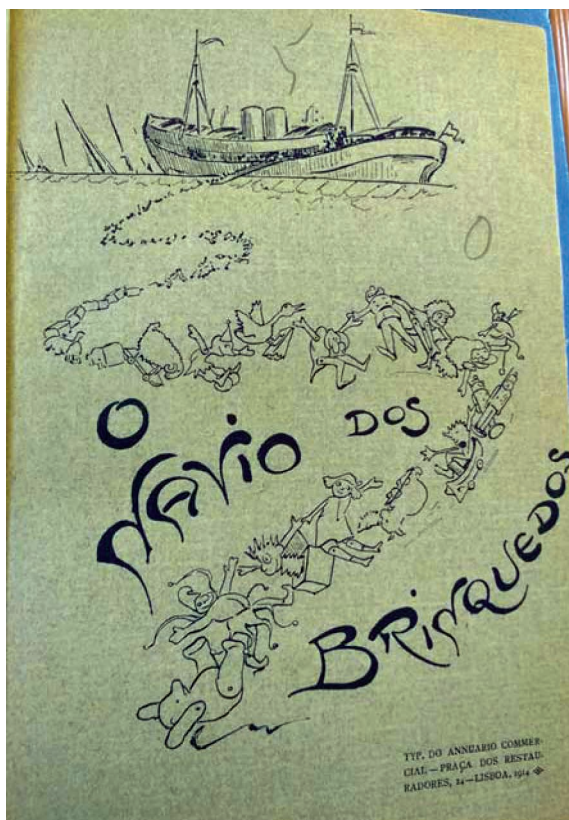


Figura 1 – *O Navio dos Brinquedos*, de António Sérgio e Vasco Lopes de Mendonça (Renascença Portuguesa, 1914)

O primeiro livro, *O Navio dos Brinquedos*, que marca a estreia do autor no domínio da literatura infantil, é um conto de forte inspiração histórica e referencial, inseparável do contexto da I Guerra Mundial. Relata o episódio relativo ao envio, a partir dos EUA, num navio vapor, de brinquedos e roupa para as crianças em Itália, filhas dos soldados que participam na guerra. No livro, que conta com ilustrações de Vasco Lopes de Mendonça, o mar é sobretudo lugar de passagem, de ida e de regresso de viajantes. É curioso, contudo, o conceito circular da História e das viagens no

Atlântico Norte, uma vez que o navio dos brinquedos, navegando dos EUA para a Itália, parece fazer a viagem inversa de Colombo, apresentado no conto como o italiano que descobriu a América, fechando o ciclo, mas também unindo os povos. Esta mensagem de entreatajuda e solidariedade com os que mais precisam é apenas uma das várias que percorrem o texto, dominado por um tom pedagogizante, onde sobressai o elogio ao desenvolvimento norte-americano, uma espécie de farol não só do progresso económico, mas também de solidariedade, servindo como espelho para a formação das crianças portuguesas, inspiradas pelo exemplo narrado. Em *Contos da Terra e do Mar*, surge uma adaptação de um conto de R. Kipling, “História da Baleia”, onde o mar é apenas cenário para uma narrativa que esclarece como a esperteza do homem superioriza a força da baleia; e “História do José Maria”, uma versão de um conto popular russo, onde o mar é fonte de riqueza, em resultado da pesca que o protagonista aí realiza. No livro *Contos Gregos*, o mar surge associado à “História dos Argonautas”, o segundo conto desta coletânea, sendo percorrido por Jasão e os companheiros na sua busca pelo velo de ouro. Marcado por obstáculos que os heróis têm de vencer, o elemento marítimo é o espaço simbólico do crescimento e da afirmação dos heróis.

Outro autor de referência da mesma geração é **Jaime Cortesão** (1884-1960) que, em 1926, publica, com ilustrações de Roque Gameiro, *O Romance das Ilhas Encantadas* (figura 2). O volume, alvo de várias reedições, sendo a última de 1998, com ilustrações de Victor Borges, constitui um clássico da literatura infantil portuguesa. Neste livro, Jaime Cortesão combina a componente histórica com a maravilhosa, criando uma narrativa de aparência lendária, associada à descoberta das ilhas dos Açores e da Madeira. A presença de alusões a personagens referenciais e a factos históricos não inibe o seu cruzamento com uma certa ideia mítica acerca da génese da identidade nacional portuguesa, conotada com uma dimensão

atlântica e marinheira dos portugueses que a narrativa recupera. A filiação marinha (e maravilhosa) do povo português explica o seu destino atlântico e descobridor e justifica, deste modo, o seu passado e o seu presente.

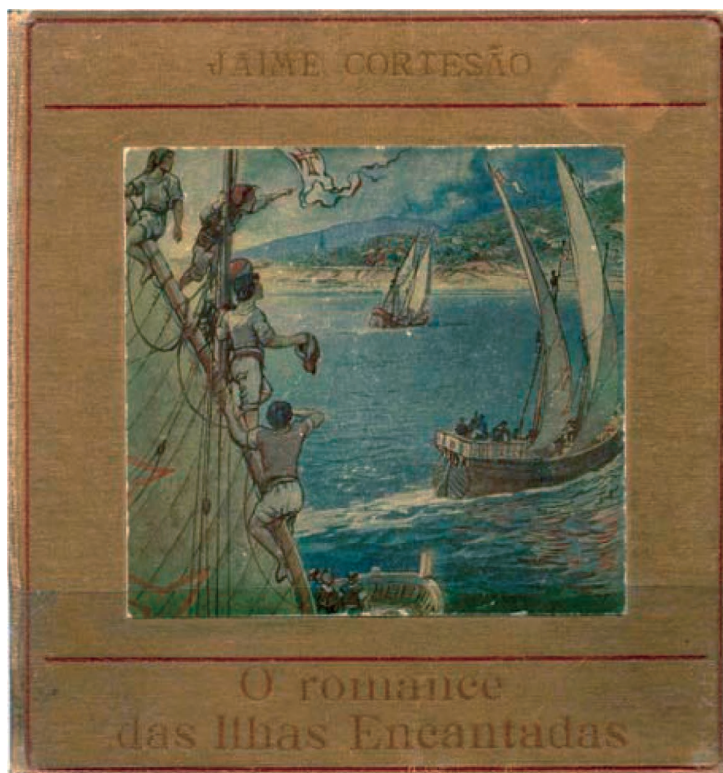


Figura 2 – *O Romance das Ilhas Encantadas*, de Jaime Cortesão e Roque Gameiro (Aillaud, 1926)

Repleta de alusões de índole intertextual, como as referências à lenda de São Brandão (*Navigatio Sancti Brandani*) e às suas navegações em busca do paraíso terrestre, para além da lenda das sete cidades, a narrativa de Jaime Cortesão inscreve-se na tradição dos relatos de viagens imaginárias e dos roteiros medievais de maravilhas, dando conta da conceção medieval do mundo, na qual os

mares são vistos como locais tenebrosos, habitados por monstros terríveis. O narrador justifica a irresistível atração portuguesa pelo mar e pelas viagens ultramarinas, incluindo a atividade desenvolvida pelo Infante D. Henrique, como resultado de uma linha genética excecional, que a narrativa recupera, favorecida por uma insólita linhagem marinha que tem origem na união entre homens e mulheres marinhas, a metamorfose destas e o nascimento de seres híbridos, como é o caso dos extraordinários descendentes de D. Froiaz e D. Marinha. *O Romance das Ilhas Encantadas* revela-se, pois, subsidiário, ainda que de forma implícita, de uma certa noção/conceito dos portugueses como povo eleito, o que explicaria a iniciativa do país na descoberta de novos mundos e nas navegações para além dos mares já conhecidos.

**Adolfo Simões Müller** (1909-1989) pertence a uma geração diferente dos anteriores e não partilha totalmente do mesmo ideário progressista e reformista, estando ideologicamente mais próximo do Estado Novo. Tem intensa atividade na imprensa infantil, colaborando com jornais e suplementos de grande relevo para a produção e divulgação da LI nas décadas de 30 a 50 do século XX. A sua extensa obra destinada a crianças e a jovens faz dele um dos mais prolixos criadores da sua geração, com especial relevo no tratamento de episódios e figuras históricas, de que a coleção “Gente Grande para Gente Pequena” é o melhor exemplo, mas a sua vasta obra, iniciada na década de 30, abrange todos os géneros e culminará com a atribuição do Grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças e Jovens em 1982.

Enquadráveis no âmbito deste estudo, as biografias de grandes figuras nacionais, como Luís de Camões, em *Aventuras de Trincas-fortes: Pequena história de Luís de Camões e do seu Poema* (1946); Gago Coutinho, em *O Grande Almirante das Estrelas do Sul: Pequena história de Gago Coutinho e da primeira viagem aérea ao Brasil* (1949); Infante D. Henrique, em *O Príncipe do Mar: D. Henrique*

e os descobrimentos marítimos (1959); Serpa Pinto, em *Através do Continente Misterioso: a vida e as viagens de Serpa Pinto e outros exploradores* (1962), tocam, de forma mais central ou mais periférica, a relação dos heróis pátrios com o mar, entendido como desígnio nacional em praticamente todos estes volumes.

Obra emblemática de **Sophia de Mello Breyner Andresen** (1919-2004), *A Menina do Mar* (1958) (figura 3) é apenas um dos muitos exemplos de textos onde a autora tematizou o elemento marítimo, que percorre, além da sua obra poética, contos para crianças e jovens como *O Cavaleiro da Dinamarca* (1964), a “Saga”, de *Histórias da Terra e do Mar* (1984), ou “Homero”, de *Contos Exemplares* (1962), estes últimos num registo menos infantil. O conto *A Menina do Mar* narra o encontro de elementos fundamentais do universo – a terra e a água – personificados pelo rapaz e pela menina, explorando o fascínio e a atração que o desconhecido e o diferente exercem sobre a humanidade<sup>9</sup>. Além de história de amizade e de descoberta recíproca, a narrativa pode ser ainda lida enquanto elogio ao mar e à praia, esses lugares de infância que habitavam Sophia e percorrem a sua poética, regidos por dinâmicas próprias, em resultado das estações do ano ou dos confrontos entre elementos naturais. Longe da exaltação patriótica ou do apelo nacionalista, o mar é elemento matricial e génese de vida, funcionando a menina que o habita como uma projeção das memórias e dos desejos da escritora. Esta relação umbilical com o elemento marítimo é também o eixo estruturante do conto “Saga”, condenando Hans a uma viagem sem retorno a casa. Búzio, a personagem principal do conto “Homero”, encarna fisicamente a fusão do homem com o mar, surgindo comparado a um monumento manuelino, conseguindo igualmente falar com o mar, numa linguagem que tem tanto de poesia como de loucura.

---

<sup>9</sup> Ver: José António GOMES, *Sophia, Infância e Apelo do Mar. Elementos para uma leitura da obra para crianças*. Matosinhos, Contemporânea, 2000.





Figura 3 – *A Menina do Mar*,  
de Sophia de Mello Breyner e Sarah Affonso (Ática, 1958)

No período em apreço, merece ainda nota o conto “Peixes espantosos”, publicado em *Histórias de Pessoas e Bichos* (1959), de **José de Lemos** (1910-1995), onde o humor é pedra de toque, dado que a narrativa explora o motivo das histórias exageradas dos pescadores. **Alves Redol** (1911-1969), por seu turno, publica, nos finais da década de 60, uma coleção de quatro pequenos livros ilustrados que contam, em registo poético-lírico, em resultado das rimas, dos jogos sonoros, vocabulares e paralelísticos, as aventuras da Flor Maria. Os primeiros volumes, *A Flor vai ver o mar* (1968) e *A Flor vai pescar num bote* (1968), aludem ambos ao mar que, no primeiro, é uma espécie de objetivo da Flor, seguindo o curso do rio até à sua foz, e, no segundo, é um dos espaços centrais da

ação, dividida entre o cais e o alto mar, onde a Flor e os companheiros tentam pescar. Atendendo à dimensão lúdica dos textos, o mar funciona mais como elemento narrativo do que simbólico, colaborando no jogo de palavras que estrutura a história.

Durante este período, pese embora a qualidade estética das publicações, que incluíam contributos de artistas plásticos de relevo na época, as mesmas evidenciavam limitações ao nível do uso das cores, em resultado das técnicas de impressão e reprodução. Muito circunscritos a elites sociais e culturais, os livros infantis foram estando mais acessíveis ao público em geral, à medida que o século avançou.

### **3.2. O crescimento da LI sob o Regime Democrático (1974-1999)**

A partir de 1974, de acordo com José António Gomes<sup>10</sup>, as mudanças políticas e sociais vividas em Portugal tiveram impacto na cultura, em geral, e na literatura para a infância e juventude, em particular, que cresceu consideravelmente, assistindo-se, nas palavras do autor, “ao chamado *boom* da literatura para jovens em Portugal”<sup>11</sup>, tendo este tipo de criação literária e artística encontrado “condições para um fôlego renovado, num ambiente de liberdade, e num contexto em que aumentou o número de realizações de várias ordens, directa ou indirectamente relacionadas com o universo infantil”<sup>12</sup>. No balanço que faz deste período, o estudioso destaca o tratamento de temas novos, como a emigração, as desigualdades sociais e a pobreza, mas também a perspetivação da História a partir de um olhar novo, aspeto relevante para este estudo, nomeadamente

---

<sup>10</sup> J. A. GOMES, *Para uma História...*, op. cit.

<sup>11</sup> J. A. GOMES, *Para uma História...*, op. cit., p. 43.

<sup>12</sup> J. A. GOMES, *Para uma História...*, op. cit., p. 44.

para a questão da Expansão e das Descobertas, por exemplo. As temáticas ligadas ao ambiente também emergem por esta altura.

Natércia Rocha, por seu turno, chama a atenção para o estudo da LI nos cursos de formação de professores, com implicações na investigação e divulgação da produção literária para crianças. No entender da estudiosa, o prolongamento da escolaridade obrigatória e o crescimento da produção editorial têm reflexos no aparecimento ou consolidação de uma geração de escritores que passa a poder publicar sem preocupação com a censura. Estes aspetos têm implicações na evolução dos livros para crianças que se distinguem claramente dos das primeiras décadas do século XX. Referindo-se a estas últimas décadas do século XX, a autora salienta que se trata de “um período de desenvolvimento espectacular, tanto na qualidade como na quantidade de obras apresentadas a público”<sup>13</sup>, destacando, para além da consolidação da escrita e do alargamento temático da produção literária, o relevo crescente da ilustração.

Exemplificam esta abertura temática, associada a uma dimensão mais interventiva da LI, com a introdução de preocupações ecológicas, publicações como *O Grande Continente Azul* (1985) (figura 4), de **José Jorge Letria** (1951-), distinguido com o Prémio “O Ambiente na Literatura Infantil” em 1983; e *Terra e Mar vistos do Ar* (1981), de **Sidónio Muralha** (1920-1982)<sup>14</sup>, uma narrativa sobre uma viagem de helicóptero realizada por dois irmãos e que corresponde à descoberta da necessidade de proteger a natureza das agressões de que é alvo. *O Grande Continente Azul* é uma narrativa poética que, em discurso de primeira pessoa, dá voz às

---

<sup>13</sup> N. ROCHA, *Breve História...*, op. cit., p. 117.

<sup>14</sup> Sidónio Muralha assina também o conto “Festa no Mar”, incluído na coletânea *Sete Cavalos na Berlinda* (1977), uma história sobre um peixinho preso na rebentação das ondas e condenado a dar à praia, não fosse a intervenção de uma criança que o leva de regresso ao mar.

águas do mar. O texto recria todas as características do universo marinho, dando conta da sua importância no equilíbrio da natureza e também na vida humana, enumerando todas as suas qualidades. Apelando a uma atitude ecologicamente saudável e sustentável, no texto ecoam ainda as consequências do não respeito pelo universo marinho e pelos seus habitantes. Centro umbilical da vida, o mar surge como local de todas as esperanças e infinitas possibilidades, num texto onde a dimensão ecológica e pedagógica, para além da poética, também marcam presença.



Figura 4 – *O Grande Continente Azul*, de José Jorge Letria e Paula Amaral (Livros Horizonte, 1985)

*O Ratinho Marinheiro* (1987) (figura 5), de **Luísa Ducla Soares** (1939-), é um livro que merece uma leitura atenta pela forma

aparentemente simples, com laivos parodísticos, como recria a figura prototípica do navegador-descobridor, agora transformado num pequeno rato. Recorrendo a quadras em redondilha menor e rima cruzada, a narrativa conta a história de um ratinho que se fez navegador a bordo de uma casca de noz, percorrendo os mares e vivendo aventuras extraordinárias, para depois acabar os seus dias a tratar da horta, em terra, num belo jardim. O texto dialoga de forma implícita com a gesta dos descobrimentos portugueses, uma vez que o ratinho enfrenta os elementos em clara desvantagem, mas também permite a reflexão sobre a necessidade constante de o ser humano se desafiar, numa tentativa de superação permanente, que o pequeno ratinho e o seu frágil barco ilustram.



Figura 5 – *O Ratinho Marinheiro*, de Luísa Ducla Soares e Zé Manel (Estúdios Cor, 1978)

O mar e os seus elementos também podem ser pretextos para a interferência do maravilhoso, como em *O Búzio de Nacar* (1981), de **Carlos Correia** (1947-), ou mais pontualmente em *Viagem com Wish* (1983), de **Ilse Losa** (1913-2006). O primeiro é um conto aproximável do universo da ficção científica, onde Félix, o narrador, convidado a visitar Nacar, uma cidade situada nas profundezas do mar, contacta com uma sociedade diferente, sendo-lhe comunicada uma mensagem de paz e de convivência solidária. O segundo texto centra-se nas vivências quotidianas de um rapaz que vê a sua existência normal interseccionada por uma dimensão onírica, tendo como cenário o mar e a praia.

**Natércia Rocha** (1924-2004) é também autora de um livro de imagens, inserido numa coleção temática destinada a pré-leitores, “Os meus primeiros livros”, intitulado *Na Praia* (1990). Trata-se de uma aposta no reconhecimento, por parte de leitores pequenos, das cenas do quotidiano recriadas, visando a identificação e o desenvolvimento da linguagem, uma vez que as imagens se encontram legendadas, promovendo o diálogo com os mediadores adultos. Veja-se, da mesma autora, a publicação de uma coletânea de breves contos, intitulada *Contos de Agosto* (1989), onde a temática marítima está presente de forma muito central em quatro dos 15 textos reunidos neste livro: “Uma onda curiosa”, “Pedro, o avô e o mar”, “Um passeio de barco” e “Baleia em terra”. Os textos, muito breves, destacam-se pela qualidade da escrita e das perspetivas narrativas, dando conta de experiências diversificadas de contacto com o elemento marítimo, fonte de prazer, de encontro e de brincadeira. As relações entre os seres humanos e o mar, mas também, no último conto, a questão da existência dos animais em liberdade, nos seus *habitat*, são linhas estruturantes das narrativas da autora. O conto de **Vergílio Alberto Vieira** (1950-), “Peixinho Folha-de-água”, uma narrativa

de cunho maravilhoso sobre a música e o mar, é editado em 1989 numa coletânea intitulada *Histórias dos Pés à Cabeça*. Em 2000, dará título a um livro que republica parcialmente o volume dos finais dos anos 80.

*História do Fundo do Mar* (1998), de **Mário Castrim** (1920-2002), veio a lume no ano da Expo 98, associando-se, pela temática selecionada, à grande exposição que pretendia celebrar os oceanos. A narrativa, muito simples, apresenta a história do narrador que, montado na Ondinha, tem acesso às profundezas do Oceano, onde visita a “Guerlândia”, e descobre um mistério por explicar. Sem propriamente se limitar à mensagem ecológica, até porque ela surge muito atenuada pelo jogo linguístico construído através de criativos neologismos, o texto aponta também para a ideia de deslumbramento do homem perante a espetacularidade da natureza, necessitando quase de inventar uma língua para a verbalizar.

No mesmo emblemático ano, **José Jorge Letria** publica *Lendas do Mar* (1998) (figura 6), uma das suas coletâneas mais lidas e trabalhadas nas escolas. Composto simbolicamente por sete histórias, numa alusão às sete ondas do mar, o volume integra textos de conotação mítica, como “Castigo de Sal”, “Grão a Grão se Trava o Mar”, “Os Três Avisos do Mar” ou “A Ambição das Luas”, a que se juntam outros mais lendários, como “O Reino das Sete Ondas”, “O Dia da Sereia” e “A Fada das Ondas”, estes dois últimos protagonizados por seres femininos conotados com o maravilhoso, respetivamente a sereia e a fada. Arquitetados em torno das oposições estruturantes das narrativas tradicionais, bem/mal, verdade/mentira, humildade/ambição, os textos propõem leituras fantasiosas de dilemas existenciais, ao mesmo tempo que alargam a enciclopédia de referências dos leitores, abrindo-lhes os horizontes intertextuais.





Figura 6 – *Lendas do Mar*, de José Jorge Letria e André Letria (Terramar, 1998)

Durante este período é notório o investimento crescente na materialidade do livro, alvo de atenção ao nível do *design* gráfico. As edições em capa mole, e com poucas ilustrações e com um número limitado de cores, foram, a pouco e pouco, sendo substituídas por volumes impressos em policromia, profusamente ilustrados, com capa dura, num formato próximo do livro-álbum.

### 3.3. Internacionalização da LI portuguesa (2000-2015)

O novo século confirma as expectativas de desenvolvimento e legitimação da LI enunciadas por Natércia Rocha, com o crescimento do número de autores e de obras publicadas<sup>15</sup>. Para além

---

<sup>15</sup> Confrontar com: Ana Margarida RAMOS, “Literatura infantil portuguesa – autores, obras y tendencias”: *Anuario de investigación en literatura infantil y juvenil* 7.2 (2009), pp. 99-116; Ana Margarida RAMOS, “Uma década de produção literária para

da consolidação dos autores que iniciaram atividade nas últimas décadas do século XX, assistiu-se ao surgimento de novos autores e ao contributo, mais pontual, de criadores da literatura institucionalizada que habitualmente não escrevem para crianças. O número de traduções de obras de qualidade também aumentou, quer em termos dos textos clássicos, quer dos contemporâneos. Marca, de forma definitiva, este período o desenvolvimento da componente ilustrativa dos livros para crianças, com o aparecimento de um número considerável de ilustradores e criadores de grande qualidade, cujo reconhecimento é também feito em termos internacionais, e também de pequenas editoras especializadas na publicação e divulgação da LI.

Em termos da escrita, mantém-se o alargamento temático cada vez mais significativo, estendendo-se ao universo dos temas fraturantes ou desafiadores, em linha com a produção internacional. A questão da centralidade da palavra e do uso criativo e inovador – às vezes subversivo e com intenções simultaneamente lúdicas e didáticas – da língua é outro aspeto a merecer referência, não se circunscrevendo ao universo poético-lírico. Veja-se, como exemplo relacionado com a temática em estudo, o caso de *O beijo da palavrinha* (2008), de **Mia Couto** (1955-), autor moçambicano de língua portuguesa a editar em Portugal, onde o mar, presente do princípio ao fim da história, como sonho por concretizar, é sobretudo a palavra, significado e significante, sons e formas, mais do que elemento natural. Assim, a ligação entre as palavras e as coisas é explorada na leitura simbólica da palavra mar, feita de ondas, de voos de pássaros e de rochas, lugar de todas as possibilida-

---

a infância (2000-2010)”: *Solta Palavra* 17 (2011), pp. 3-10; Ana Margarida RAMOS, *Tendências contemporâneas da literatura portuguesa para a infância e juventude*. Porto, Tropelias & Companhia, 2012; Ana Margarida RAMOS, “6x6: um balanço da literatura infantil portuguesa contemporânea”: *Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca* 20 (2015), pp. 211-222.

des, porque se encontra, no imaginário das crianças, rodeado de segredos e mistérios. As palavras possuem, assim, uma dimensão mágica e são capazes de possibilitar um encantamento que permite uma vida mais realizada e mais feliz.

Este período é, assim, marcado por aproximações de cariz mais simbólico<sup>16</sup>, como acontece com *Canção da Rocha, da Onda e da Nuvem* (2005) (figura 7), de **João Paulo Cotrim** (1965-) e **Tiago Manuel**, ou *Azul Blue Bleu* (2009) (figura 8), de **Eugénio Roda** (1965-) e **Gémeo Luís** (1965-), enquadráveis ambas no segmento do livro-álbum, pelo relevo que as imagens ocupam nas páginas e na própria narrativa.

O primeiro volume realiza uma leitura original da paisagem natural e está estruturado com base na metáfora do enamoramento do mar e da terra – simbolizada pela rocha. A forma como o mar se aproxima e se afasta dela e os seus diferentes estados de espírito são representados com recurso a imagens que captam quer a doçura quer a violência do elemento marítimo, dando conta da sua instabilidade. União de diferentes elementos naturais, o álbum propõe uma leitura simultaneamente poética e antropomorfizada da paisagem, sugerindo uma observação diferente da realidade. A variação entre as diferentes ilustrações, para além de representar o contínuo movimento dos elementos, recria-os em diferentes contextos com a colaboração da variação cromática e a sugestão de circularidade. Questionador, o álbum aposta numa leitura dos implícitos da situação recriada, dirigindo-se, simultaneamente, a vários tipos de leitores.

---

<sup>16</sup> Merece referência, neste âmbito, a publicação de alguns contos insertos em *Estranhões & Bizarros* (2000), de José Eduardo Agualusa, autor angolano de língua portuguesa com edição regular em Portugal. É o caso de “O peixinho que descobriu o mar”, narrativa sobre como a capacidade de sonhar ajuda a desafiar todos os obstáculos, e “O pai que se tornou mãe”, um texto de ressonância mítica que é também uma história de amor passada no mar e protagonizada por dois cavalos-marinhos. O autor voltará ao tema em *Nweti e o mar: exercícios para sonhar sereias* (2011).

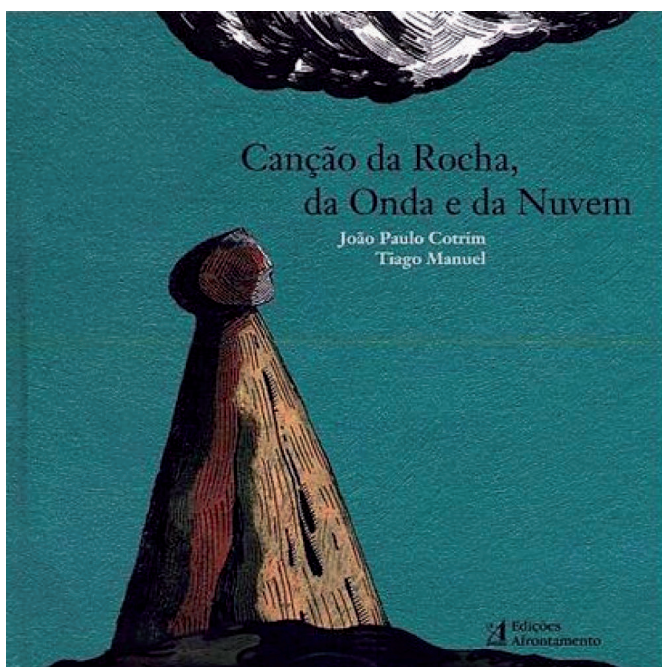


Figura 7 – *Canção da Rocha, da Onda e da Nuvem*, de João Paulo Cotrim e Tiago Manuel (Afrontamento, 2005)

O segundo, explorando as conotações simbólicas do mar e também da cor azul que, no caso da obra de Gémeo Luís e Eugénio Roda, metonimicamente o designa, ligadas à profundidade e à imaterialidade, tanto do ar como da água, mas igualmente à pureza, à irrealidade e à irrepetível perfeição divina, apresenta uma narrativa que explora as potencialidades visuais, semânticas e mágicas deste elemento. O texto, muito simples e condensado, num registo poético, dá conta de como uma única gota daquele líquido, subitamente transformada numa espécie de poção mágica, permite viagens extraordinárias que combinam sonhos, fantasias e receios de uma criança. Essa viagem, onde a verosimilhança e a fantasia se cruzam, recria uma das mais antigas e mais literariamente tratadas aventuras do homem, dando voz, corpo e forma ao sonho antigo de nadar, sem limitações, junto

dos animais marinhos, percorrendo a imensidão dos oceanos. As ilustrações de Gémeo Luís capturam diferentes motivos marinhos que surgem em novos e intrigantes contextos ao mesmo tempo que exploram as potencialidades cromáticas e dinâmicas do tema.



Figura 8 – *Azul Blue Bleu*, de Eugénio Roda e Gémeo Luís (Edições Eterogémeas, 2009)

A dimensão ecológica associada ao mar, iniciada já nos anos 80 do século XX, quando era ainda um tema emergente na LI, consolida-se e percorre a obra de vários autores, ainda que o tratamento que conhece seja desigual, sobretudo em termos da presença de uma dimensão moralizadora que nem sempre resulta da verdadeira consciência ecológica profunda. **José Fanha** (1951-), em *O dia em que o mar desapareceu* (2005), e **Luísa Ducla Soares**, em *O Mar* (2008), são dois exemplos de autores que se aproximam do tema por esta via. Este último aproxima-se do livro-álbum poético, uma vez que o texto disperso ao longo das páginas ilustradas por Pedro Sousa Pereira apresenta, num único poema, duas facetas do uni-

verso marinho: uma exaltada pela beleza, riqueza e diversidade, outra destruída e explorada até à exaustão pelo Homem. **Anabela Mimoso** (1953-), em *Aquela Palavra Mar* (2010), tematiza a condição de ilhéu e de emigrante, numa narrativa que decorre entre os Açores e a América, surgindo o mar como elemento que simultaneamente fecha a ilha sobre si mesma, e separa Luana do pai, mas também lança uma ponte entre os dois espaços, unidos pela saudade.

A dimensão lúdica e fruitiva do mar é espelhada de forma plena nas recriações literárias da ida à praia, atividade de eleição das férias e do verão, associada à liberdade, aos jogos, ao descanso e ao lazer. Nos últimos anos, são vários os livros que recriam esta experiência, como acontece com *Um dia na Praia* (2006), de Margarida Fonseca Santos, *Um dia na praia* (2008) e *Praia-Mar* (2011), de Bernardo Carvalho, mas também com *Quero ir à Praia* (2007), de Possidónio Cachapa, ou *A Praia dos Sonhos* (2010), de António Mota, só para dar alguns exemplos. Em géneros e registos diferentes, que passam pelo livro-álbum sem texto e com texto e o conto ilustrado, todos sublinham a interação com os elementos naturais, nomeadamente o mar, fonte de prazer, brincadeiras e alegrias, mesmo se pontuados por alguns sustos. Alguns dos livros não passam ao lado da dimensão formativa, seja pela presença da dimensão ecológica mais ou menos explícita, como *Um dia na praia* (2008) e *Praia-Mar* (2011), de Bernardo Carvalho, seja pelas regras de cuidados a ter com os banhos no mar, como *A Praia dos Sonhos* (2010), de António Mota.

**António Torrado** (1939-) também não resistiu ao apelo marítimo, tendo publicado, em 2012, o volume *Mar à vista... e outra história*, onde o conto que empresta título ao livro narra o percurso de regresso ao mar de uma gaiivota perdida em terra durante uma tempestade.

Finalmente, merece destaque a publicação do álbum *Verdade?!* (2015) (figura 9), de **Bernardo Carvalho** (1973-), uma narrativa estritamente visual, onde o mar, além de cenário da narrativa que se centra numa aventura em alto mar vivida por um pescador e o

seu cão, é também o espaço simbólico que reúne medos, sonhos e mitos, uma espécie de intertexto simbólico que povoa o imaginário dos navegadores, aventureiros e pescadores. A narrativa, que oscila habilmente entre o verosímil e o fantástico, como o título sugere, pode ser lida enquanto história dentro da história, sobretudo se atentarmos na cena do bar de pescadores, onde a personagem partilha as aventuras (vivas ou imaginadas) com os amigos. Além das piscadelas de olho ao leitor, conhecedores dos exageros das histórias de pescadores, o livro dialoga com outros intertextos clássicos da literatura de viagens, desde a *Odisseia*, com a presença das sereias e dos monstros marinhos, à *História Trágico-Marítima*, com as tempestades, o naufrágio e o salvamento, resumindo, com humor e uns laivos parodísticos, vários séculos da relação portuguesa com o mar.

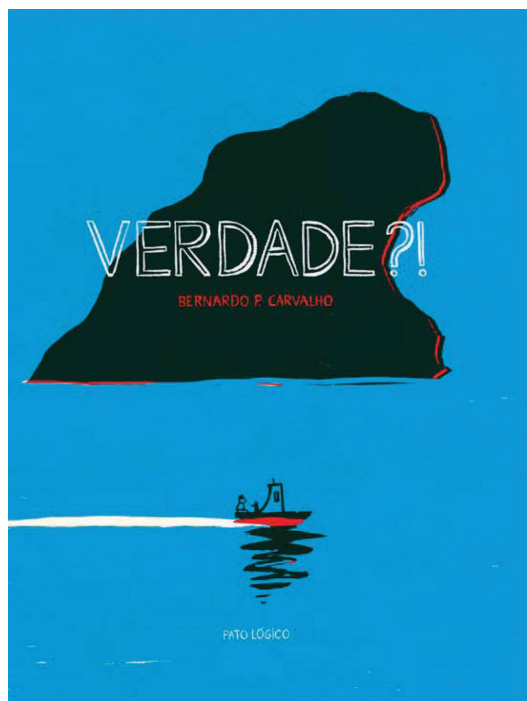


Figura 9 – *Verdade?!*, de Bernardo P. Carvalho (Pato Lógico, 2015)



É evidente, neste período, o crescimento da atenção à materialidade do livro, concebido como um objeto artístico, onde participam vários atores, incluindo, por exemplo, o autor do texto, das imagens, o *designer* gráfico, o diretor artístico e o editor. As ilustrações e a componente visual crescem substancialmente, ocupando mais espaço e estendendo-se aos elementos paratextuais, como a contracapa, as guardas, a folha de rosto e ficha técnica. A variedade de aproximações à temática em estudo é também o reflexo de um momento em que a literatura infantil é caracterizada por uma diversidade de abordagens temáticas, formais e estéticas, libertando-se paulatinamente dos preconceitos sobre a centralidade do seu caráter mais educativo.

#### **4. Considerações finais: a evolução da literatura para a infância**

Em termos de principais conclusões, fica patente o aumento da produção em quantidade e também em qualidade, pese embora a existência de obras facilmente enquadráveis no domínio da paraliteratura, também em resultado da legitimação progressiva da LI, nomeadamente em termos do seu estudo (e ensino) e investigação. A inexistência de observatórios ou base de dados que permitam rastrear a edição para a infância e juventude não facilita a identificação das obras, cujo registo, mesmo em sede de depósito legal, nem sempre acontece, tornando muito difíceis, ou mesmo impossíveis, as análises mais sistemáticas. Estes fatores talvez ajudem a explicar por que razão a atualização das histórias da LI continua por realizar.

Relativamente ao tratamento do tema selecionado, um dos mais recorrentes na LI ao longo dos últimos 100 anos, conclui-se, para além do relevo e da diversidade de aproximações que permite, que a evolução ocorrida é consentânea com a valorização da componente lúdica da LI em detrimento da mais explicitamente moralizadora ou pedagógica. Deste modo, o mar vai surgindo, ao longo do tempo,

cada vez mais, enquanto contexto lúdico e de fruição, sobretudo das crianças e das famílias, podendo igualmente surgir como elemento que necessita de proteção, em virtude dos ataques cometidos pelo homem, nomeadamente com a poluição, mas também com o esgotamento dos recursos naturais. O mar também é perspectivado enquanto *habitat* de várias espécies, pelo que a sua existência só faz sentido neste espaço. Assim, a valorização do contacto lúdico com o mar corresponde a uma diminuição da componente formativa e pedagógica da LI, agora mais circunscrita à questão ecológica e ambiental e menos ao relevo histórico ou simbólico dos feitos dos portugueses, ainda que possam surgir alusões a esse passado, como a presença da estátua do navegador que guia a gaivota em direção ao mar, no conto “Mar à vista”, de António Torrado.

Deste modo, a percepção da evolução e das tendências dominantes resulta sempre de uma leitura pessoal do universo literário que, mesmo se atenta, não consegue incluir todas as produções, até porque uma das tendências da atualidade passa, justamente, pela volatilização da edição, com o surgimento de várias editoras muito pequenas, às vezes próximas do universo da autoedição. Mesmo assim, até em resultado das distinções nacionais e internacionais, é visível a valorização da componente estética do livro infantil, nomeadamente em termos da ilustração e do *design* gráfico, com o livro infantil a aproximar-se cada vez mais do objeto artístico, alargando o universo de destinatários.

## Referências bibliográficas

- GOMES, Alice, *A literatura para a infância*. Lisboa, Torres & Abreu, 1979.
- GOMES, José António, *Sophia, Infância e Apelo do Mar. Elementos para uma leitura da obra para crianças*. Matosinhos, Contemporânea, 2000.
- GOMES, José António; RAMOS, Ana Margarida; SILVA, Sara Reis da, “Panorama Histórico do Teatro para Crianças em Português (século XX)”, in Blanca-Ana ROIG RECHOU,

- Pedro LUCAS DOMÍNGUEZ, Isabel SOTO LÓPEZ (coord.), *Teatro Infantil. Do Texto à Representación*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2007, pp. 123-169.
- GOMES, José António; RAMOS, Ana Margarida; SILVA, Sara Reis da, “Tendências da nova poesia portuguesa para a infância (2000-2008)”, in Blanca-Ana ROIG RECHOU, Isabel SOTO LÓPEZ, Marta NEIRA RODRÍGUEZ (coord.), *A Poesia Infantil no Século XXI (2000-2008)*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2009, pp. 111-137.
- GOMES, José António; RAMOS, Ana Margarida; SILVA, Sara Reis da, “Reescritas do conto tradicional na literatura portuguesa para a infância e juventude (2000-2009)”, in Blanca-Ana ROIG RECHOU, Isabel SOTO LÓPEZ, Marta NEIRA RODRÍGUEZ (coord.), *Reescrituras do Conto Popular (2000-2009)*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2010, pp. 109-124.
- GOMES, José António; RAMOS, Ana Margarida; SILVA, Sara Reis da, “A nova poesia portuguesa para a infância (2000-2008): tendências e presença do mar”, in José António GOMES, Isabel MOCIÑO, Ana Margarida RAMOS, Blanca-Ana ROIG RECHOU (coord.), *Maré de Livros*. Porto, Deriva Editores, 2010, pp. 15-32.
- GOMES, José António, *Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*. Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1998.
- LEMOES, Esther, *A Literatura Infantil em Portugal*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional – Direção Geral da Educação Permanente, 1972.
- MOTA, Cláudia, *Viagem Exploratória pela atual literatura infantil*. Porto, Tropelias & Companhia, 2016
- PIRES, Maria Laura Bettencourt, *História da Literatura Infantil Portuguesa*. Lisboa, Vega, 1983.
- RAMOS, Ana Margarida, “Literatura infantil portuguesa – autores, obras y tendencias”: *Anuario de investigación en literatura infantil y juvenil* 7.2 (2009), pp. 99-116.
- RAMOS, Ana Margarida, “Uma década de produção literária para a infância (2000-2010)”: *Solta Palavra* 17 (2011), pp. 3-10.
- RAMOS, Ana Margarida, *Tendências contemporâneas da literatura portuguesa para a infância e juventude*. Porto, Tropelias & Companhia, 2012.
- RAMOS, Ana Margarida, “6x6: um balanço da literatura infantil portuguesa contemporânea”: *Revista de lengüas y literaturas catalana, gallega y vasca* 20 (2015), pp. 211-222.
- ROCHA, Natércia, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa, ICALP, 1984.
- ROCHA, Natércia, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1992.
- ROCHA, Natércia, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal* (nova edição actualizada até ao ano 2000). Lisboa, Caminho, 2001.
- SILVA, Sara Reis da; RAMOS, Ana Margarida, “Dos piratas e da sua representação na literatura portuguesa para a infância: alguns contributos”: *Boletim Galego de Literatura* 36-37 (2007, pp. 149-167.
- SILVA, Sara Reis da, *Presença e Significado de Manuel António Pina na Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

**LIVRO CIENTÍFICO NAS COLEÇÕES DA BPMP.  
CIÊNCIAS EXATAS, SÉCULOS XVI E XVII<sup>1</sup>**

**SCIENTIFIC BOOKS IN THE OPORTO PUBLIC LIBRARY  
COLLECTIONS. MATHEMATICS AND PHYSICAL SCIENCES  
(16TH AND 17TH CENTURIES)**

*Júlio Manuel Rodrigues Costa<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal contribuir para a divulgação do livro científico no âmbito das ciências exatas (com realce para a matemática, astronomia e demais disciplinas que utilizam fundamentos quantitativos para explicar a realidade ou que incidem na valoração do conhecimento ou do engenho técnico-prático), impresso em

---

<sup>1</sup> Este texto, recentemente atualizado e desenvolvido com dados suplementares, resulta substantivamente de uma comunicação apresentada no I International Workshop “Libraries and the Scientific Book (XV-XVIII centuries): objects, spaces and ideas”, Lisboa, CIUHCT; BNP, 21 janeiro de 2011, assim como de uma palestra proferida no I Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”, Aveiro, UA-DLC/CLLC, 17 novembro de 2015. A investigação e seleção bibliográfica efetuadas foram aproveitadas para a exposição (e folha de sala respetiva) “Da sciencia dos numeros, da medição das distancias, e do pêzo dos corpos celestes”: o livro científico (ciências físico-matemáticas) dos séculos XVI e XVII” que esteve patente ao público nas instalações da Biblioteca Pública Municipal do Porto entre 12 de abril a 31 de agosto de 2018. Agradeço aos dois revisores anónimos que contribuíram, com comentários e sugestões pertinentes, para melhorar o texto.

<sup>2</sup> CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: jmrcosta@gmail.com

prelos quinhentistas e seiscentistas e atualmente preservado nas coleções patrimoniais da Biblioteca Pública Municipal do Porto. A abordagem apresentada privilegia a enumeração e a reflexão de conjunto sobre um núcleo de fontes impressas relevantes para a história da ciência em Portugal e na Europa enfatizando alguns cimélios emblemáticos. Referem-se ainda marcas de posse e antigos possuidores, bem como manifestações de censura literária em alguns destes impressos.

**Palavras-chave:** Livro científico (sécs. XVI e XVII); Antigos possuidores; Censura literária; Biblioteca Pública Municipal do Porto

**Abstract:** The aim of this work is mainly to contribute for information on some scientific books in the field of exact sciences (mathematics, astronomy and other disciplines that use quantitative fundamentals to explain reality or value technical-practical knowledge and ingenuity), printed in the sixteenth and seventeenth centuries and currently belonging to the heritage collections of the Municipal Library of Porto. The approach focuses on a listing and a reflection about a set of relevant printed sources for the history of science in Portugal and Europe, giving emphasis to some representative early modern and rare scientific books. In some of these printed books identifying marks and previous owners are also mentioned, as well as demonstrations of literary censorship.

**Keywords:** Early Modern Scientific Books; Previous Owners; Literary Censorship; Municipal Library of Porto

## 1. Notas prévias

A Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) possui um relevante acervo patrimonial, em quantidade e em qualidade, de diversas tipologias incluindo manuscritos<sup>3</sup>. Numa limitada evasão às balizas cronológicas do presente texto e brevíssima incursão pela “divina arte negra” de finais de Quatrocentos, não será demais recordar que a biblioteca portuense conserva um pequeno mas valioso núcleo de prototipografia<sup>4</sup>, nomeadamente de cariz científico, no qual os textos clássicos greco-latinos estão bem representados. De Aristóteles, por exemplo, refiram-se os *Problemata* (Veneza,

---

<sup>3</sup> Não cabendo no âmbito deste texto, apenas se referirá que a BPMP possui um pequeno mas valioso acervo de manuscritos de natureza científica, versando sobre várias épocas e áreas do conhecimento, certamente merecedor de estudo; não esgotando o tema, uma boa síntese sobre os manuscritos científicos existentes na BPMP poderá ser encontrada em Luís CABRAL, Maria Adelaide MEIRELES, *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Lisboa], INAPA, 1998, pp. 78-81. Sobre a ciência escolástica, nomeadamente na Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, veja-se José MEIRINHOS, “Sacra doctrina, artes liberais e ciência escolástica”, in Agostinho FRIAS, Jorge COSTA, José MEIRINHOS (coords.), *Santa Cruz de Coimbra: a cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média=The Portuguese Culture opened to Europe in the Middle Ages*. Porto, Biblioteca Pública Municipal, 2001, pp. 247-261. Também sobre manuscritos científicos medievos, ou notícias sobre eles, subsistentes na BPMP (provenientes do cenóbio crúzio) e noutras bibliotecas portuguesas, ver Saul António GOMES, “Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas”: *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012), pp. 13-26.

<sup>4</sup> A descrição dos incunábulos conservados na BPMP pode ser consultada na publicação impressa em 2 volumes, editada no âmbito do Inventário do Património Cultural Móvel, coordenada por Maria Valentina C. A. Sul MENDES (org.), *Os incunábulos das bibliotecas portuguesas*. Lisboa, SEC; IBNL, 1995. Permanece ainda atual o estudo introdutório de José V. de Pina MARTINS, “Os incunábulos da Biblioteca Pública Municipal do Porto”, in Narciso de AZEVEDO, *Indicação sumária dos incunábulos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto, BPMP, 1988, pp. 7-14. Todos os paleótipos pertencentes à biblioteca portuense encontram-se referenciados eletronicamente no catálogo público de acesso em linha das Bibliotecas Municipais do Porto – cujo webOPAC pode ser acedido e pesquisado no seguinte URL: <http://bibliotecas.cm-porto.pt/ipac20/ipac.jsp?profile> – e, uma boa parte deles, constam também nos reputados instrumentos internacionais de pesquisa:

– Gesamtkatalog der Wiegendrucke (GW) – <http://www.gesamtkatalogderwiegendrucke.de/GWEN.xhtml>.

– Incunabula Short Title Catalogue (ISTC) – <http://www.bl.uk/catalogues/istc/index.html>.

1488-89) e os *Opera* numa edição em latim (Veneza, 1489), com comentários de Averróis, bem como uma edição aldina em grego (Veneza, 1495-98). A cosmologia estoica manifesta-se no poema astrológico *Astronomicon* (Roma, 1484), de Marcus Manilius. Os grandes enciclopedistas medievais, como Isidoro de Sevilha (*Etymologiae*, Veneza, 1483 e 1493) e Alberto Magno (*De meteoris* e *Physica*, ambos editados em Veneza, 1494-95 e *De coelo et mundo* e *De mineralibus*, igualmente dados à estampa na cidade rainha do Adriático em 1495), estão também presentes na coleção de incunábulo da BPMP. Dos impressos renascentistas, mencionem-se o *De re aedificatoria* (Florença, 1485), de Leon Battista Alberti e, sobretudo, a *editio princeps* da *Summa de arithmetica geometria proportioni et proportionalita* (Veneza, 1494), da autoria de Luca Pacioli, texto fundamental quatrocentista designadamente para o estudo da matemática (álgebra) e contabilidade (método das partidas dobradas ou método veneziano).

O fundo de livro antigo, séculos XVI e XVII, da BPMP é seguramente um dos maiores do país englobando alguns milhares de espécies bibliográficas, entre as quais pontuam livros científicos impressos em prelos portugueses e estrangeiros (maioritariamente), em latim e em vernáculo. Ainda que uma parte destes cimélios seja já conhecida, se bem que esparsamente e por alguns (poucos) investigadores, a generalidade dos impressos quinhentistas e seiscentistas da BPMP permanece desconhecida do grande público. Tal realidade não será alheia ao facto de uma expressiva quantidade destas espécies carecer ainda de processamento bibliográfico e de difusão pública, achando-se apenas referenciadas sucintamente em catálogos manuscritos. Esta lacuna implica necessariamente a exploração local destes instrumentos de pesquisa, num processo algo moroso, por vezes complexo, e pouco amigável no acesso à informação.

Os expressivos progressos verificados nos últimos anos no domínio da conversão retrospectiva têm vindo, paulatinamente, a



colmatar insuficiências ainda existentes neste domínio, promovendo a divulgação destes fundos, quer em suporte gráfico (exposições e catálogos impressos), quer através do catálogo público de acesso em linha, não olvidando também a disponibilização eletrónica de instrumentos de estudo e pesquisa ou mesmo de versões integrais digitalizadas de obras selecionadas<sup>5</sup>. Outro dos méritos deste labor bibliográfico tem consistido na redescoberta, ou mesmo revelação, de alguns cimélios e, também, na desmistificação do estereótipo que associa os fundos de livro antigo da biblioteca portuense exclusivamente (ou quase) a disciplinas da área das humanidades. Neste âmbito, entendi que valia a pena contribuir para a divulgação de um núcleo de livro científico antigo através de uma amostragem que, apesar de tudo, considero significativa de obras quinhentistas e seiscentistas de ciências físico-matemáticas que integram o fundo patrimonial da BPMP.

Ciente das dificuldades de teor epistemológico<sup>6</sup>, circunscrevo o presente trabalho a uma seleção de obras de ciências exatas em

---

<sup>5</sup> Refiram-se, a este propósito e a título de exemplos, a disponibilização eletrónica de um instrumento de pesquisa/referência e de um raro livro quinhentista:  
– António ANDRADE *et alii* (orgs.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto, CMP-BPMP; UA-CLC, 2013. Também disponível em linha: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710\\_ficheiros/BPMP\\_0BAD%20002710.pdf](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710_ficheiros/BPMP_0BAD%20002710.pdf) [Consultado em 12 dez. 2016].

– Bento FERNANDES, *Tratado da arte de Arismetica*. Porto, por Frâncisco Correa, 1555. Também disponível em linha: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/Y1-3-31/Y1-3-31\\_item1/index.html](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/Y1-3-31/Y1-3-31_item1/index.html) [Consultado em 21 set. 2016].

<sup>6</sup> Se hoje em dia assistimos a uma crescente fragmentação e especialização do conhecimento, não obstante as complexas e difusas fronteiras entre muitos ramos do saber, a classificação categorial “ciências exatas” – sem dúvida operativa para efeitos de arrumação e compreensão – é conceptualmente problemática para a época moderna, porquanto é frequente e patente a afinidade, fluidez e correlação entre o conhecimento científico, a filosofia e, mesmo, a religião; como é sabido, muitos “livros científicos” são traduzidos, comentados, glosados ou mesmo escritos por eclesiásticos e muitos dos grandes vultos da ciência da época são, simultaneamente, matemáticos, cosmógrafos, médicos, filósofos, professores universitários e, por vezes, clérigos. Em boa verdade, este tipo de questões relacionadas com a classificação das ciências remonta, pelo menos, à Idade Média como se poderá aquilatar, por exemplo, em José MEIRINHOS, “O sistema das ciências num esquema do século XII

sentido restrito: matemática, astronomia, disciplinas físico-matemáticas e demais matérias correlacionadas que, de algum modo, utilizam fundamentos quantitativos para explicar a realidade ou que incidem na valoração do conhecimento ou engenho técnico-prático; neste sentido, selecionei pontualmente livros de astrologia (pela sua intuitiva conexão com a astronomia), náutica e navegação, arquitetura e ciência militar (quando predomina a vertente matemática), instrumentação e engenhos mecânicos. Qualquer seleção, judiciosa ou discutível, implica necessariamente subjetividade e exclusões; de fora, ficaram genericamente a medicina<sup>7</sup>, as artes, tratados de geografia, a cartografia, atlas e outras espécies de representação cartográfica, relatos de viagens e livros de história natural. Não considere, igualmente, obras na área da filosofia natural aristotélica-escolástica (por exemplo, traduções e glosas aos *libri* de Aristóteles e várias edições e exemplares dos *Commentarii Collegii Conimbricensis*) que está bem representada na biblioteca portuense.

Sem qualquer pretensão de esgotar o assunto e não ousando contrariar as sábias e avisadas palavras de Copérnico no prefácio do *De revolutionibus* – “[...] *Mathemata mathematicis scribuntur*”<sup>8</sup> [...] –, a abordagem que aqui apresento reflete essencialmente a perspectiva do bibliotecário divulgador de fontes documentais e privilegia a enumeração e a visão de conjunto sobre um pertinente núcleo de impressos científicos, quinhentistas e seiscentistas, da BPMP, em

---

no manuscrito 17 de Santa Cruz de Coimbra (Porto, BPM, Geral 21)”: *Medievalista* [Em linha] 7 (dez. 2009). Disponível na [www: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-meirinhos7.htm>](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-meirinhos7.htm) [Consultado em 27 dez. 2016].

<sup>7</sup> Sobre o livro médico renascentista da BPMP, considerado em sentido lato (medicina, matéria médica, botânica e história natural), ver Júlio COSTA, *Arte Médica: breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da BPMP*. Porto, CMP-BPMP; UA-CLC, 2013, pp. 251-270. Separata de: *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Também disponível em linha: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710\\_ficheiros/BPMP\\_0BAD%20002710s11.pdf](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710_ficheiros/BPMP_0BAD%20002710s11.pdf) [Consultado em 7 dez. 2016].

<sup>8</sup> “As Matemáticas escrevem-se para os matemáticos”.

detrimento de aspetos eminentemente técnicos das ciências físico-matemáticas ou de uma análise mais fina da historiografia do livro científico ou da história da ciência. Salvo quando indicado em contrário, todos os autores, títulos e edições mencionados neste texto integram o acervo patrimonial da biblioteca portuense e, muitos deles, encontram-se já processados bibliograficamente no catálogo público de acesso em linha das Bibliotecas Municipais do Porto.

## 2. Tipografia Quinhentista

### 2.1. Portuguesa

Em Portugal, a edição de obras de cariz científico no século XVI foi, como é sabido, exígua<sup>9</sup> o que, aliás, é bem patente nos fundos da BPMP. Com a notável exceção das obras de Pedro Nunes dadas à estampa em prelos nacionais, e que abaixo mencionamos, o conhecimento científico erudito no Portugal de Quinhentos está essencialmente dependente da importação de livros produzidos nos principais centros tipográficos europeus e, não o esqueçamos, da coexistência de uma não despreciada tradição e cultura manuscrita<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Veja-se sobre este tema o estudo de Jorge Borges de MACEDO, *Livros impressos em Portugal no século XVI: interesse e formas de mentalidade*. Paris, FCG, 1975. Sep. de: *Arquivos do Centro Cultural Português*, 9. Para a temática e análise que aqui nos ocupa, são especialmente pertinentes as páginas 204 e 215-218. Vários catálogos entretanto publicados por diversas bibliotecas portuguesas, recenseando impressos científicos quinhentistas de produção tipográfica nacional, têm confirmado genericamente muitos dados apresentados neste estudo alicerçado, por seu turno, na canónica *Bibliografia* de Anselmo. Globalmente e excetuando as “lições impressas” destinadas ao ensino universitário, apenas terão sido impressas nos prelos portugueses de Quinhentos não muito mais do que cerca de 50 publicações, entre astrologia e “reportórios de tempo”, astronomia, matemática, artes e técnica, que corresponderão, no máximo, a aproximadamente 2,5% do total do universo estimado de obras impressas em Portugal no século XVI.

<sup>10</sup> Sobre este aspeto pertinente, mas frequentemente negligenciado, vejam-se Ana Isabel BUESCU, “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época

Apesar da revolução epistemológica que anunciava o fim dos tempos medievais e o início da modernidade trazida pelos Descobrimentos e Expansão ibérica, ainda permaneceram gostos e modas do passado coexistindo com a novidade. O interesse pela astrologia (abarcando um certo revivalismo astrológico) e a sua popularidade são uma realidade no século XVI português, pelo menos nos meios sociais de baixos níveis educacionais, como se constata através de publicações alusivas (prognósticos, reportórios dos tempos, etc.) em vernáculo que anunciavam não só os signos do zodíaco e o calendário, mas também as divisões do tempo, épocas e requisitos de sementeiras e indicações dos dias das festas religiosas móveis. Refiram-se, neste domínio, o famoso *Reportório dos tempos* de Andrés de Li, autêntico *best-seller* da época, de que se conhecem, pelo menos, oito edições neste século (a da BPMP data de 1570) e as *Chronographia ou Reportorio dos tempos* de Jerónimo de Chaves (Lisboa, 1576) e de André de Avelar (Lisboa, 2.<sup>a</sup> edição de 1590 e 3.<sup>a</sup> edição de 1594)<sup>11</sup>, também presentes na biblioteca portuense. Paralelamente a esta literatura de pendor mais popular e direcionada para um mercado leigo e das edições eclesiásticas do *Kalendarium Gregorianum perpetuum*, os prelos nacionais dão à estampa outro tipo de publicações de cariz erudito, destacando-se, entre estas e sem qualquer dúvida, as obras de Pedro Nunes<sup>12</sup>.

---

Moderna: uma sondagem”: *Penélope: revista de história e ciências sociais* 21 (1999), pp. 11-32 e Fernando J. BOUZA ÁLVAREZ, *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid, Marcial Pons, 2001.

<sup>11</sup> Uma interessante síntese comparativa entre os Reportórios de Chaves e Avelar pode ser analisada em Adalgisa Botelho da COSTA, “O Reportório dos tempos de André do Avelar e a história da astrologia em Portugal no séc. XVI”, in R. A. MARTINS *et alii* (eds.), *Filosofia e história da ciência no Cone Sul, 3.º Encontro*. Campinas, SP, AFHIC, 2004, pp. 1-7. Disponível na www: <<http://www.ghtc.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/01-Adalgisa-Botelho-Costa.pdf>> [Consultado em 11 nov. 2016]. Da mesma autora e com um título similar, veja-se, também em linha, a sua dissertação de mestrado no seguinte URL: <http://www.ghtc.usp.br/server/Teses/Adalgisa-Botelho-da-Costa.pdf>.

<sup>12</sup> Registe-se, a propósito, o relevante projeto de publicação das obras completas de Pedro Nunes, numa edição moderna, com tradução cuidada e extensas anotações,

O insigne matemático e cosmógrafo-mor do Reino encontra-se muito bem representado nas coleções da BPMP com a primeira edição, de 1537, do *Tratado da Sphera* (figura 1) (reunindo trabalhos originais e traduções acompanhadas de comentários); a segunda edição, de 1571, do *De erratis Orontii Finaei* (opúsculo que refuta com elevado nível científico a alegada resolução, por Orôncio Fineu, dos três famosos problemas da geometria elementar); o *De crepusculis* (obra que o projetou internacionalmente como astrónomo), na sua segunda edição de 1571; o *De arte atque ratione nauigandi* (para muitos estudiosos, a sua mais importante obra científica e a melhor sobre ciência e navegação escrita até à sua morte), impressa em Coimbra por António Mariz em 1573; e, ainda, publicado em castelhano no ano de 1567, em Antuérpia, o *Libro de algebra en arithmetica y geometria* (talvez a obra tecnicamente mais rigorosa e metódica do sábio salaciense, tendo sido conhecida e citada nos meios científicos europeus do seu tempo).

No domínio da matemática aplicada e concretamente na aritmética comercial, registe-se a existência da raríssima edição do *Tratado da arte de Arismetica* (Porto, 1555), escrita em vernáculo pelo mercador portuense Bento Fernandes com o propósito de divulgar os seus conhecimentos de “[...] regras sutilezas e perguntas de todo o género de conta e rezom [...]”; um testemunho do estágio de desenvolvimento da álgebra em Portugal em meados do século XVI e, simultaneamente, da afirmação de uma nova mentalidade mercantil e legitimação de um grupo social<sup>13</sup>.

---

numa meritória iniciativa editorial da Academia de Ciências de Lisboa, apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, com a coordenação científica de Henrique Leitão *et alii*. Sendo a bibliografia noniana já bastante extensa, mencione-se também a excelente fonte referencial em suporte eletrónico: PORTUGAL, Biblioteca Nacional de, *Pedro Nunes, 1502-1578* [Em linha]: *nouas terras, nouos mares, e o que mays be: nouo ceo e nouas estrellas* [Tít. do ecrã de apresentação]. Lisboa, B.N., 2002. Disponível na [www: <http://purl.pt/40/1/index.html>](http://purl.pt/40/1/index.html) [Consultado em 29 jan. 2017]. Versão homónima em suporte impresso também disponível (ISBN 972-565-344-0).

<sup>13</sup> Trazendo a lume novos informes e perspetivas sobre Bento Fernandes – dados biográficos, atividade comercial e inserção deste destacado mercador portuense em redes

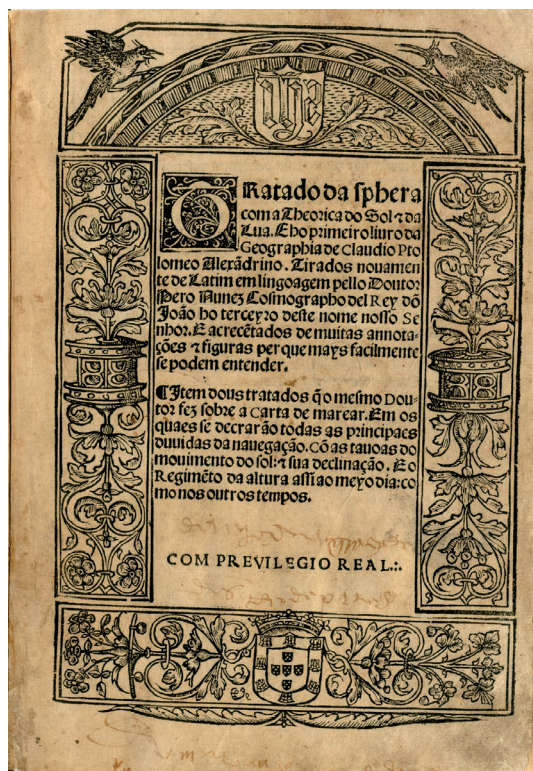


Figura 1 – Pedro Nunes (1502-1578), *Tratado da sphaera...*  
Lisboa: Germão Galharde, 1537. BPMP Y1-3-10

## 2.2. Estrangeira

É, sobretudo, além Pirenéus que emergem os novos contributos para a renovação científica. Paralelamente às obras clássicas ou

---

familiares, sociais e comerciais (*nacionais e internacionais*) –, veja-se o trabalho de Amândio Jorge Morais BARROS, *Os negócios e a aritmética: Bento Fernandes e as redes cristãs-novas do Porto no século XVI*. Porto, CMP-BPMP; UA-CLC, 2013, pp. 51-74. Separata de: *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Especificamente sobre o conteúdo algébrico do *Tratado da arte de arismetica*, impresso no Porto em 1555, cf. o estudo de Maria do Céu SILVA, “The algebraic content of Bento Fernandes's *Tratado da arte de arismetica* (1555)”: *Historia Mathematica* 35, 3 (2008), pp. 190-219.

de âmbito mais enciclopédico das *auctoritates* (como Aristóteles, Diofanto, Boécio, Isidoro de Sevilha...), de que existem exemplares nos fundos da BPMP, pontuam também textos científicos de cariz erudito, objeto de traduções, anotações, comentários e epítomes, entre os quais o *Almagesto* de Ptolomeu e os *Elementos* de Euclides, obras tecnicamente complexas e emblemáticas para a história da ciência.

O *Almagesto* de Ptolomeu canonizou o sistema cosmológico geocêntrico e foi, sem dúvida, o tratado de astronomia mais influente até à aceitação e difusão da teoria heliocêntrica de Copérnico. Possui a BPMP a edição do *Almagesto* com texto em grego, editada por Simon Grynaeus e impressa por Johannes Walderus (Basileia, 1538), bem como um epítome latino inserto nos *Opera omnia* de Ptolomeu também editada em Basileia, em 1541, na oficina tipográfica de Henricum Petrum. Os *Elementos* de Euclides, muito utilizados no ensino universitário, foram reconhecidamente uma obra fundamental no desenvolvimento e história da matemática; desta obra, descortinamos na BPMP algumas edições latinas realçando a de Paris de 1516 (editada por Lefèvre d'Étaples e comentada por Bartolomeu Zamberto), a de Basileia de 1537 e a de Roma de 1589 (comentada por Christopher Clavius). A aplicação prática da geometria euclidiana à arte (pintura, desenho, gravura), assim como o ensino dos princípios da perspetiva, estão bem patentes na primeira edição latina da obra de Albrecht Dürer, *Institutiones geometricae*, impressa em Paris, em 1532.

Em termos de textos de pendor mais técnico no domínio da astronomia, para além dos dois grandes tratados científicos acima mencionados, conservam-se na biblioteca portuense relevantes *post-incunabula* como o *Elucidatio Fabricae Ususque Astrobabii* (Oppenheim, 1512-1513) de Johann Stöffler, a edição veneziana de 1518 [i.e., 1521], com o cânone de Petrus Liechtenstein, das famosas Tábuas Afonsinas, e o *De motu octavae sphaerae* (Nuremberga, 1522) de Johann Werner. O eminente matemático e astrónomo



Johannes Regiomontanus está representado pela obra *De triangulis omnimodis* (Nuremberga, 1533), e de Georg Peurbach existe na BPMP o importante texto *Theoricae nouae planetarum*, publicado juntamente com uma edição do *Sphaerae tractatus Ioannis de Sacro Busto...* (Veneza, 1531) e também numa edição autónoma (Paris, 1557). Os livros alusivos à “ciência da esfera” e, particularmente, sobre o muito difundido tratado de Sacrobosco pontuam em várias edições, glosas e traduções. Em suma: nos fundos patrimoniais da BPMP podemos encontrar textos fundamentais, quase sempre em dispendiosas edições *in-folio*, associados ao ensino tradicional do *quadrivium*: os *Problemas Mecânicos* de Aristóteles, o *Almagesto* de Ptolomeu, os *Elementos* de Euclides, a *Esfera* de Sacrobosco, as *Teóricas* de Purbáquio.

De pendor eminentemente didático, apresentando abundantes ilustrações e incluindo com frequência diagramas móveis, as cosmografias conhecem grande divulgação no século XVI, como atestam múltiplas edições, em latim e em vernáculo, deste tipo de publicação. A BPMP possui três edições (Antuérpia, 1544, 1548 e 1564, respetivamente em francês, castelhano e latim) da famosa e muito divulgada *Cosmographia* de Petrus Apianus anotada, comentada e corrigida por Gemma Frisius; a edição latina de 1564 apresenta a particularidade de conter (no verso da página de rosto e no colofão) duas pequenas composições do poeta novilatino e humanista português Diogo Pires. Da autoria do próprio Gemma Frisius, refiram-se também dois importantes títulos igualmente impressos em Antuérpia: *De principiis Astronomiae & Cosmographiae...* (1553) e *De astrolabo Catholico...* (1556).

Ainda uma menção para duas relevantes obras de autores portugueses impressas em prelos parisienses: referimo-nos ao *Liber de triplici motu* (Paris, 1509) de Álvaro Tomás, reputado mestre no Collège de Coqueret da Universidade de Paris, que “apresenta uma análise abrangente e sofisticada da teoria das proporções e

da ciência do movimento da sua época”<sup>14</sup>, e à obra do humanista português Diogo de Sá, *De nauigatione libri tres* (Paris, 1549)<sup>15</sup> que, analisando dois estudos do matemático Pedro Nunes, ousou expor algumas críticas às teorias do cosmógrafo-mor do Reino.

Aqui chegado, é incontornável enfatizar o livro emblemático da denominada “revolução científica” do século XVI, *De revolutionibus orbium coelestium* (figura 2), de Nicolau Copérnico; conserva a BPMP a preciosa *editio princeps* de Nuremberga, de 1543, bem como a segunda edição de Basileia, de 1566, circunstância raríssima mesmo em bibliotecas além-fronteiras. Já muito foi dito sobre este livro, considerado um dos mais importantes legados científicos e culturais em toda a história da humanidade<sup>16</sup>. Obra tecnicamente

---

<sup>14</sup> Para além de evidenciar o domínio das técnicas de cálculo, este livro alcança ainda resultados notáveis no estudo e soma de séries infinitas. Tradução e adaptação nossa a partir da *Introduction* do sítio web, elaborado por H. Leitão e S. Gessner, dedicado a “Alvarus Thomas and his 'Liber de triplici motu' (Paris 1509)” [URL: <http://detruplicimotu.wordpress.com/>] que, entre outra informação pertinente, compila um importante conjunto de fontes primárias e secundárias incluindo um completo *census* de exemplares conhecidos mundialmente, entre os quais pontua o da biblioteca portuense (BPMP Y1-3-40).

<sup>15</sup> Para uma visão global sobre os textos de Diogo de Sá e, especificamente, o *De nauigatione libri tres*, vejam-se Ana Cristina da Costa GOMES, *Diogo de Sá: os horizontes de um humanista*. Lisboa, Prefácio, 2009 e o estudo de Luís de ALBUQUERQUE, *Pedro Nunes e Diogo de Sá*. Lisboa, Academia das Ciências, 1976-77, pp. 339-357. Separata de: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe de Ciências, t. 21.

<sup>16</sup> Sobre a obra-prima de Copérnico, a sua vida e importância para a história da ciência, já muito foi dito e escrito; sendo a bibliografia copernicana extensíssima no que concerne a impressos, remetemos para as já clássicas obras de Owen GINGERICH:

– *An annotated census of Copernicus' De revolutionibus (Nuremberg, 1543 and Basel, 1566)*. Leiden, Brill, 2002.

– *The book nobody read: chasing the revolutions of Nicolaus Copernicus*. New York, Walker, cop. 2004.

Relativamente a fontes de informação eletrónica refiram-se, por exemplo: o manuscrito autógrafo do *De revolutionibus*, conservado na Biblioteca da Universidade Jagielloniana de Cracóvia, Polónia [<http://jbc.bj.uj.edu.pl/dlibra/doccontent?id=858>]; uma página web dedicada ao célebre astrónomo, elaborada pela Universidade de Bona, Alemanha [[http://www.astro.uni-bonn.de/~pbrosche/persons/pers\\_copernicus.html](http://www.astro.uni-bonn.de/~pbrosche/persons/pers_copernicus.html)]; uma biografia de Copérnico e extensa lista de referências bibliográficas e outras informações pertinentes, compiladas pela Universidade de St. Andrews, Escócia [<http://www-history.mcs.st-andrews.ac.uk/Biographies/Copernicus.html>]. Sobre os dois exemplares BPMP do *De revolutionibus* (1543 e 1566) ver Júlio COSTA, “Documentos de Copérnico na BPMP”: *O Tripeiro* 7, 6 (2018), pp. 180-181.

complexa, o legado da teoria copernicana teria sobretudo repercussões no século seguinte, não obstante ter sido conhecida nos círculos de especialistas de astronomia e matemática de Quinhentos.

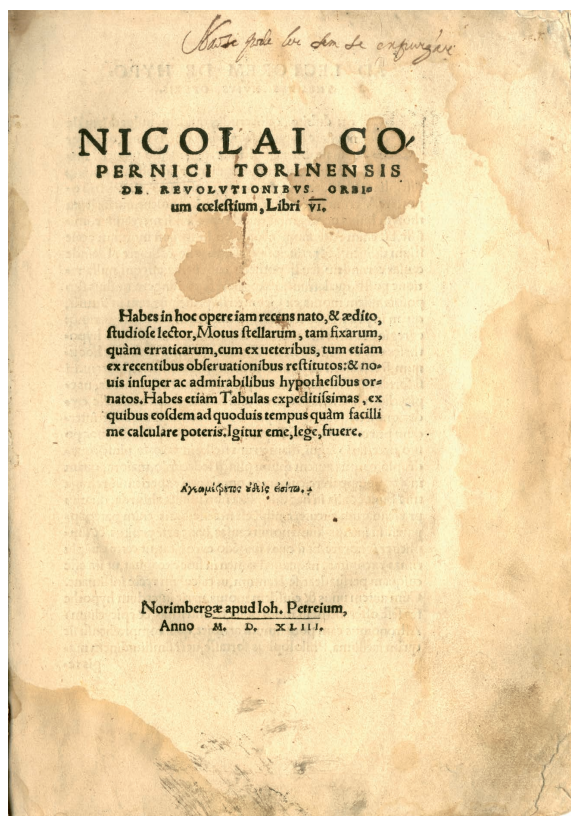


Figura 2 – Nicolau Copérnico (1473-1543), *De revolutionibus orbium coelestium*... Nuremberga: Ioh. Petreium, 1543. BPMP RES-XVI-B-45

Pedro Nunes denota conhecer a obra apesar de não defender o heliocentrismo, e Jerónimo Muñoz (*Institutiones Arithmeticae ad percipiendam Astrologiam et Mathematicas facultates necessariae*, Valência, 1566) foi um dos primeiros astrónomos hispânicos a defender o sistema enunciado por Copérnico. A primeira aplicação das coordenadas copernicanas num atlas celeste veio a ser

concretizada por Giovanni Paolo Gallucci, em 1588, com a publicação em Veneza do *Theatrum mundi, et temporis...*, verdadeiro compêndio do conhecimento astronômico da época e visualmente muito atraente nas suas belíssimas ilustrações (destacando-se um conjunto de 48 mapas com as constelações ptolomaicas e uma coleção de figuras mitológicas) e engenhosas *volvelles* ou diagramas circulares móveis.

A crença na tecnologia para responder a problemas do cotidiano inclui, entre outros aspetos, a construção de máquinas e engenhos mecânicos que ultrapassassem as limitações da força humana ou que resolvessem problemas no domínio da técnica militar e arte da guerra. É neste âmbito lato que se podem enquadrar a tradução latina de Francesco Barozzi do texto clássico de Hierão de Alexandria, *Liber de machinis bellicis, necnon Liber de geodaesia* (Veneza, 1572) e, sobretudo, o famoso *Theatre des instrumens mathematiques et mechaniques* (Lyon, 1578) do matemático e “engenheiro” Jacques Besson, obra profusamente ilustrada com engenhos e instrumentos que integram tecnologias de complexa execução para a época; paralelamente a algumas fantasias e especulações mecânicas, são apresentadas propostas ensaiadas e funcionais.

Uma última menção para o impresso, em formato *in-4°* oblongo e muito ilustrado, *Diarium nauticum itineris Batavorum in Indiam Orientalem...* (Paris, 1598, registando-se aqui que a edição conservada na BPMP será uma rara variante da obra impressa em Arnhem também em 1598), da autoria de Cornelius de Houtman, que se serviu de dados e informes de Linschoten, de informações náuticas e comerciais obtidas presencialmente em Lisboa, bem como da experiência vivenciada na primeira e atribulada expedição holandesa às Índias Orientais (1595-1597). Este itinerário náutico simboliza, de certo modo, o fim do monopólio português no Oriente, a decadência da Rota do Cabo lusa e o início da hegemonia comercial das Províncias Unidas.

### 3. Tipografia Seiscentista

#### 3.1. Portuguesa

A popularidade da astrologia e da astronomia continuam no Portugal de Seiscentos. A literatura sobre fenómenos astronómicos, como a aparição de cometas, suscitava um interesse generalizado a que os livreiros nacionais procuravam corresponder em tempo útil. São exemplos desta literatura os opúsculos *Tratado dos cometas que appareceram em Novembro passado de 1618*, de Manuel Bocarro Francês<sup>17</sup> e o *Discurso sobre los dos cometas que se vieron por el mes de Nouiembre del año passado de 1618*, de Pedro Mexia, ambos impressos por Pedro Craesbeeck em 1619, assim como a obra de António Pimenta, *Sciographia da nova prostimasia celeste & portentoso cometa do anno de 1664*, impressa em 1665 na oficina tipográfica de Domingos Carneiro.

Num âmbito mais erudito, releve-se a *Chronografia: repertorio dos tempos...*(figura 3), de 1603, do matemático e cosmógrafo torrejano Manuel de Figueiredo, texto com curiosas ilustrações e com evidente interesse científico, designadamente para a instrumentação náutica, porquanto é o primeiro impresso português que apresenta uma descrição detalhada da balestilha e do processo de Werner, conforme evidenciou Luís de Albuquerque<sup>18</sup>. A ambiciosa e extensa enumeração, em complemento de título, das partes constituintes desta obra é bem elucidativa do seu conteúdo:

---

<sup>17</sup> Um estudo sobre esta obra (incluindo o fac-símile) e o seu autor poderá ser consultado em Henrique LEITÃO, *Manuel Bocarro Francês e o Tratado dos cometas de 1618*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

<sup>18</sup> Luís de ALBUQUERQUE, *Instrumentos de navegação*. Lisboa, CNCDP, 1988, pp. 19-20.

[...], esphera, cosmographia & arte de navegação, astrologia rustica & dos tempos & prognosticação dos eclipses, cometas & sementeiras, o calendario romano co[m] os eclyses ate 630 & no fim o uso & fabrica de balhestilha & quadrante gyometrico com hum tratado dos relógios [...].

Sublinhe-se, ainda, um aspeto singular que considero ser praticamente desconhecido e merecedor de ênfase: este é também o único caso que conheço da existência de uma *volvelle* em tipografia portuguesa até ao dealbar do século XVII. No final da obra, num fólio sem texto e não numerado, estão impressas duas figuras ou peças com o fito de serem recortadas e montadas na “roda” existente no verso do fólio 113 (figuras 4 e 5). Deste modo, ficaria operacional um diagrama móvel (cujas respetivas “instruções de montagem e utilização” são descritas no fólio 114, reto e verso), ainda que algo incipiente como reconhece implicitamente o próprio autor num sensato conselho: “[...] As pessoas curiosas mandarao fazer este instrumento de metal q saira mais serto que em papel [...]”. Um autêntico e inédito propósito de *bricolage avant la lettre* na tipografia seiscentista portuguesa<sup>19</sup>.

A *Summa astrologica...*, de 1632, do astrónomo português António de Nájera, compila as primeiras menções ou conjunto de observações sobre o que hoje denominaríamos de previsões meteorológicas. Apresenta também correspondências dos signos e meses solares ocidentais com os meses lunares hindus. Quatro anos antes, em 1628, o mesmo Nájera foi autor da notável obra

---

<sup>19</sup> Em respaldo a esta asserção registre-se que, no exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (com a cota R-73-15), o diagrama móvel encontra-se completamente montado no f. 113v. Aproveito este ensejo para assinalar que, sobre este assunto, pude beneficiar de profícua troca de impressões e preciosos informes oportunamente facultados pelo Livreiro-Antiquário Pedro de Azevedo, a quem manifesto o meu reconhecido agradecimento.



CHRONOGRAPHIA

# REPORTO-

RIO DOS TEMPOS, NO

QUAL SE CONTEM VI. PAR-

TES, I. DOS TEMPOS: *ESPERA,*

*Cosmographia, & arte da navegação, Astrologia rus-*

*tica, & dos tempos, & pronosticação dos eclipses, co-*

*metas, & sementeiras. O calendario Romano, cõ*

*o eclipses ate 630. E no fim o uso, & fabrica*

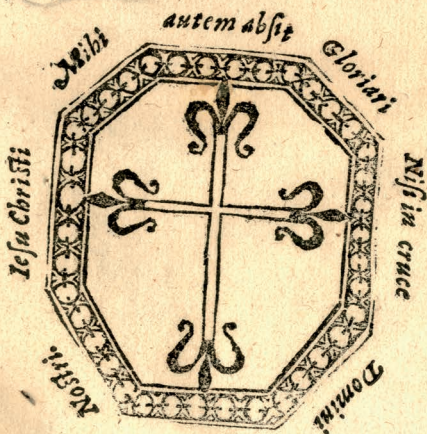
*da balbestilha, & quadrante gome-*

*trico, com hum tratado dos*

*Relogios.*

COMPOSTO POR MANOEL

de Figueiredo natural de Torres Novas.



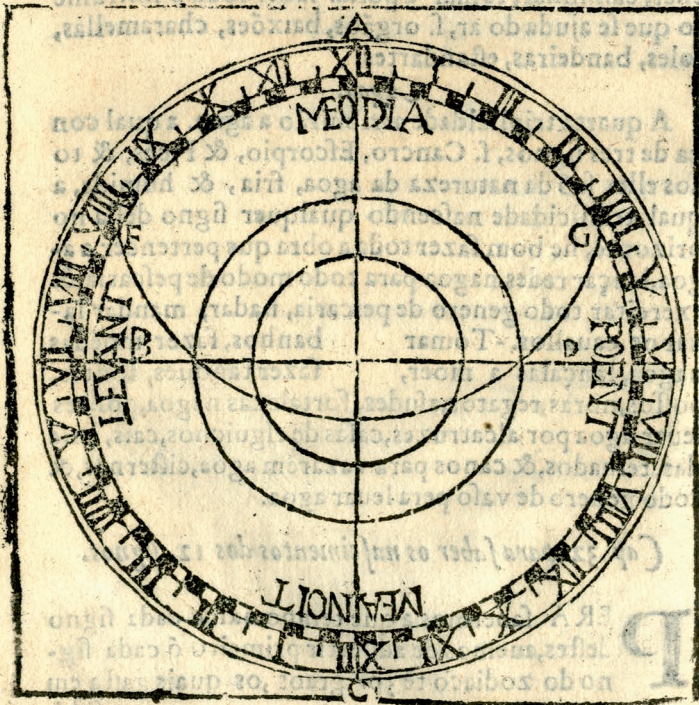
Empresso com licença em Lisboa por Jorge Rodriguez,  
a custa de Pero Ramires. Anno de 1603.

Figura 3 – Manuel de Figueiredo (1568-1630), *Chronographia: reportorio dos tempos, no qual se contem...* Lisboa: por Jorge Rodriguez: a custa de Pero Ramires, 1603. BPMP RES-XVII-A-274



*Segunda parte.*

subir pello orizonte perto de 2. hor. pouco mais, ou menos, estes nascê todos os dias, q̄ como estão 12. sign. no zodiaco, & todos elles dā húa volta á terra cō o movimento do primeiro mobil, necessariamente todos elles em 24. hor. hão de subir sempre o orizôte, o q̄ se saberà pello instrumento seguinte, o qual he composto para a altura de 39. gr. & pode mui bem seruir para todo Portugal, & pera outras alturas, pondo sempre 10. graos do signo no orizonte para nos justificarmos de sua estancia, ou accensão nelle.



A roda

Figura 4 – Idem, f. 113v – “A roda”



Figura 5 – Idem, f. não numerado no final do volume [contendo duas figuras ou peças para recortar e montar na “roda” do f. 113v, operacionalizando assim o “instrumento” ou diagrama móvel]

*Navegacion especulativa y practica*<sup>20</sup>; como refere Leitão<sup>21</sup>: “[...] É uma obra de um mundo intelectual marcadamente diferente do da náutica quinhentista; um mundo intelectual no qual a consideração de que a navegação é uma disciplina matemática é já uma evidência [...]”. A referência, nesta obra, a autores modernos como Copérnico e Tycho Brahe atesta a erudição de Nájera e comprova a sua atualização relativamente às ciências matemáticas da época.

António Carvalho da Costa, padre, geógrafo e astrónomo, habitualmente conhecido pela sua *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, foi também o autor da *Via astronomica*, em duas partes editadas em Lisboa (a primeira foi publicada no ano de 1676 e a segunda no ano seguinte). A título de mera curiosidade, o *Dicionário Houaiss* regista a primeira menção do vocábulo “logaritmo” em língua portuguesa precisamente nesta obra de Carvalho da Costa. Do mesmo autor foi publicada, no ano de 1683, a *Astronomia methodica...*; no prefácio desta obra e num esclarecimento dirigido ao leitor, Carvalho da Costa menciona “[...] os Ptholomeos, os Copernicos, os Thicos Brahes, os Logomontanos, os Ricciolios, os de Chales, & outros infinitos [...]”, mas ao longo do tratado é implícito o seu apoio ao modelo geocêntrico.

A náutica especulativa ou navegação teórica, cujos princípios foram delineados no século precedente por Pedro Nunes, tornara-se já uma disciplina técnico-científica reconhecida. A obra do cosmógrafo-mor, também engenheiro-mor do Reino, Luís Serrão

---

<sup>20</sup> Acerca desta obra, veja-se o estudo de Luís de ALBUQUERQUE, *Uma tradução portuguesa da “Navegacion especulativa” de António de Naiera*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990. Separata de: *Revista Prelo* 6 (1985).

<sup>21</sup> Henrique LEITÃO, “Ars e ratio: a náutica e a constituição da ciência moderna”, in Maria Isabel VICENTE MAROTO, Mariano ESTEBAN PIÑEIRO (coords.), *La Ciencia y el Mar*. Valladolid, [s.n.], 2006, p. 206. Disponível na [www: <http://pedronunes.fc.ul.pt/artigos,%20livros/H%20Leitao\\_ars%20e%20Ratio.pdf>](http://pedronunes.fc.ul.pt/artigos,%20livros/H%20Leitao_ars%20e%20Ratio.pdf) [Consultado em 16 dez. 2016].



Pimentel, *Arte pratica de navegar...*, impressa em 1681, já após a sua morte e a diligências do seu filho Manuel Pimentel (igualmente cosmógrafo), não sendo propriamente inovadora relativamente, por exemplo, à *Navegacion especulativa* de Nájera, teve o mérito de consolidar a matematização da náutica incluindo noções de trigonometria. Do mesmo autor, mas agora na qualidade de engenheiro-mor, detém a BPMP possivelmente a sua obra mais emblemática e o tratado fundador da arquitetura militar portuguesa; com efeito, o *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares & irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a Architectura Militar...*, impresso na oficina craesbeeckiana em 1680, aliou à sólida reflexão teórica, incluindo o ensino técnico e científico, o trabalho de acompanhamento no terreno das edificações militares. A produção escrita (manuscrita e impressa) e o trabalho exercido por Luís Serrão Pimentel<sup>22</sup> constituíram certamente um magnífico exemplo da articulação entre teoria e prática tão fomentada pelos representantes da ciência moderna no decurso do século XVII.

O livro em vernáculo mais difundido em Portugal consagrado à aritmética, *Tratado da pratica de arismetica* de Gaspar Nicolás, está representado na BPMP por duas (1607 e 1613) das suas várias

---

<sup>22</sup> Sobre a vida e obra de Luís Serrão Pimentel, vejam-se os seguintes trabalhos académicos: Jayme Ferrer de CARVALHO, *Luís Serrão Pimentel, o método lusitano e a fortificação* [Texto policopiado]. Lisboa, [s.n.], 2000 (dissertação de mestrado, Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada); Nuno Alexandre Martins FERREIRA, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679)* [Texto policopiado]: *cosmógrafo mor e engenheiro mor de Portugal*. Lisboa, [s.n.], 2009 (dissertação de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa). Também disponível em linha: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/467/1/21222\\_ulfl071218\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/467/1/21222_ulfl071218_tm.pdf)> [Consultado em 19 dez. 2016]. Registem-se ainda, no âmbito dos 400 anos sobre o nascimento desta figura cimeira da ciência portuguesa do século XVII, uma exposição ([http://www.bnportugal.pt/images/stories/agenda/2014/serrao\\_pimentel.pdf](http://www.bnportugal.pt/images/stories/agenda/2014/serrao_pimentel.pdf)) e um colóquio ([http://www.bnportugal.gov.pt/images/stories/agenda/2013/coloquio\\_serrao\\_pimentel.pdf](http://www.bnportugal.gov.pt/images/stories/agenda/2013/coloquio_serrao_pimentel.pdf)) que tiveram lugar, em 2013 e 2014, na Biblioteca Nacional de Portugal.

edições<sup>23</sup>; neste âmbito da aritmética comercial<sup>24</sup>, a biblioteca possui também a obra *Flor da Arismética Necessária...*, de 1624, de Afonso de Vilhafanhe. No domínio da geometria elementar, refira-se a obra didática do padre jesuíta Inácio Stafford, *Elementos mathematicos*, de 1634, abundantemente ilustrada com figuras geométricas.

A preocupação e o interesse com calamidades e catástrofes naturais (inundações, terramotos, etc.), muitas vezes reforçadas, no nosso país, por uma certa vertigem messiânica, estão presentes em obras como: *Relaçam verdadeira do lastimoso sucesso de Seuilba, com as enchentes das agoas neste mez de Ianeiro de 1626* (Lisboa, 1626?), *Relaçam dos terramotos socedidos em a cidade de Traina, no reyno da Sicilia, este anno de 1643 & dos effeytos que causaram em as circunvisinbas* (Lisboa, 1644) e *Carta sobre hum horrivel e espantoso terremoto, que succedeo em Napoles* (Lisboa, 1688).

### 3.2. Estrangeira

A exemplo do que ocorreu no século precedente continuam a publicar-se em Seiscentos obras direcionadas ao apoio à atividade comercial, a maioria de matemática aplicada, de que são exemplos o *Libro de arithmetica especulativa, y práctica, intitulado eldorado contador...* (Sevilha, 1603), a *Segunda parte de la Cúria*

---

<sup>23</sup> Além da primeira edição de 1519, de que apenas se conhece mundialmente um único exemplar (<http://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0223.0>) pertencente ao Fundo Antigo da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, esta obra foi sem dúvida muito divulgada em Portugal conhecendo, pelo menos, dez edições ao longo do século em que foi escrita e nos dois seguintes.

<sup>24</sup> Todos estes livros de “matemática aplicada”, a exemplo de outros textos similares dos séculos XVI-XVII, são bons indicadores da realidade socioeconómica da época porquanto incidem fundamentalmente sobre problemas e questões práticas da vida dos negócios e das necessidades dos mercadores, raramente fazendo referência a questões teóricas da matemática. Ver, por todos, A. A. Marques de ALMEIDA, *Aritmética como descrição do real (1519-1679): contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. [Lisboa], CNCDP; INCM, imp. 1994. 2 vols.

*Filípica donde se trata Breue y compendiosamente de la Mercancia y Contratacion de tierra y mar, util y provechoso para Mercaderes, Negociadores...* (Madrid, 1619) e a obra *L'art des lettres de change, suivant l'usage des plus célèbres places de l'Europe...* (Paris, 1693).

A apetência pelo conhecimento vernacular e pela formação prática em técnicas náuticas estão bem patentes na abundante literatura sobre navegação da qual a muito difundida e traduzida *Arte del Navigare*, de Pedro de Medina, aqui presente numa edição veneziana de 1609, constitui um conhecido e elucidativo exemplo entre outros (*Regimiento de navegacion...* e *Libro de instrumentos nuevos de Geometria...*, ambos de García de Céspedes e impressos em Madrid em 1606) que poderia aqui aduzir. A construção naval consolida e desenvolve os expressivos desenvolvimentos registados no século anterior no que concerne à tecnologia aplicada às embarcações. Tecnologia que, em terra firme, prossegue o seu caminho na Europa de Seiscentos. Um raro e precioso testemunho iconográfico da tecnologia renascentista em termos de máquinas, engrenagens e engenhos mecânicos (prelos, rodas de água, fontes, cabos, polias e pesos aplicados em sistemas de elevação, pontes móveis, etc.), pode ser vislumbrado nas estampas que compõem o exemplar BPMP do *Theatri machinarum...* (Leipzig, 1613-1614), de Heinrich Zeising.

Retornando ao primado da astronomia, refiram-se duas obras de Tycho Brahe, *De mundi aetherei recentioribus phaenomenis liber secundus* (Frankfurt, 1610, colofão Praga, 1603) e *Epistolarum astronomicarum libri* (Uraniburgo, 1610, colofão 1596); esta última reúne um conjunto de correspondência científica que o astrónomo dinamarquês trocou com alguns dos mais consagrados cientistas do seu tempo; nas páginas 83-84 desta publicação e numa carta de Christophorus Rothmanus a Brahe, datada de 2 de outubro de 1587, encontra-se uma referência a Pedro Nunes e à sua obra *De crepusculis*. Não descortinamos nos fundos da BPMP qual-

quer obra de um dos grandes artesãos da revolução astronómica, Johannes Kepler, o que é uma lacuna importante a assinalar e para a qual não encontramos explicação plausível. O facto de este autor constar do índice censório e expurgatório de 1624 (*Index auctorum dammatae memoriae*) não será justificação bastante, porquanto outros autores e obras constantes deste rol podem ser encontrados no acervo da biblioteca portuense; de igual modo, não tem fundamento a ideia de que os livros de Kepler não chegaram ou circularam em Portugal, como se poderá constatar pelas várias edições existentes na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca da Ajuda.

Na Península Itálica e logo a partir dos finais da primeira década de Seiscentos, as observações telescópicas de Galileu, contribuem para delinear, de forma progressiva mas inexorável, uma nova visão do Universo, que começa a ser percecionado como um espaço infinito. A publicação em 1610 do *Sidereus Nuncius* – não existente na BPMP – constituiu um verdadeiro sucesso editorial e consagrou desde logo Galileu que, porém, não conseguiu evitar diversas polémicas com personalidades da época e com alguns poderes instituídos. No seu *Discorso intorno alle cose, che stanno in su l'acqua, o che in quella si muovono* (Florença, 1613) sustenta que os corpos flutuam ou afundam na água segundo o seu peso específico e não segundo a sua forma, e alude já às manchas solares que viriam a dar origem a uma publicação específica e a polémica associada; no livro *Dialogo... sopra i due massimi sistemi del mondo Tolemaico, e Copernicano* (Florença, 1632) (figura 6) apoia claramente a teoria heliocêntrica de Copérnico, o que esteve na origem do célebre processo movido pelo Santo Ofício. Alguns anos volvidos sobre a sua morte ocorre a publicação de *Opere di Galileo Galilei...* (Bolonha, 1655-56), coletânea que reúne em 2 volumes a maioria dos seus trabalhos e que conheceu ampla difusão junto da comunidade científica da época.



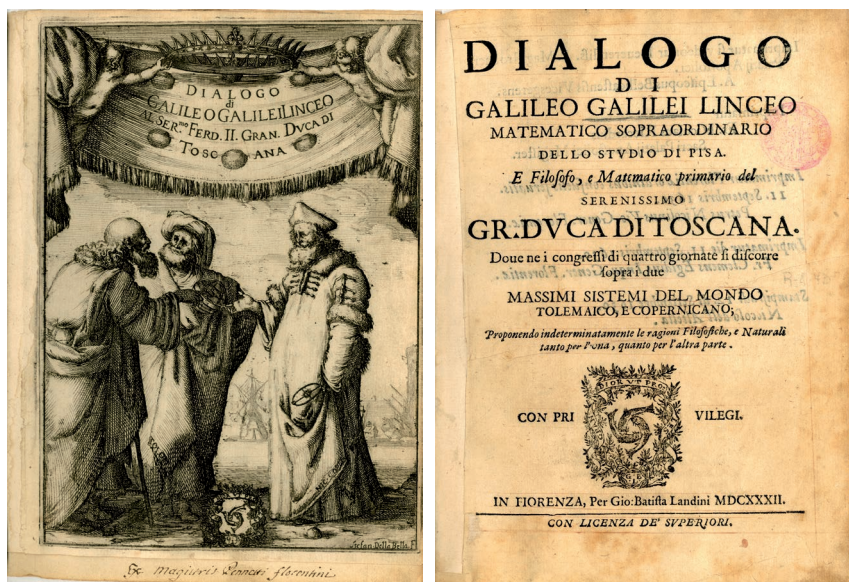


Figura 6 – Galileu (1564-1642), *Dialogo... sopra i due massimi sistemi del mondo Tolemaico, e Copernicano...* Florença: Gio Batista Landini, 1632. BPMP R-8-75

Contemporâneo de Galileu, René Descartes elabora um novel sistema filosófico que, entre outros aspetos, sustenta a matemati-zação das ciências físicas e a separação entre corpo (*res extensa*) e espírito (*res cogitans*); os seus contributos para a epistemologia, método científico, geometria analítica e sistema de coordenadas, depois denominadas cartesianas em homenagem ao seu criador, são sobejamente conhecidos. Possuindo a BPMP vários títulos e edições das obras do insigne filósofo, físico e matemático, selecionei para este artigo *Dissertatio de methodo* (Amesterdão, 1644), *Traité de la mécanique* (Paris, 1668) e *Geometria* (Amesterdão, 1683).

A partir da segunda metade do século XVII, o aperfeiçoamento dos instrumentos científicos existentes, o fomento de expedições mais apropriadas às descobertas empíricas, o uso do método científico e a progressiva sistematização do saber, originaram as primeiras especializações dos vários ramos do conhecimento que viriam a desenvolver-se nas centúrias seguintes. É também a época

da emergência das primeiras sociedades e academias científicas. Correlacionado com o que acabei de referir, destaco dois livros modelares, aliás, belíssimos sob os pontos de vista iconográfico e da arte da impressão: *Prodromo overo saggio di alcune inventioni nuove premesso all'Arte Maestra...* (Bréscia, 1670), obra que alguns autores consideram precursora da aeronáutica, da autoria de Francesco Lana Terzi, e a publicação, sob os auspícios da célebre Accademia del Cimento (Academia da Experiência), *Saggi di naturali esperienze...*, aqui na sua segunda edição de 1691, considerada um autêntico manual prático do laboratório.

A teoria heliocêntrica enunciada em 1543 por Copérnico e posteriormente aperfeiçoada por Kepler e Galileu, viria finalmente a adquirir fundamentação matemática coerente na obra-prima de Isaac Newton, *Philosophiae Naturalis principia mathematica* (Londres, 1687), na qual, sobretudo no seu livro terceiro, é explicada a mecânica celeste nos termos de uma lei de atração universal que atua no seio de um espaço infinito. Não conheço em Portugal qualquer exemplar desta primeira edição, aliás raríssima, justamente considerada uma das mais influentes obras na história da ciência. A biblioteca portuense possui, contudo, os seguintes exemplares dos *Principia* já impressos em Setecentos: segunda edição (Cambridge, 1713), terceira edição (Londres, 1726) e as duas edições de Genebra, respetivamente de 1739-1742 e de 1760 (comentadas por Thomas Leseur e François Jacquier e conhecidas imprecisamente por “edições jesuítas”); frise-se, ainda, que as raras edições de 1713 e 1726 foram revistas pelo próprio Newton (introdução de vários e importantes melhoramentos relativamente à edição príncipe) antes da sua morte. Aos *Principia* juntam-se também os três volumes dos *Opuscula mathematica, philosophica et philologica* (Lausana & Genebra, 1744), o que não deixa de ser significativo, ainda que muito pouco conhecido, em termos da obra newtoniana na BPMP.

## 4. Marcas nos livros<sup>25</sup>

### 4.1. Posse

As marcas de posse individuais e coletivas – sobretudo manuscritas, mais raramente carimbos e *ex-libris* – que sobrevivem em alguns destes impressos da BPMP justificam certamente estudo mais aprofundado. À guisa de sondagem e até porque o espaço não permite mais, constata-se que predominam as marcas de posse de congregações ou ordens religiosas, o que não é de estranhar, uma vez que o primitivo fundo bibliográfico da biblioteca portuense incorporou, sobretudo entre 1832-35, muitas livrarias pertencentes precisamente a casas religiosas abandonadas ou extintas e, também, algumas sequestradas a particulares<sup>26</sup> durante e no final da guerra civil travada em Portugal (que teve na Cidade e Cerco do Porto e na Região de Entre-Douro-e-Minho episódios militares determinantes) entre liberais e absolutistas.

Refiram-se, a título meramente exemplificativo, alguns livros de ciências físico-matemáticas existentes na biblioteca portuense e outrora pertencentes a livrarias de instituições religiosas: *Theatre des instrumens mathematiques et mechaniques* de Jacques Besson (BPMP R-14-23) e as *Oeuvres posthumes* de Jacques Rohault

---

<sup>25</sup> Esta rubrica resulta fundamentalmente de duas comunicações que apresentei nos seguintes eventos científicos: “Marcas no livro antigo científico-médico: posse e censura”, in *Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”*, Aveiro, 17 nov. 2015 <[http://cllc.web.ua.pt/pm/sites/default/files/pictures/cartaz\\_web.pdf](http://cllc.web.ua.pt/pm/sites/default/files/pictures/cartaz_web.pdf)> e “Previous owners, circulation and censorship of scientific-medical books (16th and 17th centuries): analysis of copies from the Municipal Library of Porto”, in *Connecting Worlds. History & Science International Conference*, Porto, 18 May, 2016 <<https://historyofscienceup.wordpress.com/programme/first-day-18052016/>>.

<sup>26</sup> Sobre a proveniência dos primitivos fundos (oriundos de livrarias de casas religiosas e de bibliotecas particulares) da então recém-instituída Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto, problemas associados e alguns informes quantitativos e qualitativos, remeto para um elucidativo resumo em L. CABRAL, M. A. MEIRELES, *Tesouros...*, op. cit., pp. 13-14.

(BPMP R-12-8) da Livraria de Santa Cruz de Coimbra; *Sphaera tractatus* de Sacrobosco (BPMP R-14-35) e *De triangulis omnimodis* de Regiomontanus (BPMP R-14-28) da Livraria do Colégio de S. Jerónimo; *Theoricae nouae planetarum* de Puerbach (BPMP R-8-16) e *Sphera del universo* de Rocamora y Torrano (BPMP R-8-19) da Livraria do Convento de Santo Agostinho do Porto; *Geometria* de René Descartes (BPMP R-12-37) e *Cursus seu Mundus mathematicus* de Milliet de Chales (BPMP R-14-24) da Livraria da Congregação do Oratório do Porto.

Estes “pertences” de livrarias monásticas e conventuais<sup>27</sup> atestam bem o papel notável que as ordens religiosas (Crúzios, Jerónimos, Agostinhos, Oratorianos,...), designadamente algumas das suas casas e bibliotecas no norte do País, desempenharam no ensino e na disseminação do conhecimento científico em Portugal<sup>28</sup>. Ocorrem também, esporadicamente, inequívocas marcas de posse de instituições laicas como é o caso dos peculiares carimbos octogonais a tinta preta “Mvsevm Britannicvm” e “British Museum Sale Duplicate 1787” patentes em alguns cimélios (e.g. *Theatri machinarum*, BPMP Y-5-43), que nos remetem para a génese das primeiras bibliotecas nacionais (Biblioteca do Museu Britânico que esteve na origem da atual British Library) ou para dinâmicas relacionadas com o comércio livreiro, leilões e colecionismo.

Em casos pontuais, é igualmente possível identificar antigos detentores individuais intuindo, de algum modo, os seus interesses

---

<sup>27</sup> No que concerne a testemunhos da posse e uso dos livros de proveniência conventual, bem como à análise da estrutura organizacional da biblioteca religiosa e relação com os seus leitores, veja-se o circunstanciado estudo (resultante da sua tese de doutoramento) de Fernanda Maria Guedes de CAMPOS, *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (século XVIII)*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

<sup>28</sup> Sobre este assunto, remeto para a extensa e relevante obra de Luana GIURGEVICH e Henrique LEITÃO, *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

personais ou “profissionais” e, mesmo, reconstituir parceladamente núcleos bibliográficos e itinerários de circulação de impressos. Mencionem-se, neste âmbito e a título de meros exemplos, alguns livros científicos provenientes das bibliotecas aristocráticas privadas de Hans Sloane (1660-1753) e de Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804) ou um exemplar *De la natural Historia de las Indias* com assinatura autógrafa do seu autor, Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557)<sup>29</sup>. Assinale-se, ainda, que algumas destas espécies bibliográficas de cariz científico apresentam anotações impressas<sup>30</sup> ou manuscritas, *marginalia*, sublinhados e outros sinais indiciadores de que foram efetivamente lidas e manuseadas.

#### 4.2. Censura

Por vezes, ocorrem nos livros outros tipos de marcas e rasuras seletivas no texto ou, mais raramente, em imagens que denotam intervenções censórias, mais ou menos vincadas. No que concerne à censura exercida no livro científico<sup>31</sup>, convirá evitar generalizações

---

<sup>29</sup> Cf. Júlio COSTA, “No rasto português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências”: *Páginas a&b: Arquivos & Bibliotecas* 2, 9 (2012), pp. 91-108; “Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no ‘Inventário’ da Livraria dos Viscondes de Balsemão”: *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012), pp. 131-158. Também disponível em linha: <http://revistas.ua.pt/index.php/agora/article/view/2271> [Consultado em 2 dez. 2016]; “An handwritten signature, previous owners and circulation of a copy of Gonzalo Fernández de Oviedo’s book *About the Natural History of the Indies*”: *Asclepio* 69, 1 (2017), pp. 179. Doi: <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2017.11>.

<sup>30</sup> Assinale-se, a título de curiosidade, que um dos mais célebres paratextos da história da ciência – que ficaria conhecido como o último Teorema de Fermat – encontra-se patente na edição comentada de 1670 da *Arithmetica* de Diofanto (p. 61 “Observatio Domini Petri de Fermat”) existente na biblioteca portuense (BPMP R-14-18); o famoso teorema, enunciado por Fermat em 1637, só viria a ser demonstrado em 1994-95 pelo matemático britânico Andrew Wiles (com a colaboração de Richard Taylor), sendo agora oficialmente designado como Teorema de Fermat-Wiles.

<sup>31</sup> Uma boa síntese sobre a Inquisição e censura de textos científicos quincentistas, abordando sobretudo o panorama nacional, mencionando bibliografia pertinente e

abusivas, conhecer as regras tridentinas e o *corpus* instrumental censório e expurgatório (índices romanos e índices do reino), diferenciar períodos cronológicos e, sobretudo, compreender melhor os frequentemente negligenciados mecanismos, macro e micro, operacionais (agentes, critérios de seleção, procedimentos práticos,...) da censura literária<sup>32</sup>. Numa brevíssima incursão por temática algo complexa até porque, em muitos casos e em bom rigor, não se pode afirmar claramente que todas as marcas se devam ao exame inquisitorial<sup>33</sup>, e, como se procurou enfatizar acima, importando aclarar critérios censórios, detetei manifestações de censura literária num ou noutro impresso da BPMP com interesse científico.

Como é sabido, muitas vezes não é propriamente o conteúdo científico de uma obra que é censurado, mas sim o autor, tradutor ou comentador, considerados proscritos por motivos religiosos. É certamente o caso que verifiquei numa obra de Aristóteles (BPMP Q-14-5), na qual o nome do conhecido luterano Philipp

---

alguns casos concretos, encontra-se em Henrique LEITÃO, Lígia MARTINS, *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa, B.N., 2004, pp. 45-51. Sobre censura literária em geral nas centúrias de Seiscentos e Setecentos, veja-se o detalhado estudo, baseado na sua tese de doutoramento, de Maria Teresa Payan MARTINS, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, FCG; FCT, 2005. Aspetos relacionados com manifestações e metodologia da microcensura e problemáticas da censura de expurgação podem ser lidos em Hervé BAUDRY, *Livro médico e censura na primeira modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM, FCSH/NOVA-UAçores, 2017.

<sup>32</sup> Os mecanismos censórios do século XVI não devem ser extrapolados acriticamente para as centúrias seguintes e a censura intelectual exercida nos impressos de ciências físico-matemáticas não é rigorosamente igual à perpetrada em livros de medicina ou em textos humanistas; será ainda relevante aprofundar os estudos sobre a *praxis* censória *in situ*: por exemplo, quem (e como), nas livrarias conventuais e monásticas, exercia as intervenções censórias nos livros, quais os juízos e critérios mais ou menos prosaicos (para além do inevitável recurso aos índices censórios e expurgatórios) utilizados pelo eclesiástico responsável pela livraria principal ou pela livraria do cubículo.

<sup>33</sup> É frequentemente problemático, quando não impossível, destrinçar a tipologia destas marcas, comprovar (ou não) da sua coetaneidade e aquilatar se foram geradas pela pena do censor/revedor, do impressor, do(s) leitor(es), proprietário(s) do livro ou somente produto de mero vandalismo.

Melanchthon, considerado herético, aparece riscado. De igual modo relativamente ao príncipe dos humanistas, Erasmo, também rasurado numa obra sobre o Estagirita (BPMP Q-14-6). Em ambos os casos, a pena do censor apenas incidiu nos nomes dos autores proibidos pela ortodoxia católica, permanecendo os seus trechos (prefácio, comentários,...) incólumes. Neste domínio da censura eclesiástica, não poderia deixar de enfatizar o exemplar da edição príncipe do *De revolutionibus* de Copérnico (BPMP RES-XVI-B-45) que ostenta no topo da página de título a inequívoca e elucidativa menção manuscrita “Não se pode ler sem se expurgar” muito provavelmente aposta no século XVII na sequência do célebre decreto XIV, publicado pela Congregação do Index em 5 março 1616, que suspendeu até serem corrigidos, o que viria a ocorrer em 15 de maio de 1620, os livros de Copérnico e Zúñiga e condenou/proibiu inequivocamente um opúsculo de Foscarini.

Convém, não obstante, frisar que subsistem na BPMP diversas obras de autores proibidos que não apresentam quaisquer vestígios de atividade censória. Creio que a justificação se encontrará essencialmente, para além de várias outras explicações peculiares (relacionadas, por exemplo, com mecanismos e *praxis* censória a que acima aludi), no facto de muitas destas obras terem pertencido originalmente a livrarias monásticas e conventuais que foram incorporadas na Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto na sequência da extinção das ordens religiosas. Sabe-se que o regime censório vigente à época admitia algumas exceções, designadamente na concessão de licenças específicas a membros do clero e da aristocracia, para leitura e posse de livros proibidos a “[...] ler e reter debaixo de chave, e com o maior resguardo [...]”<sup>34</sup>. Os autógrafos referentes a clérigos individuais e as menções manuscritas de pertença a várias congregações religiosas percutíveis em

---

<sup>34</sup> Apud M. T. P. MARTINS, *A Censura literária em Portugal...*, op. cit., p. 477.



diversos impressos da BPMP assim o indiciam. De igual modo, sabemos que algumas obras defesas pertenceram a livrarias privadas episcopais (Bispo D. João de Magalhães e Avelar) ou aristocráticas (Viscondes de Balsemão), também integradas na biblioteca portuguesa, cujos titulares beneficiariam certamente de prerrogativas especiais para poderem ler e possuir legalmente obras proibidas. Mesmo defesos, os livros nunca deixaram de ser lidos ou de circular por diversos meios e vias.

## **5. Considerações finais**

Ensaando-se aqui apenas uma sondagem, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto e explorando uma temática que pretendemos prosseguir em trabalhos futuros, é perceptível neste núcleo bibliográfico – onde predominam títulos e edições dadas à estampa em prelos europeus – a circulação e a leitura em Portugal de livros científicos (alguns deles “proibidos”) e novas ideias a eles associadas, contrariando algumas opiniões divergentes relativamente a este ponto de vista. A importação de obras e o recurso (in)direto ao mercado editorial além-fronteiras são as soluções que os vários agentes ligados ao livro, por ofício ou conveniência (impressores, livreiros, mercadores, viajantes, docentes...), encontram para responderem à reduzida dimensão do mercado nacional e à parcimoniosa capacidade de laboração das prensas e de financiamento da “divina arte negra” no nosso país. A abundância de títulos e edições nas grandes e desenvolvidas oficinas tipográficas europeias também terá contribuído para o fomento desta circulação livreira paralelamente a outros canais de distribuição – agentes, correspondentes, feiras do livro (Lyon e Frankfurt, por exemplo), leilões, colecionismo e bibliofilia, oferta ou remessa direta de obras por autores e casas impressoras a personalidades nacionais, atividade diplomática,

contrabando marítimo e terrestre, etc. –, que terão tido certamente a sua importância.

Frise-se que, embora em menor escala, o movimento inverso também ocorre, i.e., a aquisição, expedição ou circulação para o estrangeiro de livros impressos em Portugal<sup>35</sup> ou, mesmo, a impressão de obras e edições de autores portugueses em prelos europeus. Nesta última vertente, a maioria das vezes por motivos políticos e religiosos (evasão à autoridade régia ou ao poder da Inquisição), de que é paradigma a criação intelectual da insigne constelação dos autores médicos portugueses judeus ou cristãos-novos da Diáspora (Amato Lusitano, Filipe Montalto, Rodrigo de Castro, Zacuto Lusitano, etc.), outras por razões certamente económicas (impressão no estrangeiro de obras em latim, e até em língua portuguesa, para distribuição no mercado nacional e internacional) e, num ou noutro caso, porque aos autores nacionais era reconhecido mérito científico ou prestígio intelectual além-fronteiras, as obras são impressas nos prelos dos

---

<sup>35</sup> Por exemplo, para Inglaterra; sabemos que as bibliotecas dos *Colleges* das Universidades de Cambridge e Oxford possuíam (e ainda possuem) largas dezenas de impressos antigos portugueses, conforme bem evidenciado por T. F. EARLE, *Escritores portugueses e leitores ingleses: livros de escritores portugueses, impressos antes de 1640, nas bibliotecas de Oxford e Cambridge*. Lisboa, FCG, 2014. A expedição e circulação da generalidade destes livros ocorria usualmente através dos canais que acima referi e por motivos mais ou menos compreensíveis, como foi o caso paradigmático das obras do bispo de Silves, D. Jerónimo Osório, o autor mais conhecido em Inglaterra até ao século XVIII, sobretudo pela carta aberta que dirigiu à rainha Isabel I e pelas controvérsias que manteve com Walter Haddon e John Foxe (cf. também A. M. L. ANDRADE, C. de MIGUEL MORA, J. M. N. TORRÃO, *Humanismo...*, op. cit., pp. 233-237); todavia, os livros circularam também através de outros expedientes muito pouco ortodoxos e meios ilegítimos como ocorreu com a biblioteca do bispo do Algarve, D. Fernando Martins Mascarenhas, saqueada em Faro (1596), poucos anos depois doada por Robert Devereux a Thomas Bodley e posteriormente incorporada na Bodleian Library, Oxford, conforme investigação que tem sido levada a cabo pelo historiador José António Martins. O interesse por livros portugueses também se verifica em personalidades e homens de ciência como, por exemplo, Hans Sloane (1660-1753) que detinha na sua notável biblioteca privada mais de uma centena de livros quinhentistas e seiscentistas impressos em Portugal, muitos deles de teor científico e médico, cf. Júlio COSTA, “Sloane’s Portuguese Books”: *Electronic British Library Journal* (2015), art. 10, pp. 1-37. URL: <http://www.bl.uk/ebj/2015articles/pdf/ebjarticle102015.pdf>.

principais centros culturais europeus que as demandavam (decerto os livros de Pedro Nunes, editados em Antuérpia e Basileia, bem como a muito difundida obra *De gloria* do humanista português D. Jerónimo Osório, impressa em várias edições e cidades como Florença, Alcalá, Basileia, Colónia, Bilbao e Londres).

A produção e circulação de livros, bem como outras vertentes associadas à denominada cultura impressa e ao renascimento da ciência na Europa Moderna, impelem-me a partilhar a opinião expressa por muitos estudiosos no sentido da existência de uma estreita relação – simbiótica, diria – entre a “revolução dos tipos móveis” e a “revolução científica”. É igualmente difícil escapar à perceção de uma segmentação, porventura intencional, do mercado do livro mesmo num nicho eminentemente profano e já de si minoritário, quando confrontado com o livro religioso, como o do livro científico; os prelos, nacionais e europeus, tanto dão à estampa impressos direcionados para estratos de baixos níveis educacionais ou para apoiar a atividade comercial (quase sempre em vernáculo), como obras clássicas ou de âmbito mais enciclopédico (frequentemente em latim e muito utilizadas no ensino universitário), tipografando ainda publicações de pendor didático e textos de elevada erudição e conhecimento técnico.

Relativamente aos livros que aqui evidenciei sumariamente constata-se, sem margem para dúvidas, que nos fundos da BPMP avultam fontes primaciais para a história da ciência, em Portugal e além-fronteiras, com ênfase para alguns cimélios raros e emblemáticos, escritos por grandes génios da ciência, de que a *editio princeps* do *De revolutionibus* de Copérnico, a *Fabrica* de Vesalius (também existente na sua primeva edição<sup>36</sup>) ou os *Principia* de

---

<sup>36</sup> Aproveito o ensejo para atualizar informações e dados que coligi numa publicação de 2013 (cf. nota 7 supra) relativamente ao *census* de exemplares da edição príncipe (1543) da *Fabrica* conhecidos em Portugal: para além dos espécimes existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Joanina

Newton, constituem exemplos bem elucidativos e paradigmáticos. Não obstante algumas ausências de edições e autores marcantes que poderia aqui apontar, parece-me inquestionável a relevância, a vários títulos, deste precioso núcleo de bens móveis de interesse cultural, conforme procurei salientar com alguns exemplos concretos e breve exposição de motivos fundamentais. Registe-se ainda que, para além da sua evidente importância científica, iconográfica, histórica e patrimonial, muitas destas obras são suscetíveis de alcançar um valor transacionável não despidendo<sup>37</sup>.

Termino este texto glosando as sábias palavras da personagem Frei Guilherme de Baskerville, franciscano, discípulo de Roger Bacon e amigo de Guilherme de Ockham, no celebrado romance de Umberto Eco: “[...] Os livros não são feitos para se crer neles, mas para serem submetidos a investigação. Diante de um livro não devemos perguntar-nos que coisa diz, mas que coisa quer dizer [...]”<sup>38</sup>; eis porque valerá a pena, após quatro ou cinco séculos, redescobrir o conhecimento contido em obras marcantes da história da ciência que repousam no labirinto espiritual da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

## Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luís de, *Pedro Nunes e Diogo de Sá*. Lisboa, Academia das Ciências, 1976-77, pp. 339-357. Separata de: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe de Ciências, t. 21.

— *Instrumentos de navegação*. Lisboa, CNCDP, 1988, pp. 19-20.

---

da Universidade de Coimbra, releve-se também o exemplar à guarda do Instituto Cultural de Ponta Delgada e que pertenceu à biblioteca privada, legada ao ICPD, do insigne intelectual e historiador açoriano, Dr. Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia (1876-1959).

<sup>37</sup> A título de mero exemplo refira-se que, num leilão promovido pela leiloeira Christie's (Nova Iorque, 17 junho de 2008), a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> edições do *De revolutionibus* de Copérnico, ambas existentes na BPMP, foram arrematadas por 1 426 129,00 € e 63 472,12 €, respetivamente.

<sup>38</sup> Umberto ECO, *O nome da rosa*, 21.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Difel, imp. 1996, p. 312.

- *Uma tradução portuguesa da "Navegacion especulativa" de António de Naiera*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990. Separata de: *Revista Prelo* 6 (1985).
- ALMEIDA, A. A. Marques de, *Aritmética como descrição do real (1519-1679): contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. [Lisboa], CNCDP; INCM, imp. 1994. 2 vols.
- ANDRADE, António *et alii* (orgs.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto, CMP-BPMP; UA-CLC, 2013. Também disponível em linha: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710\\_ficheiros/BPMP\\_0BAD%20002710.pdf](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710_ficheiros/BPMP_0BAD%20002710.pdf) [Consultado em 12 dez. 2016].
- ANDRADE, António Manuel Lopes; MIGUEL MORA, Carlos de; TORRÃO, João Manuel Nunes (coords.), *Humanismo e ciência: antiguidade e renascimento*. Aveiro, Universidade de Aveiro; Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo, Annablume, 2015.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.
- AROUCA, João, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2001-2016. 5 vols. [incluindo 1 de índices, coligidos por Luís Farinha Franco e Ana Isabel Líbano Monteiro].
- BARATA, Paulo Jorge dos Santos, *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.
- BARRETO, Luís Filipe, *Caminhos do saber no Renascimento português: estudos de história e teoria da cultura*. Lisboa, INCM, imp. 1986.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, *Os negócios e a aritmética: Bento Fernandes e as redes cristãs-novas do Porto no século XVI*. Porto, CMP-BPMP; UA-CLC, 2013, pp. 51-74. Separata de: *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Também disponível em linha: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710\\_ficheiros/BPMP\\_0BAD%20002710s3.pdf](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710_ficheiros/BPMP_0BAD%20002710s3.pdf) [Consultado em 18 dez. 2016].
- BAUDRY, Hervé, *Livro médico e censura na primeira modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM,FCSH/NOVA-UAçores, 2017. Disponível em linha: [https://research.unl.pt/files/4231008/CHAM\\_eBooks\\_E1\\_Livro\\_m\\_dico.pdf](https://research.unl.pt/files/4231008/CHAM_eBooks_E1_Livro_m_dico.pdf) [Consultado em 27 dez. 2017].
- BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa, Edições 70, 2010.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J., *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid, Marcial Pons, 2001.
- BUESCU, Ana Isabel, "Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem": *Penélope: revista de história e ciências sociais* 21 (1999), pp. 11-32.
- CABRAL, Luís; MEIRELES Maria Adelaide, *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Lisboa], INAPA, 1998, pp. 78-81.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (século XVIII)*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

- CARLEY, James P.; TITE, Colin G. C. (eds. lit.), *Books and collectors, 1200-1700: essays presented to Andrew Watson*. London, The British Library, 1997.
- CARVALHO, Jayme Ferrer de, *Luís Serrão Pimentel, o método lusitano e a fortificação* [Texto policopiado]. Lisboa, [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado, Teoria da Arquitetura, Universidade Lusíada.
- COSTA, Adalgisa Botelho da, *O Reportório dos tempos de André do Avelar e a astrologia em Portugal no século XVI*. São Paulo, [s.n.], 2001. Dissertação de mestrado em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível na www: <<http://www.ghtc.usp.br/server/Teses/Adalgisa-Botelho-da-Costa.pdf>> [Consultado em 12 nov. 2016].
- “O Reportório dos tempos de André do Avelar e a história da astrologia em Portugal no século XVI”, in R. A. MARTINS *et alii* (eds.), *Filosofia e história da ciência no Cone Sul, 3.º Encontro*. Campinas, SP, AFHIC, 2004, pp. 1-7. Disponível na www: <<http://www.ghtc.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/01-Adalgisa-Botelho-Costa.pdf>> [Consultado em 11 nov. 2016].
- COSTA, Jorge; COSTA, Júlio; MEIRINHOS, José (coords.), *Tipografia portuguesa do séc. XVI nas coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto=Portuguese printing in the 16th century, the Oporto Municipal Public Library collection*. Porto, BPMP, 2006.
- COSTA, Júlio, *Arte Médica: breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da BPMP*. Porto, CMP-BPMP; UA-CLC, 2013, pp. 251-270. Separata de: *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Também disponível em linha: [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710\\_ficheiros/BPMP\\_0BAD%20002710s11.pdf](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/0BAD%20002710/0BAD%20002710_ficheiros/BPMP_0BAD%20002710s11.pdf) [Consultado em 7 dez. 2016].
- “No rasto português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências”: *Páginas a&B: Arquivos & Bibliotecas* 2, 9 (2012), pp. 91-108.
- “Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no ‘Inventário’ da Livraria dos Viscondes de Balsemão”: *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012), pp. 131-158. Também disponível em linha: <http://revistas.ua.pt/index.php/agora/article/view/2271> [Consultado em 2 dez. 2016].
- “Sloane’s Portuguese Books”: *Electronic British Library Journal* (2015), art. 10, pp. 1-37. URL: <http://www.bl.uk/ebj/2015articles/pdf/ebjarticle102015.pdf>.
- “An handwritten signature, previous owners and circulation of a copy of Gonzalo Fernández de Oviedo’s book *About the Natural History of the Indies*”: *Asclepio* 69, 1 (2017), pp. 179. Doi: <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2017.11>.
- “Documentos de Copérnico na BPMP”: *O Tripeiro* 7, 6 (2018), pp. 180-181.
- CURTO, Diogo Ramada, “A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto”: *Leituras: revista da Biblioteca Nacional* 9-10 (2001-2002), pp. 13-61.
- DIAS, João José Alves, *Ensaio de história moderna*. Lisboa, Presença, 1988.
- DOMINGUES, Francisco Contente, *Os navios do Mar Oceano: teoria e empiria na arquitetura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- EARLE, T. F., *Escritores portugueses e leitores ingleses: livros de escritores portugueses, impressos antes de 1640, nas bibliotecas de Oxford e Cambridge*. Lisboa, FCG, 2014.

- ECO, Umberto, *O nome da rosa*. 21.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Difel, imp. 1996, p. 312.
- FERREIRA, Nuno Alexandre Martins, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679)* [Texto policopiado]: *cosmógrafo mor e engenheiro mor de Portugal*. Lisboa, [s.n.], 2009. Dissertação de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Também disponível em linha: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/467/1/21222\\_ulfl071218\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/467/1/21222_ulfl071218_tm.pdf)> [Consultado em 19 dez. 2016].
- GESSNER, Samuel; LEITÃO, Henrique, *Alvarus Thomas and bis 'Liber de triplici motu' (Paris 1509)* [Documento eletrónico]. [Tít. da página de acolhimento]. [S.l., s.n.], 2013. Disponível na www: <<http://detricplicimotu.wordpress.com/>> [Consultado em 29 jan. 2017].
- GILLISPIE, Charles Coulston (ed. lit.), *Dictionary of scientific biography*. New York, Charles Scribner's Sons, 1970-80, 16 vols.
- GINGERICH, Owen, *An annotated census of Copernicus' De revolutionibus (Nuremberg, 1543 and Basel, 1566)*. Leiden, Brill, 2002.
- *The book nobody read: chasing the revolutions of Nicolaus Copernicus*. New York, Walker, cop. 2004.
- GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique, *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.
- GOMES, Ana Cristina da Costa, *Diogo de Sá: os horizontes de um humanista*. Lisboa, Prefácio, 2009.
- GOMES, Saul António, “Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas”: *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012), pp. 13-26. Também disponível em linha: <http://revistas.ua.pt/index.php/agora/article/view/2266> [Consultado em 8 dez. 2016].
- GRANT, Edward, *Os fundamentos da ciência moderna na Idade Média*. Porto, Porto Editora, 2004.
- KUHN, Thomas S., *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa, Guerra & Paz, 2009.
- LEITÃO, Henrique, “Ars e ratio: a náutica e a constituição da ciência moderna”, in Maria Isabel VICENTE MAROTO, Mariano ESTEBAN PIÑEIRO (coords.), *La Ciencia y el Mar*. Valladolid, [s.n.], 2006, p. 206. Disponível na www: <[http://pedronunes.fc.ul.pt/artigos,%20livros/H%20Leitao\\_ars%20e%20Ratio.pdf](http://pedronunes.fc.ul.pt/artigos,%20livros/H%20Leitao_ars%20e%20Ratio.pdf)> [Consultado em 16 dez. 2016].
- *Manuel Bocarro Francês e o Tratado dos cometas de 1618*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009 [inclui o fac-símile da edição de 1618].
- *Os descobrimentos portugueses e a ciência europeia*. Lisboa, Fundação Champalimaud; Alêtheia, 2009.
- LEITÃO, Henrique *et alli*, *Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII*. Lisboa, BNP, 2009.
- LEITÃO, Henrique; MARTINS, Lúcia, *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa, B.N., 2004.
- LISBOA, João Luís, “L'Europe des livres: auteurs portugais aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles”, in Francisco BETHENCOURT (dir.), *L'édition d'auteurs portugais à l'étranger*. Lisboa; Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 3-17.



- MACEDO, Jorge Borges de, *Livros impressos em Portugal no século XVI: interesse e formas de mentalidade*. Paris, FCG, 1975. Sep. de: *Arquivos do Centro Cultural Português* 9.
- MEIRINHOS, José, “Sacra doutrina, artes liberais e ciência escolástica”, in Agostinho FRIAS, Jorge COSTA, José MEIRINHOS (coords.), *Santa Cruz de Coimbra: a cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média=The Portuguese Culture opened to Europe in the Middle Ages*. Porto, Biblioteca Pública Municipal, 2001, pp. 247-261.
- “O sistema das ciências num esquema do século XII no manuscrito 17 de Santa Cruz de Coimbra (Porto, BPM, Geral 21)”: *Medievalista* [Em linha] 7 (dez. 2009). Disponível na www: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-meirinhos7.htm>> [Consultado em 27 dez. 2016].
- MARTINS, José V. de Pina, “Os incunábulos da Biblioteca Pública Municipal do Porto”, in Narciso de AZEVEDO, *Indicação sumária dos incunábulos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto, BPMP, 1988, pp. 7-14.
- MARTINS, Maria Teresa Payan, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, FCG; FCT, 2005.
- MENDES, Maria Valentina C. A. Sul (org.), *Os incunábulos das bibliotecas portuguesas*. Lisboa, SEC/IBNL, 1995.
- MOTA, Bernardo Machado, *O estatuto da matemática em Portugal nos séculos XVI e XVII*. Lisboa, FCG; FCT, 2011.
- NAVARRO BONILLA, Diego, “Las huellas de la lectura: marcas y anotaciones manuscritas en impresos de los siglos XVI a XVIII”, in Antonio CASTILLO GÓMEZ (coord.), *Libro y lectura en la Península Ibérica y América: siglos XIII a XVIII*. Valladolid, Junta de Castilla y León, 2003, pp. 243-288.
- PEARSON, David, *Provenance research in book history: a handbook*. London, The British Library, 1998.
- PORTUGAL, Biblioteca Nacional de, *Pedro Nunes, 1502-1578* [Documento eletrónico]: *nouas terras, nouos mares, e o que mays he: nouo ceo e nouas estrelas* [Tít. do ecrã de apresentação]. Lisboa, B.N., 2002. Disponível na www: <<http://purl.pt/40/1/index.html>> [Consultado em 29 jan. 2017].
- SILVA, Maria do Céu, “The algebraic content of Bento Fernandes’s Tratado da arte de arismetica (1555)”: *Historia Mathematica* 35, 3 (2008), pp. 190-219.
- STEFANI, Marta, *História da ciência e da tecnologia: a revolução científica*. Porto, Asa, 2002.
- TAVARES, Conceição; LEITÃO, Henrique, *Bibliografia de história da Ciência em Portugal, 2000-2004*. Lisboa, CHC-UL, 2006. [Última atualização em linha, incluindo adenda e corrigenda: 2008/07/30].

**ORALIDADE, ESCRITA E LIVRO  
NO MUNDO ANTIGO**

**ORALITY, WRITING AND BOOKS  
IN THE ANCIENT WORLD**

*Alexandra Santos*<sup>1</sup>

**Resumo:** A Humanidade sempre quis preservar o seu legado social e cultural, e através da escrita foi possível materializá-lo. Desde os tempos da Antiga Mesopotâmia ao Império Romano, passando por sociedades amplamente orais, como foi o caso da grega, a introdução do alfabeto transformou as sociedades e as culturas da Antiguidade; o livro surgiu como possibilidade perene desse legado, desde os rolos de papiro ao formato de *codex*. Apesar de o homem grego estar imerso nessa cultura predominantemente oral, foi aos poucos dando espaço à introdução da palavra escrita. Na Grécia do século V a.C., o livro começa a assumir uma gradual importância, e mais tarde, no século I, os poetas romanos reconhecem igualmente a relevância do material escrito. A difusão de livrarias e de

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra: alexasantos54@hotmail.com

editores permitiu um comércio mais profícuo de livros. Não obstante a falta de proteção quanto aos direitos de autor, existem nas próprias composições poéticas testemunhos das razões pelas quais os autores querem ver as suas obras publicadas, seja como uma forma de atingirem a imortalidade ou a possibilidade de uma circulação mais ampla dos seus trabalhos, apesar do perecível e frágil suporte onde são registados.

**Palavras-chave:** Antiga Mesopotâmia; Grécia; Roma; Oralidade; Escrita; História do Livro

**Abstract:** Mankind always wanted to preserve its social and cultural legacies. Through writing that was possible. Since Ancient Mesopotamian times until the Roman Empire, without forgetting oral societies, such as the Greek world, the introduction of the alphabet changed ancient societies – the book became a perennial possibility of that legacy, from papyri scrolls to the *codex*. Although Greeks were immersed in that predominant oral culture, step by step the writing word was introduced. In the V century B.C., books began to assume gradual importance in Greece, and later on, in the first century, Roman poetry recognized the relevance of writing materials. The spreading of bookshops and publishers allowed book trade to develop. Despite the absence of an author's rights protection, in the very poetical compositions we can find testimonies of the reasons that lead authors to publish: whether to attain immortality or to seek a more rapid circulation of their works. Still, we cannot forget that the material where those works were kept was a perishable and a fragile one.

**Keywords:** Ancient Mesopotamia; Greece; Rome; Orality; Writing; Book History

## Introdução

Desde tempos imemoriais a Humanidade quis preservar através da memória e da produção cultural o seu legado. A escrita tornou-se a forma de materializar esse desejo, tanto em tabuinhas de argila, em papiro e pergaminho, como naquilo a que designamos por “livro”. Não há dúvida quanto à importância deste último, pois como refere José Luis Borges “de todos os instrumentos do homem, o mais surpreendente é, sem dúvida nenhuma, o livro”<sup>2</sup>.

A história do livro desenrola-se por mais de cinco mil anos, variando ao longo desse tempo o material de suporte em que eram registadas as informações. O livro sobrevive – ao longo da história passou de uma forma material a outra, propagando-se a quase todas as culturas e tempos: registou, informou, entreteve, provocou, inspirou e indignou<sup>3</sup>. Não é fácil traçar a história da origem do livro de forma concreta, já que essa história se torna extremamente complexa, na medida em que se entrecruza desde os terrenos do Paquistão à Rota da Seda na China ou por caminhos de África<sup>4</sup>. O certo é que o surgimento da escrita supôs uma transformação completa na memória coletiva de uma dezena de civilizações fundadoras. De todas as atividades que distinguem a cultura, a escrita é uma das mais importantes, porque é uma ferramenta excepcional de organização social e de reafirmação, confirmada pela própria raiz etimológica indo-europeia *skibh-*, ou seja, a escrita faz um “corte, separação, distinção”<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> José Luis BORGES, “O livro”, in *Borges, Oral & Sete Noites*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 11.

<sup>3</sup> Cf. Simon ELIOT, Jonathan ROSE, *A companion to the history of the book*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007, p. 5.

<sup>4</sup> Por exemplo, em África ainda se considera que o livro foi inventado no reino de Mali, quando um rei, ao querer proteger os homens das maledicências dos deuses e para os envergonhar, começou a registar os ditos divinos no *Livro da Verdade*. Vd. Fernando BÁEZ, *Los primeros libros de la humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico*. Madrid, Fórcola, 2013, pp. 21-22.

<sup>5</sup> F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 25.

## A escrita e os livros na Antiga Mesopotâmia e Egito: os antecedentes

O livro, na primeira fase da sua existência, começou como algo de sagrado, inserido nos templos, onde o povo sumério pedia clemência aos deuses. Ao mesmo tempo, serviu para registrar os gastos e as receitas resultantes da formação das cidades e dos grandes impérios. O conhecimento que se possui dessas civilizações deve-se à necessidade de registro da memória coletiva de um povo. Ao mesmo tempo que o livro se tornou um instrumento capaz de proteger essa memória, transformou-se num arquivo da vida e da humanidade, “o genoma de uma cultura, um sonho individual ou solitário e um perigo para os tiranos”, como refere Báez (2003: 26).

Vários estudos situam a origem da escrita no povo sumério; no entanto, esta civilização considera terem existido livros anteriores à sua cultura<sup>6</sup>. De entre os poucos textos que sobreviveram até aos dias de hoje, um dos mais famosos é a *Epopéia de Gilgamesh*, que os sumérios elaboraram a partir das lendas dessa personagem e que se tornou parte do legado cultural de algumas civilizações. Reza a lenda que esta obra foi criada porque o seu *apkallu* (“sábio”) pretendia desafiar o esquecimento e a morte: “Volto de uma longa viagem, fatigado, mas sereno, gravo numa estela de pedra todos os meus esforços”<sup>7</sup>.

Eleonor Robson<sup>8</sup> refere que só se poderá falar de livro no sentido em que hoje o entendemos quando a tabuinha de argila (material

---

<sup>6</sup> Acerca da origem e de algumas lendas sobre a escrita suméria vd. F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., pp. 38-42.

<sup>7</sup> Tabuinha I, 7-8. Apesar de algumas incertezas quanto à leitura deste texto escrito em cuneiforme, há quem considere que na abertura desta epopeia é feito um elogio à escrita em associação com a poesia. Tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 72.

<sup>8</sup> Cf. Eleanor ROBSON, “The clay tablet book in Sumer, Assyria and Babylonia”, in Simon ELIOT, Jonathan ROSE, *A companion to the history of the book*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2007, 67-83, apud F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 78.

utilizado pelos sumérios) passou a funcionar como suporte de conhecimento transmitido de geração em geração, copiado em linguagem suméria ou assíria, assim como de registo de representações coletivas míticas de interesse geral.

Mas não foi apenas este povo a registar por escrito os feitos históricos ou assuntos do mundo quotidiano, como assentamentos administrativos. Os egípcios surgem igualmente como um povo para o qual o registo escrito se tornou importante: as amostras arqueológicas mais antigas encontradas datam do ano 3250 a.C. na necrópole Uj de Umn el-Ka'ab em Abido, onde figuram inscrições em vários materiais de suporte, como vasos ou ossos, em escrita hieroglífica. O documento mais antigo em papiro data do ano 2500 a.C., e nele se encontra uma tabela de contas do templo de El-Gebelein, situado perto de Luxor.

Tal como os sumérios<sup>9</sup>, também os egípcios tinham os seus mitos em relação à criação da escrita, e atribuem a sua invenção ao deus Thoth, deus da escrita, mestre dos livros, protetor do conhecimento e patrono dos escribas. Sócrates, no *Fedro* de Platão, conta uma história sobre a origem da escrita: numa conversa entre os deuses Thoth e Ámon, o primeiro refere que a escrita, que inventou, será uma mais-valia para os egípcios, enquanto Ámon vê que este legado se traduzirá como algo negativo para os homens:

Pois bem, ouvi contar que na região de Náucratis, houve um velho deus deste país, deus a quem é consagrada a ave a que chamam íbis, e a quem chamavam Thoth. Dizem que foi ele quem inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, bem como o jogo das damas e dos dados e, finalmente, fica sabendo, os caracteres gráficos (escrita). Nesse tempo, todo o Egipto era

---

<sup>9</sup> Importa referir que, segundo os mitos sumérios, os homens tinham sido criados do mesmo material que os livros.

governado por Tamuz, que residia no sul do país, numa grande cidade que os gregos designavam por Tebas do Egipto, onde aquele deus era conhecido pelo nome de Ámon. Thoth encontrou-se com o monarca, a quem mostrou as suas artes, dizendo que era necessário dá-las a conhecer a todos os egípcios. Mas o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más. Foram muitas, diz a lenda, as considerações que sobre cada arte Tamuz fez a Thoth, quer condenando, quer elogiando, e seria prolixo enumerar todas aquelas considerações. Mas, quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória”. – “Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra é julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos não a sabedoria em si mesma mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respetiva educação! Hão-de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas das matérias e tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros”<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Platão, *Fedro*, 274c-275b (tradução do grego e notas de Pinharanda Gomes, 2000, pp. 121-122).



Apesar da opinião negativa de Ámon face à escrita, não há dúvida de que esta foi um grande legado para a Humanidade. A par desta invenção, o papiro como suporte de registo alcançou uma enorme importância na Antiguidade. O papiro, cuja etimologia se prende à ideia de “propriedade/pertence do rei”, foi inventado no Egito no terceiro milénio a.C., e é considerado um dos materiais por excelência do mundo antigo, tendo surgido quase em simultâneo com as tabuinhas de argila que se utilizavam a umas centenas de quilómetros dali<sup>11</sup>. Este suporte de registo foi utilizado não só pelos egípcios mas também por outros povos, como os persas, os sírios, os gregos e os romanos. Desde o *Livro dos Mortos*, às obras de Homero e Aristóteles, como às obras escritas na Roma Antiga, este material permitiu registar e divulgar a cultura de cada povo.

O papiro (e consequentemente o “livro”) era bastante importante para os antigos egípcios. Testemunho dessa condição são as próprias anotações que se encontram em alguns deles: “Ama os livros como a tua mãe”, “Os livros são o poder do deus-sol através do qual vive Osíris”<sup>12</sup>. Digno de nota é um extraordinário elogio feito por volta do ano 1300 a.C.:

O papiro é melhor que a pedra entalhada.  
Um homem morreu: o seu corpo converte-se em pó,  
E os seus familiares extinguem-se.  
Um livro é o que faz que seja recordado  
Na boca de quem o quer ler<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Os acádios utilizavam tabuinhas cobertas de cera, as mesmas que os romanos mais tarde viriam a utilizar.

<sup>12</sup> Papiro Salt 825, 5-6. Tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 98.

<sup>13</sup> Tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., pp. 98-99.

Para exemplificar a importância dos registos escritos na época egípcia, Diodoro Sículo<sup>14</sup> refere que Ramsés II mandou reunir rolos de papiro e construiu uma biblioteca onde estavam escritas as palavras “Lugar da cura da alma”. Coincidência ou não, nesse lugar estavam também reunidos os documentos que abarcavam fórmulas para curar as doenças. Mais tarde, o papiro transformou-se igualmente no responsável pela transmissão e preservação do pensamento grego, encorajando não só a produção de novos trabalhos literários, como também criando a possibilidade de essas mesmas composições serem mais extensas, graças ao suporte físico em que eram registadas, não dependendo a sua transmissão apenas da memorização, própria da transmissão da cultura oral.

### **A oralidade e a escrita no mundo greco-romano**

Segundo a tradição, foi na época grega que se processou a transição da cultura oral para a cultura escrita. A criação de um alfabeto grego baseado no alfabeto fenício, acrescido da invenção pelos gregos de caracteres que representavam as inexistentes vogais no alfabeto fenício, em meados do século VIII a.C., permitiu o desenvolvimento da escrita. Assim, a introdução da escrita nos diversos territórios colonizados fez com que as sociedades mediterrâneas entrassem numa nova fase da sua história, caracterizada pela convivência da comunicação oral e da comunicação escrita.

A questão da transição da cultura oral para uma cultura escrita não deve ser feita de forma taxativa, pois não se poderá considerar que a cultura grega precedente tenha sido exclusivamente oral, porque antes da criação do alfabeto já existiam registos. O facto é que uma cultura plenamente oral só pode ser considerada como

---

<sup>14</sup> *Biblioteca Histórica* I, 49, 3.

tal quando esta desconhece o registo escrito, tanto no seu próprio interior como no seu redor imediato, ou seja, no caso da Grécia, num contexto máximo de isolamento após o fim do mundo micénico. Pelo contrário, uma cultura plenamente escrita (sendo um fenómeno recente na história) traduz-se numa sociedade em que, apesar de a comunicação oral continuar a ocupar um lugar de relevo, a maioria dos seus membros está alfabetizada, desempenhando a escrita um papel crucial na transmissão cultural, política e económica. Na verdade, nenhuma sociedade antiga pode ser considerada possuidora de uma cultura plenamente escrita. A falta de fontes não nos permite saber ao certo qual o grau de alfabetização na época grega<sup>15</sup>, existindo duas vertentes opinativas neste campo: uma considera que havia um elevado grau de alfabetização em Atenas, outra considera que apenas um ínfimo número de pessoas sabia ler e escrever em qualquer uma das cidades antigas<sup>16</sup>.

Pode afirmar-se que a escrita no mundo antigo e na sua periferia foi, em geral, um conhecimento que estava limitado aos membros das classes superiores e a profissionais de certas atividades técnicas; a adoção da escrita foi produto, na sua maioria, de incentivos práticos e económicos, de certa forma privados, já que incluía, sobretudo, em primeira instância, a elaboração de contabilidade, notas pessoais, breves mensagens, instruções de variados tipos, registos, atas, e, no geral, anotações de operações económicas com a finalidade de conservar memória dos seus detalhes num tempo limitado<sup>17</sup>.

Não há dúvida de que a escrita veio oferecer possibilidades que não existiam num universo inteiramente oral. A escrita proporcio-

---

<sup>15</sup> Para o alfabetismo em Atenas cf. T. J. MORGAN, "Literate education in classical Athens": *CQ* 49, 1 (1999), pp. 46-61.

<sup>16</sup> Cf. Javier DE HOZ, "La escritura en Grecia arcaica y clásica: funciones y modelos", in J. BARTOLOMÉ *et alii* (ed.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004, p. 213.

<sup>17</sup> Cf. J. DE HOZ, "La escritura en Grecia arcaica...", *op. cit.*, pp. 214-215.

nou, por exemplo, a existência de poemas de extensão superior àqueles que existiam na tradição oral, bem como o fomento de certas atividades culturais que dificilmente surgiriam sem ela<sup>18</sup>. A evolução do uso da escrita no caso grego não deixou de se sentir, também, a nível político, já que o desenvolvimento da pólis provocou, no século V a.C., em Atenas, a necessidade de uma divulgação propagandística.

Neste âmbito político, J. Signes Codoñer refere que temos de ter em conta que na Atenas do século V a.C. surgiu um conflito entre os defensores da escrita e os seus adversários, e que, apesar de na época moderna se considerar que a democracia ateniense não teria sido possível sem a existência da escrita, hoje sabemos que muitos atenienses de então associaram a escrita a um sistema tirânico e repressor, próprio das burocráticas monarquias orientais, como os persas, que haviam enfrentado os gregos<sup>19</sup>. Se, por um lado, se refere que Platão, por exemplo, era contra a escrita, não deixa de ser verdade que o podemos ver rendido a esta nova forma de transmissão. Contudo, a resistência dever-se-ia ao facto de que a escrita abria um novo modo de comunicação completamente imprevisível, ao mesmo tempo que a tradição oral estava muito enraizada na cultura.

As palavras de Signes Codoñer implicam também a questão da relação direta do processo de democratização da pólis ateniense e da sua evolução até à imposição da escrita como meio de transmissão cultural, que por sua vez implica a alfabetização e a leitura. Todavia, não se crê que nesta altura fossem muitos os alfabetizados,

---

<sup>18</sup> A extensão dos textos deve-se à própria dimensão do livro, que nessa altura podia ser formado por seis a oito metros de folha de papiro. Cf. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., pp. 217-218).

<sup>19</sup> Cf. J. SIGNES CORDOÑER, “El paso de la oralidad a la escritura en la Grecia arcaica y clásica”, in *Antiquae lectiones. El legado clásico desde la Antigüedad hasta la Revolución Francesa*. Madrid, Cátedra, 2005, p. 38.

e mesmo se o fossem não teriam hábitos de leitura, pelo menos no sentido de leitura formativa<sup>20</sup>. Segundo Havelock<sup>21</sup>, um cidadão ático do final do século V não se encontra perante uma disjuntiva: ou opta por uma cultura oral ou por uma cultura escrita, pois a questão reside no facto de estar imerso numa cultura oral dominante. A apresentação por escrito do que chamamos de textos era uma novidade e não era de estranhar que houvesse uma demora na sua aceitação, e até uma certa resistência. Coloca-se então uma questão: era possível que uma sociedade adotasse o livro como um objeto amistoso, quando este poderia vir acompanhado de conteúdos que poderiam ser considerados, por alguns, como perigosos?

Apesar de tudo, a partir do século V começa a desenvolver-se rapidamente o uso da escrita, tendo a escola um importante papel na crescente proliferação dos textos literários. Testemunhos dessa condição são as próprias obras dos grandes autores que fazem referências a certos textos e colegas de profissão. Assim, tanto este interesse como este desenvolvimento da produção de livros e da leitura são evidentes em textos como os de Aristófanes (*Aves*, 1288, ou *Rãs* 52-53, em que surge Dioniso a ler a *Andrómeda* de Eurípides), ou de Xenofonte (*Memoráveis* 1.2.14), em que aparecem Sócrates e os seus discípulos com livros. A cerâmica figura como outro testemunho, pois cada vez mais se encontram cenas escolares ou de leitura poética, onde os livros aparecem nas mãos de jovens, de mulheres ou das Musas, em alguns casos acompanhados com a lira<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Cf. M. BRIOSO SÁNCHEZ, “Sócrates lector?”, in M<sup>a</sup> Pilar FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, et alii (ed.), *Est hic varia lectio: la lectura en el mundo antiguo*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, p. 15.

<sup>21</sup> Cf. E. A. HAVELOCK, *The literate revolution in Greece and its cultural consequences*. Princeton, Princeton University Press, 1982, p. 292; M. BRIOSO SÁNCHEZ, “Sócrates lector?”, op. cit., pp. 16-18.

<sup>22</sup> Para exemplos de livros utilizados nas escolas e de momentos dedicados à composição e execução da poesia, vd. R. PFEIFFER, *History of Classical Scholarship*:

Ong (1996: 17) retrata de uma forma clara a inter-relação entre oralidade e escrita, quando afirma que

en todos los maravillosos mundos que descubre la escritura, todavía les es inherente y en ellos vive la palabra hablada. Todos los textos escritos tienen que estar relacionados de alguna manera, directa o indirectamente, con el mundo del sonido, el ambiente natural del lenguaje, para transmitir sus significados. “Leer” un texto quiere decir convertirlo en sonidos, en voz alta o en la imaginación, sílaba por sílaba en la lectura lenta o a grandes rasgos en la rápida, acostumbrada en las culturas altamente tecnológicas. La escritura nunca puede prescindir de la oralidad.

De Hoz (2004: 225-226) afirma que existe a hipótese de que o alfabeto grego tenha sido criado para poder fixar um texto poético. Mas a questão prende-se também com o facto de que a poesia oral grega, por albergar um “grémio profissional” com dedicação completa como os aedos da *Odisseia*, ou como se deduz em Hesíodo, formados por uma grande aprendizagem memorista, não permitiria a existência de condições para que alguém tivesse a ideia de a reproduzir graficamente. Na realidade, a poesia é uma criação ligada ao som, dificilmente separável da cadência da voz do aedo e do instrumento musical que a acompanha, tanto que se torna difícil imaginar o vazio que esse universo de som deixaria na representação gráfica da mesma. Por outro lado, ter-se-á de ter em conta que para esses profissionais de declamação seria difícil ver as vantagens da escrita, já que para eles a transmissão da sua arte era feita através de uma possessão inspirada, uma

---

*From the beginnings to the end of the Hellenistic Age.* Oxford, Clarendon Press, 1968, e E. G. TURNER, *Athenian books in the fifth and fourth centuries B.C.* London, University College, 1952.

obra da divindade, sendo Musa ou Apolo quem os distinguiu com um dom especial<sup>23</sup>.

Admitindo a hipótese de que a escrita foi criada pelos aedos, a principal função de fixação do texto oral para o escrito seria um recurso para facilitar a preparação das declamações e para a conservação dos textos para uso posterior, ou para utilização dos seus discípulos.

Na verdade, não podemos ver de forma taxativa o alfabeto grego como uma técnica utilizada estritamente pelos aedos: o certo é que, na transição do século VIII a.C. para o VII a.C., um aedo teria maior possibilidade de conhecer a escrita do que qualquer outro indivíduo. Talvez possamos dizer que a escrita tenha sido profícua para a transmissão e composição, e útil, sobretudo, para conservar um texto. No campo das dúvidas e hipóteses, não há mais testemunhos da escrita “profissional” dos aedos depois do século VIII a.C., embora no final do século IV a.C. comecemos a conhecer o aspeto dos textos gregos através dos papiros<sup>24</sup>.

Podemos, no entanto, aceitar que no século VIII a.C. já existiam textos poéticos escritos e que se preservaram provavelmente, não só devido à ação dos próprios aedos que os conservaram e copiaram, como pelo depósito de textos feito por senhores nos templos como oferendas, que permitiram a sua consulta ou cópia posterior<sup>25</sup>. Neste âmbito, há quem considere que o próprio Homero tenha ditado os seus poemas a alguém, no princípio do século VIII a.C.

---

<sup>23</sup> Como nos pode confirmar, por exemplo, Arquíloco ou Sólon, respetivamente: “Eu sou o servidor do Senhor dos combates/ e conhecedor dos amáveis dons das Musas” (frg. 1. West); “Belas filhas de Mnemósine e de Zeus Olimpo,/ Musas Piérides, escutai a minha prece” (frg. 13 West) (tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira, 2009, p. 123 e p. 135, respetivamente). Por outro lado, Ésquilo em *Prometeu Agrilhoado* (v. 460-461) consagra a escrita também às Musas: “...e as combinações com as letras, memória de tudo quanto existe, obreira mãe das musas” (tradução do grego de Ana Paula Quintela Sottomayor, 1992, p. 54).

<sup>24</sup> J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 229.

<sup>25</sup> J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 230.



Apesar de tudo, a publicação continuaria a ser oral durante quase todo o período arcaico e início do período clássico. A recitação dos rapsodos, principalmente dos versos homéricos, continua ainda nos festivais Pan-Helénicos<sup>26</sup>, sem esquecer as obras de alguns autores, como as sátiras de Arquíloco, versos políticos de Sólon, e muita da lírica de Safo e Alceu, que circulavam em manuscrito. No entanto, autores como O. A. Dilke referem que, no século VI a.C., o tirano Pisístrato não só organizou competições de recitação dos *Poemas Homéricos*, como também dizia que os poemas tinham sido oficialmente editados e publicados<sup>27</sup>. De facto, o conceito de publicação confunde-se com o da primeira execução pública, tal como foi frequente no teatro ao longo da história.

A introdução da escrita no processo de transmissão produziu-se de forma paulatina. Pode utilizar-se o texto como suporte de recordação e ferramenta para memorizar, o que implica que num processo de transmissão basicamente oral pode haver um complemento escrito<sup>28</sup>. Assim, mesmo em pleno século V a.C., não há uma modificação radical na forma de transmissão da literatura, pois convivem a publicação e a transmissão parcial feita de forma oral, nas ocasiões literárias orais, nos festivais, *symposia* ou nas recitações de obras novas. No entanto, os poetas trágicos que, desde sempre, compunham as suas obras para serem apresentadas oralmente, tiveram de as passar para escrito, já que o texto se tornou necessário para a decisão do arconte nos festivais, assim

---

<sup>26</sup> Platão, no *Hiparco*, fala da questão da recitação de Homero nas Panateneias: “Sócrates: De um concidadão meu e teu, filho de Pisístrato de Filedes, Hiparco, o mais velho e o mais sensato dos filhos de Pisístrato, que executou muitas e belas ações ditadas pela sabedoria, entre elas, a de ter sido o primeiro que trouxe para esta terra as epopeias de Homero, e obrigou os rapsodos a recitá-las todas nas Panateneias, um após outro, tal como ainda hoje se faz” (228b-c) (tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira, 2009, p. 411).

<sup>27</sup> Cf. O. A. DILKE, *Roman books and their impact*. Leeds, The Elmet Press, 1977, pp. 2-3.

<sup>28</sup> Cf. J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 231.

como para a preparação dos atores, que necessitavam das suas próprias cópias para lerem<sup>29</sup>.

Por outro lado, e no que respeita ao aspeto político, os oradores apenas começaram os registos dos seus discursos quando Péricles introduziu essa prática<sup>30</sup>; antes de finais do século V a.C., iniciou-se o costume de publicá-los após terem sido pronunciados em público.

Na época romana a questão da oralidade da cultura estava igualmente bem vincada. A questão da memória era crucial, pois, tal como acontecia na Grécia, os romanos desenvolveram sistemas de treino e de uso da memória: com a métrica dos versos, que colocava em destaque a quantidade das vogais e a sua regularidade métrica, este sistema de memorização auxiliava as necessidades de retórica e de oralidade<sup>31</sup>.

Os romanos, de facto, possuíam uma peculiar e única mistura entre o oral e a escrita, aquilo que Mary Carruthers chama de uma relação fluida entre o texto oral e o desempenho oral<sup>32</sup>. Certo é que não havia incompatibilidade entre a escrita e a oralidade.

Também na época de dominação romana, a *recitatio* se tornou um meio de publicação. R. Winsbury refere que

the *recitatio* was a semi-public (but therefore semi-private) Reading from a raised platform, often but perhaps not always performed by the author himself, but at least with the author present, of a new work of literature, whether poetry, oratory, philosophy or history, before an invited audience of friends and

---

<sup>29</sup> Cf. Frederic G. KENYON, *Books and readers in Ancient Greece and Rome*. Oxford, Clarendon Press, 1951, pp. 20-21.

<sup>30</sup> *Suida* IX. 54.

<sup>31</sup> Vd. Rex WINSBURY, *The Roman book: books, publishing and performance in Classical Rome*. Londres, Duckworth, 2009, p. 121.

<sup>32</sup> Mary CARRUTHERS, *The Book of memory: a study of memory in medieval culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 126.

contacts. It was, in its way, the launch party for the new opus, but much more than that<sup>33</sup>.

Para muitos autores modernos, a *recitatio* não era mais do que uma instituição ou inovação detestável, sendo uma forma degenerada de literatura. No entanto, considera-se que se trata de uma etapa preliminar para a publicação. A. N. Sherwin-White refere que a *recitatio* “became the popular form of initial publication, providing the cheapest and quickest means of making works known to the largest educated public available before the invention of printing”<sup>34</sup>. Na época de Augusto, a *recitatio* fazia parte da vida literária e cultural de Roma, e Suetônio refere que, quando os novos escritores apresentavam as suas obras sob esta forma, o imperador era “um paciente ouvinte, não só das poesias e das histórias, mas também de discursos e tratados”<sup>35</sup>.

## O comércio de livros

É na segunda metade do século V a.C. que surge o comércio de livros. Este conhecimento vem-nos sobretudo dos autores cómicos<sup>36</sup> que mencionam os *bibliopoles* (livreiros), que vendiam na ágora. Nos versos do poeta cómico Êupolis encontramos referência ao lugar onde se compram livros e onde também

---

<sup>33</sup> R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 95.

<sup>34</sup> A. N. SHERWIN-WHITE, *The Letters of Pliny*. Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 51, apud R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 96.

<sup>35</sup> Suetônio, *Augustus* 89.3, tradução da autora. Cf. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 98.

<sup>36</sup> Por exemplo, Aristófanes satiriza na sua obra *As Rãs* (v. 1114) a questão do “abuso” da posse de livros, já que cada um da audiência tinha um livro da peça que estava a assistir.

se adquire incenso, guloseimas, perfumes, cebolas ou alhos<sup>37</sup>. Nesta altura, a literatura atingiu os seus anos dourados, e vários autores como filósofos, tragediógrafos e comediógrafos eram amplamente distribuídos.

Independentemente de muitas referências nos darem um panorama de uma ampla divulgação livresca, Platão regista que o negócio da publicação estava pouco desenvolvido. No *Fedro* fala com desdém do valor da escrita e dá uma incondicional preferência à mais expressiva e vigorosa palavra oral. O filósofo apenas deixava os seus manuscritos serem copiados para um círculo limitado de alunos e amigos. As poucas cópias que circulavam eram alugadas pelos seus donos a taxas elevadas<sup>38</sup>.

Apesar de todas estas contradições de dados sabe-se que alguns dos copistas tinham em armazém as obras mais pedidas, e se a procura de livros fosse grande contratavam outros copistas, o que nos leva a concluir que os serviços de publicação, ainda que de forma embrionária, se iniciaram por esta altura<sup>39</sup>.

Relativamente à relação que se estabelecia entre autor e editor, não existem dados concretos acerca do pagamento de taxas ao autor, nem sobre a proteção dos direitos de autor (*copyright*), já que, tendo em conta a extensão do plágio encontrado em certas obras, é evidente que o autor não tinha direitos de exclusividade sobre a sua obra, e que a reprodução e distribuição das suas criações não lhe traziam grandes ganhos financeiros<sup>40</sup>. O que movia os autores

---

<sup>37</sup> A primeira referência a um mercado de livros em Atenas deve-se a Êupolis no Fr. 327 K.A.: “Dei a volta aos alhos e às cebolas,/ ao incenso, e logo aos perfumes,/ às miudezas e aos livros à venda” (tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira 2009, p. 390).

<sup>38</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books in classical antiquity*. Leiden, A. W. Sijthoff, 1949, p. 24.

<sup>39</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 24.

<sup>40</sup> Para exemplos de plágio vd. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 25.

a publicar eram não só motivos idealistas (já que veriam o seu nome ficar nos anais da História)<sup>41</sup>, como políticos.

Edições dos clássicos, antologias, livros de culinária, cavalaria, entre outros, proliferam, alguns com um elevado cuidado de elaboração e cópia. Por outro lado, esta mesma proliferação de livros levava à existência de obras de pouca qualidade no mercado, com modificações, corrupções e seleções de passagens dos textos<sup>42</sup>.

De entre os livros mais apreciados pelos gregos, encontramos os *Poemas Homéricos*, sendo a *Ilíada* editada em maior escala, logo seguida pela *Odisseia*<sup>43</sup>. Além de Homero, Demóstenes também era um autor popular, e foi lido pelos romanos durante a ocupação do Egito. Eurípides foi um dos mais populares, mas o seu interesse foi diminuindo; Menandro e Platão continuavam a ser autores de eleição do público, assim como Tucídides, Xenofonte, Isócrates, Hesíodo, Píndaro, Sófocles, Heródoto, Aristófanes, Safo, Teócrito e Baquilídes, por esta ordem; Aristóteles estava também largamente representado<sup>44</sup>.

Infelizmente a questão dos livros proibidos não era novidade, e já no ano de 411 a.C. livros pertencentes ao filósofo Protágoras foram apreendidos e queimados publicamente em Atenas, devido

---

<sup>41</sup> Marcial, Juvenal, Horácio e Plínio consideravam que escrever poesia apenas trazia alguma fama e renome ao poeta, nada mais. Pelo contrário, Tácito não considerava nem uma coisa nem outra, já que “nem a fama nem a boa opinião à qual [os poetas] unicamente se dedicam, afirmando ser o único prémio de todo o seu trabalho, é igual entre poetas e oradores, porque nenhum conheceu poetas medianos, e bons, poucos” (*Dialogus de oratoribus*, 10) (tradução do latim da autora). Assim, refere que os versos não trazem nem honra nem dinheiro aos poetas, e que mesmo a fama, que esperam ter, acaba por lhes dar menos comparativamente aos oradores públicos. Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 42. No âmbito da imortalidade através das letras surge Horácio (*Ode* III, 30) que acreditava que o livro era o equivalente a um monumento perene.

<sup>42</sup> Vd. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 26.

<sup>43</sup> Trabalhos realizados na atual El-Bahnasa, por exemplo, mostram que dos cerca de 500 mil papiros encontrados (entre eles fragmentos), 40% são versos dos textos de Homero, e na década de 40 do século XX conheciam-se 372 papiros da *Ilíada* e 104 da *Odisseia*.

<sup>44</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., pp. 27-28.

ao seu conteúdo que ofendia os detentores do poder na altura. Era também comum os oficiais confiscarem cópias de edições privadas da casa dos seus donos.

Parece também ter existido um comércio de livros em segunda mão, como testemunha Platão (*Ap.* 26d) que refere que a obra de Anaxágoras se podia adquirir na antiga *orchestra* por um dracma<sup>45</sup>.

Não temos informações suficientes sobre a existência de um comércio de livros para o exterior. Ao mesmo tempo há testemunhas, como Xenofonte (*An.* 7.5.12-4), que nos informam que os barcos traziam livros como mercadoria; Plutarco (*Nic.* 29) relata o facto de que certos prisioneiros atenienses em Siracusa conseguiam obter a sua liberdade pelo facto de saberem de cor as obras de Eurípides – o que nos leva a crer que ainda haveria uma certa dificuldade em obter livros editados em Atenas<sup>46</sup>. Já David Diringer, apoiando-se em Plutarco, diz-nos que Alexandre, o Grande, ordenou a compra de livros em Atenas, livros esses escritos por autores como Ésquilo, Sófocles, Eurípides, e outros trabalhos, que incluíam obras de história e poesia<sup>47</sup>.

No entanto, o posterior incremento do comércio externo de livros parece ter dado lugar a uma regularização do processo de cópias, processo esse que a nível literário foi uma enorme mais-valia, já que a referência e citações de autores em várias obras permitiram o desenvolvimento da crítica literária, resolvendo, assim, alguns dos problemas textuais que certos textos suscitavam devido às sucessivas cópias.

Os livros de então tinham já ilustrações, sendo o primeiro de que temos conhecimento atribuído a Anaxágoras, segundo Diógenes Laércio (II, 3, 11): “Anaxágoras foi também o primeiro a publicar

---

<sup>45</sup> Cf. J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 233.

<sup>46</sup> Cf. J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 233.

<sup>47</sup> David DIRINGER, *The book before printing: ancient, medieval and oriental*. Nova Iorque, Dover Publications, 1982, p. 232.

um livro com desenhos/diagramas”<sup>48</sup>. As ilustrações nos livros eram utilizadas, por exemplo, nos textos de matemática, pois para serem compreendidos necessitavam de figuras explicativas; dois fragmentos de papiro pertencentes a Euclides contêm desenhos. Os romanos também utilizavam ilustrações nas obras, decorando, por exemplo, biografias com retratos. Alguns autores, como Virgílio, tinham os próprios retratos nos prefácios dos seus livros. Uma das questões que se coloca neste âmbito de utilização das imagens nos livros era a dificuldade que haveria em fazer as cópias dos mesmos<sup>49</sup>.

Apesar de se ver a literatura como uma literatura escrita, a leitura literária continuava a ser em voz alta, pelo que não se pode dizer que tenha havido uma rutura com a fase oral<sup>50</sup>. Em todo o caso, o volume de livros publicados é grande: cerca de 800 comédias parecem ter circulado em Atenas em forma de livro, colocando-se assim o problema do acesso a esta considerável oferta, inacessível, na maioria dos casos, à aquisição individual<sup>51</sup>. As bibliotecas das escolas filosóficas são a primeira instituição de recolha e conservação da literatura, facilitando o acesso a determinados leitores. Ainda que inicialmente se trate de bibliotecas especializadas, constituem o gérmen do que seriam as bibliotecas gerais posteriores, em particular a de Alexandria.

O aumento da produção de livros gregos deve-se sobretudo à criação da biblioteca de Alexandria, já que tanto a biblioteca como a escola atraíram muitos estudantes do mundo helénico. Alexandria tornou-se o centro académico e científico da Antiguidade por excelência. Vejamos o testemunho de Mostafa El-Abbadi, que citando

---

<sup>48</sup> DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, II, 3, 11 (tradução da autora).

<sup>49</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 16.

<sup>50</sup> Como refere Walter J. ONG, *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 18: “La expresión oral es capaz de existir, y casi siempre ha existido, sin ninguna escritura en absoluto; empero, nunca ha habido escritura sin oralidad.”

<sup>51</sup> J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 234.



Georges Leroux, escreve: “Alexandria was a city of books and reading, it was also a city of debate and learning”<sup>52</sup>.

A biblioteca de Alexandria foi a mais importante das bibliotecas gregas, e contribuiu para o grande incremento na produção de livros. Esta biblioteca gozava de grande fama e prestígio, tendo-se tornado ao mesmo tempo num autêntico “tanque de pensar” e num centro de traduções e cópias<sup>53</sup>, fonte da cultura e do intelectualismo. Muitos foram os livros produzidos e publicados em Alexandria, desde obras de cariz científico, como livros de medicina, ciências naturais, engenharia, astronomia, até às obras pertencentes à área das humanidades, de poesia, gramática ou lexicografia. Alexandria tornou-se o centro da produção de livros<sup>54</sup>.

Possuidora de um enorme acervo, a biblioteca cresceu graças a diversos métodos de aquisição, entre os quais o envio de “agentes” a todo o mundo grego à procura de textos que pudessem fazer parte da biblioteca. Outra forma de aquisição de livros provinha do confisco dos livros trazidos nos barcos que passavam por Alexandria: os navios que carregassem livros deveriam entregá-los para cópia; no entanto, acontecia muitas vezes que essa mesma cópia era devolvida, ficando em Alexandria o original – muitos deles primeiras edições. Estes eram etiquetados com a referência de serem provenientes dos navios<sup>55</sup>.

Na *Carta de Aristeias* (9-11) é referida a quantidade de livros do acervo da biblioteca de Alexandria e algum do trabalho desenvolvido:

---

<sup>52</sup> Vd. Mostafa EL-ABBADI, Omnia Mounir FATHALLAH (eds.), “Introduction”, in *What Happened to the ancient Library of Alexandria?*. Leiden; Boston, Brill, 2008, p. 5.

<sup>53</sup> Patrick M. VALENTINE, *A social history of books and libraries from cuneiform to bytes*. Plymouth, The Scarecrow Press, 2012, p. 28.

<sup>54</sup> Cf. D. DIRINGER, *The book before printing...*, op. cit. p. 270.

<sup>55</sup> GALENO, *Commentarius in Hippocratis Epidemias* III. Vd. Roy MACLEOD, *The Library of Alexandria, center of learning in the ancient world*. Nova Iorque, I.B. Tauris, 2004, p. 65.

Encargado de la biblioteca del Rey, Demetrio de Fáleron, recibió grandes sumas de dinero, para reunir, de ser ello posible, todos los libros del orbe; y realizando compras y transcripciones, llevó a feliz término en el menor plazo que pudo la encomienda real. Habiéndosele demandado, en mi presencia: “¿Cuántas decenas de millares de libros hay?”, respondió: “Más de veinte, oh Rey; y me afano para completar en breve lo que falta para los quinientos mil. Por cierto, que se me ha anunciado además que las leyes de los judíos son dignas de transcripción y de hallarse en tu biblioteca”. “¿Qué es lo que te impide – dijo el Rey – realizar esta tarea, puesto que se te ha provisto de todo lo necesario?”. Demetrio dijo: “Se necesita una traducción: en Judea se sirven de sus propios caracteres; tienen, del mismo modo que los egipcios, tanto una escritura como una lengua propias. Corre la fama de que utilizan el siríaco pero no es cierto, se trata de algo distinto”. El Rey, después que hubo recibido noticia puntual de todo, ordenó se escribiera al sumo sacerdote de los judíos, a fin de llevar a buen término el proyecto<sup>56</sup>.

Tanto a criação da biblioteca de Alexandria como de outras bibliotecas tinha como principal finalidade a preservação do conhecimento de todo o mundo. Sobretudo a de Alexandria, que, ao mesmo tempo que pretendia reunir a herança do Helenismo, procedia a trabalhos de crítica textual, por forma a recuperar os verdadeiros textos, comprometidos com as sucessivas cópias feitas. Alexandria colocou “o mundo dentro de rolos”, como refere Luciano Canfora<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Tradução em espanhol de Jaume PÒRTULAS, “La carta de Aristeas a Filócrates”: *Revista de Historia de la Traducción* 1,1 (2007). Disponível em linha: <http://www.traducionliteraria.org/1611/esc/biblia/aristeas.htm#>.

<sup>57</sup> Luciano CANFORA, “Le monde en rouleaux”, in Christian JACOB, François DE POLIGNAC, *Alexandrie III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.: tous les savoirs du monde ou le rêve d’universalité des Ptolémées*. Serie Mémoires 19. Paris, Editions Autrement, 1992, p. 49.

Inspirados pelos gregos, os romanos mantiveram o seu gosto pelos livros e pela construção de bibliotecas. Escavações feitas em Pompeios e Herculano mostram vestígios de algumas bibliotecas privadas. Apesar de a tradição ser oral, aos poucos abraçaram o gosto pela escrita e pelos livros, principalmente quando Augusto estava no poder; no governo de Tibério já existiam teoricamente três ou quatro bibliotecas públicas e muitas privadas pertencentes à aristocracia. Tal como aconteceu em territórios gregos, as bibliotecas romanas eram consideradas “the knowledge that Roman emperors are using and controlling to articulate their authority”<sup>58</sup>. A biblioteca de Trajano, por exemplo, tinha uma sala que possuía mesas para leitura, encontrando-se os livros acondicionados em nichos. Tal como outras, esta biblioteca estava dividida em duas secções distintas: uma de obras gregas e outra de obras romanas, com estatuetas e bustos como decoração. Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias* (6.5.2), refere que nas bibliotecas em Roma existiam imagens dos autores (*additis auctorum imaginibus*).

Ao contrário do que acontecia nas antigas civilizações, eram muitos os romanos letrados, tendo a literacia florescido ao longo da República. Entre os homens cultos romanos era usual saberem latim e grego<sup>59</sup>. Aquilo a que podemos chamar de atividades literárias em Roma (*studia*) são em sentido lato “gregas”, visto pertencerem a um espaço de prazer, e não a um sentido político; o *otium* e as atividades literárias, às quais os romanos das elites se devotavam, ocorrem em grego e latim. As denominadas *litterae latinae* são, na verdade, *litterae graecae* em latim<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> YUN LEE TOO, *The idea of the library in the ancient world*. Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 44.

<sup>59</sup> P. M. VALENTINE, *A social history of books...*, op. cit., p. 29.

<sup>60</sup> Florence DUPONT, “The corrupted boy and the crowned poet; or, the material reality and the symbolic status of the literary book at Rome” in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (ed.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 144.

No fim da época da República existe uma grande difusão de livros em Roma. Os arquivos públicos proliferam em Roma e nas suas capitais de província, contendo documentação política, judicial e religiosa. As famílias também têm os seus próprios arquivos, onde armazenam documentos ligados às carreiras políticas dos seus antepassados e aos seus cultos privados; no início do Principado, continuam a existir bibliotecas públicas e privadas com livros nas duas línguas<sup>61</sup>. Cícero, sendo um grande colecionador de livros, pede a Ático<sup>62</sup> que lhe traga os livros de Peto, primo do gramático Sérvio Clódio, que lhe havia deixado textos em latim e em grego.

Se analisarmos a história do livro em Roma, verificamos que um livro na biblioteca de Cícero, um livro enviado como presente de Horácio a Augusto, e um livro vendido na livraria em *Vicus Tuscus*<sup>63</sup> são diferentes realidades. Isto deve-se não só aos vários suportes em que é feito o registo, mas também ao próprio estatuto simbólico e funções, que são distintos no que respeita ao uso social para que foram feitos<sup>64</sup>.

### **Materiais e formatos: do papiro ao pergaminho, do rolo ao *codex***

Durante a época clássica os rolos de papiro foram o veículo da literatura grega; quando a Grécia foi subjugada por Roma, os

---

<sup>61</sup> F. DUPONT, “The corrupted boy...”, op. cit., p. 144.

<sup>62</sup> CÍCERO, *Epist. ad Atticum* 2.1.

<sup>63</sup> Para referência de livrarias em *Vicus Tuscus* ou noutras ruas em Roma, referidas em autores antigos, vd. Peter WHITE, “Bookshop in the literary culture of Rome”, in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (ed.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 271, n. 8.

<sup>64</sup> F. DUPONT, “The corrupted boy...”, op. cit., p. 143.

romanos no século II a.C. adotaram este material de escrita. Nas palavras de Johnson,

from the beginnings of Greek written literature until deep into the Roman era, a 'book' was fashioned by taking a premanufactured papyrus roll, writing out the text, attaching additional fresh rolls as the length of text required, and, when finished, cutting off the blank remainder. Needed were the papyrus rolls, ink, pen sponge, glue, and knife. (...) Books on papyrus in the form of rolls ('bookrolls') were the norm from the beginnings through the early Roman era.<sup>65</sup>

A indústria do papiro foi considerada de grande importância nas exportações do Egito, e no tempo do Império Romano parece ter pertencido a um monopólio imperial. Com o controlo das rotas comerciais, cada vez mais seguras, os navios mercantis, além de trazerem vinho, cereais ou azeite, escravos e cavalos, transportavam também rolos de papiro. O uso e flexibilidade deste material está presente nas evidências que chegaram até nós, demonstrando que era utilizado não só como suporte de textos literários, mas também de documentos de todo o tipo, como registos relativos à administração imperial ou registos de impostos<sup>66</sup>.

Foram utilizadas grandes quantidades de papiro na Roma Imperial, enviadas em fardos e guardadas em armazéns especiais (*horrea chartaria*). Apesar de inicialmente ter havido uma certa apreensão no que respeitava ao uso do papiro, a novidade impôs-se<sup>67</sup>. Os *pinakes* gregos (tabuinhas de cera) denominadas na época

---

<sup>65</sup> William A. JOHNSON, "The Ancient Book", in R. S. BAGNALL, *The Oxford Handbook of Papyrology*. Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 256.

<sup>66</sup> R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., 2009, p. 19.

<sup>67</sup> Cf. F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 129.

romana de *cera*, *tabula* e *tabella*, serviam essencialmente para fins educativos, composições literárias ou trabalhos de índole administrativa. No caso de uma epístola extensa, optava-se pelo uso do papiro em vez das tabuinhas.

O livro romano era, inicialmente, feito em rolo de papiro e referido como *volumen* em latim, tendo este tipo de suporte sido utilizado por todo o mundo antigo, dentro e fora dos territórios romanos, ao longo do Mediterrâneo. Na verdade, o papiro tornou-se o instrumento fundamental do conhecimento e da literatura, chegando Plínio a referir que com o “uso deste material, a cultura e a história da humanidade estão, de forma preeminente, encarnadas”<sup>68</sup>.

Marcial nos seus *Epigramas* (III, 2, 7-11, e I, 117, 16)<sup>69</sup> descreve o modo como se formava o *volumen*: no final das folhas de papiro ou do pergaminho<sup>70</sup> (ocasionalmente poderia também ser feito no princípio) colocava-se um cilindro feito de madeira ou de osso (*umbilicus* ou *cornu*). Geralmente os cilindros eram pintados de cores vivas (*pictis umbilicis*) e as extremidades (*umbilicis*) de preto, ou eram ornadas de discos de marfim (*cornua*); com pedra-pomes poliam-se as margens superior e inferior do rolo. De seguida, o verso da folha era untado com óleo de cedro, tornando-se assim impermeável à humidade e à traça; atava-se uma etiqueta (*index* ou *titulus*) em pergaminho ao rolo, onde estavam registados o nome do autor e o título da obra a escarlata, o qual, depois de envolto em pergaminho cor de púrpura ou amarelo dourado, ficava pronto para ser enviado ao editor<sup>71</sup>.

---

<sup>68</sup> PLÍNIO, *Hist. Nat.*, 13.21. Cf. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 15.

<sup>69</sup> “Agora podes passear untado de cedro/ e, exibindo o duplo enfeite no frontispício,/ pavonear a exuberância dos cilindros coloridos;/ e deixar que a púrpura fina te revista,/ e de escarlata enrubesça o título orgulhoso” e “polido de pedra-pomes e ornado de púrpura” (Tradução do latim de Paulo Sérgio Ferreira e de José Luís Brandão: Marcial, *Epigramas*, vol. I, p. 129-130 e p. 96, respetivamente).

<sup>70</sup> Não há referência explícita no poema de que se trata de papiro ou de pergaminho.

<sup>71</sup> Veja-se a nota de Cristina de Sousa Pimentel em MARCIAL, *Epigramas*. Vol. I, p. 130, n. 3.

Tibulo (III, 9) refere que as folhas de papiro eram alvas como a neve (*nivea*), demonstrando assim uma qualidade superior, enquanto a cobertura do livro (*membrana*) era cor de argila (*lutea*) (*Lutea sed niveum involvat membrana libellum*)<sup>72</sup>.

Durante a época imperial em Roma existiam vários tipos de papiro de diferente importância e qualidade. Segundo Plínio (XIII, 23), a folha de papiro de melhor qualidade era feita a partir do centro da planta. Os antigos deram-lhe primeiramente o nome de *Hieratica*, pois era inteiramente reservado aos textos sagrados. Mais tarde, recebeu o nome de *Augusta*, em honra de Augusto César, e a de segunda qualidade foi dado o nome de *Liviana*, devido à esposa de Augusto se chamar Lívia. Por essa altura, a folha de terceira qualidade passou a designar-se de *Hieratica*; e a da qualidade seguinte foi designada como *Amphitheatrica*, provavelmente devido ao local onde era manufaturada, ou seja, perto do anfiteatro, em Alexandria<sup>73</sup>.

Um dos problemas com os quais se deparava o papiro era a sua perecibilidade, pois apenas em climas secos gozava de grande longevidade, uma vez que em locais húmidos se deteriorava com mais facilidade. Na verdade, se os documentos não fossem bem acondicionados, corriam o risco de se estragarem, provocando o desaparecimento das obras originais e das cópias para sempre, como aconteceu com muitas, de cuja existência apenas restam as referências de outros autores. Apesar do esforço das bibliotecas e do amplo comércio de livros na época helenística, muitas das obras em papiro que não foram substituídas ou copiadas para códices acabaram por se perder<sup>74</sup>. Para além desta questão da

---

<sup>72</sup> “Mas que uma cobertura de argila envolva o livrinho alvo como a neve” (tradução da autora).

<sup>73</sup> Para outros tipos de papel, sua elaboração e qualidade, vd. PLÍNIO, *Hist. Nat.* XIII, 23, 24 e 25.

<sup>74</sup> F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 115.



perecibilidade do papiro, havia ainda que ter em conta o seu preço, pois como testemunha Juvenal, nas suas *Sátiras*, era caro (IV, 24 e VII 101).

Mas mais do que questão de perecimento das obras por razões naturais e do preço do papiro, o desaparecimento de alguns livros da Antiguidade deveu-se também ao facto de o processo de cópias ser muito lento, aliado à falta de interesse pela literatura dita pagã, literatura que era considerada imoral, como aconteceu com muitas obras de tragediógrafos gregos votados ao esquecimento. As peças teatrais feitas com base nessas obras ditas imorais foram proscritas, e no ano de 692 d.C. foram elaboradas as atas do Concílio in Trullo ou Concílio Quinissexto, cujo Canon LXII proibia a representação de comédias nocivas para a moral dos fiéis<sup>75</sup>.

No entanto, o livro romano impôs-se no ano 240 a.C. quando foram necessários inúmeros exemplares para que se reproduzissem as traduções gregas feitas pelo tarentino Lívio Andronico. O livro circulou em papiros e pergaminho, e o ato de editá-lo denominava-se *edere*, isto é, “dar à luz” ou “derramar algo”. C. Octávio Lampádio introduziu uma mudança na literatura latina quando estabeleceu o canto ou livro como ponto divisório num rolo de papiro<sup>76</sup>.

Uma prova da difusão da leitura pode ser comprovada com Marcial<sup>77</sup> ou Catão, que levava consigo livros, quando ia para o Senado. Séneca chegou a ser intolerante com os que compravam livros apenas para decorar as suas casas<sup>78</sup>, e considerava que o

---

<sup>75</sup> F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 115.

<sup>76</sup> F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 129.

<sup>77</sup> Marcial III, 1: “este livro, qualquer que seja o seu valor, te envia, de longínquas plagas/ a Gália de nome oriundo da toga romana./ Vais lê-lo e louvar talvez o livro precedente:/ qualquer que seja a tua preferência, um e outro são meus./ Concordo que te agrade mais o livro que nasceu na cidade rainha:/ deve, com efeito, vencer um livro gaulês, o pátrio.” (Tradução do latim de Paulo Sérgio Ferreira: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 129).

<sup>78</sup> SÉNECA, *De tranq. an.*, IX, 4-7.

tempo de ócio deveria ser passado com os livros, pois fazê-lo sem eles seria como morrer<sup>79</sup>.

No século III a.C. a literatura latina já havia adotado o rolo de papiro como formato do livro. Não nos podemos esquecer que o impulso literário foi acompanhado por uma gradual circulação de livros, não se sabendo ao certo, no que respeita ao número de exemplares, a tiragem de cada edição. Já quanto às cópias, havia um uso indevido da autoria dos textos e dos autógrafos dos próprios autores<sup>80</sup>. Marcial em I, 66, por exemplo, ataca, provavelmente, um plagiário que tentou comprar os seus poemas para os tornar seus, recorrendo aos serviços de um *scriba*<sup>81</sup>.

Durante o período clássico, até final do século III, o rolo de papiro foi o principal suporte de registo, tendo sido substituído posteriormente pelo pergaminho. Este material, feito a partir de pele de animal, surgiu em Pérgamo, quando o rei Ptolomeu proibiu a exportação do papiro do Egito, uma medida tomada diretamente contra o rei Êumenes II, cuja cidade possuía uma biblioteca que concorria com a de Alexandria<sup>82</sup>.

Os rolos de pergaminho eram pesados e difíceis de manusear; por isso, acabou por ser um formato de transição, tendo-se passado posteriormente ao formato de *codex*, que deu origem aos nossos

---

<sup>79</sup> SÊNECA, *Ep.* 82,3. Para outros exemplos da difusão da leitura vd. F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., pp. 130-131.

<sup>80</sup> Alguns bibliófilos da época tentavam arranjar livros autografados pelos autores, e por vezes a importância dada aos livros era tanta que estes eram sepultados com os seus donos.

<sup>81</sup> Marcial I, 66, vv. 1-3: “Estás enganado, ávido ladrão dos meus livros,/ que julgas tornar-te poeta só pelo preço/ que custa a escrita e um rolo barato” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 76).

<sup>82</sup> Plínio o Velho, *História Natural*, XIII, 21: “Depois, pela rivalidade entre Ptolomeu e Êumenes pelas bibliotecas, quando Ptolomeu suprimiu a exportação de papiros, novamente de acordo com Varrão, os livros de carneiro foram inventados em Pérgamo; e a partir daí o uso desse material tornou-se comum, tanto que veio a ser instrumento de imortalidade do homem” (tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BAÉZ, *Los primeros libros...*, op. cit. p.121).

atuais livros, formados por vários cadernos ou *quaderni*, e contendo um número variável de fólhos, passíveis de serem escritos dos dois lados. O poeta Marcial conhecia-o principalmente no formato pequeno, ideal para usar em viagens, para edições escolares ou antologias<sup>83</sup>.

G. Cavallo argumenta que os livros em formato de *codex* eram, sem dúvida, mais fáceis de fazer, encurtando o processo de produção e encorajando a sua circulação. O facto de as folhas poderem ser escritas dos dois lados fazia com que se poupasse muito espaço e diminuía o preço das cópias comparativamente ao rolo<sup>84</sup>. No entanto, os livros feitos com pergaminho em formato de *codex* eram produzidos em menor quantidade, porque os custos por cópia eram elevados, enquanto os rolos de papiro resultavam bem mais fáceis e baratos de fazer<sup>85</sup>.

Não há dúvida quanto às vantagens do formato do *codex*, quando comparado com o rolo. Um dos grandes benefícios prendia-se com o próprio acondicionamento das folhas, já que eram guardadas dentro de capas, na sua maioria feitas de madeira, e isso fazia com que as páginas estivessem protegidas, preservando a sua integridade. O facto, também, de os códices terem os títulos inscritos nas margens fazia com que fosse muito mais fácil identificá-los, enquanto que nos rolos eram colocadas etiquetas que se podiam perder<sup>86</sup>.

Outra vantagem prendia-se com a possibilidade de paginação, algo que diferia dos rolos, que não tinham páginas, o que facilitava a recuperação da informação por parte de historiadores e escritores que desejassem fazer pesquisas. Nessa altura, em que as cópias

---

<sup>83</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 19.

<sup>84</sup> Vd. G. CAVALLO, *History of Reading in the west*, Polity Press, 1999, p. 86, apud Rex WINSBURY, *The Roman book: books, publishing and performance in Classical Rome*. Londres, Duckworth, 2009, p. 21.

<sup>85</sup> R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 21.

<sup>86</sup> Vd. Lionel CASSON, *Libraries in the Ancient World*. New Haven e Londres, Yale University Press, 2001, p. 129.

eram feitas manualmente, tornava-se mais fácil para os copistas realizarem cópias mais fidedignas das obras, já que os conteúdos das páginas eram facilmente comparáveis neste formato. Esta principal e crucial diferença teve também a ver com uma necessidade cultural e religiosa, já que os textos deveriam ter uma coerência na sua apresentação, e os copistas-escritas, tal como os monges dos mosteiros medievais, faziam com que o seu trabalho de cópia acabasse na mesma página. No entanto, mesmo nos rolos era possível fazer-se com que as colunas, nas várias cópias, terminassem no mesmo local, embora não fosse fácil. Uma outra vantagem diz respeito ao próprio tamanho do *codex*, pois tornava-se possível usar um formato muito mais pequeno; no início do Cristianismo, sendo esta uma religião proibida, este formato facilitou a ocultação dos livros religiosos<sup>87</sup>, como se referirá mais adiante.

O tamanho do *codex* era determinado pela forma como a folha de pergaminho era dobrada, e com isso poderiam fazer quatro, oito ou doze páginas, de acordo com o tamanho da pele e a dimensão do livro proposto. Foi a partir daqui que foram criados os termos *quarto*, *octavo* e *duodecimo*. Normalmente os livros eram compostos por oito folhas (*folio*), ou seja, dezasseis páginas. As páginas eram numeradas por ordem alfabética, tendo-se recorrido ao uso de algarismos a partir da Idade Média. No fundo de cada página eram escritas as primeiras palavras da página seguinte, de forma a guiar o encadernador. É interessante atentar no cuidado de as páginas adjacentes terem a mesma coloração, pois, como se sabe, a pele tem diferentes tons. Para certas obras específicas era também utilizado um pergaminho muito mais fino, proveniente de jovens carneiros e de qualidade superior, denominado de *vellum*<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Cf. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 22.

<sup>88</sup> Cf. James Westfall THOMPSON, *Ancient libraries*. Londres, Archon Books, [1962], pp. 64-65.

A transição do formato do rolo para o *codex* foi feita, assim, de forma gradual, tendo-se tornado a forma tradicional do livro romano, ainda que entre os séculos II a.C. e II d.C. o formato habitual do livro em Roma continuasse a ser o do rolo importado da Grécia. Inovador no material, os precedentes do *codex* encontram-se não só nos “códices lígneos”, códices de tabuinhas de madeira (dípticos, trípticos, polípticos), como também nos “códices” em folhas de pergaminho, que eram o suporte mais usual na produção da escrita quotidiana, de documentos civis e militares, ou mais modestamente para contas, recibos, mensagens. Mas a época cristã, a partir do século II, foi o marco para a adoção do *codex*, não só porque um novo formato era identificador de uma nova religião, como também pela possibilidade de maior acesso das classes populares a obras escritas, não apenas por fatores económicos, como pelo facto de serem de mais fácil manuseamento e de melhor conservação<sup>89</sup>.

No mundo greco-romano, até ao século III, o códice era considerado uma espécie “inferior” de livro, e era usado essencialmente no âmbito escolar ou para textos de teor técnico-profissional (já que era um material mais económico); mas, a partir do século IV, começa a haver uma proliferação do uso do códice a partir do momento em que a religião cristã se torna uma religião institucional. O códice chega a ser livro de conservação bibliotecária, de cerimónia sagrada ou de *ostensio* conciliar, adquirindo o estatuto de livro de qualidade elevada<sup>90</sup>.

É interessante atentar em alguns achados de pequena dimensão, rolos em miniatura, chamemos-lhes “rolos de bolso”, com poesia,

---

<sup>89</sup> Francisca PORDOMINGO, “Los libros más pequeños de la antigüedad: el testimonio de los papiros”, in J. BARTOLOMÉ, Maria C. GONZÁLEZ, M. QUIJADA (ed.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004, pp. 314-315.

<sup>90</sup> F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., pp. 314-315.

datados dos séculos I e II a.C., do período romano<sup>91</sup>. A verdade é que o número de códices em miniatura suplantava o dos rolos, o que se poderá dever ao facto de, no Oriente, o códice ser considerado uma espécie inferior de livro e, portanto, um veículo de literatura secundária, com frequência copiado em modestos exemplares. Estes códices encontram-se entre os séculos III e os séculos VI e VII, concentrando-se nos séculos IV e V, mas a sua afirmação definitiva em relação ao formato de rolo acontece, a julgar pelo testemunho dos livros conservados no Egito greco-romano e início do bizantino, entre os séculos IV e V. Os códices miniatura contêm textos religiosos, na sua maioria bíblicos e cristãos, e são em número muito reduzido os que abarcam outras temáticas, o que nos leva a afirmar que a difusão do *codex* está ligada ao cristianismo<sup>92</sup>. Os códices que não pertencem à temática religiosa eram utilizados para extrair citações; sendo extremamente fáceis de transportar devido ao seu pequeno formato, poderiam ser lidos em qualquer situação.

De pequeno formato são também os cadernos escolares, que continham não só textos de outros autores para serem trabalhados, como serviam ainda para os alunos realizarem exercícios de escrita e de gramática. Outros continham textos paraliterários; os testemunhos que nos chegaram demonstram que seriam cópias privadas, a julgar pelo formato e pela escrita. As temáticas vão desde tratados de palmomancia, ou seja, prognósticos que derivam dos movimentos involuntários de diversas partes do corpo, à poesia amorosa, anedotas, oratória, notas escolares, astrologia, oracular.

É difícil definir uma tipologia: se deixarmos de lado os textos cristãos, cujo elevado número de livros nos leva a um formato mais tipificado

---

<sup>91</sup> Apenas para citar alguns exemplos destas pequenas obras que chegaram até nós, possuímos a de Menandro, *Karchedonios*, que media 16 cm, e de Píndaro, *Partheneion* com 13 cm: vd. F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., p. 321.

<sup>92</sup> Cf. F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., p. 322.

no mercado do livro, os restantes parecem ser “cópias privadas” com uma finalidade utilitária (livros de oração, escolares, adivinhação)<sup>93</sup>.

## Editores romanos

Após a conquista da Grécia por Roma, os romanos “subjugaram-se” à grandiosa cultura dos gregos; uma grande quantidade de livros gregos chegou ao Império, na sua maioria através da pilhagem, e não tardou que os livreiros viessem para Roma, tornando-se, desde cedo, a publicação uma indústria organizada. Com um mercado cada vez mais exigente a nível de número de publicações, os editores tinham trabalhadores treinados, sendo a maioria desses trabalhadores gregos (alguns deles eram mesmo escravos), muito procurados e caros. De acordo com Séneca, eram pagos 100.000 sestércios por um *servus literatus*. Esses escravos eram educados na caligrafia ainda em pequenos e, quando começavam a trabalhar, ainda que fossem escravos, eram remunerados pelo seu trabalho; se realizassem um trabalho excepcional, o que lhes era pago poderia salvá-los da pobreza<sup>94</sup>.

A máquina editorial da época era capaz de colocar no mercado centenas de cópias de um novo livro, ainda que por vezes esta rapidez trouxesse consigo uma qualidade duvidosa das obras. Cícero falava mesmo de “livros cheios de mentiras” e, para se justificarem os erros, havia quem dissesse que isso se devia ao facto de os copistas serem gregos e não conhecerem bem a língua latina<sup>95</sup>. Havia também

---

<sup>93</sup> Cf. F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., p. 336.

<sup>94</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 30.

<sup>95</sup> Marcial II, 8: “Se algo nestas folhas, leitor, te parecer/ ou demasiado obscuro, ou pouco latino,/ não é meu o erro: foi gralha do copista,/ na pressa de coligir os versos para ti./ Pelo que, se julgares que não ser ele, mas eu a errar,/ então acreditarei que não tens inteligência alguma./ “No entanto, isto é mau.” Como se eu negasse a evidência!/ Isto é mau, mas tu melhor não fazes.” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 101).



casos em que os copistas não copiavam a totalidade das linhas das obras, o que levava, igualmente, à existência de livros corrompidos.

A par dos editores que se importavam apenas com a produção de cópias dos livros e não com a sua qualidade, encontram-se outros que tinham plena consciência da importância do seu trabalho e possuíam nos seus ateliês leitores especiais para fazerem as correções dos textos. Mas não eram apenas alguns editores e os próprios autores que demonstravam uma preocupação face a um livro feito de forma correta: também os leitores assim o exigiam, e quando compravam edições antigas ou raras chamavam peritos (gramáticos) para os aconselharem.

Não se sabe ao certo se os editores estabeleciam um número fixo de cópias por edição. Muitas vezes, para saber se o livro teria uma boa receção por parte do público, realizavam-se recitais, em locais públicos, de alguns versos (ou mesmo a publicação de apenas uma pequena parte do trabalho); se a reação fosse positiva publicavam posteriormente o restante texto<sup>96</sup>.

O primeiro editor que conhecemos pelo nome é Ático, amigo de Cícero, que publicou não só os livros do seu amigo mas de muitos outros autores, e que era considerado um editor excepcional, possuidor de uma vasta cultura e de uma excelente rede de contactos, tão grande que Cícero aproveitou os seus conhecimentos para distribuir os seus livros, não só em Atenas durante o seu consulado, mas também noutras cidades da Grécia.

Na época de Augusto temos como grandes editores os irmãos Sósios, que se tornaram conhecidos pela publicação de Horácio. Este refere na *Arte Poética* que esta obra iria dar dinheiro aos seus editores, tornaria o nome do seu autor imortal e que atravessaria os mares: “é este o livro que dá dinheiro aos Sósios, que passa os

---

<sup>96</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 32, 35.

mares e oferece ao célebre escritor imortal renome”<sup>97</sup>. Na segunda metade do século I da nossa era, Trífon surge como um dos mais famosos editores, tendo publicado a maior parte dos trabalhos de Marcial e a *Retórica* de Quintiliano<sup>98</sup>.

Relativamente à proteção dos direitos de autor, estes não eram consignados na lei romana (como já referimos anteriormente), mas isso não queria dizer que os autores não se sentissem incomodados com esse facto. Cícero chegou mesmo a apelar à ética do seu amigo e editor Ático. Marcial também se queixava da cópia dos seus trabalhos feita por todo o tipo de pessoas que o imitavam<sup>99</sup>, e no seu epigrama I.52 chama a um poeta ladrão literário (*plagiarius*)<sup>100</sup>. Considera-se que a atual palavra ‘plágio’ que designa “o que rouba os escritos de alguém e os divulga como seus” foi criada por Marcial.

Quanto ao pagamento pela criação das obras aos seus autores, crê-se que, por norma, esse pagamento não era feito. No entanto, existem autores, como E. J. Kenney, que acreditam que, possivelmente, alguns livreiros pagassem um montante fixo aos autores pelos direitos das cópias e vendessem os seus livros numa base exclusiva, como cópias comerciais, e que faria parte do acordo com

---

<sup>97</sup> HORÁCIO, *Ars Poetica* 345-346 (tradução do latim de R. M. Rosado Fernandes, p. 107).

<sup>98</sup> Apesar de vários estudiosos considerarem estes nomes (os irmãos Sósios, Ático e Trífon) como editores, Rex Winsbury refere que não são editores, mas apenas copistas e livreiros. Sobre este assunto, vd. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., pp. 54-56.

<sup>99</sup> MARCIAL I, 72: “Que tu és um poeta, à custa dos meus versos,/ julgas e dejas que se acredite, Fidentino?/ Assim Egle considere que tem dentes,/ depois de comprar ossos e marfim das Índias;/ assim, mais negra que uma amora cadente,/ coberta de alvaiade, Licóris sente-se bela./ Da mesma forma que és poeta,/ quando estiveres careca, serás cabeludo.” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 79).

<sup>100</sup> MARCIAL I. 52: “Encomendo-te, Quinciano, os meus - / se é que meus posso chamar, / os epigramas que recita um teu amigo poeta -:/ se eles se queixam de dura servidão,/ vem afiançar que são livres e garante o que for preciso;/ e quando essoutro se intitular seu dono,/ diz-lhe que são meus e por minha mão libertos./ Se três e quatro vezes isto gritares,/ hás-de incutir vergonha ao plagiário.” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 71).

os autores fornecer-lhes cópias dos livros<sup>101</sup>. Muitos deles, como aconteceu com Cícero, tinham de ajudar a custear a publicação dos seus trabalhos. A verdade é que a maioria dos autores pertencia aos altos círculos da sociedade, podendo custear a publicação das próprias obras; já aqueles que não possuíam meios para o fazer recorriam normalmente a um mecenas para os ajudar<sup>102</sup>.

O que sabemos relativamente ao dinheiro ganho pelos editores é-nos testemunhado por alguns autores: Marcial dará a Trífon a possibilidade de fazer dinheiro com a venda dos seus *Epigramas*<sup>103</sup>; Horácio refere que o seu livro dará dinheiro aos Sósios<sup>104</sup>. No entanto, nada sugere que houvesse algum retorno para os autores<sup>105</sup>.

## Livrarias em Atenas e em Roma

No que se refere aos locais de compra de livros, as livrarias em Atenas são mencionadas pelos escritores de comédias desde o ano 430 a.C., e já Alexandre, o Grande, mandava comprar em Atenas livros dos grandes tragediógrafos, poetas e historiadores.

Em Roma, as livrarias existiriam desde a época de Cícero e Catulo; ficavam situadas nas melhores e mais movimentadas zonas da cidade, sendo ponto de encontro de académicos e bibliófilos.

---

<sup>101</sup> Cf. E. J. KENNEY, *The Cambridge History of Classical Literature*. Vol. 2. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

<sup>102</sup> MARCIAL III, 2: “a quem queres que te dedique, meu livrinho?/ Apressa-te a arranjar para ti um protector,/ não aconteça que, arrebatado logo para a sombria cozinha,/ atuns vás embrulhar com húmida folha/ ou de incenso ou de pimenta sejas o cartucho./ Foges para o regaço de Faustino? Miolo não te falta./ Agora podes passear untado de cedro/ e, exibindo o duplo enfeite do frontispício,/ pavonear a exuberância dos cilindros coloridos;/ e deixar que a púrpura fina te revista,/e de escarlate enrubesça o título orgulhoso./ Com tal protector nem a Probo precisas de temer.” (Tradução do latim de Paulo Sérgio Ferreira: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, pp. 129-130).

<sup>103</sup> MARCIAL, *Epigr.* 13.3.4.

<sup>104</sup> HORÁCIO, *Ars Poetica* 345.

<sup>105</sup> R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 62.

As lojas de venda de livros eram abundantes e denominavam-se *libraria taberna*. A primeira referência a estas lojas em Roma é de Cícero na sua *Segunda Filípica* (2.9.21). Estrabão (13.1.54) refere também que, quando Sula trouxe a biblioteca de Aristóteles como resultado de pilhagem para Roma em 83 a.C., alguns livreiros conseguiram ficar com uns quantos livros e fazer más cópias.

A verdade é que os comerciantes de livros não deixaram muitos testemunhos diretos, sendo as únicas exceções uma inscrição funerária comemorando o livreiro Sexto Peduceu Dionísio, e um registo ainda mais lacónico de um papiro grego feito pelo livreiro de Horácio, Sósia<sup>106</sup>.

Em latim, o termo mais usual para designar um vendedor de livros é *librarius*<sup>107</sup>; no entanto, também é utilizado para designar outras realidades, como por exemplo um secretário privado a quem se dita uma carta; nestas circunstâncias, deverá ter-se em consideração o contexto em que surge o termo. O *librarius* era um homem livre ou um liberto que trabalhava para si e não sob as ordens de ninguém, desconhecendo-se, ao certo, que independência tinha este tipo de vendedor<sup>108</sup>. Referências sobre as livrarias encontram-se em Catulo, quando este diz que vai a correr para as prateleiras de uma livraria (*librarius scrinia*) para comparar livros<sup>109</sup>, ou em Séneca, quando fala com Doros que vendeu livros a um *librarius*<sup>110</sup>.

Em Roma era possível comprar livros escritos em grego e em latim, títulos novos, cópias recentes de manuscritos, livros encomendados e, no tempo de Marcial, códices e rolos<sup>111</sup>. Leitores comuns

---

<sup>106</sup> Vd. P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., p. 268.

<sup>107</sup> O termo *librarius* como vendedor de livros surge por exemplo em Cat., 14.17, Séneca, *Ben.* 7.6.1, Marcial, *Epigr.* 2.8.3, ou em Gélio *Na.*, 5.4.1, 18.4.1.

<sup>108</sup> Cf. R. WINSBURY, *The Roman book ...*, op. cit., p. 58.

<sup>109</sup> CATULO 14,17.

<sup>110</sup> SÉNECA 7.6.1.

<sup>111</sup> Cf. P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., pp. 269 e 271. Para exemplos de livros de autores gregos, novos títulos, livros encomendados e códices vd. P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., p. 271, n. 7.

e leitores pertencentes às elites procuravam as livrarias como local de aquisição de livros, mesmo tendo a possibilidade de os adquirir por outros meios. As livrarias em Roma estavam concentradas na zona central da cidade e à sua volta. Os locais onde se vendiam livros estavam circunscritos na zona sul do fórum central: em *Vicus Tuscus*, na zona norte e leste deste, perto do Fórum de Nerva e ao longo de *Argiletum*, e em *Vicus Sandaliarius*<sup>112</sup>.

Nas entradas e nos pilares das livrarias existiam listas dos livros disponíveis com o nome do autor e os títulos, especialmente dos mais antigos. Pinner refere que aparentemente existiam armários com excertos dos livros de autores mais recentes para suscitar a curiosidade dos leitores<sup>113</sup>. Marcial, num dos seus epigramas (I, 117), refere que a publicidade às obras vendidas nas lojas era muitas vezes pintada nas ombreiras das portas ou em cartazes afixados: “Em frente ao foro de César está uma loja/ com as ombreiras de um lado e doutro cheias de inscrições,/ de modo que rapidamente se leia o nome de todos os poetas”<sup>114</sup>. Ao lado existiam também alguns livreiros que vendiam a sua mercadoria mais barata na rua; também nas maiores cidades das províncias existiam livrarias de primeira classe. Havia outros livreiros que vendiam livros antigos raros, mas muitas vezes o seu aspeto antigo era apenas artificial, ou seja, forçavam-no através do seu armazenamento juntamente com cereais, o que lhes conferia um ar amarelo envelhecido<sup>115</sup>.

Numa primeira fase, o vendedor de livros em Roma, ao contrário do que aconteceu na Grécia, desempenhava várias funções em

---

<sup>112</sup> Temos referência, por exemplo, em Galeno da *Vicus Sandaliarius*: “Na *Vicus Sandaliarius*, onde estão situadas muitas livrarias em Roma, eu observei algumas pessoas a perguntarem se um livro que estava a ser vendido era meu ou escrito por outro” (Galeno, *Lib. Propr.* 19.8 Kühn) (tradução da autora a partir da versão inglesa em P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., p. 283).

<sup>113</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 47.

<sup>114</sup> Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 95.

<sup>115</sup> Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 48.

simultâneo: era ao mesmo tempo fabricante, editor e revendedor. Esta separação de papéis só seria feita mais tarde, com o desenvolvimento da literatura.

Os livros conseguiam chegar aos vários pontos do Império: uma obra copiada em Roma poderia chegar a Alexandria em dois meses, e mesmo nos portos havia pontos de venda de livros.

## Conclusão

Desde a transmissão oral dos usos e costumes, aos registros de elementos de cariz administrativo ou de âmbito sagrado, passando pela evolução dos diversos materiais que lhe serviram de suporte, o livro assumiu ao longo dos tempos um papel fundamental na difusão do legado de variadas civilizações antigas. Considerando, tal como Ernest C. Richardson (1914: 20), que o livro poderá ser “qualquer registro do pensamento em palavras, [em que] não interessa nem o tamanho, nem a forma, nem o material: inclusive uma palavra pode ser um livro e esse livro toda uma biblioteca”, são inegáveis as possibilidades que ele trouxe à perenidade das diversas culturas até aos dias de hoje.

## Referências bibliográficas

- BÁEZ, Fernando, *Los primeros libros de la humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico*. Madrid, Fórcola, 2013.
- BORGES, José Luis, “O livro”, in *Borges, Oral & Sete Noites*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 11-21.
- BRIOSO SÁNCHEZ, Máximo, “Sócrates lector?”, in M<sup>a</sup> Pilar FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, et alii (ed.), *Est hic varia lectio: la lectura en el mundo antiguo*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, pp. 13-40.
- CANFORA, Luciano, “Le monde en rouleaux”, in Christian JACOB, François DE POLIGNAC, *Alexandrie IIIe siècle av. J.-C.: tous les saviors du monde ou le rêve d’universalité des Ptolémées*. Serie Mémoires 19. Paris, Editions Autrement, 1992.

- CARRUTHERS, Mary, *The Book of memory: a study of memory in medieval culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- CASSON, Lionel, *Libraries in the Ancient World*. New Haven; Londres, Yale University Press, 2001.
- DE HOZ, Javier, “La escritura en Grecia arcaica y clásica: funciones y modelos”, in J. BARTOLOMÉ, María C. GONZÁLEZ, M. QUIJADA (eds.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004.
- DILKE, O. A., *Roman books and their impact*. Leeds, The Elmet Press, 1977.
- DIRINGER, David, *The book before printing: ancient, medieval and oriental*. Nova Iorque, Dover Publications, 1982.
- DUPONT, Florence, “The corrupted boy and the crowned poet; or, the material reality and the symbolic status of the literary book at Rome”, in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (ed.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 143-163.
- EL-ABBADI, Mostafa; FATHALLAH, Omnia Mounir (eds.), *What Happened to the ancient Library of Alexandria?*. Leiden; Boston, Brill, 2008.
- ELIOT, Simon; ROSE, Jonathan, *A companion to the history of the book*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007.
- ÉSQUILO, *Prometeu Agrilhoado*. Tradução do grego de Ana Paula Quintela Sottomayor. Lisboa, Edições 70, 1992.
- HAVELOCK, E. A., *The literate revolution in Greece and its cultural consequences*. Princeton, Princeton University Press, 1982.
- HORÁCIO, *Arte Poética*. Tradução do latim de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, Editorial Inquérito, 1984.
- JOHNSON, William A., “The Ancient Book”, in R. S. BAGNALL, *The Oxford Handbook of Papyrology*. Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 256-281.
- JOHNSON, William A.; PARKER, Holt N., *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- KENNEY, E. J., *The Cambridge History of Classical Literature*. Vol. 2. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- KENYON, Frederic G., *Books and readers in Ancient Greece and Rome*. Oxford, Clarendon Press, 1951.
- MACLEOD, Roy, *The Library of Alexandria, center of learning in the ancient world*. Nova Iorque, I. B. Tauris, 2004.
- MARCIAL, *Epigramas*. Vol. I [Introdução e notas de Cristina de Sousa Pimentel, tradução do latim de Delfim Ferreira Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira]. Lisboa, Edições 70, 2000.
- MESTRE, Francesca, “Uso y abuso de los libros en un mundo libresco: algunos ejemplos griegos de la época imperial”: *Faventia* 30/1-2 (2008), pp. 297-313.
- MORGAN, T. J., “Literate education in classical Athens”: *CQ* 49,1 (1999), pp. 46-61.
- ONG, Walter J., *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Hélade: antologia da cultura grega*. Lisboa, Guimarães Editores, 2009.



- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Romana: antologia da cultura latina*. Lisboa, Babel, 2010.
- PFEIFFER, R., *History of classical scholarship: from the beginnings to the end of the Hellenistic Age*. Oxford, Clarendon Press, 1968.
- PINNER, H. L., *The world of books in classical antiquity*. Leiden, A. W. Sijthoff, 1949.
- PLATÃO, *Fedro ou da beleza*. Tradução e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa, Guimarães Editores, 2000.
- PORDOMINGO, Francisca, “Los libros más pequeños de la antigüedad: el testimonio de los papiros”, in J. BARTOLOMÉ, María C. GONZÁLEZ, M. QUIJADA (eds.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004, pp. 311-336.
- PÒRTULAS, Jaume, “La carta de Aristeas a Filócrates”: *Revista de Historia de la Traducción* 1,1 (2007). Disponível em linha: <http://www.traduccionliteraria.org/1611/esc/biblia/aristeas.htm#>.
- RICHARDSON, Ernest Cushing, *The beginnings of libraries*. Princeton, Princeton University Press, 1914.
- ROBSON, Eleanor, “The clay tablet book in Sumer, Assyria, and Babylonia”, in Simon ELIOT, Jonathan ROSE, *A companion to the history of the book*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007.
- SÍCULO, Diodoro, *The Library of History*. Harvard, Harvard University Press, 1933.
- SIGNES CODOÑER, J., “El paso de la oralidad a la escritura en la Grecia arcaica y clásica”, in *Antiquae lectiones. El legado clásico desde la Antigüedad hasta la Revolución Francesa*. Madrid, Cátedra, 2005, pp. 37-43.
- THOMPSON, James Westfall, *Ancient libraries*. Londres, Archon Books, [1962].
- TURNER, E. G., *Athenian books in the fifth and fourth centuries B.C.* London, University College, 1952.
- VALENTINE, Patrick M., *A social history of books and libraries from cuneiform to bytes*. Plymouth, The Scarecrow Press, 2012.
- WHITE, Peter, “Bookshop in the literary culture of Rome”, in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (eds.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- WINSBURY, Rex, *The Roman book: books, publishing and performance in Classical Rome*. Londres, Duckworth, 2009.
- YUN LEE TOO, *The idea of the library in the ancient world*. Oxford, Oxford University Press, 2010.

**AS PROBLEMÁTICAS DO LIVRO MÉDICO  
EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVI E XVII.  
COM A BIBLIOGRAFIA DAS OBRAS MÉDICAS  
IMPRESSAS EM PORTUGAL (1496-1598)**

**THE PROBLEMATICS OF MEDICAL BOOK IN  
SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES  
PORTUGAL. WITH A BIBLIOGRAPHY OF THE  
WORKS PRINTED BETWEEN 1496 AND 1598**

*Hervé Baudry*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo trata do livro médico em Portugal nos séculos XV a XVII na perspetiva, por um lado, de um inventário bibliográfico, atualizando nomeadamente a bibliografia das obras de medicina impressas em Portugal até ao fim do século XVI, e, por outro lado, da problematização dos textos impressos relativamente aos conteúdos e usos. Providencia novos dados sobre a produção nacional assim como sobre os principais aspetos do mercado, importação e exportação. Tratando-se do controlo dos textos médicos, o estudo debruça-se sobre a questão da microcensura, ou censura de

---

<sup>1</sup> CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores: hbaudry@fcsh.unl.pt.

expurgação, analisando em particular as instruções dadas pelos censores portugueses nos Índices locais.

**Palavras-chave:** Medicina; Livro; Portugal; Primeira Modernidade; Censura

**Abstract:** This study deals with the Portuguese medical book from the fifteenth to the seventeenth centuries in the perspective of, on the one side, a bibliographical inventory, updating the bibliography of works printed in Portugal until the end of the sixteenth century, and, on the other, the problematics of the contents and uses of printed books. It provides new elements on the internal production as well as on the main aspects of the market, import and export. Regarding the control of medical texts, it questions microcensorship, or censorship of expurgation, analysing in particular the instructions given by the Portuguese censors in the local Indexes.

**Keywords:** Medicine; Book; Portugal; Early Modern Period; Censorship

A história global do livro impresso desde a sua “aparicação<sup>2</sup>” está a ser escrita e, às vezes, reescrita conforme as informações novas que vêm sendo divulgadas. Por ser também um problema de estatísticas, a história desse meio industrial de produção deu grandes passos em frente com a universalização dos instrumentos digitais, em particular a catalogação cada vez maior dos fundos existentes. No que toca à Península Ibérica, o vasto empreendimento bibliográfico de *Iberian Books* permitiu retificar os dados de uma maneira surpreendente, tanto ao nível da quantificação da atividade da imprensa, como ao dos mais variados aspetos qualitativos, uma vez que uma percentagem muito significativa de obras e impressões até agora nunca catalogadas enriquecem o património dos países em causa<sup>3</sup>. Teve como consequência ajudar a precisar o campo de questões tão delicadas como a das obras perdidas, das prioridades temáticas e das políticas editoriais adotadas pelos agentes dessa indústria, sejam eles do lado da produção e da difusão ou do controlo. A circulação de um livro resulta pois de uma série de prioridades e interesses que, quanto melhor avaliamos a produção, mais bem definidos ficam. O mercado do livro desenvolve-se dentro de fluxos que não são exclusivamente financeiros ou técnicos. Tudo começa pela criação de uma escrita, geralmente da autoria de um indivíduo de sexo masculino, quando não obra coletiva, e acaba nas mãos de um leitor ou nos ouvidos de um ou vários ouvintes. A história do livro necessita assim que se tome em conta aspetos variados que não se limitam a um mero inventário que se reduz a fichas des-

---

<sup>2</sup> Lucien FEBVRE, Henri-Jean MARTIN, *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971.

<sup>3</sup> Ver Alexander S. WILKINSON, *Iberian Books: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula Before 1601*. Leiden, Brill, 2010, pp. vii-xi. Catálogos em linha: *Iberian Books* <<http://iberian.ucd.ie>>; *Universal Short Title Catalogue* (USTC) <<http://www.ustc.ac.uk>>.

critivas. O objeto livro insere-se numa cadeia, a cadeia editorial, que vai da sua conceção na mente de alguém até ao seu repouso nas estantes de uma das nossas bibliotecas. É esse traçado global, em termos diacrónicos, que o presente estudo considera como o enquadramento da questão do livro. Qualitativamente falando, debruça-se sobre um dos campos mais ou menos estável em termos definicionais para a época considerada, como o do direito ou da teologia, embora a qualificação de muitas obras implique uma operação delicada, como por exemplo no caso de obras ditas de “física”, frequentemente híbridas, com partes que o nosso sistema de classificação atribuiria a campos não especificamente médicos, como a astrologia, a alquimia, as ciências naturais em geral ou a filosofia. Um dos êxitos da imprensa seiscentista ibérica foi o tratado do espanhol Jerónimo Cortés, *El curioso de varios secretos de naturaleza, y phisionomia natural*<sup>4</sup>, que só em parte pode ser considerado como de medicina. Também se deve lembrar aqui o sucesso considerável dos almanaques cada vez mais elaborados, impressos sob o título *Reportorio dos tempos* (em castelhano *Reportorio de los tiempos*), com os nomes dos espanhóis Andrés de Li e Jerónimo de Chaves (a sua *Chronographia* é editada de 1548 até 1602-1603 – duas edições lisboetas), do português André de Avelar e do alemão Valentim Fernandes. Em numerosas edições, o quarto livro contempla a medicina astrológica.

Estas considerações preliminares levam, portanto, a analisar sucessivamente os aspetos seguintes: 1) a extensão do campo bibliográfico (produção, importação, exportação); 2) as temáticas; 3) a censura inquisitorial.

---

<sup>4</sup> Valença, 1597; Lisboa, 1604, etc.; ver *Bibliografia Médica Lusa. Século XVII* (doravante abreviado em *BML*), n.º 6, in Hervé BAUDRY, *Livro Médico e Censura na Primeira Modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM Publicações, 2017.

## 1. Descrição do campo bibliográfico

No caso dos livros ditos médicos, isto é, cujo conteúdo se destina em primeiro lugar a usos relacionados com os problemas do corpo humano, a catalogação e exploração sistemáticas dos fundos já permitiu aumentar significativamente os itens em relação às bibliografias de referência (Joaquim Anselmo para o século XVI<sup>5</sup>, João Arouca para o século XVII)<sup>6</sup>. Quando se fala em livro médico português, há que ter em conta, além do carácter híbrido de alguns tratados cuja presença numa bibliografia especializada pode parecer discutível, a ausência de catálogos. Os dados aqui expostos resultam de uma seleção feita a partir dos catálogos gerais assinalados, assim como dos instrumentos de pesquisa bibliográfica habituais. Desde o fim dos anos 1980, os historiadores da medicina em Espanha dispõem de uma base sólida, também alvo de enriquecimentos importantes<sup>7</sup>. Os trabalhos desenvolvidos por cá nos dez últimos anos permitiram recuperar o atraso, a fim de prosseguir as muitas investigações ainda por fazer nesse campo.

### 1.1. Os séculos XV (incunábulo) e XVI

#### 1.1.1. A produção local

O primeiro impresso médico português deu-se em 1496. Trata-se da tradução pelo Frei Luís de Rás do tratado latim contra a pestilência

---

<sup>5</sup> Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.

<sup>6</sup> João AROUCA, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2011, 4 vols.

<sup>7</sup> José M. LÓPEZ PIÑERO *et alii*, *Bibliographia Medica Hispanica, 1475-1950*. Vol. I, 1475-1600, Valencia, Universidad de Valencia, 1987; Vol. II, 1601-1700, Valencia, Universidad de Valencia, 1989.

de Johannes Jacobi, ou Johann Jacme (1384), o *Regimento proveytoso contra ha pestenença*<sup>8</sup>. Segundo Artur Anselmo, essa impressão pelo tipógrafo lisboeta “comprova o carácter utilitarista e o sentido de oportunidade comercial dos seus trabalhos por conta própria”<sup>9</sup>. Veremos quanto contou esta tendência “utilitarista” na edição portuguesa.

Para o século que inaugura a história do livro médico impresso em Portugal (1496-1598), temos um total de 22 itens, dos quais três incunábulo. A bibliografia de Joaquim Anselmo cataloga 13 itens, portanto o acréscimo de nove novos reflete um aumento de 70%.

Quanto ao século XVII, o número total de itens impressos (livros e folhetos) é de 99<sup>10</sup>. Convém observar a situação espanhola: para o período de 1475-1600 são pelo menos 422 itens<sup>11</sup> e de 1601 a 1700, 728, o que corresponde no século XVII, em comparação com o período anterior, a um aumento de 72%, ou seja, cinco vezes menos do que em Portugal (de 22 para 99, ou seja, um acréscimo de 350%). A assimetria entre os dois países deve-se a vários fatores internos e externos, em particular ao abrandamento da produção seiscentista espanhola<sup>12</sup> e a aceleração da produção portuguesa reflete uma relativa recuperação face à escassa produção nos séculos XV e XVI<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> Reed. Lisboa, s.n., 1961; Porto, Civilização, 1962: edição fac-similada de uma impressão não localizada (Lisboa, Valentim Fernandes, 1500). Sobre os incunábulo em espanhol, ver Marinalva FREIRE DA SILVA, *Edición Crítica Del Régimento Proveytoso contra ha pestença (¿1496- 1500?)*. Universidad Complutense de Madrid, 2002; em linha <eprints.ucm.es/4313/1/T17068.pdf>.

<sup>9</sup> Artur ANSELMO, *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 309.

<sup>10</sup> *BML*, n.º 1-99; fantasmas bibliográficos: 100-107.

<sup>11</sup> Total de 637 menos as obras impressas fora de Espanha (215).

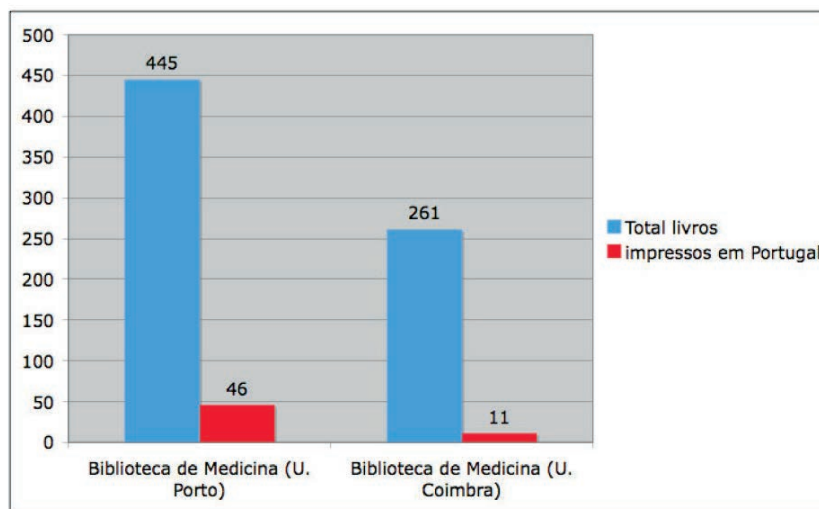
<sup>12</sup> Sobre o declínio e a estagnação do mercado do livro espanhol na primeira modernidade, ver Eltjo BURINGH, Jan Luiten VAN ZANDEN, “Charting the ‘Rise of the West’: Manuscripts and Printed Books in Europe, a Long-Term Perspective from the Sixth through Eighteenth Centuries”: *The Journal of Economic History* 69, n.º 2 (Jun. 2009), pp. 409-445, pp. 423, 434.

<sup>13</sup> Fraqueza ainda patente no século XVII se consideramos que, tendo em conta a proporção entre o número de edições e a população, a produção portuguesa



### 1.1.2. As importações

Numa perspetiva geral, a categoria do livro médico conta muito pouco no total da produção impressa (sempre menos de 1%). Portanto, as necessidades bibliográficas eram maciçamente cobertas pela circulação dos livros impressos fora do país. Não há estatísticas globais sobre os livros de medicina existentes nas bibliotecas generalistas portuguesas, como a Biblioteca Nacional de Portugal ou a Biblioteca Pública Municipal do Porto. As Bibliotecas das Faculdades de Medicina de Coimbra e do Porto publicaram um catálogo dos livros antigos, respetivamente, em 1985 (séculos XV a XVIII) e 1951 (séculos XV a XVII). Quanto aos exemplares impressos entre o século XV e o século XVII, a análise desses fundos bastante homogêneos confirma este dado como mostra a tabela seguinte:



devia rondar a centena; sobre este aspeto, ver H. BAUDRY, “Medical publishing in Portugal in the first half of the seventeenth century: a good business?”, in Alexander S. WILKINSON, Alejandra Ulla LORENZO (eds.), *A Maturing Market: the Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*. Leiden, Brill, 2017, pp. 225-240. Aceleração moderada que se confirma quando comparamos a evolução entre os períodos de 1501-1600 e 1601-1650 nesse setor (de 24 para 39 edições = 62,5%) com a produção geral (de 1537 para 3818 edições = 148,4%).

Em termos de percentagens, observa-se que no fundo português um pouco mais de 10% dos exemplares são impressos portugueses<sup>14</sup>, proporção que baixa para um pouco acima de 4% no caso de Coimbra<sup>15</sup>. Tendo em conta os números da produção espanhola para o período, assim como o mercado alimentado pelos principais outros países europeus (Alemanha, França, Holanda, Itália e Suíça), pode-se estimar em alguns pontos percentuais a circulação de livros autóctones em relação às quantidades importadas. Este aspeto característico do mercado português é refletido de maneira significativa pela difusão do livro químico, vetor de uma das maiores inovações médicas no Renascimento com a obra de Teofrasto Paracelso (1493-1541), sendo de relembrar a história da química moderna baseada na história da alquimia e das terapêuticas minerais. Nenhuma obra largamente dedicada a esse campo foi editada em Portugal antes da *Polyanthea medicinal. Noticias Galenicis, e Chymicas* (figura 1) de João Curvo Semedo, em 1697 (terá quatro reedições no século XVIII)<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, *Catálogo das obras dos séculos XV-XVI-XVII*. Porto, 1951: total de 475 exemplares (menos 30 livros não médicos).

<sup>15</sup> BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, B.C.F.M.C., 1985: total de 266 exemplares (menos 5 livros não médicos).

<sup>16</sup> Sobre as aparições pontuais e a contextualização do paracelsismo e da medicina química em Portugal no século XVII, ver H. BAUDRY, "Alchimie, distillation et paracelsisme au Portugal d'après les imprimés du XVII<sup>e</sup> siècle": *Cronos*, Instituto de Estudios Documentales e Históricos sobre la Ciencia, 2/2, (1999), pp. 245-260; "The question of the early reception of Paracelsus and Paracelsianism in Portuguese medicine", in *Proceedings of the International Conference "Portuguese Physicians in the Early Modern Period"*, *The Warburg Institute, University of London (18-19/02/2011)*. London, The Warburg Institute (no prelo).

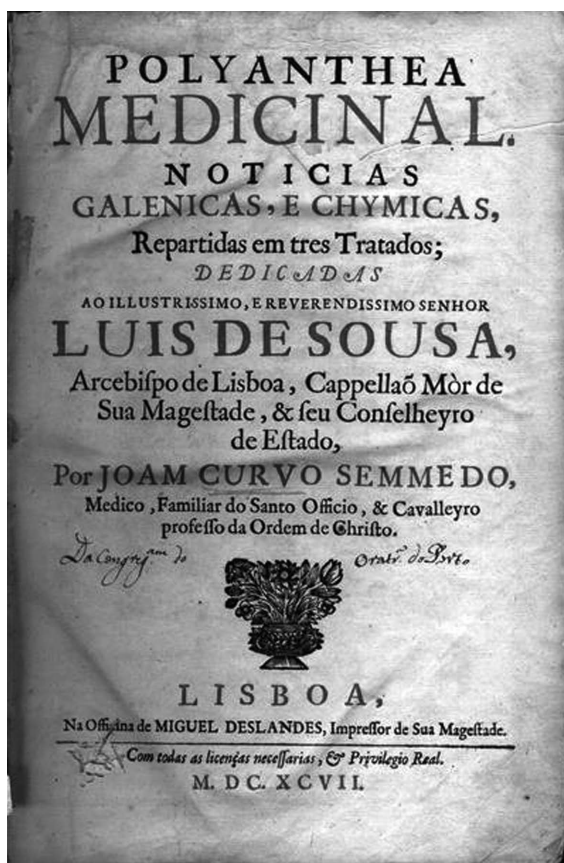


Figura 1 – João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicæ, e chymicæ*. Lisboa, na offi[c]ina de Miguel Deslandes, 1697, in-fólio, rosto. BPMP, RES-XVII-B-197

Um inventário base<sup>17</sup> desse tipo de livros efetuado em dez bibliotecas portuguesas possuindo exemplares de obras importadas

<sup>17</sup> Os dados deste tipo devem sempre ser tomados com precaução uma vez que as bibliotecas são depósitos de obras que entraram no país em diversas épocas. Por exemplo, está provado que um dos exemplares das obras completas de Paracelso (Genebra, 1658) foi adquirido em 1759 pelo mosteiro de Santa Cruz (Coimbra), mas não se pode determinar se o *Labyrinthus errantium* do mesmo autor (Norimberga, 1553; exemplar da Faculdade de Medicina de Lisboa) entrou em Portugal antes do século XIX.

leva ao retrato seguinte (por número de títulos, havendo alguns com mais de um exemplar):

- obras medievais e do século XVI: 24;
- obras do século XVII: 101, das quais 76 impressas entre 1640 e 1700.

A ausência de produção genuína, como o carácter altamente compendioso do livro de Semedo, ilustra uma receção tardia dessa corrente, que se deve ter iniciado, embora de maneira muito tímida, na segunda metade do século XVII. São factos que refletem tanto a total dependência do mercado estrangeiro, até espanhol (com quatro títulos), como a inexistência de um “tecno-saber” de amplitude europeia, pelo menos no que toca à contribuição editorial. À partida, durante um longo período, os autores portugueses não produziram escritos nesse ramo que acabaram por ser tipografados. Só um estudo aturado sobre o século XVIII permitirá esclarecer como mudaram a procura e a oferta.

### **1.1.3. As exportações**

Na falta de dados obtidos através dos arquivos comerciais das editoras, como fez Robert Darnton para o livro no Século das Luzes<sup>18</sup>, a questão da circulação dos impressos de medicina em Portugal pode ser abordada através dos inventários de fundos existentes. Trata-se de um mero indicador a manusear com as precauções previamente assinaladas.

---

<sup>18</sup> Robert DARNTON, *L'Aventure de l'Encyclopédie. Un best-seller au siècle des Lumières*. Paris, Perrin, 1982.

A bibliografia do livro médico seiscentista português levou a localizar os exemplares existentes em três níveis: em Portugal (A), em Espanha (B), no resto do mundo (C). Chegou-se a um total de 577 exemplares, assim repartidos: A: 378; B: 70; C: 129. Dados que configuram a dimensão local (A = 65,6%) e peninsular (A+B = 77,7%) desse mercado. Os lugares de publicação confirmam a centralidade de Lisboa (73% do total da produção médica seiscentista), com Coimbra muito atrás (16,5%). Os dois terços dos exemplares localizados em bibliotecas espanholas são edições anteriores à Restauração de 1640. Aliás, os três primeiros títulos com mais exemplares localizados são obras escritas em castelhano, impressas em três cidades do país na primeira metade do século<sup>19</sup>.

Não podemos tratar aqui da questão da receção das obras médicas portuguesas fora da metrópole. Limitemo-nos a três casos significativos. O tratado *Novæ Philosophiæ et medicinæ de qualitatibus occultis* de Duarte Madeira Arrais (Lisboa, 1650) que, dadas as suas especulações sobre a vida longa, será parcialmente reproduzido em 1683 num tratado baconiano (Roger Bacon) em Londres<sup>20</sup>.

Deve-se a um italiano, Carlo Antonio Paggi, o primeiro tradutor de *Os Lusíadas* na língua de Petrarca, um tratado que escapa quase totalmente ao universo da edição médica portuguesa comum: o *Enchiridion Medico-Astro-Chymicum*<sup>21</sup> (figura 2), escrito em latim, reflete preocupações especulativas e práticas, misturando abordagens que relembram o sincretismo renascentista. Faltam estudos

---

<sup>19</sup> Ambrósio NUNES, *Tractado repartido en cinco partes principales, que declaran el mal que significa este nombre Peste*. Coimbra, Diogo Gomes de Loureyro, 1601, in-4º; Oliva SABUCO, *Nueva Filosofia*. Braga, Frutuoso Lourenço de Basto, 1622, in-8º; Domingos Pereira BRACAMONTE, *Banquete que Apolo hizo a los Embaxadores del Rey de Portugal D. Joao IV*. Lisboa, Lourenço de Amberes, 1642, in-4º.

<sup>20</sup> BML, n.º 40.

<sup>21</sup> Carlo Antonio PAGGI, *Enchiridion Medico-Astro-Chymicum*. Lisboa, António Craesbeeck, 1664, in-4º.

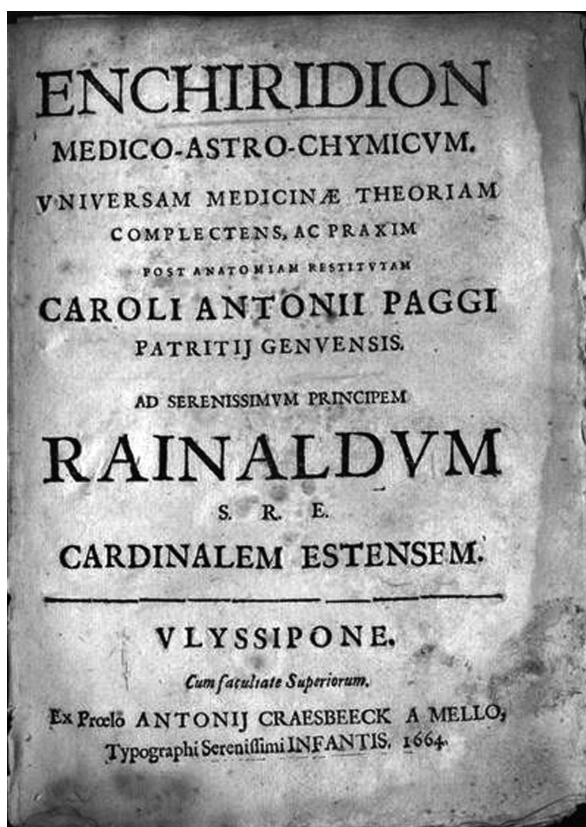


Figura 2 – Carlo Antonio Paggi, *Enchiridion medico-astro-chymicum*. Ulyssipone, ex proelo Antonij Craesbeeck a Mello, 1664, in-4°, rosto. BPMP, RES-XVII-A-264

sobre essa obra, que teve uma certa circulação em Portugal<sup>22</sup>, mas ficou à margem das histórias da medicina do país. Ao fim de dez anos de residência em Lisboa como embaixador da República de Génova, o autor deixou Portugal dois anos após essa publicação, tendo certamente levado nas suas malas exemplares da sua contribuição científica impressa por um Craesbeeck, a maior marca tipográfica do reino.

<sup>22</sup> Nos 14 exemplares localizados, oito encontram-se em Portugal (BML, n.º 47).

Sinal da contribuição portuguesa para as doenças tropicais, o *Trattado unico das bexigas, e sarampo* de Simão Pinheiro Morão (Lisboa, 1683)<sup>23</sup> não escapou ao interesse dos historiadores. É dedicado à etiologia da febre amarela. O seu autor, que viveu no Brasil, publicou-o em Lisboa. A imprensa apenas havia de florescer no Brasil nos inícios do século XIX, não obstante a intervenção pontual de António Isidoro da Fonseca em meados do século XVIII<sup>24</sup>.

## 2. Alguns reparos sobre as áreas do livro médico português

O que se edita no campo da medicina da primeira modernidade? Há uma certeza: nem todos os médicos, até os que foram publicados, veem os seus escritos dados à luz. Um número significativo ficou manuscrito<sup>25</sup>, por razões sempre difíceis de determinar. Servir-nos-á aqui de bom exemplo o caso de Duarte Madeira Arrais. Médico de D. João IV, publicou três obras entre 1638 e 1650, uma reeditada duas vezes; além disso, conhecem-se dele cinco manuscritos inéditos, entre os quais um tratado de hipiatria<sup>26</sup> que, pela sua qualidade, deve ter circulado como “livro de mão”<sup>27</sup>.

---

<sup>23</sup> *BML*, n.º 74.

<sup>24</sup> Sobre o primeiro livro impresso no Brasil, em 1747, por António Isidoro da Fonseca, veja-se neste volume o estudo de Pedro de AZEVEDO intitulado “O primeiro livro impresso no Brasil: censo e validação dos exemplares conhecidos – *a case study*”.

<sup>25</sup> *BML*, Manuscritos, n.º 1 a 50.

<sup>26</sup> *BML*, Manuscritos, n.º 12.

<sup>27</sup> Sobre o livro manuscrito na Península Ibérica, ver Fernando BOUZA-ÁLVAREZ, “Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 9-10 (2001-2002), pp. 63-95; Manuel José PEDRAZA GRACIA, “Libros ‘de mano’ y libros ‘d’emprenta’ para la enseñanza de los saberes en el tránsito al Renacimiento”: *Anales de Documentación* 16/2 (2013); em linha: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.16.2.172341>.

A produção nacional torna manifestas:

- a inexistência de edições humanistas (textos dos clássicos greco-romanos, com apuramento textual e comentários);
- a quase inexistência de obras com ilustrações intratextuais, geralmente frequentes nos campos da anatomia, cirurgia e matéria médica, como, por exemplo, nas edições de Vesálio, Pará ou Laguna (tradutor de Dioscórides) – autores de que as bibliotecas portuguesas possuem exemplares. O tratado de Garcia de Orta (incluído na bibliografia apesar de ter sido impresso em Goa) não contém ilustrações, ao contrário do que se verificará com os seus seguidores Clusius (Charles de l'Écluse) e Cristóvão Acosta.

Também se deve salientar a forte proporção das obras reeditadas, que contemplam 50 dos 119 itens<sup>28</sup> catalogados de 1496 a 1700 (42%). Esta média esconde um certo *boom* nas práticas de reedição na segunda metade do século XVII, sendo a média entre 1496 e 1650 de 35,5% (21 itens num total de 62) para subir até perto de 51% de 1651 a 1700 (29 itens num total de 57).

No período em questão contam-se 50 autores (mais um anónimo), 12 dos quais são editados de duas a oito vezes (ver o Anexo II). A *Recopilação* de António da Cruz, editada pela primeira vez em 1601 terá sete reedições até 1688, e ainda uma em 1711. O título indica claramente o seu estatuto de manual de cirurgia, isto é, de medicina prática, através da qual nem sempre a formação dos praticantes era aprofundada. A maioria das obras que entram nessa classe são de medicina prática e, às vezes, popular: o *Desengano* do alemão Gabriel Grisley (figura 3) e a *Pratica* de Manuel Leitão (quatro edições); a *Luz de Francisco Morato* Roma (cinco edições);

---

<sup>28</sup> Dois itens não são datados.



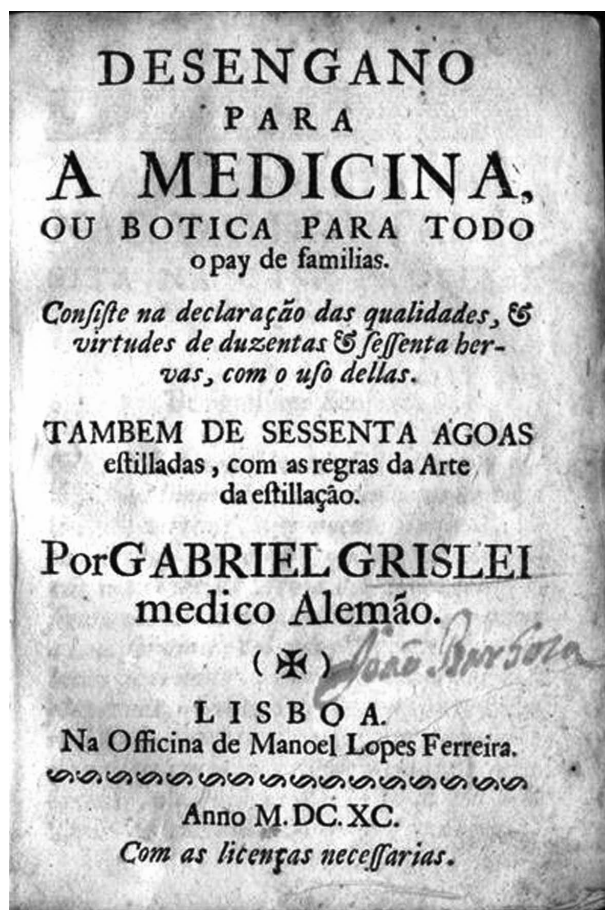


Figura 3 – Gabriel Grisley, *Desengano para a Medicina, ou, Botica para todo o pay de familias*. Lisboa, na officina de Manoel Lopes Ferreira, 1690, in-8º, rosto.  
BPMP, RES-XVII-a-232

o *Compendio* de Gonçalo Cabreira (seis edições) (figura 4). Todos são textos em vernáculo, que se tornou, no século XVII, a língua dominante desse setor editorial. O mercado interno, o primeiro visado pela maioria dos editores, é constituído pelo pessoal mais ou menos qualificado encarregado da higiene e saúde públicas. Uma boa parte dos livros médicos são antes de tudo manuais e

foram utilizados na rede hospitalar e nas comunidades como os conventos e os colégios<sup>29</sup>.

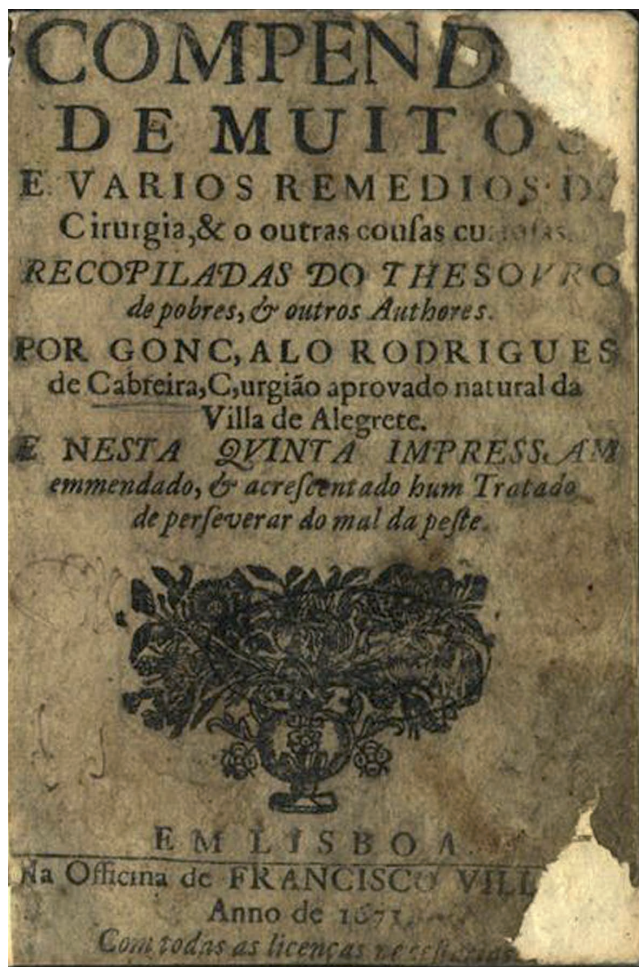


Figura 4 – Gonçalo Rodrigues de Cabreira, *Compendio de muitos e varios remedios de Cirurgia & outras cousas curiosas: recopiladas do Thesouro de pobres & outros authores*. Lisboa, Francisco Villela, 1671, in-8°, rosto. BPMP, RES-XVII-a-234

<sup>29</sup> 62 estabelecimentos fora de Lisboa em 1639 (ver o mapa em Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal (1580-1640)*. Lisboa, Verbo, 1979, p. 407).

Ao invés, as edições latinas tendem a pertencer à categoria da medicina teórica e da tradição humanista do comentário, um facto patente na bibliografia das obras quinhentistas (António Luís, Tomás Rodrigues de Veiga ou, no limiar do século XVII, Ambrósio Nunes).

### 3. O livro médico e a censura inquisitorial

#### 3.1. Homens para lá, livros para cá

O estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536, vem no seguimento de uma instituição jurídico-religiosa análoga no reino vizinho, em 1478<sup>30</sup>. Desde então, pode considerar-se que toda a Península Ibérica tem vocação para se tornar uma fortaleza<sup>31</sup>, em que a entrada do livro estrangeiro fica fortemente condicionada. Tal verifica-se sobretudo após a aprovação e a difusão das regras tridentinas nos países católicos, divulgadas no *Index librorum prohibitorum* de 1564<sup>32</sup> e aprofundadas nos

---

<sup>30</sup> Ver Giuseppe MARCOCCI, José P. PAIVA, *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2013; Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa, Temas e Debates, 1996.

<sup>31</sup> O ideal da fronteira é a sua impermeabilidade. Não se debate aqui a questão da eficácia da censura (ver Laura BECK VARELA, “¿El censor ineficaz? Una lectura histórico-jurídica del índice de libros prohibidos”: *RJUAM* 31/1 (2015), pp. 71-89).

<sup>32</sup> Edição portuguesa feita a mando do cardeal D. Henrique (Lisboa, Francisco Correa, 1564, in-4º). Sobre a história dos índices portugueses do século XVI, ver J. M. DE BUJANDA, “L'exercice de la censure de l'Inquisition portugaise au XVI<sup>e</sup> siècle”, in J. M. De Bujanda (ed.), *Le Contrôle des idées à la Renaissance*. Genève, Droz, 1996, pp. 153-171; J. M. DE BUJANDA (ed.), *Index de l'inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke, Éd. de l'Université de Sherbrooke; Droz, 1995; Artur Moreira de SÁ, *Índices de livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, INIC, 1983; Raúl RÊGO, *Os Índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982; José S. da Silva DIAS, *A Política cultural da época de D. João III*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, vol. 1, t. 2, pp. 892-997; José S. da Silva DIAS, *O Primeiro Rol de Livros Proibidos*. Coimbra,

catálogos ulteriores, sejam eles romanos ou ibéricos. O regime inquisitorial peninsular não tem por única consequência um sistema de controlo sem par no Ocidente cristão quanto ao meio de expressão inventado no século XV. É antes de tudo um meio de disciplinarização dos indivíduos ao serviço da ortodoxia católica que, desse ponto de vista, provoca a conversão ou o exílio, sendo a maioria dos exilados de origem judaica. Sendo um autor o primeiro agente do mercado do livro, observa-se ao longo do nosso período o fenómeno a que hoje chamamos de fuga de cérebros. Portanto, a história do livro em Portugal engloba tanto aqueles que saíram do país como os que viveram toda a sua vida em Portugal.

Vários médicos portugueses da diáspora<sup>33</sup> dos séculos XVI e XVII editaram livros que tiveram mais ou menos receção em Portugal e dos quais ainda hoje se encontram exemplares nas bibliotecas. Os mais lidos foram Estêvão Rodrigues de Castro, Rodrigo de Castro, Amato Lusitano, Zacuto Lusitano, Filipe/Elias Montalto e Francisco Sanches. Para dois deles, Amato e Zacuto, o retorno sob forma de livro foi alvo de um controlo inquisitorial. Era de dois tipos: a proibição total das obras de um autor, com interdição de a vender, possuir e ler (macrocensura); a proibição até a obra ser expurgada, isto é, os conteúdos considerados censuráveis suprimidos dentro do impresso (microcensura<sup>34</sup>). O instrumento produzido e utilizado para efetuar esses controlos

---

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963; Israel S. RÉVAH, *La Censure inquisitoriale portugaise au XVI<sup>e</sup> siècle*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.

<sup>33</sup> Lista de autores portugueses publicados em Espanha no século XVI in Lorenzo R. FIDALGO, “Presencia de autores portugueses en la imprenta española en el siglo XVI”: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 9-10 (2001-2002), pp. 245-264.

<sup>34</sup> Sobre a metodologia da análise microcensória, ver H. BAUDRY, “A censura dos livros de médicos portugueses. Descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra”: *Cultura* 30 (2012), pp. 275-288; em linha <<https://run.unl.pt/handle/10362/19507>>.

era um livro impresso geralmente intitulado *Index*, que consistia na catalogação dos nomes de autores totalmente proibidos, ditos da primeira classe, e, no caso da microcensura, a indicação precisa das passagens das obras por suprimir, desde palavras até capítulos, com efeitos, às vezes, sobre as reedições. As suas obras foram alvo das primeiras instruções microcensórias pelo menos desde 1581<sup>35</sup>; quanto ao segundo, também para expurgar, só em 1707 aparece no *Index* espanhol, sendo assim uma questão setecentista. Cerca de três quartos dos 64 exemplares das *Centúrias*, o trabalho maior de Amato, existentes nas bibliotecas portuguesas, foram submetidos à microcensura em diversas épocas dos séculos XVI e XVI<sup>36</sup>.

### 3.2. A microcensura dos livros médicos impressos em Portugal

Nenhum médico português foi alvo de proibição total, a qual incidia em primeiro lugar sobre hereges, isto é, em regra geral, protestantes.

São três os autores cuja obra impressa em Portugal passou pela microcensura: dois portugueses, Gonçalo Cabreira e Gaspar Cardoso de Sequeira, e uma espanhola, Oliva Sabuco. Todos entraram pela primeira vez no *Index* português de 1624<sup>37</sup> e viram as instruções microcensórias reproduzidas nos seguintes índices publicados em Espanha (1632, 1640, etc.). Os conteúdos visados são de teor teológico (Sabuco), astrológico (Sequeira) ou consistem em remédios considerados supersticiosos (Cabreira, antologista e tradutor de

---

<sup>35</sup> H. BAUDRY, *Livro médico...*, op. cit., 5.2.1.

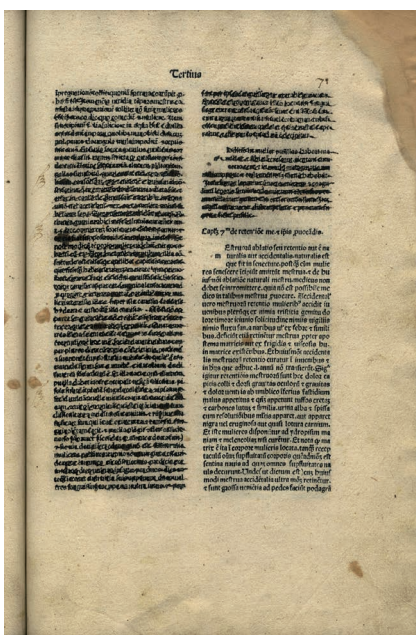
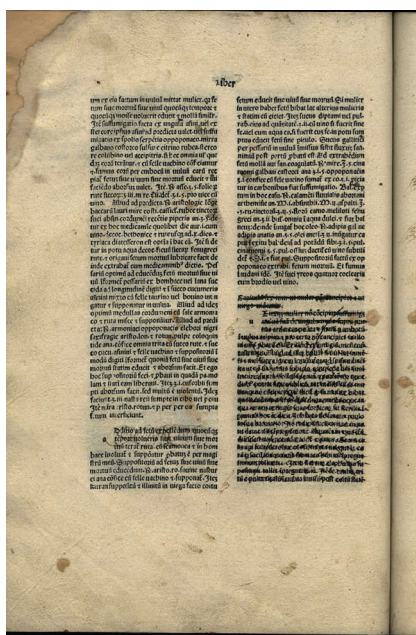
<sup>36</sup> H. BAUDRY, *Livro médico...*, op. cit., 3.3.3. Ver, por exemplo, a edição veneziana de 1557 das quatro primeiras *Centúrias* (exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal, em linha <[purl.pt/26772](http://purl.pt/26772)>).

<sup>37</sup> *Index Auctorum damnatae memoriae*. Ulyssiponæ, ex off. Petri Craesbeck, 1624, in-fol., p. 595 (Sequeira), p. 916 (Sabuco), p. 1028 (Cabreira).



trechos dum tratado medieval de medicina popular, o *Thesaurum Pauperum* de Pedro Hispano).

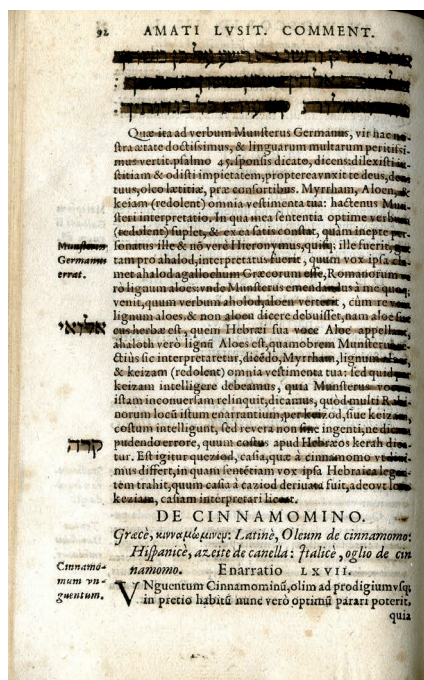
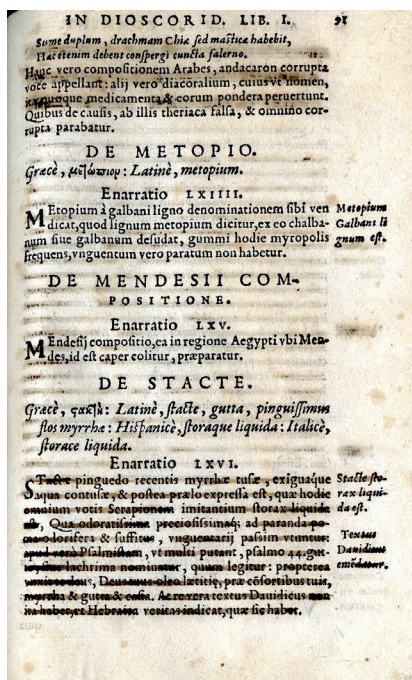
Pelo contrário, entre os livros importados encontram-se obras submetidas à microcensura. Os fundos das bibliotecas portuguesas possuem exemplares em quantidades variadas de outros 36 autores, metade dos quais eram hereges (autores da primeira classe) mas de quem algumas obras, uma vez limpas, podiam circular como as outras por apresentarem conteúdos úteis. Entre elas fi-



Figuras 5 e 6 – Arnaldo de Villanova, *Breviarium practicae medicinae*. [Pavia, Antonius de Carcano, ca 1485], in-2º, fl. 70v-71r. BGUC, RB-21-7.

guras, por exemplo, exemplares de obras de autores medievais, como Arnaldo de Villanova (figuras 5 e 6) ou Pietro d'Abano, e modernos, como Paracelso, já citado aqui, Andrés Laguna ou Jean-Jacques Wecker. Nem todos os exemplares existentes apresentam indícios de microcensura de maneira tão maciça

como o português Amato Lusitano (figuras 7 e 8) ou o espanhol Andrés Laguna. Conforme a base dos dados obtidos através das investigações conduzidas nesses fundos, num universo de 190 exemplares<sup>38</sup>, a média dos censurados é de 23%, ou seja, cerca de um quarto das obras impressas do século XV ao XVII ainda existentes hoje. Há grandes variações entre a microcensura nos Lagunas (mais de metade dos exemplares) e a de Wecker (um dos 11 exemplares)<sup>39</sup>.



Figuras 7 e 8 – Amato Lusitano, *In Dioscoridis Anazarbei De medica materia libros quinque*. Lugduni, apud Theobaldum Paganum, 1558, in-8º, pp. 91-92. BGUC, R-40-15

<sup>38</sup> Num total de 304, dos quais são subtraídos os 114 exemplares dos autores já mencionados (Amato, Cabreira, Cardoso e Sabuco).

<sup>39</sup> Sobre a análise caso a caso, ver H. BAUDRY, *Livro médico...*, op. cit., “Análise de dados”, 3.3.

#### 4. Reparos em forma de conclusão

O mercado do livro português inclui agentes de produção, autor e tipógrafo, de difusão e de consumo. Em todas as etapas da cadeia se deve também inserir a presença do agente de controlo, como se mostra na figura 1 (Anexo III). Combina o triângulo de Hirsch<sup>40</sup>, que relaciona os agentes produtores (autor e impressor) e o consumidor (leitor), com o círculo do controlo, que vai da (possível) autocensura do autor às etapas da censura prévia e repressiva. O esquema tipifica situações diversas. Por exemplo, a obra de Juan Huarte de San Juan, com exemplares censurados em Portugal, foi alvo de um controlo enquanto o autor era vivo, o que levou a uma reedição expurgada: os percursos triangular e circular foram consumidos e começou uma segunda volta; as obras completas de Amato, decénios após a sua morte, foram submetidas a vagas de microcensura, pelo que os exemplares impressos circularam com intervenções manuscritas visando suprimir ou corrigir as passagens assinaladas nos Índices, sendo reeditadas no século XVII, em Bordéus e em Barcelona, já “emendadas”. Nesta segunda volta do livro, o consumidor usa, portanto, um produto modificado por mutilações efetuadas durante a primeira fase de *postpress*. Uma outra situação, não abordada aqui, é a proibição total do livro, que se dá nessa mesma fase, uma vez que um livro circulou, ou tentou entrar, no país sob vigilância inquisitorial. As apreensões podem ser realizadas na fronteira, durante as visitas às naus, ou já dentro do país, em livrarias, bibliotecas, etc. A circulação triangular é parada e o círculo está partido.

É preciso relembrar que os livros não eram sistematicamente destruídos; muitos ficaram de lado, em zonas vigiadas e de acesso restrito segundo procedimentos eclesiásticos. Daí a presença nas

---

<sup>40</sup> Rudolf HIRSCH, *Printing, Selling and Reading: 1450-1550*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1967, p. 9.



bibliotecas do século XXI de exemplares às vezes em bom estado e virgens, isto é, sem indícios de qualquer intervenção manuscrita, mas de que, por princípio, é ousado inferir terem sido lidos, apesar da sua proibição.

O livro médico constitui uma ínfima parte da produção editorial local. A elevada taxa de reedições assim como a vertente prática são os aspetos mais salientes do setor. Uma interrogação fica pendente: quais teriam sido os seus contornos sem a presença, em todas as fases da cadeia editorial, do controlo inquisitorial? E com a presença dos médicos, cuja receção fora da Península reflete a importância da sua contribuição? Perguntar isto não significa que se esteja à espera de uma resposta mas que é preciso insistir sobre a relação, para uma história do livro, entre um destino individual e o objeto entregue à nossa análise; significa também que convém reavaliar as afirmações que tendem a minimizar a importância e os efeitos desse controlo<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Júlio M. R. COSTA, “Arte Médica: breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da BPMP”, in António ANDRADE, João TORRÃO, Jorge COSTA e Júlio COSTA (eds.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo e exposição*. Porto, Universidade de Aveiro-Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2013, p. 267; Patricia MANNING, *Voicing dissent in seventeenth-century Spain: Inquisition, social criticism and theology in the case of El Criticón*. Leiden-Boston, Brill, 2009, p. 73; Henrique LEITÃO, Lígia MARTINS, *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI. Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, pp. 49-50; Isilda T. RODRIGUES, *Amato Lusitano e as perturbações sexuais*. Vila Real, UTAD, 2005, p. 190; Derek JONES (ed.), *Censorship: a world encyclopedia*. London, Fitzroy Dearborn, 2001, vol. 2, p. 1152; Rita MARQUILHAS, “Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII”, in M. ABREU (org.), *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo, Mercado de Letras, 2000, pp. 365, 372; Mario INFELISE, “La censure dans les pays méditerranéens, 1600-1750”, in Hans BOTS, Françoise WAQUET (ed.), *Commercium litterarium. 1600-1750*. Paris, Belin-De Boeck, 1997, p. 277; Manuela D. DOMINGOS, “Visitas do Santo Ofício às naus estrangeiras: Regimentos e quotidianos”: *Revista da Biblioteca Nacional* 8/1, 1993, pp. 193-194.

## ANEXO I

### Bibliografia das obras médicas impressas em Portugal nos séculos XV e XVI

1496	Johannes Jacobi, <i>Regimento proveytoso contra ha pestenença</i> , trad. Luís de Rás, Lisboa, Valentim Fernandes, [1496], in-4° (reed. Lisboa, s.n., 1961; Porto, Civilização, 1962).
1497	António Martins, <i>Materiae a baculo caecorum breviter collectae</i> , Lisboa, Valentim Fernandes, in-2°; ou: Petrus Rombus, <i>Materiarum a baculo caecorum breviter collectae</i> , Lisboa, Valentim Fernandes, in-2°.
1498	<i>Regimento proveytoso contra ha pestenenca</i> , Lisboa, s.n., 1498, in-8° <sup>42</sup> .
1513	Pedro Rombo, <i>Materiarum a baculo caecorum breviter collectae</i> , Lisboa, João Pedro de Cremona, in-2°.
1530	Dionísio [Brudo], <i>Dialogus circa quasdam questiones in medicina</i> , Lisboa, Germão Galharde <sup>43</sup> , in-4°.
1530	<i>Modus curandi cum balsamo atque applicatio et eius quibusius sic fracturis et cicatricibus vulneribusque facile sublevandis</i> , [Lisboa], Germão Galharde, in-4° <sup>44</sup> .
1540	António Luís <sup>45</sup> , <i>Problematum libri quinque opus absolutum et facundum et varium, multilingaque eruditione refertissimum</i> , Lisboa, Luís Rodrigues, 1539 [=1540], in-2°.
1540	António Luís, <i>De occultis proprietatibus libri quinque</i> , Lisboa, [Luís Rodrigues], 1540, in-2°.
1540	António Luís, <i>De re medica opera quae hic sequuntur. Erotematum sive commentariorum in libros de crisibus Galeni libri tres. Erotematum numeri ternarii libri sex quibus tota ferae ars medica continetur. Erotemata de difficili spiratione. Erotematum de usu respirationis liber alius. De corde liber unus absolutissimus in quo tum Aristotelis quam plurimi errores explicantur, tum vero plurimus questiones enodantur</i> , Lisboa, apud Luís Rodrigues, 1540, in-2°.

<sup>42</sup> O único exemplar localizado pertence à Biblioteca Real de Copenhaga, erradamente atribuído a Kanutus (Benedict Knudsen, bispo de Aarhus), autor de um *Regimen contra pestilentiam sive Epidemiam Reverendissimi domini Kamiti*, que conheceu várias edições no século XV.

<sup>43</sup> Sobre este tratado, ver António Manuel Lopes ANDRADE, “Ciência, religião e livros na Europa de Quinhentos: a controvérsia da sangria entre Pierre Brissot e Dionísio Brudo”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 14 (2015), pp. 85-152.

<sup>44</sup> Edição fac-similada: Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

<sup>45</sup> Sobre este autor, ver António Guimarães PINTO, *Apostilas a António Luís*. Lisboa; Aveiro, Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da Universidade de Lisboa; Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2013. Contém uma tradução do tratado *De pudore*, publicado no tratado seguinte.

1543	Enrique de Cuellar, <i>Ad libros tres predictionum Hippocr[atis], commento etiam Gal[eni], aposito et exposito</i> , Coimbra, João Álvares e João de Barreira, 1543, in-2°.
1557	Manuel Nunes, <i>Libellus de tactus instrumento in quo multa adversus philosophos &amp; medicos disseruntur</i> , [Lisboa], João Blávio, 1557, in-8°.
1559	Alonso Rodríguez de Guevara, <i>In pluribus ex iis quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalio Bruxelesi in constructione et usu partium corporis humani, defensio. Et nonnullorum quae in anatome deficere videbantur supplementum</i> , Coimbra, apud João de Barreira, 1559, in-8°.
1560	Andrés Laguna, <i>Methodus cognoscendi, extirpandique excrescentes in vesicae collo carunculas</i> , Lisboa, Francisco Grapheo, 1560, in-8° (1 <sup>a</sup> Roma, 1550).
1562	<i>Dialogo da perfeçam &amp; partes que sam necessarias ao bom medico</i> , Lisboa, João Álvares, 1562, in-4°.
1563	Garcia de Orta, <i>Coloquios dos simples, e drogas</i> , Goa, João de Endem, 1563, in-4°.
1569	Tomás Álvares e García Salzedo, <i>Recopilaçam das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lixboa</i> , Lisboa, Francisco Correia, 1569, in-4° <sup>46</sup> .
1578	Tomás Rodrigues da Veiga, <i>Commentarii in libros Claud. Galeni duos, de februm differentiis</i> , Coimbra, apud João de Barreira, 1578, in-4°.
1580	Tomás Álvares e García Salzedo, <i>Recopilaçam das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lixboa</i> , Lisboa, Marcos Borges, 1580, in-4°.
1582	Tomás Rodrigues da Veiga, <i>In libros Claudii Galeni de februm differentiis commentarii</i> , Coimbra, João de Barreira, 1582, in-4°.
1582	Jorge de Sá Sotomaior, <i>Conclusiones medicae</i> , Coimbra, s.n., 1582, in-12°.
1589	Manuel Nunes, <i>De tactu, et tactus organo, liber unus</i> , Lisboa, Manuel de Lira, [1589], in-8°.
1598	Tomás Álvares e García Salzedo, <i>Recopilaçam das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lixboa</i> , Lisboa, vendemse [...] em casa de Sebastião Carvalho, 1598, in-4° <sup>47</sup> .

<sup>46</sup> A *Biblioteca Lusitana* de BARBOSA MACHADO (III, p. 739) dá uma impressão coimbrã, por António de Mariz, no mesmo ano (J. ANSELMO, op. cit., n.º 853) com um título diferente: *Tratado, ou Regimento para preservar da peste*. Nenhum exemplar localizado.

<sup>47</sup> Cópia digitalizada da Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa (RES 2187/3).

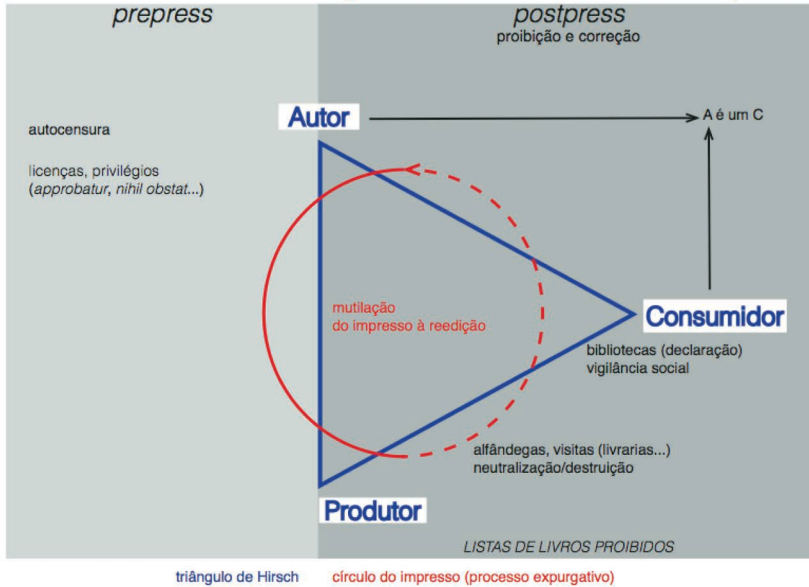
## ANEXO II

## Obras médicas mais reeditadas no séc. XVII

AUTOR	TÍTULO	Ano da 1. <sup>a</sup> edição	N.º de reedições	→ = Reed. no séc. XVIII
Gaspar Cardoso de Sequeira	<i>Tesouro de Prudentes</i>	1612	8	→
António da Cruz	<i>Recopilação de cirurgia</i>	1601	7	→
Gonçalo Cabreira	<i>Compendio de muitos e varios remedios de cirurgia, e outras cousas curiosas. Recopilados do Thesouro de Pobres, e outros Autores</i>	1611	5	
Francisco Morato Roma	<i>Luz da Medicina. Pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes</i>	1664	4	
Manuel Leitão	<i>Pratica de Barbeiros, em quatro tratados</i>	1667	4	→
Gabriel Grisley	<i>Desenganos para a medicina, ou botica para todo pay de familias</i>	1656	3	→
Duarte Madeira Arrais	<i>Methodo de conhecer e curar o morbo gallico</i>	1642	2	→
Manuel de Azevedo	<i>Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina</i>	1668	2	→
António Ferreira	<i>Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia</i>	1670	2	→

## ANEXO III

### Controlo dos livros. O triângulo de Hirsch e o círculo da imprensa



## Referências bibliográficas

- ANDRADE, António Manuel Lopes, "Ciência, religião e livros na Europa de Quinhentos: a controvérsia da sangria entre Pierre Brissot e Dionísio Brudo": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 14 (2015), pp. 85-152.
- ANSELMO, Artur, *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.
- AROUCA, João, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2011, 4 vol.
- BARBOSA MACHADO, Diogo, *Biblioteca Lusitana*. Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1747.
- BAUDRY, Hervé, *Livro Médico e Censura na Primeira Modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM Publicações, 2017.
- BAUDRY, Hervé, "Medical publishing in Portugal in the first half of the seventeenth century: a good business?", in Alexander S. WILKINSON, Alejandra Ulla LORENZO (eds.), *A Maturing Market: the Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*. Leiden, Brill, 2017, pp. 225-240.

- BAUDRY, Hervé, “Alchimie, distillation et paracelsisme au Portugal d’après les imprimés du XVII<sup>e</sup> siècle”: *Cronos*, Instituto de Estudios Documentales e Históricos sobre la Ciencia, 2/2, (1999), pp. 245-260.
- BAUDRY, Hervé, “A censura dos livros de médicos portugueses. Descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra”: *Cultura* 30 (2012), pp. 275-288; em linha <<https://run.unl.pt/handle/10362/19507>>.
- BECK VARELA, Laura, “¿El censor ineficaz? Una lectura histórico-jurídica del índice de libros prohibidos”: *RJUAM* 31/1 (2015), pp. 71-89.
- BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa, Temas e Debates, 1996.
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, *Catálogo das obras dos séculos XV-XVI-XVII*. Porto, 1951.
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, B.C.F.M.C., 1985.
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, “Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 9-10 (2001-2002), pp. 63-95.
- BURINGH, Eltjo; VAN ZANDEN, Jan Luiten, “Charting the ‘Rise of the West’: Manuscripts and Printed Books in Europe, a Long-Term Perspective from the Sixth through Eighteenth Centuries”: *The Journal of Economic History* 69, n.º 2 (Jun. 2009), pp. 409-445.
- DARNTON, Robert, *L’Aventure de l’Encyclopédie. Un best-seller au siècle des Lumières*. Paris, Perrin, 1982.
- DE BUJANDA, J. M. (ed.), *Index de l’inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke (Canadá): Éd. de l’Université de Sherbrooke; Droz, 1995.
- DE BUJANDA, J. M., “L’exercice de la censure de l’Inquisition portugaise au XVI<sup>e</sup> siècle”, in J. M. De Bujanda (éd.), *Le Contrôle des idées à la Renaissance*. Genève, Droz, 1996, pp. 153-171.
- DIAS, José S. da Silva, *O Primeiro Rol de Livros Proibidos*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963.
- DIAS, José S. da Silva, *A Política cultural da época de D. João III*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, vol. 1, t. 2, pp. 892-997.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, *L’apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971.
- FREIRE DA SILVA, Marinalva, *Edición Crítica Del Régimento Proueytoso contra ha pesteña (¿1496- 1500?)*. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2002; em linha <[eprints.ucm.es/4313/1/T17068.pdf](http://eprints.ucm.es/4313/1/T17068.pdf)>.
- HIRSCH, Rudolf, *Printing, Selling and Reading: 1450-1550*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1967.
- Index Auctorum damnatæ memoriæ*. Ulyssiponæ, ex off. Petri Craesbeck, 1624, in-fol. *Iberian Books*; em linha <<http://iberian.ucd.ie>>.
- LÓPEZ PIÑERO, José M. *et alii*, *Bibliographia Medica Hispanica, 1475-1950*. Vol. I, 1475-1600, Valencia, Universidad de Valencia, 1987; Vol. II, 1601-1700, Valencia, Universidad de Valencia, 1989.

- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José P., *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.
- RÊGO, Raúl, *Os Índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- RÉVAH, Israel S., *La censure inquisitoriale portugaise au XVI<sup>e</sup> siècle*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.
- SÁ, Artur Moreira de, *Índices de livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, INIC, 1983.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1580-1640)*. Lisboa, Verbo, 1979.
- Universal Short Title Catalogue* (USTC); em linha < <http://www.ustc.ac.uk>>.
- WILKINSON, Alexander S., *Iberian Books: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula Before 1601*. Leiden, Brill, 2010.



(Página deixada propositadamente em branco)

**DA PHARMACOPEA LUSITANA À FARMACOPEIA  
PORTUGUESA: UMA VIAGEM PELA HISTÓRIA  
DO LIVRO FARMACÊUTICO (SÉCS. XVIII-XXI)**

**PHARMACOPEA LUSITANA TO FARMACOPEIA  
PORTUGUESA: A JOURNEY THROUGH THE HISTORY  
OF A PHARMACY TEXTBOOK (18<sup>TH</sup>-21<sup>ST</sup> CENTURY)**

*João Rui Pita, Victoria Bell<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os autores fazem uma breve história das farmacopeias portuguesas desde o século XVIII ao século XXI. Em 1704 foi publicada a primeira farmacopeia portuguesa – a *Pharmacopea Lusitana*. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral*. De finais do século XVIII até hoje foram publicadas diferentes farmacopeias oficiais que traduzem uma preocupação significativa do Estado na preservação da saúde privada e pública. As farmacopeias, pela sua enorme complexidade são, também, fontes muito relevantes para investigações em história da farmácia, da medicina e da ciência.

---

<sup>1</sup> Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20 – Universidade de Coimbra, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública): jrpita@ci.uc.pt; victoriabell@ff.uc.pt

**Palavras-chave:** Farmacopeias; História da Farmácia; História do Medicamento

**Abstract:** The authors present a brief history of Portuguese pharmacopoeias from the 18<sup>th</sup> to the 21<sup>st</sup> century. The first Portuguese pharmacopoeia, *Pharmacopea Lusitana*, was published in 1704. In 1794, the first official Portuguese pharmacopoeia, *Pharmacopeia Geral*, was published. The numerous official pharmacopoeias published from the late 18th century to the present illustrate the state's interest in public and private health. Pharmacopoeias, due to their complexity, are an invaluable research source for the history of pharmacy, medicine and science.

**Keywords:** Pharmacopoeias; History of Pharmacy; History of Medicines

## Introdução<sup>2</sup>

O estudo das farmacopeias tem despertado o interesse entre historiadores e tem constituído assunto de significativa importância em diferentes estudos realizados por conceituados investigadores da história da farmácia e da medicina. A investigação realizada nessas obras permite conhecer importantes pormenores sobre a farmácia e medicina de cada época. Os estudos sobre farmacopeias permitem, também, contextualizar a ciência, em particular a ciência da farmácia e dos medicamentos, na conjuntura política, económica, social e cultural.

As farmacopeias são livros que ao longo da história têm regulado a produção dos medicamentos, o controlo analítico das drogas e dos medicamentos, as técnicas operatórias, etc. As primeiras farmacopeias incluíam um conjunto vasto de matérias-primas necessárias para a produção dos medicamentos e um conjunto variado de fórmulas de medicamentos. Em linhas gerais era esta a constituição das primeiras farmacopeias portuguesas que inicialmente eram redigidas por iniciativa individual e que a partir do século XVIII passaram a ser escritas por indicação e tutela do Estado – as farmacopeias oficiais. As farmacopeias são decisivas na seleção e controlo das matérias-primas, bem como na parte tecnológica, e relacionam-se diretamente com a saúde pública pois representam a preocupação ou tutela do Estado na saúde da população. As farmacopeias oficiais têm, por isso, um papel decisivo no controlo exercido pelo Estado na saúde privada e pública<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Investigação integrada nas atividades de pesquisa do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20 e do Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública da Faculdade de Farmácia. Universidade de Coimbra.

<sup>3</sup> Veja-se uma síntese geral das farmacopeias portuguesas em João Rui PITA, “Brief history of Portuguese pharmacopoeias”: <https://histpharm.org/working-group-history-of-pharmacopoeias/>. Neste *site* estão incluídos diversos estudos sobre a história

Em Portugal, em 1704, foi publicada a *Pharmacopea Lusitana*. Esta obra marca o início da história das farmacopeias portuguesas. Até 1794 as farmacopeias publicadas em Portugal foram farmacopeias não oficiais. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral*, que marca o início de uma história com mais de duzentos anos de farmacopeias oficiais em Portugal<sup>4</sup>.

### **A publicação da primeira farmacopeia portuguesa – a *Pharmacopea Lusitana***

Em 1704 foi publicada a primeira edição da *Pharmacopea Lusitana*<sup>5</sup>, com o subtítulo *Methodo pratico de preparar & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais*. Foi seu autor o religioso D. Caetano de Santo António, do

---

das farmacopeias a nível mundial no âmbito do projeto de investigação em rede intitulado “Working Group History of Pharmacopoeias”, no âmbito das atividades científicas da International Society for the History of Pharmacy (ISHP), e que tem como investigador responsável François Ledermann (Universidade de Berna, Suíça). Colocado *on-line* em: 31 de julho de 2017.

<sup>4</sup> Entre alguns estudos mais antigos sobre as farmacopeias portuguesas citem-se: R. FOLCH Y ANDREU, “As farmacopeias portuguesas”: *Notícias Farmacêuticas* 10.3-4 (1943), pp. 201-253; Joaquim ROSENDO, *Farmacopeias portuguesas*. Lisboa, Ed. Lab. Vicente Ribeiro & C., 1952; Jorge GAMA, “Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa”: *Anais Azevedos* 5.5 (1953), pp. 259-267; Luís de PINA, “A ‘Farmacopeia’ de Francisco Sanches (Tolosa, 1636)”, in *Actas do II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia*, vol. 3. Porto, 1952, pp. 793-807; Luís de PINA, *No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense, de António Rodrigues Portugal (1766-1966)*. Sep de *O Médico*, 847, 1967; A. C. Correia da SILVA, “Frei João de Jesus Maria e a Farmacopeia Dogmática”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.3 (1979), pp. 272-279; José A. Damas MORA, “Breve nota sobre as farmacopeias escritas em português”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.4 (1979), pp. 358-363; F. Carvalho GUERRA, A. Correia ALVES, “Breve notícia histórica sobre as farmacopeias portuguesas até ao século XIX”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp. 815-834.

<sup>5</sup> D. Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Joam Antunes, 1704. Assinala-se, também, a publicação da edição em fac-simile: *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Minerva, 2000, edição coordenada por João Rui Pita.

Mosteiro de Santa Cruz da cidade de Coimbra. A obra foi editada em Coimbra por João Antunes. Esta é considerada a primeira farmacopeia portuguesa, uma farmacopeia editada em Portugal, redigida por um boticário português e em língua portuguesa.

D. Caetano de Santo António (? -1730) nasceu em Buarcos, Figueira da Foz, e terá entrado para a vida religiosa em 1698. D. Caetano de Santo António foi boticário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde exerceu a arte de botica e foi aqui que concebeu e escreveu a *Pharmacopea Lusitana*.

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra tinha uma prestigiada botica. Em Portugal podem assinalar-se outras boticas conventuais de prestígio. É o caso, por exemplo, das boticas Convento da Ordem de Cristo, de Tomar; do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa<sup>6</sup>; do Convento de Maфра; do Convento de S. Domingos, em Lisboa, Aveiro e Batalha.

D. Caetano de Santo António deixou Coimbra e foi para Lisboa para o Mosteiro de S. Vicente de Fora. Em 1709 já vivia em Lisboa e foi nesta cidade que redigiu as edições seguintes da *Pharmacopea Lusitana*, em 1711<sup>7</sup> e em 1725<sup>8</sup>. Em 1754<sup>9</sup> foi publicada uma edição póstuma da *Pharmacopea Lusitana*, pois D. Caetano de Santo António havia falecido em 1730.

A *Pharmacopeia Lusitana* traduz a importância da farmácia conventual naquele período e de modo muito particular em Portugal. Destacaram-se vários boticários conventuais portugueses que ti-

---

<sup>6</sup> J. P. Sousa DIAS; João Rui PITA, “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”, in *A Botica de São Vicente de Fora* (catálogo de exposição). Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25.

<sup>7</sup> Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1711.

<sup>8</sup> Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

<sup>9</sup> Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1754.

veram extremo interesse pela arte farmacêutica e que nos legaram várias obras escritas. Assinalem-se, por exemplo, os nomes de João Loureiro, João de Jesus Maria, Cristóvão dos Reis, Mariano da Conceição Veloso, etc.

Apenas como exemplo podemos referir que a biblioteca médica e farmacêutica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era uma biblioteca muito rica em obras farmacêuticas, o que demonstra o interesse daquela instituição por aquelas matérias científicas<sup>10</sup>.

Em 1703, a *Pharmacopea Lusitana* já estava redigida. Apresenta um total de 431 páginas (para além de 8 folhas de introdução e 12 folhas de índices). O autor escreveu as várias razões que o motivaram a escrever aquela obra. Desde logo, a necessidade de existir em português uma farmacopeia; por outro lado, facilitar o acesso a uma farmacopeia em língua portuguesa aos boticários que em Portugal praticavam a arte de botica<sup>11</sup>. Mas Caetano de Santo António referia ainda que era importante colocar à disposição dos boticários portugueses uma farmacopeia de fácil acesso e que substituísse os apontamentos escritos por boticários portugueses habitualmente com muito pouco rigor<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Vejam-se fortes indicadores da riqueza na biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na obra *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, B.C.F.M.C., 1985.

<sup>11</sup> Refira-se que tudo parece indicar que eram poucos os boticários portugueses que liam em latim, sendo em latim que muitas obras estavam escritas.

<sup>12</sup> João Rui PITA, “A Pharmacopea Lusitana de D. Caetano de Santo António ou quando se faz ‘Divino o Remédio Humano’”, in *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Minerva, 2000, pp. IX-XXV; Maria Fernanda de BRITO, “Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 10 (1996), pp. 56-57; Maria Celina PARENTE, “Farmacopeia Lusitana: privilégios”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 25 (1998), pp. 46-47; João Rui PITA, “Os 300 anos da primeira farmacopeia portuguesa. A publicação da *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António”: *CentroBeira Informação* 4 (2004), pp. 20-24; João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “A bela idade da Farmacopeia Portuguesa: 300 anos”: *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 19 (2005), pp. 85-94; João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “Botica, farmacopeia conventual e farmácia. A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704)”, in Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Mosteiro e saúde – Cerca, botica e*



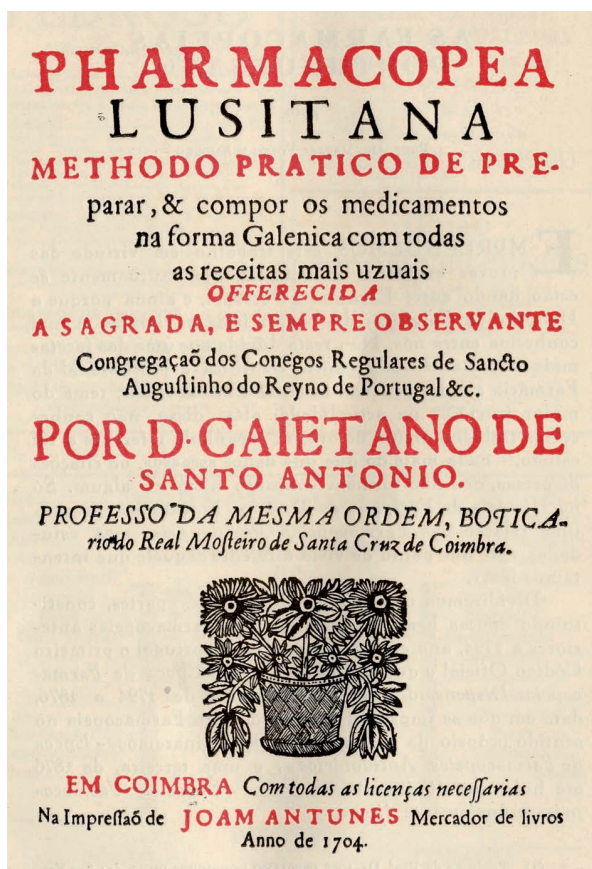


Figura 1 – Frontispício da *Pharmacoepia Lusitana*

D. Caetano de Santo António tomou como base para redação da sua *Pharmacoepia Lusitana* muitos autores importantes da época. Recorreu a autores clássicos árabes e europeus, como Amato Lusitano, Andrés Laguna, André Matíolo, Aristóteles, Arnaldo de Vilanova, Avenzoar, Avicena, Cristóvão da Costa, Dioscórides, Duarte Madeira, Galeno, Gabriel Falópio, Garcia de Orta, Johann

---

*enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões, 2008, pp. 95-107.*

Zwelfer, João Curvo Semedo, João de Vigo, Luís de Oviedo, Mesué, Monardes, Rhazés, Silvio, Teofrasto, Zacuto Lusitano, etc. Contudo, o francês Nicolas Lémery (1645-1715) não é referido<sup>13</sup>. Porém, este boticário era muito importante na época e um forte defensor da farmácia química que então emergia no campo da preparação dos medicamentos. Lémery era importante na medida em que constituía uma referência na farmácia química, tendo publicado obras que parecem ter sido referências marcantes na farmácia europeia como, por exemplo, o *Cours de Chymie* (1675), a *Pharmacopée Universelle* (1697), o *Traité universel des drogues simples* (1698). A maior influência na *Pharmacopea Lusitana* é do autor árabe Mesué, que apresenta quase um terço das preparações indicadas na obra. Na sua primeira edição, a *Pharmacopea Lusitana* era essencialmente uma farmacopeia galénica e não uma farmacopeia química moderna, o que o autor tentou ultrapassar com a segunda edição publicada em 1711. Nesta edição, a obra já tem uma orientação galénica e química. Nas monografias das drogas, as de origem americana não vêm descritas na primeira edição, embora a *Pharmacopea Lusitana* contenha fórmulas com drogas americanas, como é o caso, por exemplo, do Xarope de Salsaparrilha.

## **O longo trajeto das farmacopeias não oficiais: de 1704 a 1794**

Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral*. Em Portugal, nos noventa anos entre 1704 e 1794, foram publicadas muitas outras farmacopeias com dimensões, interesses e objetivos diversos: umas com maior orien-

---

<sup>13</sup> J. P. Sousa DIAS, João Rui PITA, “L’influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII<sup>ème</sup> siècle: Nicolas Lémery”: *Revue d’histoire de la pharmacie* 300 (1994), pp. 84-90.

tação para boticários e outras com maior interesse para médicos. Algumas com maior variedade de fórmulas e com um leque mais diversificado de drogas e outras com estas vertentes mais reduzidas.

Assim, em 1713, D. Caetano de Santo António traduziu a *Pharmacopea Bateana*, de Jorge Bate (1608-1668), médico inglês que foi protomédico do monarca Carlos II, de Inglaterra. Esta obra teve nova edição em 1763<sup>14</sup>.

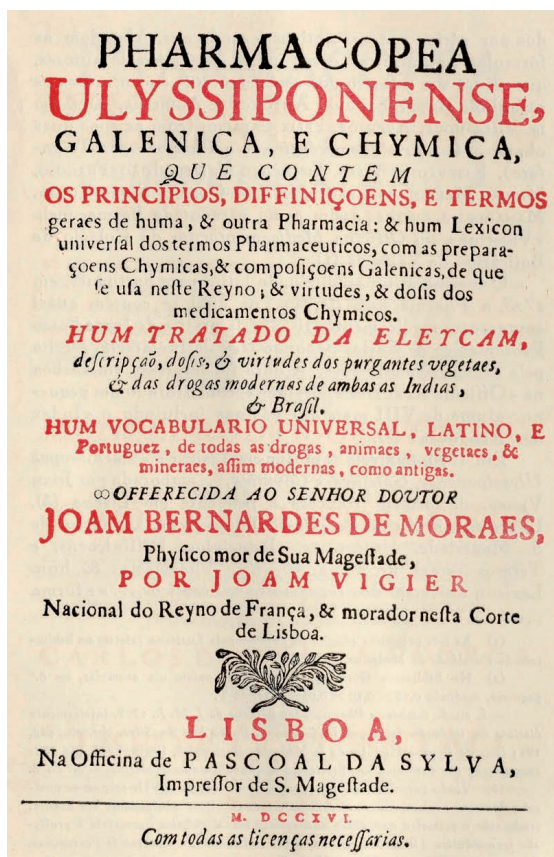


Figura 2 – Frontispício da *Pharmacopea Ulyssiponense*

<sup>14</sup> Maria Celina PARENTE, “Farmacopeia Bateana”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 27 (1999), pp. 38-40.

Em 1716, foi publicada a *Pharmacopea Ulyssiponense*, de João Vigier (1662-1723)<sup>15</sup>. Este deixou a França e fixou-se em Portugal no século XVIII, exercendo no nosso país durante algum tempo a arte farmacêutica, mas destacando-se essencialmente como droguista. A *Pharmacopea Ulyssiponense* foi a primeira obra desse tipo em Portugal que tratou organizadamente da preparação de medicamentos químicos. A primeira edição da *Pharmacopea Tubalense*<sup>16</sup>, redigida por Manuel Rodrigues Coelho (1687?-1752?), foi publicada em 1735. Rodrigues Coelho era natural de Setúbal e boticário da Corte portuguesa. Esta obra teve outras partes publicadas em 1751 e mais tarde outra edição, em Roma, em 1760<sup>17</sup>. Pensa-se que esta farmacopeia foi a de maior circulação em Portugal durante o século XVIII e teve como base autores de referência como Lémery, Mesué e o português João Curvo Semedo (1635-1719), médico formado pela Universidade de Coimbra e autor da famosa *Polyanthea Medicinal* (1695). A *Pharmacopea Tubalense* tenta conciliar os medicamentos galénicos com os medicamentos químicos.

Em 1766 foi publicada a *Pharmacopea Portuense*. Foi seu autor o cirurgião da cidade do Porto António Rodrigues Portugal (1738-1788?)<sup>18</sup>, que também traduziu do latim para português a *Pharmacopea Meadiana*, de Ricardo Mead (1673-1754), publicada em 1768<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> João VIGIER, *Pharmacopea Ulyssiponense*. Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716. Veja-se, também, João Rui PITA, “A Pharmacopea Ulyssiponense (1716) de João Vigier”, in *Pharmacopea Ulyssiponense* (edição em facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017 [pp. 5-21].

<sup>16</sup> Manuel Rodrigues COELHO, *Pharmacopea Tubalense*. Lisboa, Of. António de Sousa da Silva, 1735.

<sup>17</sup> Manuel Rodrigues COELHO, *Pharmacopea Tubalense*. Roma, na Officina de Balio Geredini, 1760.

<sup>18</sup> António Rodrigues PORTUGAL, *Pharmacopea Portuense*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1766. Luís de PINA, “No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)”: *O Médico*, Nova série 45:840 (1967), pp. 465-478.

<sup>19</sup> Ricardo MEAD, *Pharmacopea Meadiana*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1768 (tradução de António Rodrigues Portugal).

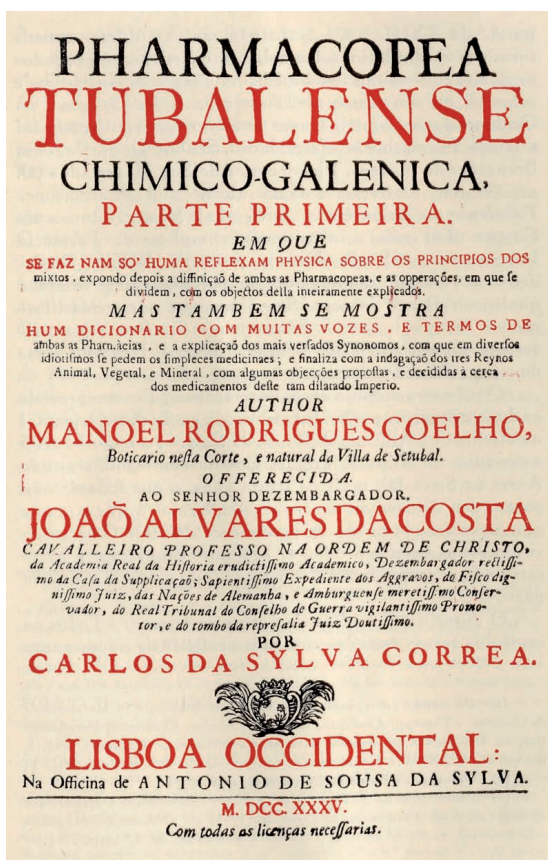


Figura 3 – Frontispício da *Pharmacopea Tubalense*

Em 1772 foi impressa a primeira parte da *Pharmacopea Dogmatica*<sup>20</sup>, da autoria do boticário conventual Frei João de Jesus Maria (segunda parte em 1777). Um terceiro volume desta obra, que

<sup>20</sup> João de Jesus MARIA, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-practica*. Porto, Officina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772. Veja-se, embora de âmbito mais alargado, o estudo de Wellington Bernardelli Silva FILHO, *Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

não foi editado – está ainda manuscrito –, encontra-se no Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, em Coimbra. Esta obra com uma estruturação muito própria mostra a importância da farmácia conventual em Portugal, pois o autor era religioso do Mosteiro de Santo Tirso. A farmacopeia apresenta uma quantidade muito grande de drogas e tentou conciliar os medicamentos galénicos com os medicamentos químicos, mas a sua estrutura e os conteúdos configuram uma farmacopeia pouco convencional no sentido em que se encontravam as farmacopeias ou os livros de farmácia em finais do século XVIII.

Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829)<sup>21</sup>, boticário e médico, publicou a primeira edição da *Farmacopéa Lisbonense* em 1785. Esta obra teve uma segunda edição em 1802<sup>22</sup>. O autor estava consciente de que havia necessidade de ser publicada uma nova farmacopeia que estivesse adaptada às modificações científicas, em particular botânicas e químicas, na sequência da revolução química de Lavoisier e das classificações naturalistas de Lineu. Recorde-se que, desde a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772, esta instituição, através da Faculdade de Medicina, tinha por objetivo editar uma farmacopeia oficial. Em 1785 isso ainda não se tinha verificado e deste modo Henriques de Paiva publicou a sua farmacopeia, que teve uma segunda edição em 1802. A primeira edição desta obra marca o final da publicação de farmacopeias não oficiais no século XVIII até à publicação da primeira farmacopeia oficial portuguesa.

---

<sup>21</sup> João Rui PITA, “Contributos para a história das farmacopeias portuguesas. Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a *Farmacopéa Lisbonense*”: *Cadernos de Cultura: A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 22 (2008), pp. 126-130.

<sup>22</sup> Manuel Joaquim Henriques de PAIVA, *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785; *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa, Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802; Manuel Joaquim Henriques de PAIVA (tradução), *Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Olisipone, Ex Typograf. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.



## O início da publicação de farmacopeias oficiais

Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral*<sup>23</sup>. Esta obra, embora não estando assinada, foi escrita por Francisco Tavares (1750-1812), médico e professor da farmácia na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Francisco Tavares foi um dos mais prestigiados professores da Faculdade de Medicina do seu tempo. Natural de Coimbra, era filho de Manuel António Tavares, destacado boticário estabelecido em Coimbra. Francisco Tavares estudou medicina na Universidade de Coimbra e formou-se em 1771.



Figura 4 – Frontispício da *Pharmacopeia Geral*

<sup>23</sup> João Rui PITA, “Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)”: *Revista de História das Ideias* 20 (1999), pp. 47-100.

A *Pharmacopeia Geral* foi publicada vinte e dois anos após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, de 1772. A relação entre a reforma pombalina e a farmacopeia oficial é direta: os novos *Estatutos* da Universidade de Coimbra (1772) atribuíam à Faculdade de Medicina a elaboração de uma farmacopeia oficial – a primeira do país, de acordo com as então mais modernas tendências normalizadoras da farmácia e do medicamento. A farmacopeia foi atribuída a outro professor, mas foi Francisco Tavares que a redigiu. A obra divide-se em duas partes, a primeira estava dedicada à farmácia e a segunda tratava das matérias-primas para os medicamentos e respetiva preparação e formulário. Para elaborar a obra, Francisco Tavares adaptou dois livros que tinha publicado anos antes: *De pharmacologia libellus*<sup>24</sup> (editado em 1786) e *Medicamentorum sylloge*<sup>25</sup> (editado em 1787). A *Pharmacopeia Geral*<sup>26</sup> é constituída por um conjunto de fórmulas de medicamentos – 252, sob forte influência da *Pharmacopoeia Edimburgensis*: 60% das fórmulas são provenientes da congénere de Edimburgo, outras 13% são provenientes da *Pharmacopoeia Suecica*, da *De Pharmacologia Libellus* provêm 10% das fórmulas e 3% foram retiradas do *New Dispensatory* (Lewis) e ainda da *Pharmacopoeia Londinensis*<sup>27</sup>. Tratava-se, portanto, de uma obra sustentada em farmacopeias de referência na Europa.

---

<sup>24</sup> Francisco TAVARES, *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomodatus*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1786.

<sup>25</sup> Francisco TAVARES, *Medicamentorum sylloge propriae pharmacologicae exempla sistens in usum academicarum praelectionum*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1787.

<sup>26</sup> *Pharmacopeia Geral para o reino, e domínios de Portugal*. 2 vols. Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1794. João Rui PITA, “A *Pharmacopeia Geral*: a primeira farmacopeia oficial portuguesa”, in *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 3-22.

<sup>27</sup> João Rui PITA, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836)*. *Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996 vol. 1, p. 244. Tese de doutoramento.



A *Pharmacopeia Geral* surge como necessidade de resposta a vários problemas: desde logo, a normalização de matérias-primas e técnicas operatórias imprescindíveis à preparação dos medicamentos, depois a necessidade de harmonizar a prescrição médica. Tinha também um grande relevo no ensino da farmácia. O seu papel normalizador revelava-se da maior importância. A publicação de uma farmacopeia oficial veio contribuir para os objetivos da normalização sanitária, acompanhando o que se ia fazendo na Europa no movimento sanitário internacional em matérias de saúde pública, situação emergente e inovadora<sup>28</sup>.

Se a farmacopeia enquanto livro oficial se encontrava em sintonia com as movimentações internacionais, o mesmo não se poderá dizer relativamente à atualização do seu conteúdo científico. Com efeito, a *Pharmacopeia Geral* levantou muitas críticas quando foi publicada pela primeira vez em 1794, pois estava um pouco desatualizada do ponto de vista químico. E assim se manteve nas edições/reimpressões seguintes (1822, 1823 e 1824), pois estas eram semelhantes à edição original, o que ocasionou diversas interpretações e explicações.

### **Farmacopeias não oficiais em Portugal entre 1794 e 1835**

A publicação da *Pharmacopeia Geral*, em 1794, não impediu o surgimento de outras farmacopeias não oficiais, embora, em teoria, pudesse ter esse efeito dissuasor. A *Pharmacopeia Geral* foi substituída pela segunda farmacopeia oficial portuguesa, o *Código Pharmaceutico Lusitano*, em 1835. Isto é, manteve-se como livro oficial durante cerca de quatro décadas. E quando surgiu já estava desatualizada do ponto de vista químico. Esta foi a principal razão

---

<sup>28</sup> Glenn SONNEDECKER, "The founding period of the U.S. Pharmacopeia. I. European Antecedents": *Pharmacy in History* 35.4 (1993), pp. 151-162.

da continuidade de publicação de farmacopeias não oficiais. As obras que se vieram a publicar entre 1794 e 1835 eram, na sua generalidade, muito atualizadas cientificamente.

Assim, Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) publicou a segunda edição da *Farmacopéa Lisbonense*<sup>29</sup>. A farmacopeia não é pormenorizada no que respeita à descrição das drogas, mas utiliza, desde logo, a nova nomenclatura química de Lavoisier, o que se mostrava inovador. Em 1805, o boticário António José de Sousa Pinto (1775-1853) publicou também a *Pharmacopea Chymica, Medica e Chirurgica*<sup>30</sup>. Em 1819, o cirurgião Jacinto da Costa (1770-1850?) viu publicada a sua *Pharmacopea naval e castrense*<sup>31</sup>, uma obra em dois volumes. No primeiro volume trata das drogas aplicadas à terapêutica e no segundo trata da farmácia prática. Em 1833, o bacharel de medicina B.J.O.T. Cabral publicou a *Pharmacopea das pharmacopeas nationaes e estrangeiras*<sup>32</sup>, uma farmacopeia que era um conjunto de fórmulas de prestigiadas farmacopeias estrangeiras, sendo referidas as farmacopeias de Baumé, de Edimburgo, de França, de Espanha, de Londres de Lewis, de Palacios, Suecica, Tubalense, Lusitana, etc.

Face à desatualização da *Pharmacopeia Geral*, Francisco Tavares publicou, em 1809, uma obra intitulada *Pharmacologia*<sup>33</sup>, que teve uma edição póstuma em 1829<sup>34</sup>. Embora não se tratasse de uma farmacopeia, Francisco Tavares, tal como outros autores fizeram,

---

<sup>29</sup> Manuel Joaquim Henriques de PAIVA, *Farmacopéa Lisbonense*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802.

<sup>30</sup> António José de Sousa PINTO, *Pharmacopea Chymica, Medica, e Chirurgica*. Lisboa, Impressão Regia, 1805.

<sup>31</sup> Jacinto da COSTA, *Pharmacopea naval e castrense*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1819.

<sup>32</sup> B.J.O.T. CABRAL, *Pharmacopea das pharmacopeas nationaes e estrangeiras*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1833.

<sup>33</sup> Francisco TAVARES, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accommodate*. Conimbricæ, Typis Academicis, 1809.

<sup>34</sup> Francisco TAVARES, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accommodate*. Conimbricæ, Typographia Academico Regia, 1829.

publicou um tratado que, por um lado, mostrava a atualização de conhecimentos do autor e que, por outro, colocava à disposição dos interessados uma obra de relevância para a sua atividade profissional.

## As farmacopeias oficiais portuguesas de finais do século XIX até ao século XX

Durante o século XIX e até à primeira metade do século XX foram publicadas em Portugal três farmacopeias, duas delas com diferentes edições: o *Código Pharmaceutico Lusitano* (1.<sup>a</sup> edição, 1835), a *Pharmacopôea Portuguesa* (1876) e a *Farmacopeia Portuguesa* (1.<sup>a</sup> edição, 1935).

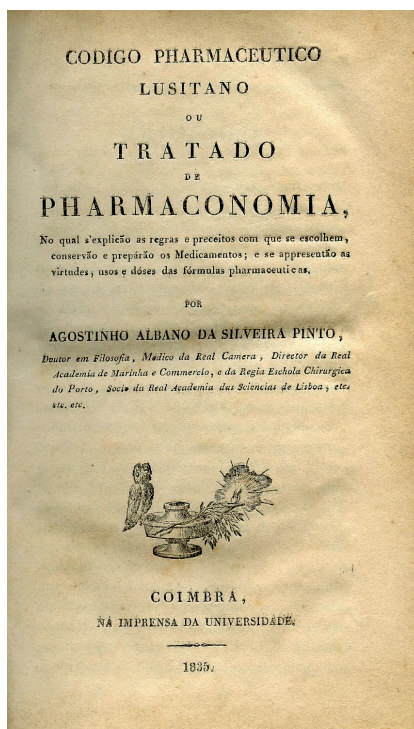


Figura 5 – Frontispício do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1.<sup>a</sup> ed.)

O *Código Pharmaceutico Lusitano* foi escrito por Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785-1852), médico formado em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra. Uma das principais razões que motivou a redação daquela obra foi, justamente, a desatualização da *Pharmacopeia Geral*. Com efeito, o autor escreveu a obra e apresentou-a à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Solicitou que a Faculdade desse a sua opinião sobre a sua aceitação como farmacopeia oficial<sup>35</sup>. A Faculdade de Medicina sugeriu ajustamentos que foram aceites pelo autor. O *Código Pharmaceutico Lusitano*, nome pelo qual era conhecida genericamente a farmacopeia de 1835, compreendia duas partes: uma primeira, subintitulada *Tratado de Pharmaconomia*, e uma segunda parte, designada por *Pharmacopéa*. Esta nova farmacopeia já incluía um conjunto de várias substâncias ativas extraídas de vegetais, como sejam sais de morfina, de narcotina, de quinino, entre vários. Isto reflete uma boa atualização científica da obra<sup>36</sup>, havendo recurso a autores importantes da época como Chevreul, Virey, Chevalier, Souberain, entre outros. O *Código Pharmaceutico Lusitano* teve outras edições publicadas após 1835 (1836, 1841, 1846, 1858 e 1876)<sup>37</sup>, as últimas delas póstumas e organizadas pelo

---

<sup>35</sup> João Rui PITA, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra, Minerva, 1996, p. 229; João Rui PITA, “Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopeia Geral*, 1794)”: *Munda* 30 (1995), pp. 57-68; Ana Luísa JANEIRA, Ana Maria CARNEIRO, “Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassallos”: *Prelo* 6 (1985), pp. 95-103.

<sup>36</sup> Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835. p. 1.

<sup>37</sup> Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto, Typographia Commercial Portuense, 1836; Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. 3.<sup>a</sup> ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841; Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. 4.<sup>a</sup> ed. Porto, Typographia da Revista, 1846; Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Typographia da Revista, 1858 (1.<sup>a</sup> edição póstuma por José Pereira Reis); Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Em Casa de A.B. da Cruz Coutinho, Editor, 1876 (2.<sup>a</sup> edição póstuma por José Pereira Reis).

médico José Pereira dos Reis. Em 1838, foi nomeada uma comissão para dinamizar a publicação de uma nova farmacopeia oficial, o que nunca veio a acontecer<sup>38</sup>.

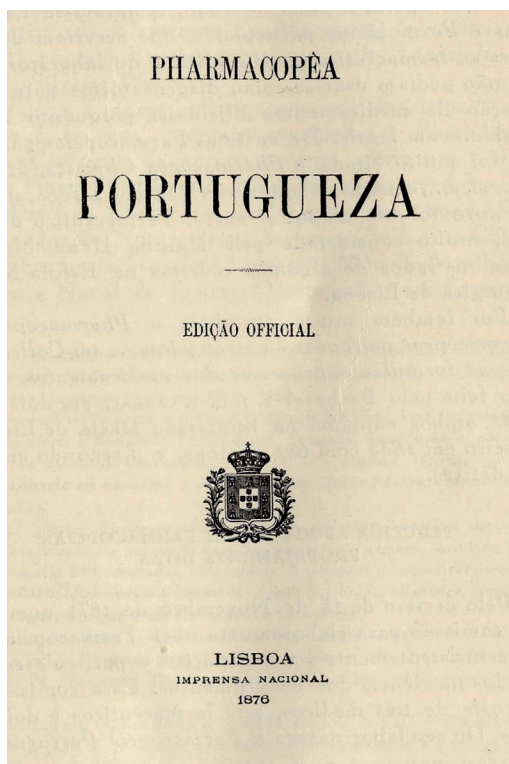


Figura 6 – Frontispício da *Pharmacopêa Portuguesa*

O *Código* manteve-se em vigor até 1876, ano de publicação da terceira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopêa Portuguesa*<sup>39</sup>. Com esta obra, a Faculdade de Medicina deixou de exercer a sua

---

<sup>38</sup> J. P. Sousa DIAS, “De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)”: *Medicamento, História e Sociedade*, Nova série 6 (1995), p. 3.

<sup>39</sup> João Rui PITA, “A *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876: a terceira farmacopeia oficial portuguesa” in *Pharmacopêa Portuguesa* (ed. facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 9-18.

tutela na publicação do livro oficial e, pela primeira vez, foi redigida por uma comissão que havia sido presidida pelo conhecido médico Bernardino António Gomes, filho (1806-1877). Esta farmacopeia apresentava na sua estruturação grande proximidade com a farmacopeia que lhe havia de suceder. Esta farmacopeia de 1876 era constituída muito genericamente por uma enorme listagem de matérias-primas e de fórmulas necessárias para a preparação de medicamentos com o objetivo de uniformizar o exercício farmacêutico no que respeitava a preparação dos medicamentos e a sua prescrição, em defesa da saúde privada e pública. Contudo, deve assinalar-se que esta obra se manteve em vigor sem qualquer atualização durante quase seis décadas, num período de significativas alterações e de inovações em matérias farmacêuticas<sup>40</sup>. Isto é: a sua desatualização foi inevitável.

A farmacopeia de 1876 foi substituída pela *Farmacopeia Portuguesa IV*, editada em 1935<sup>41</sup>. Contudo, assinala-se que no início do século XX foram nomeadas algumas comissões para trabalhar na publicação de uma nova farmacopeia oficial. Em 1903 e em 1913 foram nomeadas duas comissões, mas por razões políticas e corporativas, estas comissões nunca chegaram a concluir o seu trabalho e a lançar no mercado uma nova farmacopeia oficial.

A *Farmacopeia Portuguesa IV*, que veio substituir a farmacopeia de 1876, foi redigida por uma comissão de farmacêuticos (Presidente, Bernardino Álvaro Vicente de Pinho, 1896-1969), que tiveram como base outras farmacopeias estrangeiras bem como outras obras de referência internacional. A comissão era constituída

---

<sup>40</sup> F. J. PUERTO SARMIENTO, *El mito de Panacea – Compendio de Historia de la Terapéutica y de la Farmacia*. Madrid, Ediciones Doce Calles, 1997, pp. 553-621; François CHAST, *Histoire contemporaine des médicaments*. Paris, La Découverte, 1995; François CHAST, “Les médicaments”, in Mirko D. GRMEK (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*. vol. 3. Paris, Seuil, 1999, pp. 215-233.

<sup>41</sup> *Farmacopeia Portuguesa*. Edição Oficial. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.



Figura 7 – Frontispício da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1.ª ed.)

por cinco membros. Dois deles estavam ligados à inspeção farmacêutica e três à farmácia do exército e naval. Deve assinalar-se que esta edição surge após a revolução política de 28 de maio de 1926, que marcou o final da I República. A *Farmacopeia Portuguesa IV* apresentou, como era inevitável, várias inovações no campo das matérias-primas e dos medicamentos. Teve uma segunda edição em 1946<sup>42</sup> e foi publicado um anexo em 1961. A edição de 1946

---

<sup>42</sup> *Farmacopeia Portuguesa IV*. 2.ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.



e o suplemento de 1961 são dois livros que tentaram atualizar a obra de 1935 no que concerne às inovações técnicas e científicas. A *Farmacopeia Portuguesa IV* incluía medicamentos que eram muito importantes na medicina preventiva – as vacinas. E a edição de 1946 inclui de novo a vacina antidiftérica, a vacina antitetânica, ensaios atualizados da aferição da vacina contra a varíola, uma monografia sobre a insulina, etc.

### **A inovação do suplemento da *Farmacopeia Portuguesa*: a farmacopeia do mundo industrial farmacêutico**

No suplemento de 1961 refere-se a *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa* cujo objetivo era a revisão periódica da Farmacopeia Portuguesa. Esta Comissão, criada em 1955, teve os seus membros nomeados em 1957. A sua nomeação resultou da necessidade de atualização permanente da obra, fruto das constantes alterações e inovações que surgiam no domínio farmacoterapêutico, de forma a não decorrer um dilatado período de tempo entre a publicação das diferentes edições. Este estado de coisas veio valorizar bastante a farmacopeia e a sua atualidade científica. A *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa* era constituída por 19 membros e dela faziam parte representantes de diferentes instituições: Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra, Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e Escolas de Farmácia de Lisboa e Coimbra, Direção Geral de Saúde, Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, Laboratório de Patologia Veterinária, Faculdade de Ciências do Porto, Ordem dos Médicos, Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, Hospitais Cívicos de Lisboa e Serviços Farmacêuticos do Hospital de Santa Maria. A justificação para a publicação de um suplemento e não de uma nova farmacopeia foi a necessidade de atualizar com a maior brevidade os conteúdos da *Farmacopeia*

*Portuguesa IV*, o que seria mais fácil com um suplemento e não tanto com a publicação de uma nova obra. Assim, em 1961 surgiu o *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV*.

Os diferentes conteúdos insertos no *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* foram trabalhados por diferentes subcomissões, a saber: de química farmacêutica, farmacognosia, soros e vacinas, antibióticos, aferições biológicas e farmacodinâmicas, farmácia galénica e formulário, produtos de sutura e pensos, introdução de medicamentos novos e redação e coordenação. Estas subcomissões eram constituídas por membros da Comissão de acordo com a sua área de especialização.

O suplemento à *Farmacopeia Portuguesa IV* foi impresso num sistema de folhas soltas, autorizado superiormente em 1960<sup>43</sup>. Este, de acordo com a comissão responsável pela sua atualização, era “a forma mais conveniente de editar uma obra sujeita a tão frequentes alterações”<sup>44</sup>. Este sistema de folhas mostrava-se original nas farmacopeias portuguesas. O corpo principal da farmacopeia era em livro e o suplemento em folhas em *dossier*. O suplemento foi planificado em doze diferentes secções organizadas de A a M e distribuídas do seguinte modo: A – Prefácio, B – Advertências, C – Monografias, D – Reagentes, E – Elementos de estatística, F – Métodos físico-químicos, G – Aferições de carácter farmacodinâmico, H – Métodos microbiológicos e imunológicos, I – Denominações comuns dos medicamentos, J – Tabelas, L – Legislação e M – Corrigenda e anotações à Farmacopeia Portuguesa (IV).

Na escolha dos fármacos a serem incluídos na farmacopeia a Comissão teve em consideração “os fármacos cuja inclusão pareceu mais urgente pelo interesse terapêutico que apresentavam e pela necessidade de fixar as normas da sua verificação”, como os antibió-

---

<sup>43</sup> Decreto-lei n.º 42 824 de 28 de janeiro do Ministério da Saúde e Assistência, Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 22 de 28 de janeiro de 1960.

<sup>44</sup> *Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1961, Secção A, p. IV.

ticos. No capítulo H foram descritos “os Métodos microbiológicos e imunológicos necessários à verificação dos antibióticos, assim como o Ensaio de Pirogénios e as Provas de esterilidade”. No capítulo C do *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* vemos incluídas diversas monografias referentes a antibióticos. Encontram-se descritas as monografias da Bacitracina, Cloranfenicol, Cloridrato de tetraciclina, Penicilina (Benzilpeniciliato de potássio e de sódio), Penicilina benzatina, Penicilina procaína, Solução injetável de penicilina extemporânea, Solução injetável de sulfato de estreptomicina extemporânea, Sulfato de dihidroestreptomicina, Sulfato de estreptomicina, Sulfato de neomicina, Supositórios de cloranfenicol, Suspensão injetável de penicilina-benzatina, Suspensão injetável de penicilina-procaína com penicilina e estreptomicina extemporânea e Suspensão injetável de penicilina-procaína com penicilina extemporânea. No capítulo H, onde se descrevem os métodos microbiológicos e imunológicos, encontram-se especificados os métodos para a aferição biológica dos antibióticos. No caso da penicilina, aborda-se a penicilina sódica ou potássica, a penicilina-procaína e a penicilina-benzatina, sendo discriminados os meios de cultura que devem ser utilizados, o modo de preparação da suspensão bacteriana, da solução padrão, da solução da amostra, das placas e a determinação da potência.

Com a inclusão da penicilina e dos restantes antibióticos no *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV*, o Estado colocou a sua “chancela oficial num lote de produtos necessários à produção de medicamentos”<sup>45</sup>, garantindo a implementação de normas de qualidade.

O *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* surge vinte e cinco anos antes da publicação da *Farmacopeia Portuguesa V* e marca uma viragem relevante para o mundo industrial farmacêutico, sendo

---

<sup>45</sup> João Rui PITA, *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 19.

os antibióticos um caso paradigmático. Recorde-se que a penicilina pode simbolizar, porque de facto o fez, a alteração profunda operada na indústria farmacêutica, não só portuguesa como mundial<sup>46</sup>. As abordagens realizadas na obra para outros antibióticos acentuam ainda mais a vocação da farmacopeia para uma farmácia pós-manipulação e essencialmente industrial. Depois, a inserção de abordagens de reagentes, de elementos de estatística, dos métodos físico-químicos inseridos, das aferições de caráter farmacodinâmico e de diferentes métodos microbiológicos e imunológicos remetem-nos para uma farmacopeia bem distinta da farmácia oficial.

### **A influência da Farmacopeia Europeia e a globalização da *Farmacopeia Portuguesa***

A *Farmacopeia Portuguesa IV* vigorou oficialmente até 1986. Nesse ano foi publicada a *Farmacopeia Portuguesa V*<sup>47</sup>, isto é, a quinta farmacopeia oficial portuguesa. Esta obra é da autoria de uma comissão oficial presidida por Barros Polónia e depois interinamente Luís Nogueira Prista, professores da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Esta farmacopeia portu-  
gue-

---

<sup>46</sup> Sobre a relação entre a penicilina e a industrialização do medicamento em Portugal, veja-se: Victoria BELL, *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX) estudo de caso da penicilina*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. Sobre a receção da penicilina em Portugal, vejam-se, também, os estudos seguintes: Victoria BELL, João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “A introdução da penicilina nos Hospitais da Universidade Coimbra, Portugal (1944-1946)”: *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* 68:1 (2016), p. 137 [16 p.] (<http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2016.16>); Victoria BELL, João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “Regulação, circulação e distribuição da penicilina em Portugal (anos 40 e 50 do século XX)”: *Dynamis. Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam* 37:1 (2017), pp. 159-186; Victoria BELL, *Penicilina em Portugal (anos 40-50 do século XX): receção, importação e primeiros tratamentos*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

<sup>47</sup> *Farmacopeia Portuguesa V*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

sa foi fortemente marcada pela *Farmacopeia Europeia* e traduz a influência da adesão de Portugal à União Europeia. Trata-se de uma tradução adaptada da segunda edição da *Farmacopeia Europeia*, tendo-se aplicado a Convenção relativa à elaboração de uma Farmacopeia Europeia. Entre 1986 e 1995 foram publicados doze tomos da farmacopeia. Recorde-se que Portugal teve em 1980 o estatuto de observador da Comissão da Farmacopeia Europeia e membro em 1989, durante a 428.ª Reunião do Conselho da Europa em Estrasburgo, depois de ter solicitado para aderir à Convenção para a elaboração de uma Farmacopeia Europeia.



Figura 8 – Capa da *Farmacopeia Portuguesa V* (1.ª ed.)

Em 1996, a Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa passou a designar-se por Comissão da Farmacopeia Portuguesa – CFP, sendo considerada um órgão consultivo do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento – INFARMED. Recorde-se que em 1984 a então Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa passou a constituir uma comissão técnica especializada da então Direção Geral de Assuntos Farmacêuticos – DGAF. Em 1997, foi publicada a sexta farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopeia Portuguesa VI*<sup>48</sup>, novamente da autoria de uma Comissão, desta feita presidida por Rui Morgado, também professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Esta obra teve suplementos em 1998, 1999, 2000 e 2001 e foi a primeira a ser editada integralmente sob a responsabilidade do INFARMED. Entre diversas inovações do ponto de vista científico e técnico, assinale-se que esta farmacopeia inclui um conjunto de monografias em harmonização com monografias das congéneres, além da Europeia, dos Estados Unidos da América do Norte e do Japão. A *Farmacopeia Portuguesa VI* foi a primeira a ser editada sob a total responsabilidade do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), atualmente designado de Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. Em 2002 foi editada a *Farmacopeia Portuguesa VII*<sup>49</sup>, a sétima farmacopeia oficial portuguesa. A responsabilidade autoral incumbe a uma comissão oficial também presidida por Rui Morgado, sendo em dois volumes, com uma periodicidade trienal, editada pela primeira vez em CD Rom. A *Farmacopeia Portuguesa VIII*<sup>50</sup> foi editada em 2005 e foi uma adaptação da quinta edição da Farmacopeia Europeia. A *Farmacopeia Portuguesa IX*<sup>51</sup>, a quarta a ser editada sob a

---

<sup>48</sup> *Farmacopeia Portuguesa VI*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 1997.

<sup>49</sup> *Farmacopeia Portuguesa VII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2002.

<sup>50</sup> *Farmacopeia Portuguesa VIII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2005.

<sup>51</sup> *Farmacopeia Portuguesa IX*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2008.

responsabilidade do INFARMED desde a sua criação em 1993, foi publicada em 2008 e teve oito suplementos: três em 2008; dois em 2009; e três em 2010, de acordo com a influência da *Farmacopeia Europeia*<sup>52</sup>. Deve acrescentar-se que as sucessivas edições da *Farmacopeia Portuguesa*, desde 1986, resultam de traduções-adaptações da *Farmacopeia Europeia*.

O processo de globalização científica e tecnológica no que respeita aos medicamentos, o aumento da atividade comercial entre estados e a maior dinamização de relações entre diferentes países começaram a exigir uma harmonização internacional entre a legislação e processos normativos diversos. Entre vários tópicos que poderiam ser equacionados, sublinhe-se que os três pontos básicos desta tendência normalizadora da globalização das farmacopeias são “as práticas farmacopeicas padronizadas (“Boas Práticas Farmacopeicas” [GPhP]), a colaboração entre as farmacopeias e a aceitação regulamentar”<sup>53</sup> em benefício da saúde privada e pública.

## Conclusão

Pelo que foi exposto, verifica-se que foram publicadas farmacopeias portuguesas desde o início do século XVIII. A primeira farmacopeia portuguesa – *Pharmacopea Lusitana* – foi publicada em 1704. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – *Pharmacopeia Geral*. Hoje, o nome farmacopeia continua a ser escrito na capa daquelas obras – a farmacopeia

---

<sup>52</sup> J. CONCEIÇÃO, J. R. PITA, M. ESTANQUEIRO, J. S. LOBO, “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”: *Acta Farmacêutica Portuguesa* 3:1 (2014), pp. 47-65.

<sup>53</sup> J. CONCEIÇÃO, J. R. PITA, M. ESTANQUEIRO, J. S. LOBO, “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”, op. cit., p. 58, citando J. M. WIGGINS, H. D. SCHNEIDER Jr, “Compendial Globalization: Achieving Harmonization through Standardized Practices and Collaboration”: *Pharmaceutical Technol.* 36:4 (2012), pp. 94-101.



existe em Portugal há mais de trezentos anos. As farmacopeias portuguesas tentaram transpor para Portugal as inovações científicas e técnicas que se iam operando no estrangeiro. Tratava-se, portanto, de uma tendência globalizante das farmacopeias que foi retomada, noutros moldes e com outro contexto de política global, de um modo mais consistente e normalizado, com a *Farmacopeia Europeia* e a universalização farmacopeica verificada após 1986. Ao longo da história, as farmacopeias tiveram objetivos muito importantes em benefício da saúde privada e pública. Se inicialmente a normalização dos formulários era, muito provavelmente, um dos objetivos mais relevantes de uma farmacopeia, com o avançar dos anos, a análise de matérias-primas e medicamentos, a melhoria da qualidade dos medicamentos e da segurança com os medicamentos tornaram-se tópicos prioritários.

## Referências bibliográficas

- BELL, Victoria, *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX) estudo de caso da penicilina*. Coimbra, Universidade de Coimbra – Tese de doutoramento, 2014.
- BELL, Victoria, *Penicilina em Portugal (aos 40-50 do século XX): receção, importação e primeiros tratamentos*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- BELL, Victoria; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “A introdução da penicilina nos Hospitais da Universidade Coimbra, Portugal (1944-1946)”: *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* 68:1 (2016), p. 137 [16 p.]
- BELL, Victoria; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “Regulação, circulação e distribuição da penicilina em Portugal (anos 40 e 50 do século XX)”: *Dynamis. Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam* 37:1 (2017), pp. 159-186.
- BRITO, Maria Fernanda de, “Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 10 (1996), pp. 56-57.
- CABRAL, B.J.O.T., *Pharmacopea das pharmacopeas nacionaes e estrangeiras*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1833.
- CHAST, François, “Les médicaments”, in Mirko D. GRMEK (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*. vol. 3. Paris, Seuil, 1999, pp. 215-233.
- CHAST, François, *Histoire contemporaine des médicaments*. Paris, La Découverte, 1995.

- COELHO, Manuel Rodrigues, *Pharmacopea Tubalense*. Lisboa, Of. António de Sousa da Silva, 1735.
- COELHO, Manuel Rodrigues, *Pharmacopea Tubalense*. Roma, na Officina de Balio Geredini, 1760.
- CONCEIÇÃO, J.; PITA, J. R.; ESTANQUEIRO, M.; LOBO, J. S., “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”: *Acta Farmacêutica Portuguesa* 3:1 (2014), pp. 47-65.
- COSTA, Jacinto da, *Pharmacopea naval e castrense*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1819.
- DIAS, J. P. Sousa, “De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)”: *Medicamento, História e Sociedade*, Nova série, 6 (1995), pp. 1-8.
- DIAS, J. P. Sousa; PITA, João Rui, “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”, in *A Botica de São Vicente de Fora* (catálogo de exposição). Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25.
- DIAS, J. P. Sousa; PITA, João Rui, “L’influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII<sup>ème</sup> siècle: Nicolas Lémery”: *Revue d’histoire de la pharmacie* 300 (1994), pp. 84-90.
- Farmacopeia Portuguesa*. Edição Oficial. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.
- Farmacopeia Portuguesa IV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.
- Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1961.
- Farmacopeia Portuguesa V*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- Farmacopeia Portuguesa VI*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 1997.
- Farmacopeia Portuguesa VII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2002.
- Farmacopeia Portuguesa VIII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2005.
- Farmacopeia Portuguesa IX*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2008.
- FILHO, Wellington Bernardelli Silva, *Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017.
- FOLCH Y ANDREU, R., “As farmacopeias portuguesas”: *Notícias Farmacêuticas* 10.3-4 (1943), pp. 201-253.
- GAMA, Jorge, “Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa”: *Anais Azevedos* 5.5 (1953), pp. 259-267.
- GUERRA, F. Carvalho; ALVES, A. Correia, “Breve notícia histórica sobre as farmacopeias portuguesas até ao século XIX”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp. 815-834.
- JANEIRA, Ana Luísa; CARNEIRO, Ana Maria, “Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassallos”: *Prelo* 6 (1985), pp. 95-103.
- MARIA, João de Jesus, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*. Porto, Officina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772.
- MEAD, Ricardo, *Pharmacopea Meadiana*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1768 (tradução de António Rodrigues Portugal).

- MORA, José A. Damas, “Breve nota sobre as farmacopeias escritas em português”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.4 (1979), pp. 358-363.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de PAIVA, *Farmacopéa Lisbonense*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de (tradução), *Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Olisipone, Ex Typograp. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de, *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.
- PARENTE, Maria Celina, “Farmacopeia Bateana”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 27 (1999), pp. 38-40.
- PARENTE, Maria Celina, “Farmacopeia Lusitana: privilégios”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 25 (1998), pp. 46-47.
- Pharmacopeia Geral para o reino, e domínios de Portugal*. 2 vols. Lisboa: Regia Officina Tipográfica, 1794.
- PINA, Luís de, *No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense, de António Rodrigues Portugal (1766-1966)*. Sep de *O Médico*, 847, 1967.
- PINA, Luís de, “A ‘Farmacopeia’ de Francisco Sanches (Tolosa, 1636)”, in *Actas do II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia*, vol. 3. Porto, 1952, pp. 793-807.
- PINA, Luís de, “No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)”: *O Médico*. Nova série 45:840 (1967), pp. 465-478.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. 4.<sup>a</sup> ed. Porto, Typographia da Revista, 1846.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Typographia da Revista, 1858 (1.<sup>a</sup> edição póstuma por José Pereira Reis).
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Em Casa de A.B. da Cruz Coutinho, Editor, 1876 (2.<sup>a</sup> edição póstuma por José Pereira Reis).
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto, Typographia Commercial Portuense, 1836.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. 3.<sup>a</sup> ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841.
- PINTO, António José de Sousa, *Pharmacopea Chymica, Medica, e Chirurgica*. Lisboa, Impressão Regia, 1805.
- PITA, João Rui (coord.), SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de, *Pharmacopeia Lusitana* (1704), Coimbra, Minerva, 2000.
- PITA, João Rui, “A *Pharmacopeia Lusitana* de D. Caetano de Santo António ou quando se faz ‘Divino o Remédio Humano’”, in *Pharmacopeia Lusitana*. Coimbra, Minerva, 2000, pp. IX-XXV.
- PITA, João Rui, “A *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876: a terceira farmacopeia oficial portuguesa”, in *Pharmacopêa Portuguesa* (ed. facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 9-18.

- PITA, João Rui, “A *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716) de João Vigier”, in *Pharmacopea Ulyssiponense* (edição em facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 5-21.
- PITA, João Rui, “A *Pharmacopeia Geral*: a primeira farmacopeia oficial portuguesa”, in *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 3-22.
- PITA, João Rui, “Brief history of Portuguese pharmacopoeias”, in <https://histpharm.org/working-group-history-of-pharmacopoeias/> (acedido a 21 de maio de 2018).
- PITA, João Rui, “Contributos para a história das farmacopeias portuguesas. Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Farmacopéa Lisbonense”: *Cadernos de Cultura: A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 22 (2008), pp. 126-130.
- PITA, João Rui, “Os 300 anos da primeira farmacopeia portuguesa. A publicação da *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António”: *CentroBeira Informação* 4 (2004), pp. 20-24.
- PITA, João Rui, “Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopeia Geral*, 1794)”: *Munda* 30 (1995), pp. 57-68.
- PITA, João Rui, “Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)”: *Revista de História das Ideias* 20 (1999), pp. 47-100.
- PITA, João Rui, *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- PITA, João Rui, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996 (tese de doutoramento).
- PITA, João Rui, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra, Minerva, 1996.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “A bela idade da Farmacopeia Portuguesa: 300 anos”: *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 19 (2005), pp. 85-94.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “Botica, farmacopeia conventual e farmácia. A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704)”, in Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Mosteiro e saúde – Cerca, botica e enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões, 2008, pp. 95-107.
- PORTUGAL, António Rodrigues, *Pharmacopea Portuense*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1766.
- PUERTO SARMIENTO, F. J., *El mito de Panacea – Compendio de Historia de la Terapéutica y de la Farmacia*. Madrid, Ediciones Doce Calles, 1997.
- ROSENDO, Joaquim, *Farmacopeias portuguesas*. Lisboa, Ed. Lab. Vicente Ribeiro & C., 1952.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1754.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1711.

- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Joam Antunes, 1704.
- SILVA, A. C. Correia da, “Frei João de Jesus Maria e a Farmacopeia Dogmática”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.3 (1979), pp. 272-279.
- SONNEDECKER, Glenn, “The founding period of the U.S. Pharmacopeia. I. European Antecedents”: *Pharmacy in History* 35.4 (1993), pp. 151-162.
- TAVARES, Francisco, *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomadodatus*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1786.
- TAVARES, Francisco, *Medicamentorum sylloge propriae pharmacological exempla sistens in usum academicarum praelectionum*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1787.
- TAVARES, Francisco, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accomodate*. Conimbricae, Typis Academicis, 1809.
- TAVARES, Francisco, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accomodate*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1829.
- VIGIER, João, *Pharmacopea Ulyssiponense*. Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

(Página deixada propositadamente em branco)

**UM MODELO PARA A *BIBLIOTHECA DO POVO*  
E DAS ESCOLAS: A *BIBLIOTECA DEL POPOLO***

**A MODEL FOR THE *BIBLIOTHECA DO POVO*  
E DAS ESCOLAS: THE *BIBLIOTECA DEL POPOLO***

Vitor Bonifácio<sup>1</sup>

**Resumo:** Entre 1881 e 1913 publicaram-se 237 números da *Bibliotheca do Povo e das Escolas* (BPE). Fruto de uma eficaz estratégia comercial, esta aposta do editor David Corazzi (1845-1896) obteve um enorme sucesso no espaço geográfico de língua portuguesa. Os dezasseis números iniciais tiveram primeiras edições com tiragens iguais ou superiores a 10 000 exemplares, um facto extraordinário no panorama editorial português da época. Concetualmente, a publicação da BPE enquadra-se nas dinâmicas editoriais europeias da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento de novas tecnologias de impressão permitiu uma descida do preço das publicações, nomeadamente das periódicas: jornais, revistas e fascículos. A perceção generalizada da necessidade

---

<sup>1</sup> Centro de Investigação “Didática e Tecnologia na Formação de Professores”, Departamento de Física da Universidade de Aveiro: vitor.bonifacio@ua.pt. Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2013.



de providenciar instrução às classes populares implicou um incremento da alfabetização e dos sistemas públicos de ensino, em particular, do primário, e, conseqüentemente, do número de possíveis leitores. Quer o editor, quer Xavier da Cunha (1840-1920), o primeiro diretor da coleção, referiram que se inspiraram em modelos estrangeiros sem, no entanto, os especificarem. Até agora estas afirmações têm sido interpretadas como significando a utilização de uma estratégia editorial globalmente semelhante à de outras publicações, isto é, volumes educativos de baixo custo organizados numa “biblioteca”. Neste artigo argumentamos que a *Biblioteca del Popolo*, publicada a partir de 1875, em Milão, pelo editor Edoardo Sonzogno (1836-1920) constituiu, de facto, o modelo da BPE. Concluimos que as especificidades da publicação portuguesa refletem uma opção editorial que definiu como alvos privilegiados os mercados brasileiro e do livro escolar. **Palavras-chave:** História do Livro; *Bibliotheca do Povo e das Escolas*; *Biblioteca del Popolo*; Edoardo Sonzogno

**Abstract:** The two hundred and thirty seven volumes of the *Bibliotheca do Povo e das Escolas* (People and Schools Library, BPE) were published between 1881 and 1913. The publisher David Corazzi (1845-1896) savvy commercial strategy helped the publication to attain an immense success in Portugal and Brazil. The first sixteen numbers had print runs of 10 000 copies or more. At the time these numbers were unusually high in Portugal. Conceptually the BPE falls in line with international publishing dynamics of the second half of the nineteenth century. The development of new printing technologies led to a price decrease of printed materials, namely that of periodicals: newspapers, magazines and fascicles. The widespread belief that popular classes needed instruction

implied an increased investment in public education, particularly at the primary level. Naturally higher literacy led to a larger number of potential readers. Both the publisher and Xavier da Cunha (1840-1920), the first editor of the collection, claimed that foreign models inspired the creation of BPE. Notwithstanding neither referred a specific model. So far these statements have been interpreted to mean that an editorial strategy similar to other publications was implemented, i.e. low cost educational volumes organized into a virtual library. In this article we argue that the *Biblioteca del Popolo*, published from 1875 onwards, in Milan, by the publisher Edoardo Sonzogno (1836-1920) constituted, in fact, the BPE model. We further conclude that the specificities of the Portuguese publication reflect an editorial strategy targeting the Brazilian and educational markets.

**Keywords:** Book History; *Bibliotheca do Povo e das Escolas*; *Biblioteca del Popolo*; Edoardo Sonzogno

## 1. Introdução

Durante o século XIX assiste-se, em geral, a uma expansão do mercado do livro e, em particular, do livro de divulgação. O aparecimento das máquinas de impressão rotativas, de novas técnicas de fabrico de papel e impressão possibilitaram o aumento das tiragens e a oferta de publicações a preços inferiores<sup>2</sup>. Simultaneamente, diferentes contextos ideológicos privilegiaram a instrução enquanto principal agente de transformação dos cidadãos. Segundo Torgal, durante o liberalismo português: “Afirmar-se-á insistentemente que é a ignorância que torna os homens perversos e que a educação e instrução são a base do edifício social”<sup>3</sup>. A viabilidade das novas ideias políticas encontrava-se dependente dos cidadãos. Nas palavras de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895),

da mesma forma que os soberanos absolutos cometiam um verdadeiro crime não educando convenientemente os seus herdeiros, a quem ainda um dia haviam de ser confiados os destinos de milhões de homens, assim os governos liberais cometem o mesmo crime, quando não promovem a instrução do povo que é hoje o verdadeiro soberano, que chegou neste século à maioridade, que tem enfim nas suas mãos a direcção dos seus próprios destinos<sup>4</sup>.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico criou novas profissões, por exemplo, nas áreas das comunicações e

---

<sup>2</sup> Ernst HOMBURG, “From Chemistry for the People to the Wonders of Technology: The Popularization of Chemistry in the Netherlands during the Nineteenth Century”: *Hyle – International Journal for Philosophy of Chemistry* 12(2) (2006), pp. 163-191.

<sup>3</sup> Luís Reis TORGAL, “A instrução pública”, in José MATTOSO (ed.), *História de Portugal*, Vol. 5. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 609.

<sup>4</sup> Citado por António Pedro Barbas HOMEM, *Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, 1842-1895: uma biografia*. Lisboa, Colecção Parlamento, Assembleia da República, 2012, p. 27.

da iluminação. A necessidade de qualificar estes profissionais implicou a criação de sistemas de instrução especializados, como o Instituto Industrial de Lisboa, e a disponibilidade de manuais e livros de instrução. O desenvolvimento económico e a instrução eram, para as elites da época, inseparáveis<sup>5</sup>. Todos estes fatores contribuem, assim, para a expansão, ao longo do século XIX, dos sistemas públicos de ensino, nomeadamente do primário<sup>6</sup>.

Os novos leitores constituíam um mercado atraente para os editores que passam a oferecer um número crescente de materiais impressos, iniciando o que se convencionou designar por “cultura de massas”<sup>7</sup>. Os editores não podiam ser, no entanto, alheios à condição social de leitores com baixo poder económico, reduzido número de horas de lazer e sem hábitos de frequência de livrarias<sup>8</sup>. Uma estratégia habitual consistia em comercializar as obras por fascículos. A subdivisão do livro distribuía o esforço de aquisição por um maior intervalo de tempo, permitia que cada fascículo tivesse um preço acessível e proporcionava uma solução prática para a escassez de tempo de leitura<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> Ana Cardoso de MATOS, “Os agentes e meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX”: *Scripta Nova* 69 (2000). Disponível em linha: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-29.htm> (consultado a 15/06/2018).

<sup>6</sup> Martyn LYONS, “New Readers in the Nineteenth Century: Women, Children, Workers”, in Guglielmo CAVALLO, Roger CHARTIER (eds.), *A History of Reading in the West*. Cambridge, Blackwell, 2003, pp. 313-344.

<sup>7</sup> S. SHEETS-PYENSON, “Popular Science Periodicals in Paris and London: the Emergence of a Low Scientific Culture, 1820-1875”: *Annals of Science* 42(6) (1985), pp. 549-572; Bruno BÉGUET, “La vulgarisation scientifique au XIX<sup>e</sup> siècle”, in Bruno BÉGUET, Maryline CANTOR, Ségolène LE MEN (eds.), *La Science pour Tous*. Paris, Réunion des Musées Nationaux, 1994, pp. 5-48; Bernard LIGHTMAN, “The Voices of Nature: Popularizing Victorian Science”, in Bernard LIGHTMAN (ed.), *Victorian Science in Context*. Chicago, The University of Chicago Press, 1997, pp. 187-211; M. LYONS, “New Readers...”, op. cit.

<sup>8</sup> M. SANTOS, “A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX”: *Análise Social* XXVII (116-117) (1992), pp. 539-546.

<sup>9</sup> Jean-Yves MOLLIER, “La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIII<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle”, in Jacques MICHON, Jean-Yves

A publicação da edição francesa de *O Capital* exemplifica as vantagens atribuídas à venda por fascículos. Segundo o editor, Maurice Lachatre,

o método de publicação adotado, por fascículos de dez cêntimos, terá a vantagem de permitir a um número maior dos nossos amigos de obter o seu livro, os pobres não podem pagar pela ciência senão pouco dinheiro; o seu objetivo será concretizado: tornar o seu trabalho acessível a todos<sup>10</sup>.

Karl Marx (1818-1883), numa carta enviada de Londres, em março de 1872, aplaude a ideia: “Destá forma a obra será mais acessível à classe trabalhadora, uma consideração que, para mim, supera tudo o resto<sup>11</sup>.” A comercialização em fascículos permitia, ainda, utilizar a rede de distribuição de jornais, aproximando o impresso das classes populares<sup>12</sup>. O sucesso obtido pela *Librarie Hachette* com a disponibilização das suas coleções nas “bibliothèques” das gares dos caminhos de ferro ilustra as vantagens da presença do livro na “rua”<sup>13</sup>. Por último, a venda em fascículos cria colecionadores, isto é, estimula hábitos de compra resultantes do desejo de completar as obras. Não será, por isso, de estranhar que simultaneamente apareçam à venda coleções designadas por ‘bibliotecas’. A atenção dada ao título da série

---

MOLLIER (eds.), *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII<sup>e</sup> siècle à l'an 2000*. Paris, L'Harmattan, 2003, pp. 47-72.

<sup>10</sup> Karl MARX, *Le capital*. Paris, M. Lachâtre, 1872. As traduções efetuadas são da responsabilidade do autor deste artigo.

<sup>11</sup> Karl MARX, *Le capital*, op. cit.

<sup>12</sup> Anne-Marie THIESSE, *Le roman du quotidien*. Paris, Éditions du Seuil, 2000, p. 21.

<sup>13</sup> Frédéric BARBIER, “Libraires et colporteurs”, in Roger CHARTIER, Henri-Jean MARTIN (eds.), *Histoire de l'édition française*, Vol. 3. Paris, Fayard, Cercle de la Librairie, 1990, pp. 256-302.

ajudava a que cada texto constituinte aparecesse como parte integrante de um programa extenso e cuidadosamente concebido; e, do ponto de vista da rentabilidade, criava a expectativa de que o aumento sistemático do conhecimento do tema (mesmo que amplo e por vezes inteiramente artificial) pudesse ser, de facto, adquirido pela leitura de todos os volumes<sup>14</sup>.

No caso da BPE cada número pode ser interpretado como um fascículo de um livro – a série. O conjunto das séries constituiria a biblioteca.

A investigação indica que a edição portuguesa, durante o século XIX, não se diferenciou, no essencial, das dinâmicas internacionais. Note-se, contudo, que a baixa literacia, “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” de uma população pequena, não tenha possibilitado, em muitos casos, a existência de uma massa crítica capaz de sustentar no tempo muitos dos esforços editoriais efetuados<sup>15</sup>. Na divulgação da astronomia, por exemplo, encontram-se iniciativas pontuais de curta duração e/ou não concluídas<sup>16</sup>. Neste sentido, a BPE apresenta-se como uma exceção, quer pela longevidade da publicação, quer pelas elevadíssimas tiragens de alguns dos seus números<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Iain BEAVAN, “Advertising Judiciously: Scottish Nineteenth-Century Publishers and the British Market”, in Peter ISAAC, Barry MCKAY (eds.), *The Mighty Engine: The printing Press & its Impact*. Winchester, St Paul’s Bibliographies and Delaware, Oak Knoll Press, 2000, p. 73.

<sup>15</sup> José Murilo de Carvalho citado por A. P. B. HOMEM, *op. cit.*, p. 26.

<sup>16</sup> Vitor BONIFÁCIO, *Da Astronomia à Astrofísica: A perspectiva portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Departamento de Física, 2009.

<sup>17</sup> Manuela D. DOMINGOS, *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do Século XIX*. Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1985, p. 13.

## 2. A *Bibliotheca do Povo e das Escolas*

David Corazzi (figura 1) publica, em fevereiro de 1881, em Lisboa, o primeiro número da BPE, *Historia de Portugal*. Segundo o editor, a coleção enquadrava-se na “tendencia para a vulgarização dos conhecimentos humanos” presente nas sociedades modernas e destinava-se a providenciar instrução aos “que não sabem por lhes fallecerem recursos com que apprendam”, ou seja, às classes populares<sup>18</sup>:

A Bibliotheca do Povo e das Escolas vem acudir a uma falta que já, desde tempos, outros paizes taes como a Inglaterra, a França, a Itália, a Allemanha e os Estados-Unidos da America, têm tratado de remediar dando a publico, por modico preço, collecções no genero da que ora sai a lume<sup>19</sup>.

Xavier da Cunha (figura 1), diretor da coleção, entre 1881 e 1894, refere igualmente a “inspiração” de modelos estrangeiros. Nas “Duas palavras ao leitor”, anexas à encadernação da 3.<sup>a</sup> série, escreve que tomou “por modelos de fórmula as collecções analogas publicadas em França, na Italia e em outros paizes que marcham na vanguarda da civilização”<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Xavier da CUNHA, “Quatro paginas de prólogo”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas. Sexta Serie*. Lisboa, David Corazzi – Editor. Empreza Horas Romanticas, 1883.

<sup>19</sup> X. da CUNHA, “Quatro páginas...”, op. cit.

<sup>20</sup> Xavier da CUNHA, “Duas palavras ao leitor”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas. Terceira Serie*. Lisboa, David Corazzi – Editor. Empreza Horas Romanticas, 1882.



Figura 1 – Retratos de David Corazzi<sup>21</sup> e Xavier da Cunha<sup>22</sup>, imagens da esquerda e direita, respetivamente

Infelizmente, nem Corazzi nem Cunha especificam o(s) modelo(s) utilizado(s). Manuela Domingos, no exaustivo estudo que dedicou à BPE, não apresentou um modelo específico da coleção, argumentando, contudo, contra a possibilidade de esta se inspirar nos *Manuels Roret*. Publicados, em França, a partir da década de 20, os manuais Roret eram conhecidos e distribuídos em Portugal, mas “os seus preços eram evidentemente impopulares – 250 a 1 000 réis cada volume – tal como a sua extensão – 300 a 400 páginas”<sup>23</sup>. Valores que contrastam com o custo de 50 réis de cada número de 64 páginas, incluindo capas, da BPE. Trabalhos posteriores

---

<sup>21</sup> Magalhães LIMA, “David Corazzi”: *Commercio e Industria – Sciencias, Artes e Letras* 6 (1880), p. inum.

<sup>22</sup> Imagem cedida pela Hemeroteca Municipal de Lisboa. ANÓNIMO, “Comemorações do XXV anno do Occidente”: *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro* XXV (829-830, 10 e 20 de Janeiro) (1902), p. 7.

<sup>23</sup> M. DOMINGOS, op. cit., p. 46; M. LYONS, “New Readers...”, op. cit., p. 443.



prossegiram outras linhas de investigação, ficando em aberto a questão de um hipotético modelo<sup>24</sup>.

Note-se que, apesar da inspiração estrangeira, Xavier da Cunha, o primeiro e talvez o único editor formal da BPE, considerava-se o “arquitecto” da coleção tendo-a estabelecido com

um plano mais vasto, mais desenvolvido, mais desdobrado, menos deficiente e (quando possível) mais apurado e consciencioso do que o methodo seguido pelas collecções estrangeiras (algumas das quaes – triste é dizê-lo – chegam a admittir nas suas paginas verdadeira *obra de fancaria*<sup>25</sup>.

A publicação da BPE estende-se até 1913. Inicialmente, a coleção mantém a periodicidade bimensal prevista. Segundo o editor, os números seriam disponibilizados para venda nos dias 10 e 25 de cada mês. Entre 1886 e 1891 publicou-se, em média, um número por mês, enquanto os últimos 41 números são dados à estampa, de

---

<sup>24</sup> Jorge NASCIMENTO, “Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil no século XIX: a biblioteca do povo e das escolas”: *Horizontes* 19 (2001), pp. 11-27; Maria de Fátima NUNES, “*A Bibliotheca do Povo e das Escolas*: Fonte para a História da Ciência”, in Mari Álvarez LIRES, Ánxela Bugallo RODRÍGUEZ, José M<sup>a</sup> FERNANDÉZ, Rafael Sisto EDREIRA e X. Carlos Valle PÉREZ (coord.), *Estudios de Historia das Ciências e das Técnicas*, vol. 1. Vigo, Deputación Provincial. Servicio de Publicacións, 2001, pp. 221-231; Giselle M. VENÂNCIO, “Lisboa-Rio de Janeiro-Fortaleza: os caminhos da coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*, traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”: *Cultura* 21 (2005), pp. 185-204; Jorge NASCIMENTO, V. SANTOS, “Geografia geral para portugueses e brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas”: *Revista da Faced* 10 (2006), pp. 141-158; Vitor BONIFÁCIO, Isabel MALAQUIAS, João FERNANDES, “Ernesto Vasconcellos’ Astronomia Photographica: the earliest popular book on astronomical photography?”: *Journal of Astronomical History and Heritage* 11 (2008), pp. 116-123; Vitor BONIFÁCIO, *Da Astronomia à Astrofísica: A perspectiva portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Departamento de Física, 2009; Olímpia de J. de B. M. NABO, *Educação e difusão da ciência em Portugal. A ‘Bibliotheca do Povo e das Escolas’ no Contexto das Edições Populares do Século XIX*. Tese de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, 2012; Vitor BONIFÁCIO, Helmuth MALONEK, “Os inesperados livros de Matemática da “Bibliotheca do Povo e das Escolas””: *Suplemento do Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* 69 (2013), pp. 35-37.

<sup>25</sup> X. da CUNHA, “Duas palavras...”, op. cit.

forma irregular, ao longo de 22 anos<sup>26</sup>. Cada número de 11 cm por 16,5 cm tinha 64 páginas e custava 50 réis, valor que, na altura, permitia adquirir cinco exemplares do jornal, de quatro páginas, *Diario Illustrado*, de Lisboa. O baixo preço dos números era amiúde referido, por vezes com ironia, nas recensões encontradas nos jornais:

“Astronomia Popular” – Assim se intitula o 10º volume da Bibliotheca do Povo e das Escolas, publicação a todos os respeitos excelente e de que é editor o snr. David Corazzi. O dito volume, que recebemos, vem illustrado de 15 gravuras. Não esqueça que o preço de cada um ascende... a 50 réis<sup>27</sup>!

No início, os números eram publicados anonimamente. Xavier da Cunha identifica nos prólogos, a partir da 3.ª série, os autores de cada número, à exceção dos escritos por si. Os três títulos escritos por José Júlio Rodrigues (1843-1923), publicados nas 11.ª e 13.ª séries, são os primeiros a incluir o nome do autor na capa. Esta prática passa a ser norma a partir do número 105, da 14.ª série, de 1885.

A coleção foi inicialmente bem recebida, quer pela crítica, quer pelo público. Os dez mil exemplares da primeira edição da *Historia de Portugal* esgotaram em poucos dias, tendo a segunda edição de seis mil exemplares sido de imediato dada à estampa<sup>28</sup>. Atualmente conhecem-se apenas as tiragens dos dezasseis primeiros números. O n.º 16, *Hygiene*, escrito pelo médico naval João Cesário Lacerda (1841-1903), teve uma primeira edição de vinte mil exemplares, um valor enorme no panorama editorial português da época<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> M. DOMINGOS, op. cit., Quadro I, p. 29.

<sup>27</sup> ANÓNIMO, “Astronomia popular”: *O Primeiro de Janeiro*, 13 de julho (1881), p. 2.

<sup>28</sup> Xavier da CUNHA, *Historia de Portugal*, 2.ª edição. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Romanticas, 1881.

<sup>29</sup> M. DOMINGOS, op. cit., p. 76; João Cesario de LACERDA, *Hygiene*. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Romanticas, 1881.

### 3. A *Biblioteca del Popolo*

Edoardo Sonzogno (1836-1920) (figura 2) iniciou a sua atividade editorial, em 1861, através da publicação de uma revista ilustrada, *Lo Spirito Folletto*. Esta opção resulta, segundo Barile, não só da elevada taxa de analfabetismo, 70% dos habitantes das cidades, mas também do baixo número daqueles que sabiam italiano, apenas 0,8% da população<sup>30</sup>. Em 1865, Sonzogno dá à estampa outra revista ilustrada, *L'Emporio pittoresco*, destinada ao grande público. O baixo custo, o número e a qualidade das ilustrações levam a que, dois anos depois, a revista atinja tiragens de 60 000 exemplares, um valor 20 vezes superior ao de outras revistas italianas contemporâneas<sup>31</sup>.

Sonzogno, após uma visita à Exposição Universal de Paris de 1867, onde toma contacto com a prensa rotativa Marioniti, moderniza a impressão do jornal *Il Secolo*, fundado no ano anterior, e transforma-o no primeiro grande diário italiano. Tal como os seus congéneres franceses, Sonzogno utilizou como estratégia comercial a apetência popular pela leitura de romances. Em 1872, quando o jornal publicava dois e, por vezes, três folhetins por dia, Sonzogno torna-se o representante italiano da *Société des gens des lettres*, assegurando, assim, o direito de tradução dos romances franceses mais populares<sup>32</sup>. Consequentemente, *Il Secolo* atingiu, no final do século XIX, uma tiragem diária de 150 000 exemplares<sup>33</sup>. Por outro lado, os folhetins “alimentavam” outras iniciativas da editora, nomeadamente várias coleções de romances tais como a *Biblioteca*

---

<sup>30</sup> Laura BARILE, *Le parole illustrate: Edoardo Sonzogno editore del popolo*. Ghirlandina. Incontri con l'Ottocento. Modena, Mucchi Editore, 1994, p. 10.

<sup>31</sup> Laura BARILE, *Le parole illustrate...*, op. cit., p. 10.

<sup>32</sup> Viola CAGNINELLI, “Edoardo Sonzogno rappresentante italiano della Société des gens de lettres (1872-1878)”: *La fabbrica del libro* 2 (2008), pp. 9-16.

<sup>33</sup> Laura BARILE, “Un fenomeno di editoria popolare: le Edizione Sonzogno”, in Gianfranco TORTORELLI (ed.), *L'Editoria italiana tra Ottocento e Novecento*. Emilia Romagna Biblioteche Archivi. Bologna, Edizioni Analisi, 1986, p. 95.

*romantica illustrata*, iniciada em 1866, e, a partir de 1872, a *Biblioteca romantica economica*<sup>34</sup>.

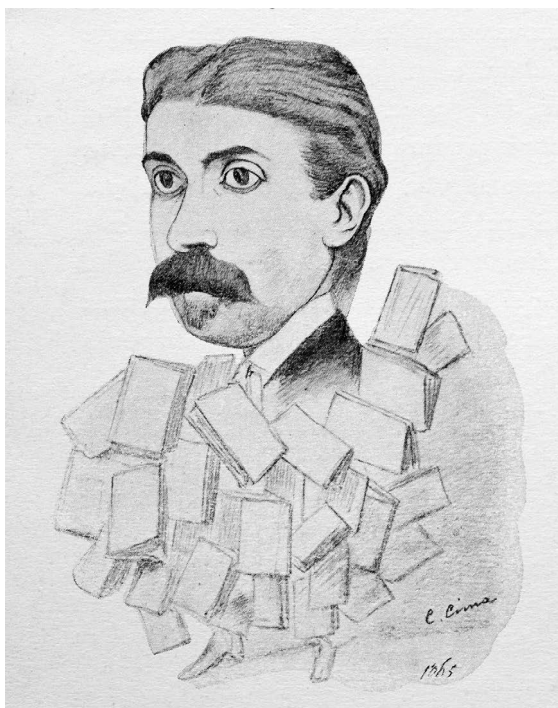


Figura 2 – Caricatura de Edoardo Sonzogno<sup>35</sup>

O sucesso da editora permitiu a diversificação da sua atividade. Na década de 70, iniciaram-se duas outras importantes coleções: a *Biblioteca Classica Economica*, em 1873, e a *Biblioteca del Popolo*, em julho de 1875<sup>36</sup>. Note-se que a literatura atribui, incorretamente, as datas de 1873<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> V. CAGNINELLI, op. cit.; Maria Enrica CARBOGNIN, D. LEGNANI, Anna LEVI, Lia MADORSKY, *Letteratura dimenticata. Casa Editrice Sonzogno*, s/d. Disponível em linha: [www.letteraturadimenticata.it/Sonzogno.htm](http://www.letteraturadimenticata.it/Sonzogno.htm) (consultado em 21/10/2010).

<sup>35</sup> Otto CIMA, *Mezzo secolo di caricatura milanese (1860-1910)*. Milano, Stabilimento Art Grafiche Bertarelli, 1928, p. 35.

<sup>36</sup> ASSOCIAZIONE TIPOGRAFICO-LIBRARIA ITALIANA, *Bibliografia...*, p. 43.

<sup>37</sup> Laura BARILE, “Un fenomeno...”, op. cit., p. 97.

ou 1874<sup>38</sup> para o início da coleção. Segundo um anúncio do editor, a 1 de julho de 1875, foram publicados os quatro primeiros números – *Elementi di grammatica italiana; Elementi d'aritmetica; Il mondo a volo d'ucello o geografia elementar e Compendio di cronologia* – da “Nuova Biblioteca del Popolo”, subintitulada “Propaganda d'instruzione”. Cada número, anónimo, tinha 64 páginas, incluindo a capa e a contracapa, num formato de 11 cm por 16,5 cm. Os 15 cêntimos de cada número permitiriam adquirir alternativamente três exemplares do jornal *Il Secolo* de quatro páginas. Os números da coleção podiam ser adquiridos avulso ou por assinatura. Um habitante no reino de Itália podia, por assinatura, adquirir a primeira série, isto é, os primeiros vinte números por três liras. Note-se que, tal como no caso da BPE, o preço da assinatura não difere da soma dos preços de capa. O custo da assinatura elevava-se a seis liras para assinantes que se encontrassem no Egito, Grécia, Portugal, Rússia, Espanha e Turquia e a sete liras para os da América, Ásia e Austrália. Os livros avulso seriam, ainda, segundo o anúncio, colocados à venda “presso tutii i Librai e rivenditori d'Italia”<sup>39</sup>. Desconhecemos, infelizmente, qualquer informação sobre a extensão e impacto desta rede de intermediários na operação da editora. Pensamos, no entanto, que o anúncio revela uma tentativa do editor de se aproximar, isto é, de “partilhar” o espaço com os possíveis leitores.

A destruição, em 1943, num bombardeamento, do arquivo da casa editorial Sonzogno limita o conhecimento das atividades desenvolvidas pela empresa<sup>40</sup>. Esperemos que o projeto, em curso, de recuperar a memória da casa editorial oitocentista através das

---

<sup>38</sup> Ada Gigli MARCHETTI, “Le nuove dimensioni dell’impresa editoriale”, in G. TURI, M. I. PALAZZOLO (eds.), *Storia dell’editoria nell’Italia contemporanea*. Saggi / [Giunti], Giunti, 1997, p. 127.

<sup>39</sup> ASSOCIAZIONE TIPOGRAFICO-LIBRARIA ITALIANA, *Bibliografia italiana: giornale dell’Associazione tipografico-libreria italiana*. Anno 1872, Vol. IX da *Bibliografia italiana: giornale dell’Associazione tipografico-libreria italiana*. Firenze, Associazione tipografico-libreria italiana, 1877, 43.

<sup>40</sup> L. BARILE, *Le parole...*, op. cit., p. 9.

informações existentes em fontes secundárias como, por exemplo, os anúncios e as revistas bibliográficas, editadas pela empresa, possa, de futuro, trazer novos dados referentes ao real alcance geográfico da *Biblioteca del Popolo*<sup>41</sup>.

#### **4. A *Bibliotheca do Povo e das* Escolas e o seu modelo – semelhanças e diferenças**

Conforme anteriormente referido defendemos, neste trabalho, a tese que a *Biblioteca del Popolo* constituiu o modelo da BPE. No decurso da nossa investigação encontramos várias evidências da circulação de livros da editora Sonzogno em Portugal durante o século XIX. Brito Aranha refere a tradução de *Os Lusíadas* de Camões, publicada pela editora em 1882<sup>42</sup>. Em nosso entender, um indício mais significativo encontra-se no espólio da biblioteca de Antero de Quental, atualmente pertencente à Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Antero possuía a 5.<sup>a</sup> edição do livro *Poesie* de Giacomo Leopardi, publicado por Sonzogno, em 1883. O volume tem no anterrosto a dedicatória: “Ao seu querido amigo Anthero / offe. / J. d’Araújo / 16 d’Out. 83”<sup>43</sup>. Apadrinhado por Antero, Joaquim de Araújo (1858-1917) tinha publicado, em 1881, o seu

---

<sup>41</sup> Silvia VALISA, “Casa editrice Sonzogno. Mediazione culturale, circuiti del sapere ed innovazione tecnologica nell’Italia unificata (1861-1900)”, in A. CAESAR, J. BURNS, G. ROMANI (eds.), *The Printed Media in Fin-de-siècle Italy: Publishers, Writers, and Readers. Italian perspectives*. Leeds, Legenda, 2011, pp. 90-106; Silvia VALISA, “Sulla preparazione di un campione di catalogo digitale aumentato delle edizioni Sonzogno”: *La fabbrica del libro* 2 (2013), pp. 47-54.

<sup>42</sup> Pedro Wenceslau de Brito ARANHA, *A obra monumental de Luiz de Camões: estudos bibliographicos*. Lisboa, Imprensa nacional, 1886, p. 225.

<sup>43</sup> A. RAGUSA (2016). *Como exilados de um céu distante Antero de Quental e Giacomo Leopardi na ‘modernidade antimoderna’*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 62.



primeiro livro de poesia, *Lira Intima*, precisamente na editora de David Corazzi, a Empreza Horas Românticas<sup>44</sup>.

#### 4.1. Semelhanças

Os números das duas coleções são indistinguíveis pela sua dimensão, 11 cm por 16,5 cm, número de páginas, 64, e periodicidade de publicação. Ambos têm preços muito económicos. A comparação das capas revela igualmente semelhanças gráficas e de conteúdo (figura 3).

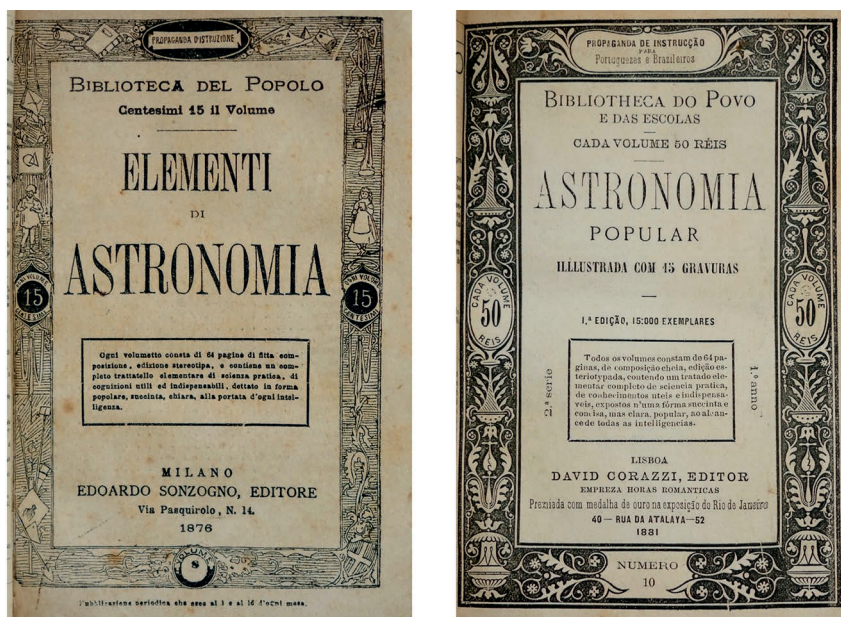


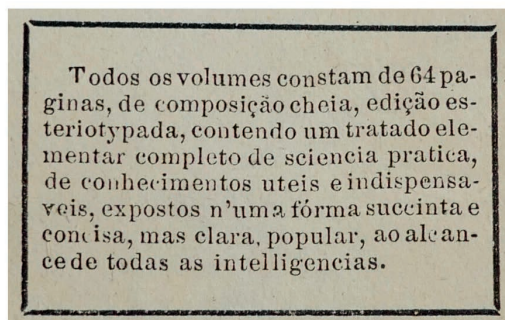
Figura 3 – Capas da edição de 1876 do n.º 8, *Elementi di Astronomia*, da *Biblioteca del Popolo*<sup>45</sup>, e da primeira edição do n.º 10, *Astronomia Popular*, da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, publicada em 1881<sup>46</sup>

<sup>44</sup> José Carlos Seabra PEREIRA, “Romantismo tardio e surto neo-romântico no fim-de-século”: *Humanitas* 50 (1998), p. 921.

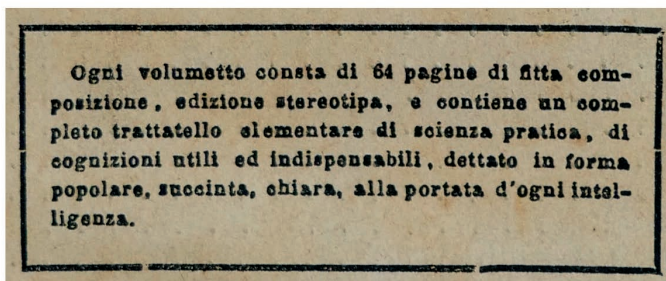
<sup>45</sup> ANÓNIMO, *Elementi di Astronomia*. Milano, Edoardo Sonzogno, 1876.

<sup>46</sup> José de MELLO, *Astronomia Popular*. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Românticas, 1881.

O baixo custo de cada número, um elemento fundamental da estratégia comercial das editoras, aparece referido por três vezes na capa, entre os títulos da coleção e do número e em duas *car-touches* laterais. O texto contido na caixa retangular disposta por debaixo do título é, salvo a diferença de língua, o mesmo (figura 4), bem como os objetivos gerais das duas publicações.



Todos os volumes constam de 64 paginas, de composição cheia, edição esteriotypada, contendo um tratado elementar completo de sciencia pratica, de conhecimentos uteis e indispensaveis, expostos n'uma fórma succinta e concisa, mas clara, popular, ao alcançe todas as intelligencias.



Ogni volumetto consta di 64 pagine di fitta composizione, edizione stereotipa, e contiene un completo trattatello elementare di scienza pratica, di cognizioni utili ed indispensabili, dettato in forma popolare, succinta, chiara, alla portata d'ogni intelligenza.

Figura 4 – Detalhe das capas apresentadas na figura 3

E se na contracapa dos *Elementi di Astronomia* se afirma que

Questa pubblicazione, tanto ricercata per il favoloso buon buon mercato, ha li doppio intendimento, di propagare l'instruzione generale e di far nascere l'amore allo studio nelle classi popolari così in città come nella champagne<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> ANÓNIMO, *Elementi di...*, op. cit.



na da *Astronomia Popolar* pode ler-se

Esta publicação, notavel pela sua fabulosa barateza, tem a dupla vantagem de propagar a instrucção geral e incitar ao estudo as classes populares<sup>48</sup>.

#### 4.2. Diferenças

As capas revelam também diferenças de detalhe que, no nosso entender, refletem as estratégicas dos dois editores. A BPE indica na capa o número de ilustrações de cada título, a série e, até ao número 16, a tiragem. A partir do número 10, as datas de publicação, “dias 10 e 25 de cada mez”, deixam de ser referidas, o que pode revelar a dificuldade em manter este ‘compromisso’ com os leitores. Note-se, no entanto, que a BPE conseguiu, pelo menos numa primeira fase, entre 1881 e 1885, publicar em média dois novos títulos por mês, o que não se verificou no primeiro ano da *Biblioteca del Popolo*<sup>49</sup>.

Duas alterações significativas são o acrescento de “e das escolas” ao título italiano e a especificação do público a que se destinava a propaganda de instrução “Portugueses e Brasileiros” (figura 5).

---

<sup>48</sup> José de MELLO, *Astronomia...*, op. cit.

<sup>49</sup> M. DOMINGOS, op. cit., p. 29; STABILIMENTO DEL'EDITORE EDOARDO SONZOGNO, Milano (1875). “Biblioteca del Popolo”: *Bibliografia italiana: giornale dell'Associazione tipografico-libraria italiana* IX (24, 31 Dicembre) (1875), p. 112 e STABILIMENTO DEL'EDITORE EDOARDO SONZOGNO, “Biblioteca del Popolo”: *Bibliografia italiana: giornale dell'Associazione tipografico-libraria italiana*, Supplemento ao n. 18 dell'Anno X (30 Settembre) (1876), p. 48.

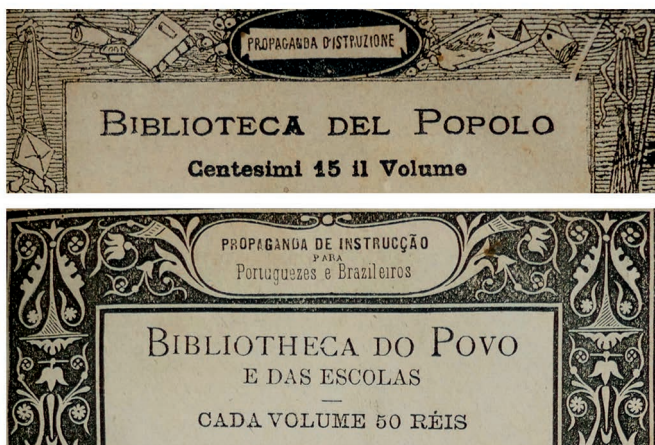


Figura 5 – Detalhe das capas apresentadas na figura 3

A alusão explícita às escolas indica que a editora pretendia que, senão todos, pelo menos alguns dos números pudessem ser utilizados no ensino. Assim, no terceiro número, *Mythologia*, pode ler-se que esta foi “especialmente accommodada ao ensino dos estudantes de latinidade, de poetica, de litteratura, de bellas-artes, etc”<sup>50</sup>. Se este objetivo limita, por um lado, o conteúdo, obrigando-o a respeitar o programa oficial ou parte deste, permite, por outro, o acesso a um mercado lucrativo. Em 1883, o Conselho Superior de Instrução Pública aprovou a utilização de vários números da BPE na instrução primária e no ensino normal<sup>51</sup>.

Sabe-se que a BPE era distribuída através de uma extensa rede que se estendia do continente, às ilhas e ao Brasil<sup>52</sup>. Apesar de alguma visibilidade anterior – a *Empresa Horas Romanticas* obteve, por exemplo,

---

<sup>50</sup> Xavier da CUNHA, *Mythologia*. Lisboa, David Corazzi Editor – Empresa Horas Romanticas, 1881.

<sup>51</sup> PORTUGAL. MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO, “Relação dos livros approvados pelo governo em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrucção publica, no anno de 1882”: *Diário do Governo* 11 (1883), p. 109.

<sup>52</sup> M. DOMINGOS, op. cit., pp. 66-69.

uma medalha de ouro na exposição portuguesa do Rio de Janeiro de 1879 – a estratégia para o mercado brasileiro adquiriu, em 1882, uma nova dinâmica, numa altura em que se pretendia, pelo menos legislativamente, diminuir o analfabetismo no país<sup>53</sup>. Segundo a revista *O Occidente*,

O sr. David Corazzi um dos editores mais inteligentes, mais ilustrados, e mais arrojados que Portugal tem hoje, e que alia todas as apreciáveis qualidades de um perfeito cavalheiro delicadíssimo e brioso, com as d'um negociante laborioso e habil, vae tentar uma empresa corajosa que estamos certos lhe dará os melhores resultados e explorar em grande escala o mercado literário do Brazil, fundando no Rio de Janeiro uma filial da sua acreditada e já importantíssima casa editora. O sr. José Maria de Mello, que vae encarregado de montar no Rio essa filial e de a dirigir, é um rapaz muito inteligente, muito activo a quem a Empreza Horas Romanticas deve, desde os seus princípios, uma cooperação leal e solícita e que empregará agora todos os seus esforços para a fazer desenvolver e progredir rapidamente no Brazil<sup>54</sup>.

José Maria de Mello (?-?) era amigo de David Corazzi e autor do décimo número da BPE, *Astronomia Popular*. Mello seria, mais tarde, gerente da empresa sucessora da Empreza Horas Romanticas, a Companhia Nacional Editora. A partir do número 37, de 1882, passa a constar nas capas dos números da BPE a informação “Filial no Brasil: 40, R. da Quitanda, Rio de Janeiro”<sup>55</sup>. Estudos recentes indicam uma boa difusão da BPE no Brasil<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> X. da CUNHA, *Mythologia*, op. cit.; M. Domingos, op. cit.; Carlos COSTA, *A Revista no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2012, pp. 72-83.

<sup>54</sup> G. LOBATO, “Chronica Occidental”: *O Occidente* 125 (1882), pp. 129-130.

<sup>55</sup> F. A. C. SOARES, *Tactica e Armas de Guerra*. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Romanticas, 1882.

<sup>56</sup> J. NASCIMENTO, V. SANTOS, op. cit.; G. M. VENÂNCIO, “Lisboa-Rio...”, op. cit.

Por último, encontramos uma diferença importante na metodologia utilizada pela editora portuguesa na gestão das diferentes séries. A dimensão de uma série foi reduzida de 20 para 8 números e estimulou-se a sua encadernação. Os números da BPE incluem, ao contrário da coleção italiana, a informação da série na capa e a partir da 6.<sup>a</sup> série<sup>57</sup>, publicada em 1882, a editora ofereceu “cada serie de 8 volumes, cartonada em percalina, 500 réis; capas separadas para cartonar cada serie, 100 réis”<sup>58</sup>. Desta forma, cada número pode ser interpretado como um fascículo de um livro (a série). A biblioteca económica do “operario, o estudante, o chefe de familia ou o professor” seria constituída pelo conjunto dos livros/séries<sup>59</sup>. A publicação de prólogos e/ou erratas de uma série remete, de novo, para a sua encadernação. Assim, enquanto existem várias coleções quase completas da BPE, quer em Portugal, quer no Brasil, quer em bibliotecas públicas, quer em coleções privadas, nas pesquisas efetuadas nos catálogos de várias bibliotecas italianas não encontramos nenhuma série encadernada da *Biblioteca del Popolo* nem indicação de que esta pudesse existir. A encadernação das 1280 páginas de uma série da *Biblioteca del Popolo* parece-nos impraticável. Os volumes encadernados que encontramos à venda contêm, habitualmente, 8 a 10 números selecionados, por vezes, pela coerência temática dos seus conteúdos.

## 5. Conclusões

Enquadrando-se nas dinâmicas editoriais do século XIX, a *Biblioteca del Popolo* é dada à estampa a partir de 1875, em Milão.

---

<sup>57</sup> É possível que esta iniciativa seja de data anterior, visto que existe uma errata da 2.<sup>a</sup> série, datada de 1881.

<sup>58</sup> ANÓNIMO, *Biblioteca do Povo e das Escolas. Sexta Serie*. Lisboa, David Corazzi – Editor. Empreza Horas Romanticas, 1883.

<sup>59</sup> ANÓNIMO, *Biblioteca do Povo...*, op. cit.

Seis anos mais tarde, uma publicação com as mesmas características, a BPE, inspira-se neste modelo estrangeiro. Como vimos, a publicação portuguesa partilhava o ideal de providenciar instrução às classes populares a preços económicos, e tinha o mesmo número de páginas e dimensão igual à sua congénere italiana. O grafismo e o conteúdo das capas das duas publicações é, também, muito semelhante. Ambas as ‘bibliotecas’ foram sucessos comerciais durante vários anos, apesar de nenhuma ter conseguido manter a ambiciosa taxa de publicação de dois números por mês<sup>60</sup>.

Uma análise preliminar das publicações indica que os títulos da BPE não são traduções dos da *Biblioteca del Popolo*. Nos primeiros anos, as temáticas de ciências naturais e exatas parecem ter uma maior expressão na BPE, possivelmente como consequência da formação médica e opções de Xavier da Cunha, o diretor da coleção. Espera-se que a conclusão do estudo comparativo em curso permita esclarecer estas duas questões.

No decurso desta investigação encontramos, ainda, outra ligação entre as editoras da BPE e da *Biblioteca del Popolo*. Em 1882, Sonzogno inicia a publicação de uma nova coleção de literatura, a *Biblioteca Universale. Antica e moderna*, em que cada pequeno volume tinha um preço de “25 centesimi”<sup>61</sup>. *Os Lusíadas* de Camões, anteriormente referidos, correspondiam aos números 11 e 12 dessa coleção. Seis anos mais tarde, David Corazzi inicia a publicação da sua *Bibliotheca Universal. Antiga e Moderna*<sup>62</sup>. Verifica-se, de novo, uma inspiração da publicação italiana no nome, conteúdo e capa de brochura da coleção portuguesa (figura 6). A primeira edição do volume *Escaravelho de ouro* foi publicada, em 1889, pela

---

<sup>60</sup> STABILIMENTO DELL'EDITORE EDOARDO SONZOGNO, “Pubblicazione educative”: *Il Secolo* 21-22 Settembre (1885), p. 4.

<sup>61</sup> Silvia VALISA, “Casa editrice...”, op. cit., p. 98.

<sup>62</sup> ANÓNIMO, “Publicações”: *O Occidente* 11 (329, 11 de Fevereiro) (1888), p. 40.

Companhia Nacional Editora, sucessora, a partir de 1888, da empresa de Corazzi. A capa da brochura indica uma 2.<sup>a</sup> edição de “A Editora”. Um catálogo de 1903 intitulado “A Editora – Antiga Casa David Corazzi” estabelece a relação entre ambas as empresas<sup>63</sup>.



Figura 6 – Capas da edição de 1882 do n.º 10 da *Biblioteca Universale* e do n.º 37 da *Bibliotheca Universal*<sup>64</sup>

Em resumo, face às semelhanças encontradas entre a *Biblioteca del Popolo* e a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, concluímos ser improvável o aparecimento e desenvolvimento independente desta última. As principais diferenças detetadas resultam, no nosso entender, de opções estratégicas do editor português que pretendia tirar partido da expansão dos sistemas de ensino e aceder ao mercado brasileiro.

<sup>63</sup> M. DOMINGOS, *Estudos...*, op. cit., p. 30.

<sup>64</sup> E. T. HOFFMANN, *Racconti*. Milano, Edoardo Sonzogno, Editore, 1882; Edgar Allen POE, *O Escaravelho de ouro*. Lisboa, A Editora, s/d.

## Referências bibliográficas

- ANÓNIMO, *Elementi di Astronomia*. Milano, Edoardo Sonzogno, 1876.
- ANÓNIMO, “Astronomia popular”: *O Primeiro de Janeiro* 13 de Julho (1881), p. 2.
- ANÓNIMO, *Biblioteca do Povo e das Escolas. Sexta Serie*. Lisboa, David Corazzi – Editor. Empreza Horas Românticas, 1883.
- ANÓNIMO, “Publicações”: *O Occidente* 11 (329, 11 de Fevereiro) (1888), p. 40.
- ANÓNIMO, “Comemorações do XXV anno do Occidente”: *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro* XXV (829-830, 10 e 20 de Janeiro) (1902), pp. 2-14.
- ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito, *A obra monumental de Luiz de Camões: estudos bibliographicos*. Lisboa, Imprensa nacional, 1886.
- ASSOCIAZIONE TIPOGRAFICO-LIBRERIA ITALIANA, *Bibliografia italiana: giornale dell'Associazione tipografico-libreria italiana. Anno 1872*, Vol. IX da *Bibliografia italiana: giornale dell'Associazione tipografico-libreria italiana*. Firenze, Associazione tipografico-libreria italiana, 1877.
- BARBIER, Frédéric, “Libraires et colporteurs”, in Roger CHARTIER, Henri-Jean MARTIN (eds.), *Histoire de l'édition française*, Vol. 3. Paris, Fayard, Cercle de la Librairie, 1990, pp. 256-302.
- BARILE, Laura, “Un fenomeno di editoria popolare: le Edizione Sonzogno”, in Gianfranco TORTORELLI (ed.), *L'Editoria italiana tra Ottocento e Novecento*. Emilia Romagna Biblioteche Archivi. Bologna, Edizioni Analisi, 1986, pp. 95-105.
- BARILE, Laura, *Le parole illustrate: Edoardo Sonzogno editore del popolo*. Ghirlandina. Incontri con l'Ottocento. Modena, Mucchi Editore, 1994.
- BEAVAN, Iain, “Advertising Judiciously: Scottish Nineteenth-Century Publishers and the British Market” in Peter ISAAC, Barry MCKAY (eds.), *The Mighty Engine: The printing Press & its Impact*. Winchester, St Paul's Bibliographies and Delaware, Oak Knoll Press, 2000, pp. 69-78.
- BÉGUET, Bruno, “La vulgarisation scientifique au XIX<sup>e</sup> siècle”, in Bruno BÉGUET, Maryline CANTOR, Ségolène LE MEN (eds.), *La Science pour Tous*. Paris, Réunion des Musées Nationaux, 1994, pp. 5-48.
- BONIFÁCIO, Vitor; MALAQUIAS, Isabel; FERNANDES João, “Ernesto Vasconcellos' *Astronomia Photographica*: the earliest popular book on astronomical photography?": *Journal of Astronomical History and Heritage* 11 (2008), pp. 116-123.
- BONIFÁCIO, Vitor, *Da Astronomia à Astrofísica: A perspectiva portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Departamento de Física, 2009.
- BONIFÁCIO, Vitor; MALONEK, Helmuth, “Os inesperados livros de Matemática da “Bibliotheca do Povo e das Escolas””: *Suplemento do Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* 69 (2013), pp. 35-37.
- CAGNINELLI, Viola, “Edoardo Sonzogno rappresentante italiano della Société des gens de lettres (1872-1878)”: *La fabbrica del libro* 2 (2008), pp. 9-16.
- CARBOGNIN, Maria Enrica; LEGNANI, D.; LEVI, Anna; MADORSKY, Lia, *Letteratura dimenticata. Casa Editrice Sonzogno*, s/d. Disponível em linha: [www.letteraturadimenticata.it/Sonzogno.htm](http://www.letteraturadimenticata.it/Sonzogno.htm) (consultado em 21/10/2010).



- CIMA, Otto, *Mezzo secolo di caricatura milanese (1860-1910)*. Milano, Stabilimento Arti Grafiche Bertarelli, 1928.
- COSTA, Carlos, *A Revista no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2012.
- CUNHA, Xavier da, *Historia de Portugal*, 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Românticas, 1881.
- CUNHA, Xavier da, *Mythologia*. Lisboa, David Corazzi Editor - Empreza Horas Românticas, 1881.
- CUNHA, Xavier da, “Duas palavras ao leitor”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas. Terceira Serie*. Lisboa, David Corazzi – Editor. Empreza Horas Românticas, 1882.
- CUNHA, Xavier da, “Quatro paginas de prólogo”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas. Sexta Serie*. Lisboa, David Corazzi – Editor. Empreza Horas Românticas, 1883.
- DOMINGOS, Manuela, *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do Século XIX*. Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1985.
- HOMBURG, Ernst, “From Chemistry for the People to the Wonders of Technology: The Popularization of Chemistry in the Netherlands during the Nineteenth Century”: *Hyle – International Journal for Philosophy of Chemistry* 12(2) (2006), pp. 163-191.
- HOFFMANN, E. T., *Racconti*. Milano, Edoardo Sonzogno Editore, 1882.
- HOMEM, António Pedro Barbas, *Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, 1842-1895: uma biografia*. Lisboa, Coleção Parlamento, Assembleia da República, 2012.
- LACERDA, João Cesario de, *Hygiene*, Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Românticas, 1881.
- LIGHTMAN, Bernard, “The Voices of Nature: Popularizing Victorian Science”, in Bernard LIGHTMAN (ed.), *Victorian Science in Context*. Chicago, The University of Chicago Press, 1997, pp. 187-211.
- LIMA, Magalhães, “David Corazzi”: *Commercio e Industria – Sciencias, Artes e Letras* 6 (1880), p. inum.
- LOBATO, G., “Chronica Occidental”: *O Occidente* 125 (1882), pp. 129-130.
- LYONS, Martyn, “Les best-sellers”, in Roger CHARTIER, Henri-Jean MARTIN (eds.), *Histoire de l'édition française, Vol. 3*. Fayard, Cercle de la Librairie, 1990, pp. 409-448,
- LYONS, Martyn, “New Readers in the Nineteenth Century: Women, Children, Workers”, in Guglielmo CAVALLO, Roger CHARTIER (eds.), *A History of Reading in the West*. Cambridge, Blackwell, 2003, pp. 313-344.
- MARCHETTI, Ada Gigli, “Le nuove dimensioni dell’impresa editoriale”, in G. TURI, M. I. PALAZZOLO (eds.), *Storia dell’editoria nell’Italia contemporanea*. Saggi / [Giunti], Giunti, 1997, pp. 115-164.
- MARX, Karl, *Le capital*. Paris, M. Lachâtre, 1872.
- MATOS, Ana Cardoso de, “Os agentes e meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX”: *Scripta Nova* 69 (2000). Disponível em linha: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-29.htm> (consultado em 15/06/2018).
- MELLO, José de, *Astronomia Popular*. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Românticas, 1881.



- MOLLIER, Jean-Yves, “La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIII<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle”, in Jacques MICHON, Jean-Yves MOLLIER (eds.), *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII<sup>e</sup> siècle à l'an 2000*. Paris, L'Harmattan, 2003, pp. 47-72.
- NABO, Olímpia de J. de B. M., *Educação e difusão da ciência em Portugal A 'Bibliotheca do Povo e das Escolas' no Contexto das Edições Populares do Século XIX*. Tese de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, 2012.
- NASCIMENTO, Jorge, “Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil no século XIX: a biblioteca do povo e das escolas”: *Horizontes* 19 (2001), pp. 11-27.
- NASCIMENTO, Jorge; SANTOS, V., “Geografia geral para portugueses e brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas”: *Revista da Faced* 10 (2006), pp. 141-158.
- NUNES, Maria de Fátima, “A *Bibliotheca do Povo e das Escolas*: Fonte para a História da Ciência”, in Mari Álvarez LIRES, Ánxela Bugallo RODRÍGUEZ, José M<sup>a</sup> FERNANDÉZ, Rafael Sisto EDREIRA, X. Carlos Valle PÉREZ (coord.), *Estudios de Historia das Ciências e das Técnicas*, vol. 1. Vigo, Deputación Provincial. Servicio de Publicacións, 2001, pp. 221-231.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, “Romantismo tardio e surto neo-romântico no fim-de-século”: *Humanitas* 50 (1998), pp. 915-962.
- POE, Edgar Allen, *O Escaravelho de ouro*. Lisboa, A Editora, s/d.
- PORTUGAL. MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO, “Relação dos livros aprovados pelo governo em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução publica, no anno de 1882”: *Diário do Governo* 11 (1883), p. 109.
- RAGUSA, A., *Como exilados de um céu distante Antero de Quental e Giacomo Leopardi na 'modernidade antimoderna'*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- SANTOS, M., “A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX”: *Análise Social* XXVII (116-117) (1992), pp. 539-546.
- SHEETS-PYENSON, S., “Popular Science Periodicals in Paris and London: the Emergence of a Low Scientific Culture, 1820-1875”: *Annals of Science* 42(6) (1985), pp. 549-572.
- SOARES, F. A. C., *Táctica e Armas de Guerra*. Lisboa, David Corazzi Editor – Empreza Horas Românticas, 1882.
- STABILIMENTO DEL'EDITORE EDOARDO SONZOGNO, “Pubblicazione educative”: *Il Secolo* 21-22 Settembre (1885), p. 4.
- STABILIMENTO DEL'EDITORE EDOARDO SONZOGNO, “Biblioteca del Popolo”: *Bibliografia italiana: giornale dell'Associazione tipografico-libreria italiana* IX (24, 31 Dicembre) (1875), p. 112.
- STABILIMENTO DEL'EDITORE EDOARDO SONZOGNO, “Biblioteca del Popolo”: *Bibliografia italiana: giornale dell'Associazione tipografico-libreria italiana*, Supplemento ao n. 18 dell'Anno X (30 Settembre) (1876), p. 48.
- THIESSE, Anne-Marie, *Le roman du quotidien*. Paris, Éditions du Seuil, 2000.
- TORGAL, Luís Reis, “A instrução pública”, in José MATTOSO (ed.), *História de Portugal*, Vol. 5. Círculo de Leitores, 1993, pp. 609-651.
- VALISA, Silvia, “Casa editrice Sonzogno. Mediazione culturale, circuiti del sapere ed innovazione tecnologica nell'Italia unificata (1861-1900)”, in A. CAESAR, J. BURNS,

- G. ROMANI (eds.), *The Printed Media in Fin-de-siècle Italy: Publishers, Writers, and Readers*. Italian perspectives. Leeds, Legenda, 2011, pp. 90-106.
- VALISA, Silvia, “Sulla preparazione di un campione di catalogo digitale aumentato delle edizioni Sonzogno”: *La fabbrica del libro* 2 (2013), pp. 47-54.
- VENÂNCIO, Giselle M., “Lisboa-Rio de Janeiro-Fortaleza: os caminhos da coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*, traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”: *Cultura* 21 (2005), pp. 185-204.

# DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

O livro não é apenas digno de admiração e estudo pela vitalidade impressionante que continua a demonstrar, resistindo a todas as mudanças e contrariando todas as profecias de extinção.

O livro é também detentor de um passado que justifica estudo. Ninguém pode manifestar-se insensível perante a dívida enorme e inigualável que a humanidade contraiu para com esse objeto que, tendo começado pelo formato do rolo, se converteu depois em códice: primeiro em registo manuscrito e depois, a partir de finais do século XV, beneficiando da invenção dos prelos e da vulgarização do papel.

O interesse da história do livro enquanto domínio de investigação deveria poder dispensar justificações prolongadas nas universidades dos nossos dias.

Estamos perante uma área polifocal, que propicia enlances com vários domínios, que vão da codicologia e da filologia à história das instituições e das ideias.

*José Cardoso Bernardes*



universidade de aveiro  
theoria poiesis praxis



dlc  
universidade de aveiro  
departamento de línguas e culturas



cllc  
universidade de aveiro  
centro de línguas, literaturas e culturas



Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR